

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFSC

**Ricardo Duwe**

***Pelo povo ou para o povo?:*** democracia histórica na trajetória política e intelectual de  
Fernando Henrique Cardoso (1973-1988)

**FLORIANÓPOLIS, SC**

**2022**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFSC

**Ricardo Duwe**

**Pelo povo ou para o povo?:** democracia histórica na trajetória política e intelectual de  
Fernando Henrique Cardoso (1973-1988)

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutor em História Cultural à Comissão Julgadora do Curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientador: Dr. Waldir José Rampinelli

**FLORIANÓPOLIS, SC**

**2022**



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Duwe, Ricardo

Pelo povo ou para o povo? : Democracia histórica na trajetória política e intelectual de Fernando Henrique Cardoso / Ricardo Duwe ; orientador, Waldir José Rampinelli, 2023.

249 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Democracia. 3. Redemocratização. 4. Fernando Henrique Cardoso. I. José Rampinelli, Waldir. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História. III. Título.



Ricardo Duwe

**Pelo povo ou para o povo?:** democracia histórica na trajetória política e intelectual de Fernando Henrique Cardoso (1973-1988)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profº Waldir José Rampinelli, Dr  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profº Adriano Luiz Duarte, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profº Reinaldo Lindolfo Lohn, Dr.  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Profª Mariana Joffily, Dra.  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Profº Carlos Fico, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que está é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente  
FABIO AUGUSTO MORALES SOARES  
Data: 21/02/2023 15:24:17-0300  
CPF: \*\*\*.305.688.\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente  
Waldir José Rampinelli  
Data: 01/03/2023 12:00:21-0300  
CPF: \*\*\*.008.059-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Profº Waldir José Rampinelli, Dr.  
Orientador

Florianópolis, 2023





## Agradecimentos

A produção deste trabalho é fruto de um constante e humilde processo de aprendizado, o qual vem sendo adquirido a partir do contato com pessoas incríveis que, de alguma forma, utilizaram do seu tempo e esforço para me ensinar algo novo, apresentando possibilidades jamais antevistas.

Portanto, gostaria de agradecer aos diversos profissionais que fabricam o dia-a-dia da Universidade Federal de Santa Catarina, uma instituição símbolo da eficácia de um Estado democrático. Uma instituição que, nos termos das reflexões desta pesquisa, é construída *pelo* povo e *para* o povo. Sua excelência no campo da inclusão, do ensino e da pesquisa, é inquestionável. Sempre terei na UFSC a minha segunda casa.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter me concedido o privilégio de contar com uma bolsa de estudos e pesquisa durante boa parte deste doutorado. Dentro das relações capitalistas da gestão do trabalho, o tempo é o bem mais valioso que é tomado da classe trabalhadora. Portanto, ter uma bolsa de estudos permitiu que eu dedicasse o meu tempo para estudar, pesquisar, ler, refletir, debater, produzir. Um privilégio e tanto em um mundo onde o valor do trabalho é precarizado, o que faz com que tenhamos de vender cada vez mais o nosso tempo em prol do desenvolvimento de riquezas que não são compartilhadas entre nós trabalhadores.

Agradeço também aos trabalhadores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, pois foi neste espaço que passei a maior parte da minha vida acadêmica. Com o perdão das omissões, registro aqui a minha grande admiração: aos secretários Toninho e Victor Viana; aos mestres e mestras, Paulo Pinheiro Machado, Joana Maria Pedro, João Klug, Maria de Fátima Fontes Piazza, Wilson Schmidt (em memória), Mônica Martins da Silva e Márcio Voigt. Os agradecimentos se estendem para os mestres que promoveram disciplinas fantásticas durante o doutorado, as quais auxiliaram muitíssimo a construção desta pesquisa, sendo eles: Beatriz Mamigonian, Alexandre Busko Valim, Juliana Sayuri, Sidnei Munhoz e Sonia Maluf. A todos, o meu muito obrigado e minha eterna admiração.

Agradeço muito ao meu orientador, Prof<sup>o</sup> Dr. Waldir José Rampinelli, pelos ouvidos sempre prestativos, conselhos oportunos e coração disposto a abrigar e acalmar o próximo. Para além dos aspectos profissionais, o prof<sup>o</sup> Rampinelli é um grande humanista.

Devo também agradecer aos professores membros desta banca que tanto me honra, pois fecha com excelência este ciclo da minha trajetória acadêmica. Sem as aulas sobre Roberto Schwarz do prof<sup>o</sup> Adriano Duarte, eu não me interessaria tanto pelo materialismo dialético e,

provavelmente, esta pesquisa sequer existiria. Sem as aulas, os grupos de estudos e a orientação do prof<sup>o</sup> Reinaldo Lohn durante o mestrado, eu não saberia como caminhar nos estudos sobre o Brasil Contemporâneo. Sem as aulas, as dicas e o carinho da prof<sup>a</sup> Mariana, igualmente eu não saberia caminhar pelos estudos sobre a ditadura militar. E sem os livros do prof<sup>o</sup> Carlos Fico, eu não teria uma referência tão sólida no campo da história e da historiografia política sobre o Brasil Contemporâneo, uma espécie de horizonte seguro, para mirar e tentar seguir como exemplo de um pesquisador admirável.

Agradeço aos amigos que fizeram desta caminhada um processo mais feliz e menos solitário. Aos de uma vida (Guilherme, Roger, Juninho e Fabrício), aos da UFSC (Carrinho, André, Thiago, Oliveira, Thomas, Lucas Vilella, Lucas Albuquerque, Guilherme Américo, Guilherme Pereira, etc.), e aos da Escola do Legislativo (Lea, Rafaela, Dandara, Pedro Cabral, Isaac, Kátia, Cabo Goulart, Sandro e Ricardo). E um agradecimento especial ao grande companheiro desta jornada, Luciano Daudt. O substantivo generosidade poderia ser substituído sem perda de sentido pelo seu nome. Obrigado por tudo, grande amigo.

Agradeço aos colegas de profissão e aos meus alunos e alunas, das escolas E.E.B Prof<sup>a</sup> Dolores Krauss, E.B.M Prof<sup>a</sup> Adelaide Starke, E.E.B Dom Pedro II e E.B.M Tiradentes e Júlia Strzalkowska. Agradeço também aos colegas do Estação Brasil. Ao gigantesco Icles Rodrigues pelo trabalho exemplar e confiança, bem como ao Vinícius, Matheus, Allan, Guilherme e a audiência do podcast, que jamais permitiu que eu descreditasse da minha capacidade. Ter o desafio de escrever uma tese de doutorado, ser professor do ensino público e administrar um podcast foi um desafio e tanto. E por assim ser, agradeço que, ao menos, pude sempre contar com o apoio e a compreensão de muitos.

Por fim, agradeço a minha família. Aos meus irmãos Diana e Roberto pelo eterno zelo, cuidado, carinho, gentileza e todo o amor que sempre tiveram comigo desde sempre. À minha mãe, Ruth, por ser este porto seguro, onde todas as tormentas se tornam águas calmas, onde tudo se tranquiliza e só há compreensão e afeto. És a paz e o amor que edifica toda a nossa família. E um agradecimento mais do que especial a minha esposa, companheira e amada Priscila. Só nós sabemos o que passamos nestes dez anos. E está máxima é tão certa quanto a de que só nós saberemos das conquistas, das alegrias e do amor que nos espera no futuro. Obrigado por tudo, amor. Você e nossos filhinhos gatinhos são a melhor parte de mim.

Este trabalho foi escrito em memória de Harry e Umbilina Klueger. A batalha final da vida sempre é perdida. Mas, os grandes legados superam a vida. Enquanto eu existir, quero ter a honra de carregar e repassar para outras pessoas o que foi construído por vocês.

## RESUMO

Este é um estudo que analisa a redemocratização brasileira a partir da trajetória intelectual e política de Fernando Henrique Cardoso no decorrer deste processo histórico. Nas análises realizadas por esta pesquisa, privilegia-se os debates em torno dos sentidos e formas que grupos de oposição à ditadura atribuíam ao processo de democratização e à própria concepção de democracia. Para tal, opera-se o conceito de democracia histórica como uma alternativa teórica para o estudo dos processos de democratização a partir de uma perspectiva propriamente histórica. O recorte temporal desta pesquisa abarca um período que inicia com o movimento de aproximação de Cardoso em relação ao MDB, em 1973, e termina com a sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte, a saída do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988. Ao analisar de forma dialética a trajetória de Cardoso neste período é possível perceber um processo paulatino para uma inclinação mais conservadora em seus posicionamentos políticos e na sua concepção de democracia no decorrer do processo de redemocratização. Nesse sentido, esta pesquisa busca demonstrar que este movimento não diz respeito somente à trajetória deste indivíduo, mas, a análise da esfera *micro* pode ajudar a compreender dinâmicas e disputas de grande relevância para um entendimento mais complexo da redemocratização e da sociedade brasileira nas décadas de 1970 e 1980.

**Palavras-chave:** Democracia; Redemocratização; Fernando Henrique Cardoso



## ABSTRACT

This is a study that analyzes the Brazilian redemocratization from the intellectual and political trajectory of Fernando Henrique Cardoso during this historical process. The analyzes carried out by this research focus on the debates around the meanings and forms that groups opposing the dictatorship attributed to the democratization process and to the very conception of democracy. To this end, the concept of historical democracy operates as a theoretical alternative for the study of democratization processes from a properly historical perspective. The time frame of this research covers a period that begins with Cardoso's movement towards the MDB, in 1973, and ends with his performance in the National Constituent Assembly, the departure of the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB) and the foundation of the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), in 1988. By dialectically analyzing Cardoso's trajectory in this period, it is possible to perceive a gradual process towards a more conservative inclination in his political positions and in his conception of democracy during the process of redemocratization. In this sense, this research seeks to demonstrate that this movement does not only concern the trajectory of this individual, but the analysis of the micro sphere can help to understand dynamics and disputes of great relevance for a more complex understanding of redemocratization and Brazilian society in the decades of 1970's and 1980's.

**Key-words:** Democracy; Redemocratization; Fernando Henrique Cardoso



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.Previsões do SNI para as eleições de 1974.....	118
Quadro 2. Comparação da família-tipo da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, 1958-1969 .....	122
Quadro 3.Força de trabalho não-agrícola, horas semanais de trabalho (São Paulo) .....	123
Quadro 4. Distribuição da renda no Brasil (% da renda total).....	124
Quadro 5.Proporção da população com rendimentos monetários .....	124
Quadro 6. Preferência partidária por sexo e status ocupacional .....	126
Quadro 7.Imagens associadas aos partidos, segundo o partido do entrevistado.....	126
Quadro 8.Consumo dos meios de comunicação por faixas de rendas .....	129





## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO: A DIALÉTICA DA DEMOCRACIA HISTÓRICA.....</b>	<b>19</b>
1.1 POR UMA DEMOCRACIA HISTÓRICA .....	36
<b>2. SEMENADO EM SOLO ÁRIDO: EXÍLIO E PRODUÇÃO ACADÊMICA (1964-1973).....</b>	<b>51</b>
2.1 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E OS IPM'S.....	54
2.2 EXÍLIO E PRODUÇÃO ACADÊMICA: TEORIA OU SITUAÇÕES DE DEPENDÊNCIA .....	60
<b>3. O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO E A DEMOCRACIA EM MOVIMENTO (1973-1978).....</b>	<b>93</b>
3.1 O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO DO MDB .....	95
3.1 AS ELEIÇÕES DE 1974 .....	116
<b>4. TEMPERANDO A DEMOCRACIA BURGUESA: A GUINADA (NÃO TÃO) À ESQUERDA (1978-1983) .....</b>	<b>133</b>
4.1 FHC E A FOLHA DE S.PAULO: CONSTRUÍDO UM LÍDER IDEAL PARA A OPOSIÇÃO?.....	135
4.2 AINDA A REPRESSÃO, AINDA A CENSURA: A DISTENSÃO AUTORITÁRIA .	140
4.3 A CAMPANHA DE 1978 E A GUINADA À ESQUERDA .....	153
4.4 SOCIALISMO E DEMOCRACIA: AS DÉTENTES E OS NOVOS DEBATES NAS ESQUERDAS.....	159
4.4 UM NOVO HORIZONTE MAIS À ESQUERDA: A FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	170
<b>5. OS TEMPOS DA NOVA REPÚBLICA: OS <i>DEMOCRATAS</i> CONTRA A DEMOCRACIA? (1983-1988) .....</b>	<b>185</b>
5.1 A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA LATINO-AMERICANA E A DEMOCRACIA NAS RUAS.....	187
5.2 DA DURA DERROTA À MASSIVA VITÓRIA .....	210
5.3 A ÚLTIMA DANÇA: CONSTITUINTE E SAÍDA DO PMDB .....	222
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: AINDA A DEMOCRACIA HISTÓRICA .....</b>	<b>237</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>241</b>



## 1. INTRODUÇÃO: A DIALÉTICA DA DEMOCRACIA HISTÓRICA

No dia 22 de junho de 1980, as páginas da *Folha de S. Paulo* deram espaço para mais um artigo do sociólogo e suplente no Senado, Fernando Henrique Cardoso. No texto, Cardoso discorreu de modo otimista a respeito das novas formas de organização da sociedade brasileira contra as diversas expressões do autoritarismo vigente durante a ditadura militar. Ao relatar a sua participação em uma assembleia promovida por membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da região de Osasco, no Estado de São Paulo, demonstrou-se admirado com a capacidade de moradores e movimento social organizarem um evento para discutir uma questão de propriedade de terras de forma pública, valendo-se da assessoria de advogados da Comissão de Direitos Humanos e convidando para a sessão tanto a parte acusada – o abastado proprietário de um lote de terras que teria obtido o mesmo por meios ilegais - quanto autoridades e políticos locais. O resultado da assembleia em si não foi o que mais lhe interessou, pois o proprietário insistiu que o assunto era *caso de polícia* e negou a legitimidade dos requerentes. Mas, o método adotado pelos moradores para resolver a situação gerou curiosidade e entusiasmo, ao ponto de afirmar: “É isto aí. É assim, de baixo para cima, que se pratica uma democracia que vise a mudar de fato a ordem social injusta”.<sup>1</sup> Era a democracia em movimento.

Na citação acima, pode-se perceber a tentativa de Cardoso delimitar contornos e forma para uma noção de democracia que se encontrava em movimento e disputa. Sua visão continha pontos fundamentais: um sentido (de baixo para cima), um objetivo (mudar a ordem social injusta) e comungava com uma concepção de democracia como uma prática social, e não exclusivamente um sistema de governo. Declarações semelhantes a essa podem ser inseridas em um contexto no qual Cardoso era visto como um dos membros do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que mais acenava de forma positiva para movimentos sociais, os quais, por muitas vezes, foram concebidos pelo sociólogo como sujeitos necessários para a construção da democracia no Brasil. Neste período, a relação entre grupos organizados da sociedade civil e Cardoso foi construída tanto por movimentos que indicavam maior aproximação entre ambos, quanto por movimentos de maior afastamento, e pode ser lida como um interessante objeto de pesquisa para demonstrar que, mesmo nos seus momentos de maiores trocas e diálogos, ela sempre esteve ancorada em uma tensão. Tensão que tinha como base uma diferença nos seus projetos de democracia para o país. E que, a partir do momento que este conflito é inserido no contexto

---

<sup>1</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Violência e reação In: In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de S.Paulo**. São Paulo. 22/06/1980. p.3.

de uma sociedade capitalista, também deve ser lido não somente como um confronto de ideologias políticas, mas também como um confronto permeado por disputas de classes. Afinal, a democracia deveria ser construída *pelo* povo ou *para* o povo? Cardoso e os movimentos sociais nem sempre tiveram as mesmas respostas para essa pergunta.

Para grande parte dos grupos organizados da sociedade civil, de partidos de esquerda e movimentos sociais, o maior objetivo era lutar por uma democracia construída *pelo* povo, com formas de participação popular mais diretas nas instâncias de governo. De forma concomitante, outros grupos, formados principalmente por representantes do MDB/PMDB, mas também por alguns políticos civis dissidentes da ditadura, não colocavam a participação popular nas decisões de governo como uma questão central para a democratização do país, mas sim a defesa do retorno de um governo civil, eleições gerais livres - em especial, para presidente -, e a formação de uma assembleia constituinte para redigir uma nova constituição que garantisse direitos humanos básicos e um Estado de Direito. Ou seja, uma forma de democracia que delega aos representantes eleitos o poder de, na maioria dos casos, tomar decisões *para* o povo.

Uma democracia *pelo* povo ou *para* o povo? Tal questionamento é fundamental não somente para se discutir que tipo de democracia uma sociedade busca construir, mas, sob a ótica do historiador, ele pode ser lido como uma tensão dialética que dá movimento a processos de democratização. E é a partir desta dialética que se torna possível pensar novas possibilidades não somente para os significados do que é a democracia, mas, principalmente, do que significa democratizar. Partindo de tal premissa, esta pesquisa tem como principal objetivo discutir de que forma este questionamento esteve presente de forma constante e decisiva na trajetória de Fernando Henrique Cardoso durante o processo de redemocratização. O estudo da trajetória política e intelectual de Cardoso pode oferecer informações, respostas e reflexões interessantes para se pensar tal tensão durante a redemocratização, em especial, devido a sua posição particular e forma de fazer política. Como já salientado, embora tenha sido uma das principais lideranças do MDB/PMDB durante as décadas de 1970/1980, Cardoso também buscou manter relações com movimentos sociais e grupos que propunham e/ou praticavam formas de democracia mais direta.

O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar como, no decorrer do processo de redemocratização, a temática da democracia e da democratização foi uma preocupação constante nas atividades políticas e intelectuais de Cardoso, mas tais conceitos não permaneceram com os mesmos significados no decorrer do tempo. Como será apresentado doravante, as décadas de 1970 e 1980 foram de grande importância para Cardoso alterar suas

concepções em torno do que seria a democracia e de como a luta por redemocratização deveria ser realizada. Há um processo que caminhou – em especial na década de 1980 - para uma adoção cada vez maior de concepções mais formais e institucionais da democracia, compreendendo que os sujeitos que constituem as democracias são as instituições de Estado, os partidos políticos e os representantes eleitos. No decorrer das décadas de 1960 e 1970, Cardoso demonstrava-se minimamente crítico a estas mesmas concepções, defendendo que a participação da sociedade civil, representada por sindicatos, movimentos sociais e demais grupos políticos organizados eram vitais para uma democratização não somente da sociedade brasileira, mas da própria concepção de democracia.

Tais mudanças no pensamento político e nas ações sociais de Cardoso não dizem respeito somente a este enquanto indivíduo, nem ocorreram de forma retilínea e teleológica. Elas dizem respeito aos espaços e grupos sociais que Cardoso frequentou e participou, bem como foram sendo constituídas com avanços e recuos, e adaptações às situações advindas de derrotas e vitórias políticas no decorrer do processo de redemocratização. Assim sendo, destaca-se que as considerações em torno da trajetória de Cardoso não vão se dar em tom biográfico, mas para, a partir dela, se compreender um processo histórico mais amplo e compreender a partir de uma perspectiva particular de um indivíduo as ações de grupos sociais muito importantes para o processo de redemocratização – como os partidos do MDB, PMDB e PSDB, as redes de intelectuais no recorte temporal referido, grupos da sociedade civil que promoviam oposição à ditadura, entre outros. O apego à uma concepção mais formal e institucional da democracia não foi um movimento exclusivo de Cardoso, mas uma marca de muitos agentes históricos que fizeram parte da nossa redemocratização. Entretanto, ao detalhar os caminhos tomados pelo político e sociólogo para se conformar com certas características deste referido processo, é possível ter novas leituras para se compreender este momento tão importante e complexo da história do Brasil.

As trajetórias política e intelectual de Fernando Henrique Cardoso são vastas, cabendo aqui apenas um breve resumo de ambas. No que tange a política, foi eleito Presidente da República por duas vezes (1995-1998 e 1999-2002), Ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e da Fazenda (1993-1994), tendo também atuado por duas legislaturas como senador pelo estado de São Paulo (1983-1986 e 1987-1992), Cardoso é uma das lideranças políticas de maior destaque na História Contemporânea do Brasil. É descendente de uma família de proeminentes lideranças militares e políticas, como seu pai, Leônidas Cardoso, que foi General da Brigada, chegou a apoiar o movimento tenentista, participou das campanhas nacionalistas em torno da

questão do petróleo no pós-guerra e se filiou posteriormente ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), eleito deputado federal por São Paulo (1955-1959). Além de seu pai, devem ser citados: o seu bisavô, Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso (líder do Partido Conservador em Goiás durante o Império, deputado, senador e presidente de província); seu avô, Joaquim Inácio Batista Cardoso (que lutou na Revolta da Armada e participou do início do movimento tenentista); seu tio-avô, Augusto Inácio do Espírito Santo (Ministro da Guerra de Vargas, entre 1932 e 1933); seus tios Felicíssimo Cardoso Neto (presidente do Centro Brasileiro do Petróleo e líder da campanha da Campanha do Petróleo), Carlos Cardoso (presidente do Banco do Brasil), e Ciro do Espírito Santo Cardoso (ministro da Guerra, entre 1952-1954) - este um primo do pai de FHC.<sup>2</sup>

Em relação à trajetória intelectual, Cardoso formou-se bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1952, e, posteriormente, tornou-se professor da mesma instituição. Com o golpe de 1964 passou a ser perseguido pelos militares e optou pelo exílio no Chile, onde residiu até 1967 e atuou na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Em 1968, após lecionar na Universidade de Paris X - Nanterre, retornou para o Brasil no final do ano, quando passou em um concurso de cátedra na USP, porém foi aposentado compulsoriamente pelo decreto-lei 477, em 1969. Esta situação o levou, no início da década de 1970, a fundar e coordenar o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). E, foi a partir da sua atuação no CEBRAP que seu nome passou a ser conhecido por lideranças do MDB, em especial, Ulisses Guimarães, que o convidou, em 1973, para passar a contribuir com ideias para as campanhas do partido.

Cabe registrar que durante o processo de escrita deste trabalho um dos questionamentos mais comuns foi: por qual razão abordar a trajetória política e intelectual de Cardoso somente no período da redemocratização? Quase sempre tal questionamento foi acompanhado por um segundo: não valeria a pena estender para o período dos dois governos enquanto presidente? O recorte se justifica por algumas razões, sendo estas importantes para o leitor ter um entendimento mais apropriado dos objetivos do trabalho, bem como da sua metodologia.

Em primeiro lugar, o recorte se justifica devido ao fato do principal objeto de estudo desta pesquisa não ser a trajetória de vida de Fernando Henrique Cardoso em si, mas, o processo de redemocratização e os debates em torno do conceito de democracia no período, sendo estes

---

<sup>2</sup> Cf. Acervo do dicionário-histórico do CPDOC/FGV: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>; BENTO, Cláudio Moreira. Raízes familiares no Exército do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Ano 162, n. 410, p. 101-119, jan./mar. 2001

analisados a partir da trajetória do indivíduo em questão. Ao selecionar o político e sociólogo como referência, o objetivo não é lançar um foco exclusivo para as suas ações, movimentos e decisões, mas sim se valer da sua trajetória para compreender e aprofundar aspectos do processo de redemocratização e os debates em torno da questão democrática no período, tendo como síntese um recorte de análise pouco explorado a respeito do período. Cabe enfatizar também que a escolha por Cardoso não visa atribuir a este um protagonismo no processo histórico em questão, ou que a sua atuação política e intelectual no período seja mais relevante do que outros agentes históricos. O intuito deste trabalho é explorar os benefícios heurísticos de se compreender o processo de redemocratização a partir da trajetória deste indivíduo em questão, que ao ser colocado no centro das análises, permite construir novas informações e perspectivas de acontecimentos, grupos sociais e movimentações políticas durante o recorte temporal referido.

Na sua dupla condição de político e intelectual, Cardoso transitou entre diferentes grupos, espaços e redes de sociabilidade que constituíam a oposição à ditadura militar brasileira. Das redes de intelectuais transnacionais e nacionais que buscavam refletir de forma crítica sobre a ascensão de governos autoritários no Brasil e na América Latina, passando por um movimento de aproximação com grupos organizados da sociedade civil que ganharam mais força durante a redemocratização nas décadas de 1970 e 1980, destacando também sua atuação na construção de um partido político – no caso, o MDB/PMDB – que tinha como objetivo enfrentar a ditadura militar dentro do âmbito da política institucional, Cardoso esteve presente em todos estes espaços e grupos que delinearão formas e projetos distintos de democracia para o futuro. Auscultar as movimentações de Cardoso por grupos tão diversos permite, a partir de uma escala de observação mais reduzida, lançar novos olhares para as disputas entre grupos que defendiam concepções distintas de democracia, o que, por muitas vezes gerou tensões, incertezas, necessidade de se articular novas estratégias e alianças, bem como alimentou conflitos para se decidir os rumos de um processo histórico em curso.

Um aspecto curioso da natureza desta pesquisa é que a prática de se realizar a confecção de um estado da arte da produção acadêmica em torno da redemocratização no Brasil e no Cone Sul, passa necessariamente pelas contribuições de Cardoso na construção deste campo de estudos, e em obras hoje consideradas pioneiras e/ou muito referenciadas sobre a temática. A participação de Cardoso na construção deste campo de estudos demonstra que não se trata apenas de um indivíduo que atuou no processo de transição democrática como um *ator*, mas também como um influente *narrador* e *intérprete* dos acontecimentos que se desenrolaram

durante o período, tendo o mesmo um espaço de destaque no mundo acadêmico e na mídia impressa. Estas reflexões são influenciadas pelas análises do historiador e antropólogo Michel-Rolph Trouillot, quando este afirma que

Seres humanos participaram na história tanto como atores quanto narradores. A ambivalência inerente da palavra *história* em diversas línguas modernas, incluindo o inglês, sugere esta dupla participação. No uso vernáculo, a história significa tanto os fatos da questão quanto a narrativa a respeito destes fatos, ambos “o que aconteceu” e “o que foi dito que aconteceu”. O primeiro significado coloca a ênfase no processo sócio histórico, o segundo em nosso conhecimento deste processo ou em nossa história a respeito deste processo.<sup>3</sup>

Um dos primeiros estudos de maior fôlego a respeito dos movimentos de redemocratização nas décadas de 1970 e 1980, e que contou com a participação importantíssima de Cardoso, é a coleção de quatro volumes intitulada *Transitions from Authoritarian Rule*, organizada pelos politólogos Guillermo O’Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead, e publicada em 1986 pelo *Woodrow Wilson International Center for Scholars*.<sup>4</sup> Este amplo projeto de pesquisa financiado pelo instituto iniciou em 1979 e terminou com a publicação da coleção em 1986. A ideia da obra era a de convidar intelectuais - a grande maioria sociólogos e politólogos - de diversas nações para escreverem textos que refletissem a respeito das particularidades dos processos de transição de governos autoritários para democráticos em diferentes nações, observando que estas realidades nacionais faziam parte de um movimento de maior escala, tais como nas regiões da América Latina e no Sul da Europa. Para os fins desta pesquisa, cabe destacar que a participação de Cardoso, então membro do conselho do programa latino-americano do *Woodrow Wilson Center*, é citada como decisiva para a criação do projeto, tendo o mesmo, ao lado de Albert O. Hirshman (presidente do conselho), encorajado os seus idealizadores e dado apoio para o seu desenvolvimento.<sup>5</sup>

No caso brasileiro, creio ser possível identificar como uma das obras pioneiras em torno dos estudos do processo de redemocratização, a coletânea *Democratizando o Brasil*, organizada pelo politólogo Alfred Stepan, e publicada no Brasil e nos EUA em 1988. Com grande presença

<sup>3</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995. p.2

<sup>4</sup> A coleção conta com cinco volumes, sendo estes: *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for democracy; Southern Europe; Latin America; Comparative Perspectives*; e *Tentative conclusions about uncertain democracies*, todas originalmente publicadas em 1986.

<sup>5</sup> Cardoso não somente ofereceu seu apoio, mas redigiu o capítulo *Entrepreneurs and the transition process: the brazilian case*, o qual consta no terceiro volume da coleção, intitulado *Transitions from Authoritarian Rule: comparative perspectives*. Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Entrepreneurs and the transition process: the brazilian case*. In: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. **Transitions from Authoritarian Rule: Comparative perspectives**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986



de politólogos, sociólogos e alguns poucos economistas (Edmar L. Bacha e Pedro S. Malan) e historiadores (Thomas Skidmore e Ralph Della Cava), a obra objetiva analisar “a interação entre a lenta decomposição do projeto de desenvolvimento autoritário e a constituição gradual de uma alternativa democratizante”.<sup>6</sup> As quatro partes da obra são dedicadas para temas diversos que visam dar uma abordagem mais ampla dos temas da democratização, como a origem e as dinâmicas do processo na década de 1970; a economia política da abertura e da transição; as contribuições da sociedade civil à democratização; e a evolução e futuro da democratização no Brasil. Nesta última parte, novamente há a presença de um texto de Fernando Henrique Cardoso, sendo este *Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática*.<sup>7</sup>

Portanto, Cardoso fez parte de uma geração de sociólogos e cientistas políticos que produziram as primeiras obras de maior fôlego a respeito dos processos de redemocratização nas décadas de 1970 e 1980. Este primeiro momento de produção acadêmica realizada praticamente *in loco*, enquanto as lutas por redemocratização estavam em curso, foram dominadas pelos sociólogos e cientistas políticos. Tal característica fez com que a entrada dos historiadores neste debate tenha se dado de forma tardia, o que implica na constatação de que boa parte da historiografia da redemocratização foi produzida por politólogos e sociólogos. Mas, esta realidade vem mudando nos últimos anos, e esta pesquisa busca promover a contribuição no campo de estudos a partir de uma abordagem que privilegie um olhar historiográfico e focado nas movimentações, rupturas e diacronias dos processos históricos, esferas sempre privilegiadas nas práticas de pesquisa dos historiadores e na sua forma de compreender os fenômenos sociais.

Para fins de exemplificar o que seria uma distinção entre a abordagem historiográfica e certas abordagens sociológicas, cabe citar justamente algumas diferenças da proposta teórico-metodológica da área de história para alguns clássicos da sociologia. No texto de apresentação da citada coletânea, *Transitions from authoritarian rule*, Abraham F. Lowenthal cita como um dos méritos da empreitada, a busca por distinguir tipos de governos autoritários, bem como tipos de processos de transição. Nos termos do autor

Nenhum regime autoritário é considerado monolítico, nem as forças que pressionam pela democratização são consideradas monolíticas. Distinções são feitas entre "democracia" e "poliarquia"; entre "democratização" e "liberalização"; entre

---

<sup>6</sup> STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.10.

<sup>7</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.10.

"transição" e "consolidação"; entre "linha-dura" e "linha-suave" ou acomodados dentro da coalizão autoritária; e entre "maximalistas", "moderados" e "oportunistas" na coalizão de apoio à abertura (liberalização).<sup>8</sup>

De fato, Lowenthal é assertivo em identificar que as pesquisas e textos presentes na coletânea promoviam um significativo avanço de elaborar as primeiras pesquisas empíricas de maior fôlego a respeito do que denominaram de transições de regimes autoritários. Investigações mais elaboradas, utilizando dados e fontes diversas, acerca das especificidades das realidades nacionais de cada uma das transições, caminharam em conjunto com a necessidade de qualificar estes fenômenos do ponto de vista conceitual. Afinal, seria determinado processo de transição de um governo autoritário para um outro tipo de governo passível de ser qualificado como uma *democratização* ou uma *liberalização*? Qualificar e tipificar estes fenômenos de forma mais apurada foi um avanço inegável destes estudos pioneiros.

Porém, algumas críticas acerca destes estudos precisam ser expressas. Por exemplo, no volume intitulado *Tentative conclusions about uncertain democracies*, da coleção *Transitions from authoritarian rule*, O'Donnell e Schmitter iniciam suas reflexões abordando um aspecto muito interessante do caráter processual e históricos dos fenômenos estudados, enfatizando que os autores buscam lidar com as “transições de certos regimes autoritários em direção a um incerto ‘alguma coisa’”. Este ‘alguma’ pode ser a instauração de uma política democrática ou a restauração de uma nova, e possivelmente mais severa, forma de domínio autoritário”.<sup>9</sup> E aqui surgem dois problemas. O primeiro diz respeito ao fato de que se ambos acertam na imprevisibilidade e dinamismo do futuro dos processos de transição, por outro lado, não lançam o mesmo olhar diacrônico e dinâmico para o conceito de democracia. Para estes autores, a democracia parece muitas vezes um dado consolidado, com determinadas características que pouco alteram com o tempo. A democracia é vista de forma pouco dialética. E esta afirmação gera o segundo problema, pois o problema conceitual é atravessada por um nítido viés ideológico.

Assim, o segundo ponto é que O'Donnell e Schmitter parecem adotar uma visão do conceito de democracia estritamente limitado a uma abordagem liberal do princípio de

---

<sup>8</sup> LOWENTHAL, Abraham F. Foreword In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. **Transitions from Authoritarian Rule: Comparative perspectives**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986. p. IX. Tradução livre do autor.

<sup>9</sup> O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about uncertain democracies**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986, p.3. Tradução livre do autor.

cidadania e de representação política. Este último aspecto fica bem delineado quando os autores refletem a respeito das dificuldades de se definir o conceito de democracia, colocando que “nenhum conjunto único de instituições ou regras específicas definem por si só a democracia, nem mesmo aquelas mais proeminentes como majoritarismo, representação territorial, soberania legislativa ou executivos eleitos pelo povo”. Outros elementos compreendidos como “consensos no mundo contemporâneo” no que tange as definições sobre democracia seriam “votação secreta, sufrágio universal, eleições regulares, competição partidária, reconhecimento e acesso associativo e *accountability* do Poder Executivo”.<sup>10</sup> O debate em torno da questão democrática é limitado ao seu caráter exclusivamente institucional e formal. Trata-se de direitos civis e de representação política, mas questões envolvendo maior participação popular nas decisões políticas não são citadas, bem como não são abordadas os impactos das condições materiais desiguais na participação de setores da sociedade civil dentro dos governos. Há fortes referências ao conceito de cidadão e cidadania, mas pouco se fala nas diferentes classes sociais destes cidadãos e os impactos destas classes na construção de uma democracia.

Uma crítica contundente às referidas teorias da transição foi realizada por Leonardo Avritzer, ao identificar dois problemas centrais nas teses de O'Donnell e Schmitter. Em contraponto às teorias de transição dos referidos autores, Avritzer propõe trabalhar com o conceito de cultura política, o que lhe permite destacar dois pontos em relação aos processos de transição democrática ou de democratização: 1) dentro de sistemas compreendidos como democráticos há sempre a disputa entre culturas e atores políticos democráticos e não-democráticos, o que implica em constringimentos contínuos para o exercício da democracia, gerando assim “uma disputa entre atores políticos democráticos e atores políticos tradicionais acerca da cultura política que irá prevalecer no interior de uma sociedade com instituições democráticas”. Ou seja, a transição para uma democracia não termina com a adoção de eleições livres e regras constitucionais novas, mas, trata-se de um processo mais lento de formação de uma cultura política de fato democrática; 2) Avritzer também discorda dos autores em relação ao conceito de democracia meramente formal e institucional que estes empregam, pois, em seu termos, “a democratização deve ser ligada às práticas dos atores sociais e a sua luta contra a predominância de formas sistêmicas de ação no interior dos domínios societários”.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Idem, *Ibidem*, p.8. Tradução livre do autor.

<sup>11</sup> AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização - uma crítica às teorias da transição para a democracia. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais: RBCS**, junho de 1995, p.4-5.

As colocações de Avritzer são pertinentes e ajudam a demonstrar alguns dos limites das abordagens de O'Donnell e Schmitter. Entretanto, Avritzer ainda não adentra no terreno propriamente historiográfico. Há avanços no sentido de se compreender os significados da democracia não apenas aos seus limites institucionais, ou como um sistema de governo pronto e perfeitamente caracterizado. Os significados da democracia em Avritzer são vistos como um terreno em disputa por grupos democráticos e não-democráticos e que, tanto no âmbito institucional, como no campo cotidiano das práticas sociais, promovem confrontos para se realizar avanços ou impor limites nos processos de democratização de uma sociedade. Na perspectiva que é desenvolvida neste trabalho, o da dialética da democracia histórica, entende-se não somente a necessidade de compreender que este conflito não se dá somente entre setores democráticos e não-democráticos, mas também dentro dos próprios atores democráticos que possuem entendimentos múltiplos e diversos do que seria uma democracia, mas também que, cabe ao historiador identificar, analisar e compreender estes conflitos como o motor da história da democracia contemporânea.

Para fins didáticos, considero que os estudos no campo da história sobre a redemocratização podem ser divididos em dois grandes grupos. O primeiro é composto por historiadores que buscaram promover uma visão mais geral do processo, centrando seus esforços em construir uma síntese dos eventos políticos mais proeminentes da política nacional com o intuito de criar uma narrativa que objetiva atribuir uma lógica e um sentido para o processo como um todo.<sup>12</sup> Há também um segundo grupo, este mais focado em analisar a redemocratização a partir de objetos de estudo específicos e com recortes temáticos bem definidos. Os objetos analisados por estas pesquisas são muito mais heterogêneos e oferecem uma visão mais ampla, complexa, e ao mesmo tempo mais fragmentada do processo histórico. Tais pesquisas centram o seu foco em temas como a cobertura da mídia;<sup>13</sup> de que forma o poder de compra e a realidade das classes populares foram afetadas no contexto das crises da dívida

---

<sup>12</sup> Cf: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano (vol.4). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007; FERREIRA, Jorge. O presidente acidental. José Sarney e a transição democrática In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano (vol.5). O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016).** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

<sup>13</sup> Cf: ABREU, Alzira Alves de. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira In: ABREU, Alzira Alves de (org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: o papel da imprensa no processo de redemocratização – a Folha de São Paulo em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n.10, jul./dez. 2013. p.72-107

externa e aumento exponencial da inflação dos preços na década de 1980;<sup>14</sup> estudos que versam sobre os protestos nas ruas, saques e quebra-quebras que, também na década de 1980, demandavam não somente o retorno à democracia, mas melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, principalmente entre os desempregados;<sup>15</sup> e, por fim, o papel das Forças Armadas na transição democrática e como os militares buscaram preservar a instituição da perda de relevância política e evitar qualquer tipo de responsabilização legal pelos crimes realizados nos anos de ditadura (tortura, sequestros, assassinatos, desaparecimento forçados)<sup>16</sup>, etc.

O que esta pesquisa busca como diferencial na sua contribuição para os estudos da redemocratização é a tentativa de, a partir de uma abordagem metodológica influenciada pelo aporte teórico dos jogos de escalas, de Jacques Revel, tomar como fundamental a preocupação de encontrar um apropriado equilíbrio e diálogo entre as esferas micro e macro, indivíduo e sociedade, o particular e a estrutura. A ideia desta abordagem não é a negação das totalidades, das estruturas e de uma abordagem *macro*, para se partir ao apego ao *micro*, ao detalhe, ao individual. Pelo contrário. Trata-se de uma forma de se estudar os processos históricos amplos e complexos a partir das ações cotidianas dos indivíduos e perceber como estes atuam dentro de um conjunto delimitado de recursos materiais, regras sociais e pressões culturais. Compreender tais movimentações em nível *micro* ajuda-nos a compreender de forma mais complexa como o *macro* opera nas decisões e ações dos atores sociais.

Portanto, caminha-se ao encontro de Jacques Revel quando este sugere a necessidade de se repensar as associações possíveis entre os movimentos históricos estruturais (Ex: o declínio do modo de produção feudal, a construção do estado moderno, processos de industrialização e urbanização, ou no caso desta pesquisa: o processo de redemocratização brasileiro) e as relações sociais entre os indivíduos, por meio da operação metodológica compreendida como *jogos de escala*. Para Revel, existem benefícios heurísticos a serem explorados na variação da escala com a qual o pesquisador analisa o seu objeto, sendo um dos

---

<sup>14</sup> ASSIS, Charleston José de Sousa. **Experiências cruzadas: a participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2012

<sup>15</sup> MUNHOZ, Sidnei José. **A ordem do “caos” contra o ocaso da ordem**: saques e quebra-quebras em São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1989; NAPOLITANO, Marcos. O protesto de rua nos oitenta e a crise do regime militar. **Revista de sociologia e política**, nº4/5, 1995.

<sup>16</sup> CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. Democracia e Forças Armadas no Brasil da Nova República: balanço de uma pesquisa In: ABREU, Alzira Alves de (org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

benefícios da *micro-análise* a “convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento”.<sup>17</sup> Em suma, busca-se operacionalizar duas recomendações de Revel para a metodologia da pesquisa histórica:

A primeira sugere que os atores sociais – os do passado que os historiadores estudam e os do presente – sejam recolocados no coração dos processos sociais e que tentemos compreender a maneira pela qual eles intervêm na produção desses processos. A segunda, (...) sugere que o meio de compreender esses processos em sua maior complexidade é apreendê-los em diversos níveis.<sup>18</sup>

Deste modo, o que se objetiva nesta pesquisa não partilha do intuito de captar apenas as singularidades de uma trajetória, ou produzir uma biografia cujo fim último é o de elencar fatos diversos a respeito da vida de um indivíduo, mas almeja pensar de modo dialético a relação entre a própria trajetória do indivíduo como ator social durante o recorte temporal proposto - buscando analisar suas escolhas, estratégias e discursos – com o conjunto de relações e movimentações políticas da sociedade brasileira e até mesmo dos processos transnacionais de (re)democratização que ocorriam na Europa e América Latina.

Ao não abandonar a noção de *totalidade*, este estudo considera que o resultado das ações do indivíduo possui estreita relação com pressões políticas e socioculturais próprias de seu tempo e de sua sociedade, gerando uma necessidade deste atuar dentro de um conjunto limitado de possibilidades, regras sociais e recursos. Tais ressalvas metodológicas visam ir ao encontro das reflexões de Edward Palmer Thompson quando o mesmo propõe que

embora os historiadores possam tomar a decisão de selecionar essas evidências, e escrever uma história de aspectos isolados do todo (uma biografia, a história de uma instituição, uma história da caça à raposa etc.), o objeto real continua unitário. O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.). Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, que se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um *processo* histórico, isto é, *práticas* ordenadas e estruturas de maneiras racionais.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.15, nº45, set/dez, 2010. p.438

<sup>18</sup> REVEL, op. cit., 2010. p.442-443

<sup>19</sup> THOMPSON. Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981. p.50-51

Também são caras aos objetivos teórico-metodológicos da pesquisa as contribuições de Giovanni Levi em relação aos estudos biográficos ou de trajetórias individuais no campo da historiografia. Em seu texto *Usos da biografia*, o autor propõe quatro modos de se operacionalizar um estudo nestes termos dentro do referido campo disciplinar, sendo estes: 1) prosopografia e biografia modal (Ex: uma biografia coletiva de uma pequena comunidade); 2) biografia e contexto; 3) biografia e casos extremos (Ex: os trabalhos de Carlos Ginzburg em *O queijo e os vermes* e de Natalie Zamon Davis em *O retorno de Martin Guerre*); 4) biografia e hermenêutica (Ex: estudos que se preocupam em discutir o processo de formação de um discurso coeso em torno de uma trajetória individual). Para os fins desta pesquisa, busca-se dialogar com a proposta de biografia e contexto. De acordo com Levi, essa alternativa demonstra-se profícua por “manter um bom equilíbrio entre trajetória individual e o sistema social como um todo”, sendo que, em suas palavras, essa utilização da biografia repousa sobre uma hipótese implícita que pode ser assim formulada: qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica.<sup>20</sup>

Logo, não faz parte do conjunto de interesses deste estudo buscar inserir a trajetória de Cardoso dentro um modelo de pensamento político amplamente coeso e sistematizado que não privilegie suas contradições, trocas e mudanças – tal empreitada já foi realizada por trabalhos no campo da sociologia política e os seus resultados são conhecidos.<sup>21</sup> O interesse maior centra-se não somente no que permanece nas posturas de Fernando Henrique Cardoso ao longo do tempo, mas, nas mudanças, e acima de tudo propor possíveis respostas à questões como: por qual razão houve determinada mudança? Quais foram as influências que este recebeu durante o período? Por quais espaços sociais e redes de sociabilidades este circulou? Quais as justificativas do mesmo para determinadas alterações na sua forma de perceber determinado tema?

Para esta pesquisa, buscou-se promover o uso de fontes diversas, como cartas, publicações em jornais, entrevistas, livros, artigos acadêmicos, discursos no Congresso Nacional, relatórios e documentações produzidas pelos órgãos de repressão da ditadura militar,

---

<sup>20</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.176.

<sup>21</sup> Destacam-se assim as seguintes pesquisas: Cf: JUVENCIO SOBRINHO, Maria. **O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973-1992): autoritarismo e democratização**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003. BEAL, op.cit., 2015.

etc. Muitos acervos foram consultados no processo de levantamento de fontes. Para o acesso às cartas, artigos acadêmicos e obras completas de Fernando Henrique Cardoso, consultou-se o acervo on-line da Fundação Fernando Henrique Cardoso. Em relação aos textos publicados na imprensa, privilegiou-se os que estão disponíveis no acervo on-line da *Folha de S. Paulo*, tendo em vista que foi o veículo de imprensa em que Cardoso mais publicou seus textos.<sup>22</sup> Para os pronunciamentos e discursos de Cardoso no Congresso Nacional, o acervo on-line do Congresso Nacional foi a principal referência.<sup>23</sup> E o acervo Memórias Reveladas, produzido a partir do levantamento de fontes realizado pela Comissão Nacional da Verdade, foi utilizado para analisar a vasta produção documental dos órgãos de repressão a respeito da figura de Cardoso, como os relatórios e pareceres dos IPM's (Inquéritos Policiais Militares) em que ele foi indiciado, relatórios biográficos do SNI (Serviço Nacional de Informações) e outras documentações de grupos de inteligência que monitoravam suas movimentações.

Justifica-se esse amplo leque de fontes devido a necessidade de se valer do cruzamento de informações com vistas de buscar possíveis contradições entre as mesmas, contrastando as diferentes vozes e narrativas que constam nestes materiais e que produzem uma escrita a respeito da trajetória de Cardoso. Há de se ter uma leitura crítica de documentos escritos a respeito de Cardoso, questionando suas intenções, objetivos e contextualizando a sua produção. Como será observado doravante nesta pesquisa, a consulta aos documentos produzidos pela ditadura apresenta uma representação de Cardoso como uma figura subversiva, um inimigo dos governos militares e, por muitas vezes, definido categoricamente como um comunista, devido suas ligações com membros do PCB. Já a leitura dos seus textos acadêmicos demonstra uma outra faceta: a do crítico aos ideais comunistas, tal como expressos pelo modelo da experiência soviética, ou da revolução cubana.

Por outro lado, também há de se ter precauções metodológicas em relação às escritas que Cardoso buscou construir a respeito de si, enfatizando suas contribuições para o processo de redemocratização. Estas escritas de si estão presentes em muitas obras que o mesmo publicou durante e após a redemocratização, como *Democracia para mudar* (1978), *A democracia necessária* (1983), *Perspectivas* (1983) - estas duas últimas organizadas por Eduardo Graeff,

---

<sup>22</sup> O período de maior produção de textos para a *Folha de S. Paulo* foi entre 1976 e 1983, quando Cardoso contribuiu com 69 artigos para o jornal, sendo que entre estes: 27 destes foram publicados na seção Tendências/Debates com Cardoso dividindo espaço com outros autores de diferentes posturas políticas, como o militar, senador e ex-ministro Jarbas Passarinho, o sociólogo Gilberto Freyre, o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio e o filósofo Leonardo Boff; e 42 foram publicados a partir de 1981, agora em coluna própria no caderno Opinião.

<sup>23</sup> Neste acervo foi possível encontrar um total de 86 discursos e 77 apartes realizados por Cardoso; 92 vezes seu nome foi citado por outro senador; e o mesmo formulou 26 projetos de lei e pediu o desarquivamento de 2 projetos de lei do então senador André Franco Montoro.



então assessor direto de Cardoso no Senado – e sua entrevista para a obra *Transições democráticas: ensinamentos dos líderes políticos*, de Sergio Bitar e Abraham F. Lowenthal (2019).<sup>24</sup> Este conjunto de fontes visa construir, difundir e registrar para a história uma imagem de Cardoso como uma figura decisiva e um interlocutor diferenciado ao longo do processo de redemocratização.

Portanto, cabe ao historiador estar ciente das ressalvas de Jacques Le Goff ao interrogar suas fontes, entendendo assim que “o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu”.<sup>25</sup> E, no caso de Cardoso, este procedimento de montagem e produção de documentos deve ser analisado a partir da sua condição dupla de ator e narrador da história da redemocratização brasileira. Trata-se de um ator e narrador que após uma trajetória política e intelectual nas décadas de 1970 e 1980, chegou à presidência da República na década de 1990 e tornou-se uma das principais lideranças e personagens da política institucional das últimas três décadas. A posição de figura pública de Cardoso gera duas implicações diretas na pesquisa.

A primeira diz respeito ao fato de que são poucas as figuras históricas que tiveram tantos documentos produzidos a respeito das suas ações, ou que possuem uma fundação voltada exclusivamente para a sua trajetória de vida - no caso, a Fundação Fernando Henrique Cardoso -, o que gera uma quantidade de fontes que é inviável de ser catalogada e conhecida na sua plenitude. Assim, a seleção de fontes privilegiou os documentos que abordam de forma mais direta as questões relativas ao recorte temporal determinado e o processo de redemocratização brasileiro.

A segunda implicação é voltada para as questões políticas e a construção de diferentes imagens do passado e presente da figura de Cardoso. Como será abordado em alguns momentos no decorrer da tese, há de se ter um cuidado teórico-metodológico em realizar uma separação entre história e memória no trato das fontes e textos que versam sobre a trajetória de um determinado indivíduo. No decorrer da pesquisa, tornou-se perceptível que muitos textos que abordam temas voltados ao recorte temporal, mas que foram produzidos após a chegada de Cardoso na presidência da República, ganham uma fortíssima conotação política, tornando

---

<sup>24</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1978; CARDOSO, Fernando Henrique. **Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política**. São Paulo: Paz e Terra, 1983; CARDOSO, Fernando Henrique. **A democracia necessária**. Campinas: PAPIRUS, [1985]; BITAR, Sérgio; LOWENTHAL, Abraham F (org.). **Transições democráticas: ensinamentos dos líderes políticos**. São Paulo: Contexto, 2019 p.27-63

<sup>25</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento In: **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p.547.

difícil separar o que é crítica às ações do então presidente e o que é análise da sua atuação enquanto agente histórico nas décadas de 1970 e 1980. Ao historiador, cabe realizar a devida contextualização destas produções narrativas sobre o passado, inclusive para não produzir ou reproduzir projeções teleológicas e anacronismos que visem, de forma forçada, encontrar nas ações do passado de Fernando Henrique Cardoso os valores, ideias e ações do presente.

A divisão de capítulos desta tese segue uma ordem cronológica. O primeiro capítulo, intitulado *Semeando em solo árido: exílio e produção acadêmica (1964-1973)* parte da análise dos impactos do golpe de 1964 na vida de Cardoso, sua vida no exílio, algumas reflexões a respeito dos seus textos da década de 1960 considerados *clássicos*, até chegar ao seu retorno ao Brasil no final de 1968. Este período da década de 1960 é de grande importância para se compreender algumas teses de Cardoso que pouco mudaram no decorrer da sua vida e estiveram presentes na redemocratização (sua visão do fenômeno da dependência, suas análises acerca do empresariado brasileiro, algumas críticas às experiências revolucionárias de luta armada, etc.), mas também dar um contexto histórico e base material para se compreender quem era este indivíduo que se aproximava do MDB e buscava ter uma vida pública mais destacada a partir de suas críticas à ditadura militar.

Em seguida, o segundo capítulo foca na aproximação de Cardoso com o MDB e o impacto das eleições de 1974, tanto para a redemocratização brasileira quanto para as análises do sociólogo em relação às estratégias dos grupos de oposição para confrontar a ditadura. Para muitos analistas na época, entre eles o próprio Cardoso, os bons resultados do MDB no pleito de 1974 indicavam a possibilidade de derrotar ou enfraquecer a ditadura a partir do enfrentamento institucional e o fortalecimento do partido de oposição como uma frente capaz de amalgamar as frustrações e críticas de múltiplos setores descontentes com os governos militares. Intitulado *O Movimento Democrático e a democracia em movimento (1973-1978)*, este capítulo tenta analisar a tentativa do MDB de se tornar um partido de massas capaz de vencer eleições contra a ditadura e pressioná-la institucionalmente. Entretanto, este projeto também contou com resistências de grupos de oposição que discordavam do sentido que o partido e seus líderes - como Cardoso - buscavam dar para o processo de redemocratização. Para muitos grupos de esquerda e movimentos sociais, o movimento de democratizar a sociedade brasileira e lutar contra a ditadura deveria ir além de vitórias eleitorais.

No terceiro capítulo da tese, *Temperando a democracia burguesa: a guinada (não tão) à esquerda (1978-1983)*, o debate gira em torno das propostas de radicalização da democracia defendidas por Cardoso na sua campanha eleitoral de 1978. Aqui são analisados as estratégias

e os discursos veiculados por Cardoso em prol de uma aproximação com a sociedade civil organizada, os sindicatos e os movimentos sociais para se construir uma alternativa de democracia com maior participação popular. Entretanto, tais posicionamentos vão entrar em choque com o processo de fundação do Partido dos Trabalhadores, que foi concretizado em 1980. As tensões no campo ideológico e de estratégias políticas entre a ala de Cardoso no MDB e o PT são temas de grande importância neste capítulo, em especial quando este conflito é relacionado com movimentos de reestruturação internacional no campo das esquerdas.

No alvorecer da década de 1980, dois fenômenos marcaram a dinâmica do processo de redemocratização: a explosão da crise da dívida externa nos países latino-americanos e algumas importantes vitórias do PMDB nas eleições de 1982, caracterizada pelo retorno das eleições para governadores estaduais. No quarto e último capítulo, *Os tempos da Nova República: a democracia contra os democratas? (1983-1988)*, o objetivo é analisar como este foi um momento decisivo para a ampliação das tensões entre PMDB e setores organizados da sociedade civil. Este último capítulo também narra a disputa eleitoral para a prefeitura de São Paulo em 1985, na qual Cardoso foi candidato, e os primeiros anos do conturbado governo de José Sarney, e a crise do projeto de massas do PMDB a partir da trajetória de Cardoso, a qual culmina com a saída do partido em 1988 para fundar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Apesar de uma vitória imponente nas eleições de 1986, alimentada pelos resultados iniciais positivos do Plano Cruzado - na qual Cardoso foi eleito Senador por São Paulo -, o governo Sarney marca uma crise interna do projeto do PMDB e uma frustração popular muito grande com partido e governo. E, assim, este estudo é encerrado com uma análise dos significados da saída de Cardoso do PMDB, bem como uma reflexão em torno de um momento em que o choque entre os projetos de democracia *pelo povo* e *para o povo* produz um importante documento que representa e sintetiza grande parte das conquistas e derrotas da redemocratização brasileira: a Assembleia Constituinte (1987/1988) e a edição da Constituição Federal de 1988.

Expostos o objeto de pesquisa, os objetivos da tese e sua organização estrutural, reservo uma sessão desta introdução para desenvolver de forma mais aprofundada um debate conceitual em torno do conceito de democracia e como ele pode ser empregado a partir de uma perspectiva histórica. Para tal, proponho o conceito de democracia histórica como uma ferramenta conceitual para o estudo de processos de democratização.

## 1.1 POR UMA DEMOCRACIA HISTÓRICA

Um dos maiores artífices do conhecimento histórico, Edward Palmer Thompson, certa vez afirmou que “a história não conhece verbos regulares”.<sup>26</sup> A elegante metáfora do historiador britânico tem uma dupla finalidade implícita: visa defender os contornos epistemológicos e os métodos do campo da história perante outras disciplinas, bem como aponta para os riscos de intercâmbios malsucedidos da história com outras Ciências Humanas. Para Thompson, a história é o campo que estuda o processo, a ruptura, a mudança, e por tais características, deve desenvolver e preservar ferramentas teóricas e metodológicas que possibilitem o estudo deste constante vir-a-ser. Portanto, os historiadores devem adotar critérios rigorosos para se trabalhar com conceitos, especialmente os excessivamente sincrônicos e poucos elásticos para o campo da história. Para o historiador inglês, estes conceitos pouco elásticos não resistem ao serem confrontados com as dinâmicas dos processos históricos. Em outros termos, nenhum conceito é imune de ser influenciado pela ação humana no tempo, provocando uma constante tensão entre processo histórico e linguagem.

Expostas estas premissas, verifico que a crítica de Thompson em relação ao emprego de determinados conceitos por parte de historiadores pode particularmente servir para o estudo do uso de um conceito em especial: o de democracia. Comum aos filósofos, sociólogos e politólogos, o conceito de democracia usualmente é pedido emprestado pelos historiadores, utilizado e depois devolvido praticamente incólume aos seus ‘detentores’ previamente citados. Em certos casos, o conceito é trabalhado por historiadores de forma descritiva, tópica, ou sem uma definição precisa. Alguns historiadores até inserem referências às diferenças entre as experiências democráticas do modelo clássico de Atenas e do modelo moderno representativo no mundo ocidental pós-século XVIII, ou notas de rodapé citando uma definição de intelectuais advindos do campo da Sociologia, Filosofia, ou da Ciência Política sobre o conceito. Mas, se comparado com a vasta produção nas disciplinas vizinhas no campo das Ciências Humanas, em geral, considero razoável afirmar que, até o momento, os historiadores não se apresentaram como protagonistas nos debates em relação ao conceito de democracia.

O interesse por este debate interdisciplinar acerca do conceito de democracia se dá, pois um posicionamento teórico nele delimita a própria natureza e o método do estudo a ser realizado nesta tese. Como ponto de partida, julgo relevante afirmar que o propósito maior deste prólogo

---

<sup>26</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, [1978] 1981. p.57.

teórico é o de promover uma defesa da história e dos seus métodos em um terreno dominado pela Sociologia e pela Ciência Política: o do estudo dos processos de redemocratização na América Latina durante as décadas de 1970 e 1980. A afirmação de que a história não domina este campo pode dar margem para se compreender que os historiadores pouco produziram sobre estes processos históricos em questão, o que não é verdade. Todavia, ao se observar o que foi produzido até o momento, há de se constatar a necessidade de se ler tais estudos a partir de uma perspectiva crítica e que aponte alguns imbróglis conceituais que devem ser analisados de forma mais detalhada.

No outono de 1980, o sociólogo e historiador estadunidense Immanuel Wallerstein foi convidado pelo filósofo francês Thierry Paquot para escrever um pequeno livro cujo tema seria capitalismo. Wallerstein respondeu ao pedido alegando que tinha a impressão que muito já havia sido escrito a respeito do tema, e que somente escreveria a obra se a temática fosse *capitalismo histórico*. A adição do adjetivo histórico ao conceito de capitalismo não se deu por uma mera opção de estilo, mas diz respeito a uma tentativa do autor em elaborar uma categoria analítica nova para se compreender o fenômeno do capitalismo como uma experiência histórica. Este experimento teórico e metodológico de Wallerstein deu origem à sua obra *Historical Capitalism*, publicada originalmente em 1983. Na introdução, o autor justificou sua empreitada conceitual da seguinte forma:

Eu senti que muito havia sido escrito sobre o capitalismo por marxistas e outros da esquerda política, mas que a maioria desses livros sofria de uma ou duas falhas. Uma variedade era basicamente as análises lógico-dedutivas, começando pelas definições do que se pensava ser o capitalismo em essência e depois vendo até que ponto ele se desenvolveu em vários lugares e épocas. Uma segunda variedade concentrou-se em grandes transformações presumidas do sistema capitalista em algum momento recente, no qual todo o período anterior serviu como uma película mitologizada contra a qual tratar a realidade empírica do presente.<sup>27</sup>

Promovo esta breve digressão em direção ao conceito de *capitalismo histórico* elaborado por Wallerstein por algumas razões. O que eu busco desenvolver com o conceito de *democracia histórica* está diretamente inspirado nos caminhos já trilhados pelo sociólogo ao desenvolver a sua rica proposta conceitual de *capitalismo histórico*. Ao moldar sua proposta conceitual, Wallerstein buscou adotar um caminho distinto dos estudos que tinham como objetivo promover definições descritivas de como o capitalismo funcionava enquanto um

---

<sup>27</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical capitalism with Capitalist civilization**. London/New York: Verso, 1996 [1983]

sistema ou que buscavam delimitar a natureza do capitalismo. Para tal, chegou a promover uma reflexão acerca da própria contribuição de Marx para o debate, ao afirmar que o intelectual prussiano “sabia, como muitos não sabem, que havia uma tensão na apresentação de seu trabalho entre a exposição do capitalismo como um sistema perfeito (que na verdade nunca existiu historicamente) e a análise da realidade cotidiana concreta do mundo capitalista”.<sup>28</sup> Considero que esta tensão identificada por Wallerstein na obra de Marx se trata de um nó górdio que não somente afeta aqueles que buscam compreender e conceitualizar o sistema capitalista, mas também outros fenômenos históricos. Por exemplo, parece-me também coerente afirmar que há uma tensão entre a exposição da democracia como um sistema perfeito (que na verdade nunca existiu historicamente) e a análise da realidade cotidiana concreta do mundo democrático.

Para Koselleck, aqueles que buscam desenvolver a história de um determinado conceito devem buscar superar uma oposição diametral entre história da linguagem e história social. Na medida em que um conceito serve como um recurso metafórico para por meio de uma palavra se referir de forma mais generalizante a um determinado fenômeno (seja ele social, político, jurídico, natural, etc.), é importante estar ciente que as palavras que designam os conceitos têm uma história própria, tal como os fenômenos que elas buscam qualificar ou designar. E, em ambos os casos, estas histórias estão em constante movimento, podem se aproximar, se distanciar, ou mesmo não terem mais nenhuma conexão, o que acaba por colocar certos conceitos em desuso. Partindo do princípio de que os conceitos e as sociedades estão relacionados, mas se transformam a partir de ritmos e lógicas particulares, Koselleck estruturou um método de pesquisa denominado de história social dos conceitos. A particularidade deste método está na ênfase atribuída ao caráter diacrônico da linguagem, analisando assim como e por qual razão os conceitos mudam ao longo do tempo.

Exatamente quando se focaliza a duração ou a transformação dos conceitos sob uma perspectiva rigorosamente diacrônica, a relevância histórica e social dos resultados cresce. Por quanto tempo permaneceu inalterado o conteúdo suposto de determinada forma linguística, o quanto ele se alterou, de modo que, ao longo do tempo, também o significado do conceito tenha sido submetido a uma alteração histórica? É apenas por meio da perspectiva diacrônica que se pode avaliar a duração e o impacto de um conceito social ou político, assim como das suas respectivas estruturas. As palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Idem, *Ibidem*. p.9

<sup>29</sup> KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-RJ, 2006, p.105

Ao tomar como válidas tais afirmações de Koselleck, é possível iniciar a construção de um esboço de como elas podem auxiliar os estudos sobre o conceito de democracia a partir de uma perspectiva histórica. Façamos o exercício de analisar como este conceito foi empregado em três temporalidades diferentes, tendo como base a clássica divisão tripartite de Fernand Braudel de longa, média e curta duração. Na longa duração, a história do conceito de democracia remete ao século VI a.C, e busca dar conta de definir e qualificar a forma de organização política e governo da sociedade ateniense daquele período. Na média duração, é possível verificar que o conceito de democracia também foi empregado para definir as democracias representativas de matriz liberal que passaram a surgir durante o final do século XVIII, com origem nos processos de Independência dos EUA de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. Por fim, na curta duração, é possível afirmar que o conceito de democracia no Brasil foi usualmente utilizado para definir dois sistemas políticos do século XX: o da Segunda República, que perdurou de 1945 até o golpe de Estado civil-militar de 1964, e o da Nova República, que se estabeleceu após o fim da ditadura militar em 1985 e perdura até o presente.

Por meio destes exemplos, o que busco alertar é que, dificilmente, o que os estados nacionais definem e asseguram como direitos democráticos no tempo presente seriam compatíveis com a experiência de Atenas, que mantinha mulheres, estrangeiros e escravos fora da vida política da comunidade, ou de certas democracias liberais que surgiam no final do século XVIII, e conviviam com a presença da escravidão, sendo até mesmo incompatíveis com a República de 1945-1964, que negava o voto aos analfabetos e manteve de forma arbitrária o PCB na ilegalidade. O que particularmente considero interessante é perceber como o conceito de democracia se manteve resiliente durante séculos e foi selecionado para dar legitimidade institucional e/ou valores morais para formas de governos que têm pouca ou nenhuma relação entre si.

Na história social dos conceitos, sociedade e linguagem não caminham de forma paralela, mas entrecruzada. Como sugere Koselleck, “a história dos conceitos não é um fim em si mesmo, ainda que tenha um aparato metodológico próprio. A história dos conceitos também pode ser definida como parte metodologicamente autônoma da pesquisa social e histórica”.<sup>30</sup> Estudar a forma pela qual os conceitos surgem no tecido social para dar sentido ou qualificar fenômenos novos, ou como eles são adaptados para dar novas roupagens a problemas antigos,

---

<sup>30</sup> KOSELLECK, Reinhart, op.cit, 2006,, p.114

é uma questão de grande interesse não somente para a história da linguagem, mas é algo que diz respeito a questões culturais, políticas, econômicas, sociais, jurídicas, que transcende o mero aspecto comunicacional. Ou seja, por meio da análise dos usos dos conceitos, é possível promover o estudo das sociedades em sua totalidade.

O termo democracia é originário do grego e é a soma de duas palavras: *demos* (povo ou comunidade, usualmente utilizado para se referir à parcela da população que possui direitos políticos) e *kratos* (poder). Para os gregos, a democracia seria a forma de governo na qual o povo teria o direito de participar das decisões do poder, o que lhe distinguiria das outras formas de governo do período, tais como: o governo de poucos, designado como aristocracia (quando em sentido positivo) ou oligarquia (quando em sentido negativo); e do governo de um só, como a monarquia (quando em sentido positivo) e a tirania (quando em sentido negativo).<sup>31</sup> Dentro do campo que convencionou-se chamar de História Antiga, ou Grécia Antiga, o caso mais estudado e referenciado até o presente é o da experiência da democracia ateniense.

A historiografia do conceito de democracia é longa, vasta, plural, e suas contribuições advêm das mais diversas áreas do conhecimento (Filosofia, História, Sociologia, Ciência Política, Direito, Antropologia, etc.). Mas, mesmo dentro desta complexa tradição, deve-se destacar o recorrente papel atribuído à democracia ateniense como uma espécie de *berço da democracia*, onde tudo se originou, cabendo a nomes como Sólon e Péricles o papel de protagonistas na formulação dos primeiros sistemas de governo democráticos. Mais do que promover um amplo debate sobre as características da democracia ateniense, penso ser válido destacar como seu aspecto mais marcante a participação direta da população nas decisões de governo como uma experiência histórica com contornos muitíssimo particulares e dificilmente replicáveis de forma similar em outros contextos históricos. Segundo Norberto Bobbio, durante longos séculos esta noção de democracia foi vista como indesejada, sendo a mesma um campo

---

<sup>31</sup> BOBBIO, Norberto. Democracia [1986] In: BOBBIO, Norberto. **Norberto Bobbio: o filósofo e a política: Antologia**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2003, p.235. No verbete que escreveu para o conceito de democracia no Dicionário de Política, Bobbio também coloca: “Uma das, primeiras disputas de que se tem notícia em torno das três formas de Governo é narrada por Heródoto (III, 80-83). Otane, Megabizo e Dario discutem sobre a futura forma de Governo da Pérsia. Enquanto Megabizo defende a aristocracia e Dario a monarquia, Otane toma a defesa do Governo popular, que segundo o antigo uso grego chama de Isonomia, ou igualdade das leis, ou igualdade diante da lei, com o argumento que ainda hoje os defensores da Democracia têm como fundamental: ‘Como poderia a monarquia ser coisa perfeita, se lhe é lícito fazer tudo o que deseja sem o dever de prestar contas?’ Igualmente clássico é o argumento com o qual o fautor da oligarquia e, em seu encalço o fautor da monarquia, condenam o Governo democrático: ‘Não há coisa... mais estulta e mais insolente que uma multidão incapaz’. Como pode governar bem ‘aquele que não recebeu instrução nem conheceu nada de bom e de conveniente e que desequilibra os negócios públicos intrometendo-se sem discernimento, semelhante a uma torrente caudalosa?’”. BOBBIO, Norberto. Democracia In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política vol.1**. Brasília: Ed. UNB, 1998, p.320.



para os demagogos, oportunistas, ou mesmo abrindo caminho para a *tiranía do povo*. Ainda segundo Bobbio, a virada para uma percepção mais positiva da democracia passaria a ser construída no século XVIII, com o surgimento do que se convencionou denominar de democracia liberal representativa.

Mas, sob a luz da história social dos conceitos, como é possível medir os impactos da nova interpretação do conceito de democracia no século XVIII? Responder esta questão não é tarefa simples, pois muito foi escrito em relação ao tema, e por autores e autoras que partem de pontos de vista distintos. Norberto Bobbio, por exemplo, afirma que os teóricos democráticos do XVIII passaram a adotar princípios que destoavam da democracia ateniense, tais como: a) a forma de se exercer o poder na democracia ateniense era direta, enquanto na democracia liberal ela passa a ser indireta, elegendo-se representantes; b) muda-se o conceito de povo, ou *demos*, pois, na democracia antiga, *demos* significava uma entidade coletiva presente nas assembleias e que decidem sobre os assuntos da *polis*. Na democracia moderna, *demos* significa a soma de indivíduos que decidem, de forma isolada, e usualmente por meio de eleições, quem serão os indivíduos que receberão a outorga de lhes representar nos poderes Legislativo e Executivo; c) a questão do desenvolvimento demográfico distingue o método de consulta da democracia direta, que funcionava em cidades-estados com território e população muito menores, do método da democracia representativa, que buscou dar conta de resolver a questão da participação popular em grandes estados-nacionais; d) a democracia representativa liberal dialoga diretamente com um dos conceitos fundamentais da modernidade, o de indivíduo, enquanto a democracia ateniense parte da “tese aristotélica de que, na origem, o homem é um animal social que vive desde seu nascimento em uma sociedade, tão natural como a família”.<sup>32</sup> Há de se enfatizar que Bobbio considera que o processo de desenvolvimento da democracia representativa liberal se entrecruza em larga medida com o desenvolvimento da noção de direitos humanos, outro fenômeno político, jurídico e cultural que surgiu apenas no século XVIII.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> BOBBIO, Norberto. A democracia dos modernos comparada com a dos antigos (e com a das gerações futuras) [1986] In: BOBBIO, Norberto. **Norberto Bobbio: o filósofo e a política: Antologia**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2003, p.251

<sup>33</sup> De acordo com Bobbio: “Na argamassa da democracia moderna está uma concepção individualista da sociedade. Segundo essa concepção, a sociedade se instituiu para o bem do indivíduo, e não o contrário. Tal ideia recebe sua força de um pressuposto ético que, como todos os pressupostos éticos, pode ser justificado – mais do que demonstrado racionalmente – com argumentos. Trata-se do pressuposto segundo o qual o ser humano é uma pessoa moral que contém um fim em si e não pode ser tratado como meio; tem uma dignidade, não um preço. Certos direitos são inerentes à pessoa como tal”. Idem, *Ibidem*, p.242. Para um debate mais aprofundado sobre a formação da concepção de direitos humanos no século XVIII Cf: HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009

A definição de Bobbio acima descrita enumera e detalha pontos importantes sobre as diferentes formas de se praticar a política e exercer o poder dentro do escopo de um governo democrático, seja ele na Atenas *clássica* ou nos EUA pós-1776. Entretanto, algumas considerações precisam ser feitas sobre a sua abordagem. Por exemplo, a descrição de Bobbio enquadra o debate em balizas quase que exclusivamente institucionais e formais. Para Bobbio, a democracia representativa é um sistema de governo no qual “valem normas gerais, chamadas leis fundamentais, que permitem aos membros de uma sociedade, mesmo que sejam numerosos, resolver os conflitos que inevitavelmente nascem com os grupos que defendem valores e interesses diferentes, sem necessidade de recorrer à violência”.<sup>34</sup> Nesta definição, a democracia e a política são restritas ao que era praticado na Assembleia dos Cidadãos ou no Parlamento, tendo pouca relação com os conflitos e tensões de outras esferas do tecido social, como nas relações de trabalho, raciais ou de gênero. A democracia é definida de modo formal, tornando-a mais próxima de ser um método de governo do que uma experiência histórica, passível de nuances, mudanças, rupturas, contradições e suscetível ao devir da ação humana e do tempo.

De forma distinta de Bobbio, a cientista política e historiadora marxista Ellen Meiksins Wood, interpreta o conceito de democracia a partir de uma perspectiva influenciada pelo materialismo histórico, concebendo-o não somente como uma categoria formal para se definir um sistema de governo, nem mesmo na condição de um método para se regular os conflitos sociais e políticos, mas fundamentalmente como um produto histórico. Ao discorrer a respeito das diferenças entre o conceito de democracia para os *antigos* e os *modernos*, Wood busca analisar as bases sociais e econômicas – portanto, materiais – que atribuíram forma e conteúdo para estas experiências históricas. Um dos argumentos centrais da autora para distinguir ambos os fenômenos parte do entendimento de que estes somente foram possíveis devido a uma arquitetura social muito particular em cada uma de suas épocas. No caso da democracia ateniense, ela somente foi possível devido a existência de um sujeito histórico com status civil sem precedentes, o cidadão-campônes.<sup>35</sup> Por sua vez, o surgimento da democracia representativa está relacionado com uma configuração social, política e econômica que privilegiou outros dois sujeitos, o barão feudal e o aristocrata *Whig*.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> BOBBIO, op.cit., 2003, p.240

<sup>35</sup> Cf. WOOD, Ellen M. **Peasant-citizen and slave: the foundation of Athenian democracy**. London/New York: Verso, 2015 [1988]

<sup>36</sup> WOOD, Ellen M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1995]

O ponto central da leitura de Wood sobre a democracia ateniense é que esta foi pioneira em conferir um *status* civil único às classes subordinadas, criando assim a possibilidade material da existência do que a autora denomina de cidadão-campônes. A excepcionalidade da experiência histórica do cidadão-campônes se deu pela possibilidade deste aliar um conjunto de características que dificilmente encontram paralelo na história. O cidadão-campônes era um trabalhador rural que não trabalhava para um senhor, era proprietário da sua própria terra e força de trabalho, possuía uma forte ligação com os costumes de sua comunidade, tinha status civil para viver em liberdade, e podia participar de forma direta nas decisões da Assembleia dos Cidadãos.<sup>37</sup>

Se o camponês-cidadão foi o principal sujeito da democracia ateniense, a relação das classes populares com a política e sua capacidade de influenciar decisões de governo foi consideravelmente alterada com o desenvolvimento da democracia representativa no século XVIII, ao ponto de Wood afirmar que a democracia representativa dos Pais Fundadores dos EUA seria “a democracia civilizada com um toque de oligarquia”.<sup>38</sup>

A dura afirmação da autora busca lastro no entendimento de que, na prática, uma das consequências do caráter representativo da democracia moderna foi a concentração de poder entre os mais ricos e um maior distanciamento das classes populares dos centros de decisão do poder e de formas diretas de influenciar as decisões dos governos. A referida dupla liberdade, econômica e política, do cidadão-campônes, base da democracia ateniense, se demonstra distante da realidade dos trabalhadores do século XVIII e XIX, que viviam as consequências práticas do que Eric J. Hobsbawm denominou de dupla revolução, ao se referir à Revolução Industrial Inglesa e à Revolução Francesa de 1789.<sup>39</sup> Neste novo contexto, estes trabalhadores se viam obrigados a vender a sua força de trabalho para outrem, bem como de delegar a um conjunto delimitado de pessoas o poder de decidir em seu nome. E neste processo de construção das democracias representativas, os maiores beneficiários teriam sido os aristocratas *Whig* e os barões feudais, definidos por Wood como os principais sujeitos desta nova experiência democrática, o que lhe denotaria um conteúdo potencialmente oligárquico e avesso à

---

<sup>37</sup> Convém ressaltar a complexidade do fenômeno dentro da sociedade ateniense, pois, segundo Wood, a condição de dupla liberdade do cidadão-camponês – política e econômica - somente foi possível devido a grande quantia de escravizados que realizavam diversos tipos de trabalho nos espaços urbanos de Atenas, bem como formavam a grande maioria da massa de trabalhadores que trabalhavam nas minas de prata. Ou seja, naquele contexto, as liberdades do cidadão-camponês eram possíveis às custas da servidão dos escravizados. Cf: WOOD, Ellen op.cit, 2015 [1988].

<sup>38</sup> WOOD, op.cit., 2011 [1995], p.188

<sup>39</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019 [1977]

participação popular. Uma síntese das diferenças entre as duas experiências democráticas pode ser encontrada nesta passagem da autora:

Na antiga democracia ateniense, (...) o direito à cidadania não era determinado pela condição socioeconômica; mas o poder de apropriação e as relações entre as classes eram diretamente afetados pela cidadania democrática. Na Atenas democrática, cidadania significava que os pequenos produtores, em particular os camponeses, eram em grande parte livres da exploração “extraeconômica”. Sua participação política – na assembleia, nos tribunais e nas ruas – limitava a exploração política. Ao mesmo tempo, ao contrário dos trabalhadores no capitalismo, eles ainda não estavam sujeitos às pressões puramente “econômicas” da falta de propriedade. As liberdades política e econômica eram inseparáveis – a liberdade dupla do demos em seu significado simultâneo de condição política e de classe social, o homem comum ou o pobre; ao passo que a igualdade política não apenas coexistia com a desigualdade socioeconômica, mas a modificava substancialmente. Neste sentido, a democracia em Atenas não era apenas formal, mas substantiva. Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista -, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta.<sup>40</sup>

Para melhor compreender o argumento da autora e distingui-lo de abordagens similares a de autores como Bobbio, é necessário salientar que Wood analisa a questão da democracia a partir das relações entre duas categorias fundamentais do pensamento marxista, *base* e *superestrutura*. O objetivo de Wood é perceber como a questão de uma forma de governo como a democracia, a qual, numa perspectiva marxista, faria parte do campo do mundo político e jurídico – ou seja, da *superestrutura* -, se relaciona com o mundo do trabalho e da produção econômica de uma sociedade – elementos que formam a *base*. Grosso modo, considero possível afirmar que a autora busca chamar a atenção para a indissociabilidade entre ambas as esferas, a importância de se conceber a realidade de forma não fragmentada, e sim como uma totalidade. Além disso, a autora também demonstra que, tanto a construção das relações de produção, dos modos de produção, e da extração da mais valia, são permeadas por questões políticas, quanto o mundo da política institucional e extra-institucional, das ideologias políticas e construções jurídicas, não são construídas numa realidade abstrata e ausente de bases materiais, interesses econômicos, e recortes sociais pautados nos conflitos de classe. Para Wood, o econômico e o político, bem como a base e a superestrutura, são ambos produtos históricos formados

---

<sup>40</sup> WOOD, Ellen, op.cit., 2011 [1995], p.183-184

eminentemente por relações sociais que podem ser investigadas por meio do materialismo histórico.<sup>41</sup>

A perspectiva de Wood abre caminhos interessantes para se perceber que o estudo do conceito de democracia não deve se limitar às esferas da política institucional, mas sim se imiscuir por entre o tecido social, com vistas a refletir sobre as complexas relações entre política e sociedade. Afinal, os representantes eleitos que compõem os poderes Executivo e Legislativo não podem ser meramente considerados como os sujeitos protagonistas da história da democracia representativa, pois esta história também foi escrita por outros agentes históricos, pelos representados, que se encontram fora dos parlamentos, lutando pela ampliação de direitos e por uma democracia que incorpore novamente o princípio de poder popular e de participação mais direta do *demos* nas decisões do poder. Tendo em vista que a democracia liberal atribui centralidade para a questão da representação política, cabe ao historiador perceber que esta nova configuração atribui implicações não somente para a luta social e as formas de governo, mas para a narrativa histórica. Afinal, a história da democracia moderna é construída *pelo* povo ou *para* o povo?

A representação política impõe uma tensão ao historiador na hora de constituir uma narrativa acerca de determinados processos históricos. Em um primeiro momento, cabe questionar quais são os eventos e sujeitos que compõem uma história da democracia? Ao se narrar a história da democracia, o quanto os representantes são mais privilegiados que os representados? O quanto a política institucional é considerada palco da maioria dos eventos, enquanto a política feita fora das instituições é vista como um conjunto de notas de importância secundária? Quanto a sociedade, na sua composição heterogênea de classes, raças e gêneros, se encontra representada no conjunto delimitado de representantes eleitos – no Brasil atual, com a grande maioria composta por homens, brancos e ricos? Tais questionamentos são necessários para se compreender como a lógica da representação política opera, quais são algumas de suas tensões, e os seus impactos na narrativa histórica.

Entretanto, feitos estes questionamentos, é prudente salientar que a solução para os problemas levantados não reside na opção de selecionar exclusivamente por uma democracia *pelo* povo ou *para* o povo. Há relativo consenso no vasto campo de estudos das teorias democráticas, de que o caráter representacional da política se tornou necessário em sociedades complexas e com altos índices populacionais como as contemporâneas. O que é imperativo

---

<sup>41</sup> Este debate é aprofundado em: WOOD, Ellen M. A separação entre o ‘econômico’ e o ‘político’ no capitalismo. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1995].

resgatar aqui são as inter-relações e as tensões entre as duas esferas, pois elas existem e são parte indissociável da democracia representativa. Não há democracia puramente institucional, que ocorre sem interferência das pressões sociais, econômicas e culturais da sociedade. Tal como, a luta social realizada fora das instituições quase sempre é limitada por poderes institucionalmente constituídos pelas Casas Legislativas e pelo poder Executivo. Onde há representante, há representado, e nenhum destes grupos atua de forma passiva em relação ao outro.

A proposta da democracia histórica é defender que o caráter conflitivo da representação política pós-XVIII não só é a chave para se perceber como foi sendo construída uma dialética no movimento da história da democracia, e que está presente na tensão entre representantes e representados, como é esta tensão que dá movimento para a história da democracia contemporânea. Se os historiadores não operam com verbos regulares, mas mesmo assim buscam operacionalizar conceitos, há de se encontrar formas para se trabalhar e analisar estes conceitos em movimento. Tal condição, leva-me a desenvolver esta proposta do conceito de democracia histórica, a qual abarca a supracitada dialética da história da democracia representativa.

Portanto, com vistas de promover uma definição mais pormenorizada do conceito de *democracia histórica*, delimito-a aos seguintes termos: 1) é uma forma de se compreender a experiência histórica das democracias representativas pós-XVIII com ênfase no caráter processual destas – como as democracias são criadas, se desenvolvem e/ou chegam ao fim a partir de conflitos, tensões, acordos, rupturas, etc.; 2) as referidas experiências devem ser lidas a partir do princípio dialético de constante tensão entre a minoria de representantes eleitos e a maioria da população que é governada pela referida minoria e tem como seu *telos* a busca por maior acesso às instâncias de decisão do poder político (o poder de decisão dos governos) e econômico (o poder de decisão nas relações de trabalho e produção); 3) tendo em vista que esta tensão é irresoluta, é da natureza da *democracia histórica* que ela esteja em um processo de constante resignificação, com vistas de se adaptar às mudanças institucionais e às pressões populares; 4) como previamente expresso, as tensões que compõem a dialética da democracia histórica se formam dentro de uma totalidade que incorpora os conflitos do processo histórico no campo da luta social, política, econômica, cultural bem como as disputas narrativas pelo futuro.

Constatar a influência que os conflitos entre representantes eleitos e a base social exercem na história da democracia não é necessariamente uma abordagem nova. Em um dos

estudos mais clássicos da Ciência Política, o relatório da Comissão Trilateral de 1975, intitulado *The Crisis of Democracy*, Samuel P. Huntington analisou os impactos das lutas por direitos civis nos Estados Unidos durante a década de 1960 na democracia do país na primeira metade da década de 1970. Reconhecidamente filiado a uma tradição conservadora da Ciência Política estadunidense, Huntington chegou à conclusão de que “a vitalidade da democracia nos Estados Unidos na década de 1960 produziu um substancial crescimento na atividade governamental e uma substancial diminuição na autoridade governamental”.<sup>42</sup>

Em suma, o autor postulou que a pressão dos movimentos civis do período alimentou um movimento duplo na sociedade estadunidense: as pessoas passaram a receber mais benefícios do governo na mesma medida em que ocorreu um aumento na perda de confiança no governo. Como ponto central do seu argumento, Huntington considerou que este cenário estaria colocando em crise a governabilidade democrática nos EUA. Ou, em outros termos, as demandas por direitos civis de uma parcela substancial da sociedade estariam atentando contra a ‘boa governabilidade’ dos representantes eleitos. Nesta leitura, não somente a ideia de democracia como governo popular é rechaçada em prol de uma estrita autonomia da democracia representativa para resolução das questões relevantes às decisões de governo e poder, como ela também é colocada como passível de colocar em risco a democracia representativa em si. Em uma leitura crítica da conclusão do politólogo estadunidense sobre o fenômeno, Luís Felipe Miguel aponta que, para Huntington

O excesso de participação aumenta os conflitos sociais, põe em risco a continuidade do sistema, gera um excesso de demandas que o Estado é incapaz de processar. No celebrado relatório à Comissão Trilateral, [Huntington] chegou à conclusão de que, justamente por causa disso, as democracias são “ingovernáveis”: cada vez que o Estado atende a uma demanda popular, incentiva a apresentação de novas e mais extravagantes exigências. Ingovernável, mas indispensável como fator de legitimação, a democracia estava numa encruzilhada.<sup>43</sup>

O que Miguel define como a *encruzilhada* do argumento de Huntington, é o que estou apontando como a tensão estruturante da *democracia histórica*. Há um consenso entre autores e autoras dos mais diferentes matizes de que o caráter representacional na política moderna parte de uma tensão irresoluta e inerente ao próprio fenômeno em si. O fenômeno da

---

<sup>42</sup> Tradução livre do autor. HUNTINGTON, Samuel P. United States In: CROZIER, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. **The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission**. New York: New York University Press, 1975, p.64

<sup>43</sup> MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014, p.55-56

representação não parte do princípio de igualdade entre representante e representado; ela é uma relação de poder. Ao historiador, cabe demonstrar como estas tensões estiveram no cerne de diversos conflitos na história das democracias. Em especial, quando setores que buscavam resgatar o conceito de democracia como poder popular questionaram a capacidade de seus representantes políticos em atenderem demandas por ampliação de direitos.

Realizada esta exposição teórica, retoma-se o objeto de pesquisa: como relacionar a questão da democracia histórica com a trajetória política e intelectual de Cardoso? Este é um questionamento que deverá ser respondido ao término desta tese, mas considero apropriado terminar esta introdução com o seguinte comentário realizado por Theotonio dos Santos em seu texto de 1998, intitulado *The theoretical foundations of the Cardoso government: a new stage of the dependency-theory debate*. Em um determinado momento, o autor promove uma interessantíssima reflexão em torno da questão democrática na década de 1990 e o governo de Cardoso.

A democracia está avançando; este é um fato inquestionável e positivo em todo o mundo. Mas o povo não tem muita confiança nesta democracia. Protestam abstendo-se de votar, votando não e outros mecanismos de rejeição de um mundo político que lhes parece estranho, ou optam por soluções conservadoras que não colocam em risco os avanços democráticos alcançados de forma dolorosa. Passaram-se apenas 50 anos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o nazi fascismo dominou grande parte do mundo, e só muito recentemente abandonamos totalmente a ditadura no Brasil e em grande parte do resto da América Latina. A própria eleição de Cardoso é prova disso. Tendo tentado primeiro quebrar as estruturas da nação elegendo um presidente playboy, o eleitorado brasileiro buscou a fórmula conservadora - conservadora em seus métodos, mas não necessariamente em seus objetivos - que Cardoso tão bem incorporou. Não prevejo uma crise social e política ou mesmo qualquer comoção política revolucionária no curto prazo. Ao contrário, estou tentando mostrar que há espaço político para o conservadorismo reformista que Cardoso conseguiu concretizar. O que questiono, no entanto, é que produzirá uma atenuação das contradições sociais e políticas a médio e longo prazo. Cardoso sabe disso. Sua escolha tem um sentido pragmático claro. Santiago Dantas dizia no início da década de 1960, em entrevista ao jornal 'O Cruzeiro', que o Brasil precisava era de um homem de direita falando a língua de esquerda.<sup>44</sup>

De fato, na década de 1990, de forma comparativa, Cardoso simbolizava, ao mesmo tempo, um sinal de avanço democrático e uma solução conservadora para os problemas brasileiros. Em suma, Cardoso simbolizava um avanço conservador. Um avanço pautado numa democracia feita *para* o povo e que tomava o lado da classe dominante na tensão perene da democracia histórica. Esta tese busca tomar esta complexa trajetória de um dos principais

---

<sup>44</sup> SANTOS, Theotonio. *The theoretical foundations of the Cardoso government: a new stage of the dependency-theory debate*. **Latin American Perspectives**, Vol. 25, No. 1, The Brazilian Left and Neoliberalism (Jan., 1998), pp. 66.-67



artífices da democracia contemporânea no Brasil para narrar as contradições e tensões do processo de constituição desta mesma democracia, que, de forma mais geral, pode-se dizer que caminhou de forma conservadora durante um processo de redemocratização que também contou com grupos que souberam impor resistências a esse ritmo.



## 2. SEMEANDO EM SOLO ÁRIDO: EXÍLIO E PRODUÇÃO ACADÊMICA (1964-1973)

Uma cena chamava a atenção daqueles que passavam pela Rua Conselheiro Lafaiete na noite de 13 de março de 1964. Situada numa abastada região da cidade do Rio de Janeiro, na Zona Sul, entre Ipanema e Copacabana. A rua tornou-se palco de um protesto silencioso e caracterizado por um tom quase fúnebre. Ao se observar os apartamentos, via-se que muitos estavam iluminados exclusivamente pelo parco brilhar das luzes de velas. Elas estavam acesas em protesto a um outro evento – este, deveras barulhento e vívido – que ocorria no Centro da cidade, mais especificamente na Praça da República, em frente à estação da Central do Brasil. O então presidente João Goulart decidiu convocar seus apoiadores para um comício em defesa do conjunto de reformas que o seu governo buscava implementar no país, denominadas de reformas de base. Apesar de populares, as reformas eram rejeitadas pela maioria do Congresso Nacional, sofriam críticas das elites empresariais, e eram vistas como alarmantes por militares brasileiros e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. Estima-se que entre sindicalistas, trabalhadores, servidores públicos, estudantes, e demais apoiadores do presidente, algo em torno de 150 mil pessoas estiveram presentes no Comício das Reformas. No meio da multidão, Fernando Henrique Cardoso, que havia saído da casa de seu pai na Rua Lafaiete, e visto o protesto anti-Goulart, pedia passagem no comício pró-Goulart para conseguir pegar o seu trem para São Paulo na Central do Brasil. Durante a viagem, o tema da conversa no jantar entre amigos no vagão restaurante girou em torno da seguinte questão: se ocorrer um golpe de Estado, ele será perpetrado por Goulart ou contra o presidente? Segundo Cardoso, a única certeza que havia no grupo era: “fosse qual fosse o resultado, nós poderíamos pagar algum preço”.<sup>1</sup>

No dia 31 de março de 1964, o golpe foi realizado contra João Goulart. Apesar de bem difundida à época, a hipótese de que ‘Jango’ poderia dar um golpe de Estado se demonstrou infundada. As tropas militares que saíram na madrugada do dia 31 de Juiz de Fora-MG, lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho, ao chegarem no Rio de Janeiro com a finalidade de prender e depor João Goulart, não sofreram resistência por parte do governo. De acordo com Carlos Fico, a opção pela não resistência se deu por alguns fatores, sendo os principais: naquele

---

<sup>1</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014**. Acessado em 12/09/2021. Disponível em: [Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014 - YouTube](#)

momento, a grande maioria da cúpula militar já havia traído Goulart, e, ciente disso - e da aproximação de alguns militares com o Departamento de Estado dos Estados Unidos - o presidente optou por não resistir; acreditava que ao fazê-lo poderia desencadear o início de uma sangrenta guerra civil no Brasil.<sup>2</sup> Se a leitura de Cardoso e seus amigos em relação ao possível golpe de Goulart nunca chegou a se concretizar, a hipótese de que poderiam pagar um preço caso um golpe de Estado fosse consolidado se demonstrou assertiva. Após o golpe, Cardoso e sua esposa, Ruth, viveram períodos difíceis e sofreram perseguição do recém-instalado governo ditatorial.

Em depoimento para a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 26 de novembro de 2014, Cardoso relatou os seus agitados e apreensivos dias após o golpe. Naquele momento, atuava como professor de sociologia na Universidade de São Paulo, e, logo nos primeiros dias após a tomada do poder pelos militares, foi avisado por um estudante para não comparecer à universidade, pois os militares tinham a intenção de prendê-lo. A partir deste aviso, passou a dormir fora de casa, quase sempre em lugares diferentes, buscando despistar as autoridades. Devido ao clima de tensão, familiares e entes queridos entraram em um consenso de que a melhor opção naquele momento seria a saída de Cardoso do país.<sup>3</sup>

Ainda segundo o depoimento para a CNV, um personagem central na saída de Cardoso do Brasil foi Maurício Segall, que conseguiu encontrar uma falha na vigilância das autoridades para garantir uma vaga no voo que saia do Aeroporto Viracopos (Campinas-SP) para Buenos Aires. Um fato interessante a ser mencionado é que Cardoso estava escrevendo sua tese de cátedra na época, o que o levou a interpretar que iria para a Argentina “com a ilusão de que ia escrever a tese e voltava. Para ter paz para fazer o trabalho”.<sup>4</sup> O sociólogo não poderia estar mais enganado. Após a sua saída do país, um conjunto de eventos causou um grande impacto na sua vida: seu contrato não foi renovado pela USP, seu nome foi citado em dois Inquéritos Policial Militar, e sua prisão preventiva foi requisitada.

Este capítulo diverge dos demais deste trabalho no sentido de que não tratará diretamente do processo de redemocratização a partir da atuação de Cardoso. Tal opção se justifica devido a necessidade de se realizar um recuo temporal para compreender as ideias

---

<sup>2</sup> FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014

<sup>3</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014**. Acessado em 12/09/2021. Disponível em: [Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014 - YouTube](#)

<sup>4</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014**. Acessado em 12/09/2021. Disponível em: [Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014 - YouTube](#)

políticas que já circulavam previamente na América Latina, com maior atenção para as que circulavam no campo das esquerdas, e que vão influenciar muitíssimo o contexto social, político e econômico da década de 1970. Entendo que a experiência do processo de redemocratização no Brasil está relacionado com outros processos históricos e fenômenos sociais que devem ser analisados mediante uma temporalidade de maior duração, seja para analisar certos eventos em uma escala micro (destacando a trajetória individual de Cardoso) ou macro (abordando movimentos de mudança de ordem conjuntural ou estrutural).

Reconstruir a trajetória de Cardoso do golpe civil-militar até as eleições de 1974 é um exercício que ajuda não somente a compreender um evento que alterou de forma decisiva a dinâmica do processo brasileiro de redemocratização, mas também fornece subsídios para se analisar um movimento de aproximação de intelectuais paulistas com o MDB na época. Mesmo que o enfoque do texto a seguir esteja direcionado a aspectos mais particulares da vida de Cardoso, as experiências do sociólogo também foram comuns para muitos dos intelectuais da sua geração, como: a vida no exílio; a perseguição política via os arbitrários IPM's; a imposição legal da exoneração e a aposentadoria forçadas mediante o decreto-lei 477; além de participar da construção de redes de intelectuais (nacionais e transnacionais) engajados em criticar o ditatorial governo brasileiro e denunciar os crimes que estavam sendo cometidos por militares, os quais não se constrangiam em concentrar cada vez mais poder e institucionalizar a violência política como um instrumento passível de ser empregado contra qualquer cidadão.

Assim, um estudo sobre a história de Cardoso é também um estudo sobre as histórias de diversos intelectuais, artistas, políticos e demais grupos organizados da sociedade brasileira que, nos dez primeiros anos da ditadura militar, buscaram, cada qual a sua maneira, construir a resistência contra os governos militares. Entretanto, as variadas formas de repressão (jurídica, política e física) dificultaram enormemente a articulação de tais grupos, os quais pareciam enfrentar a experiência de plantar sementes em um solo árido, onde quase nada se colhia e muito era perdido. O que buscarei argumentar é que, a despeito das diversas derrotas sofridas nos primeiros anos da ditadura, tais experiências foram de suma importância para a formação política dos grupos e frentes que lutaram pela redemocratização brasileira nas décadas de 1970 e 1980, e que, em um outro contexto, constataram a necessidade de se construir novas estratégias de enfrentamento institucional, outras formas de articulação de movimentos sociais e abordagens diferenciadas em relação aos problemas do país. Mas, para tal, proponho revisitar algumas das particularidades do período a partir da trajetória de Cardoso.

## 2.1 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E OS IPM'S

Após passar poucos dias na Argentina, Cardoso chegou ao Chile no dia 1º de maio de 1964. Foi ali que passou a maior parte do seu exílio, trabalhando como diretor-adjunto da Divisão Social do Instituto Latino-Americano de Planejamento, órgão da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), sendo esta vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Também lecionou nos cursos de Economia e Sociologia da Universidade do Chile, e na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). No país vizinho, Cardoso encontrou oportunidades que não foram ofertadas para muitas das pessoas que se viram obrigadas a saírem do Brasil durante a ditadura militar. Um emprego formal na maior organização intergovernamental do mundo, além de moradia e visto de permanência possibilitaram a continuidade do desenvolvimento de uma carreira profissional, a ampliação da sua rede de contatos com intelectuais de diversas nacionalidades, e uma situação de segurança jurídica para a permanência no Chile. Esta seguridade era algo muito difícil para os exilados forçados a viver na clandestinidade, em especial, aqueles que, em um outro momento da ditadura militar, envolveram-se com a luta armada. Mesmo com condições relativamente apropriadas para reconstruir uma nova vida, isso não apagava a dura realidade: era uma vida em exílio. Exílio fruto da arbitrariedade e truculência de um golpe de estado que seguia abrindo feridas no Brasil. Para os exilados, era impossível esquecer o que se passava em seu país.

No caso de Cardoso, seu nome foi citado em dois IPM's que lhe imputavam um conjunto de crimes e que seguiam em andamento na justiça brasileira. Um deles ficou conhecido como *IPM da USP*, por atacar judicialmente alguns professores e alunos da universidade, enquanto o outro seria o *IPM das cadernetas Prestes*, que tinha como base documental cadernetas de anotações pessoais do líder comunista Luís Carlos Prestes, as quais foram apreendidas pelas forças militares na casa de Prestes após este sair do país devido a perda de seus direitos políticos pós-golpe de 1964. Em carta endereçada ao seu ex-orientador, colega de profissão e amigo pessoal, Florestan Fernandes, escreveu o seguinte a respeito do inquérito da USP e do que considerava ser “a legalização do policialismo intelectual” na USP:

Entusiasmei-me com sua atitude: afinal de contas, com exceção da carta que enviei à Congregação e que não surtiu efeito porque não foi lida nem publicada, foi o único protesto da Faculdade capaz de provocar na gente vontade de continuar a crer que nem tudo está perdido no mundo “pequeno-burguês” dos professores, como o senhor qualificou. Por isso me surpreendi com o telegrama para que eu vá depor: já na carta enviada ao [Mário Guimarães] Ferri [Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras] eu disse que não me submeteria à farsa dos inquéritos e não houve nada de lá

para cá capaz de mudar minha atitude. Eu compreendo que os que estão ai não têm outro remédio e entendo a dignidade de seu protesto. Mas me parece humilhante tomar um avião para ir ao Brasil cantar o hino nacional e dizer as cores da bandeira.<sup>5</sup>

A carta endereçada a Florestan foi redigida por Cardoso em tom de grande indignação com a situação pela qual foi submetido, mas também de preocupação pelos colegas que estavam no Brasil. No que tange à indignação, o seu repúdio não era destinado somente aos militares, mas também aqueles que considerava cúmplices do arbítrio. Em certa passagem do texto, chegou a afirmar: “eu não posso aceitar nem sequer a sugestão de ir falar com o Gama [Luiz Antônio da Gama e Silva]: não quero dar explicação alguma a um Reitor que não soube manter a dignidade do cargo e que ele sim deveria explicar-nos como cedeu tanto por ambição barata”.<sup>6</sup> Também demonstrou preocupação com Florestan Fernandes e o grupo de pesquisa que ambos faziam parte, ao ponto de sugerir ao seu colega não adotar uma postura muito crítica e combativa, mas de diálogo com as autoridades “para salvar o nosso grupo e sua posição, que é decisiva para a continuidade dele”.<sup>7</sup> Por fim, foi enfático em sustentar uma postura irreduzível perante o novo governo ditatorial: “quanto ao IPM, peço-lhe que lhes comunique que eu não vou depor porque tudo o que penso está escrito, o que fiz, sabe-se e não tenho nada a declarar, a não ser que continuo contra a “Revolução””.<sup>8</sup>

Pouco mais de um mês após redigir a carta para Florestan Fernandes, a situação do *IPM da USP* tomou novos rumos, o que acabou por deixar uma marca que influenciou na trajetória profissional e política de Cardoso durante toda a ditadura militar. No dia 16 de outubro de 1964, o *IPM da USP* foi concluído e, além de Cardoso, os professores Mário Schenberg, João da Cruz Costa e Florestan Fernandes, mais o aluno Fuad Daher Saad, foram indiciados. Todos considerados incurso na lei n. 1.802/53, que legislava a respeito de crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Os citados foram enquadrados no artigo 2º § III (mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional), e no artigo 4º § 1º (praticar atos destinados a provocar a guerra civil se esta sobrevém em virtude deles).<sup>9</sup> No

---

<sup>5</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. carta de esclarecimento. Santiago (Chile), 23/09/1964

<sup>6</sup> Idem. Aqui é interessante entrecruzar tal informação com o depoimento que Cardoso deu à CNV, acusando a USP de ter aberto os inquéritos contra os seus próprios professores. Cf: CARDOSO, Fernando Henrique. **Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014**. Acessado em 12/09/2021. Disponível em: [Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014 - YouTube](#)

<sup>7</sup> CARDOSO, op.cit., 23/09/1964

<sup>8</sup> Idem, Ibidem

<sup>9</sup> **Boletim Reservado Especial** n.03, 30 de Abril de 1965. Destaca-se que Schenberg ainda foi incurso no artigo 9º da mesma lei.

mesmo documento, redigido pelo Ten. Cel. Bernardo Schonmann, encarregado do IPM, discorre-se da seguinte forma a respeito das acusações contra Cardoso:

Quanto ao professor **Fernando Henrique Cardoso** [grifo do documento], esteve o mesmo sempre ligado a movimentos que caracterizam os diversos processos utilizados pelos comunistas no Brasil para, valendo-se de “slogans” democráticos, se acobertarem e difundirem a propaganda de “cunho marxista”; que dentre estes movimentos destacam-se os de: “Centro Paulista de Estudos e Defesa do Petróleo”, do qual foi tesoureiro e cuja Diretoria era integrada exclusivamente por elementos comunistas; que foi signatário de manifesto referente ao II Festival da Juventude Paulista, de cunho nitidamente comunista; que foi membro do Conselho de Redação da Revista “Fundamentos”, órgão da imprensa vermelha no país; que valendo-se da cátedra, utiliza-se da mesma como veículo de aliciamento e deformação das mentalidades de grande número de estudantes que vendo no mestre o porta-voz da cultura e acreditando estar ele cumprindo com seus deveres de educador e orientador seguem, na ânsia de conhecimentos e fatos novos, a sua linha de ação: que esta sua ação somente, caso não existissem outros fatos, é suficiente para torná-lo pernicioso como elemento responsável pela difusão cultural no setor universitário do país e que difundiu entre seus alunos ideias exóticas, contrárias aos interesses do regime democrático do país.<sup>10</sup>

Chama a atenção a atuação de Cardoso no Centro de Estudos e Defesa do Petróleo ser citada no parecer. De fato, desde 1948, Cardoso integrou e apoiou o grupo paulista do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). Inclusive, em abril de 1948, com 16 anos, publicou texto intitulado *O petróleo* no jornal *Tribuna Estudantil*, no qual realizava afirmações fortes a respeito da questão da gestão e da administração do petróleo nacional. Chegou a afirmar que os brasileiros estavam “passando por uma prova decisiva de amor à pátria, à liberdade e ao direito. Não amor demagógico em que gritemos frases empoladas, sem essência e que não inspirem ação, mas um amor viril digno e que nos leve a tomar posição em defesa de nossa soberania”.<sup>11</sup> No decorrer do texto, ainda defendeu que “o petróleo deve ser monopólio do Estado”, que “o problema do petróleo é o teste de honradez pelo qual verificaremos quais os verdadeiros patriotas e quais os traidores, que procuram engodar a opinião pública com um falso patriotismo”, além de convocar os brasileiros a ludibriar “os “trusts” norte-americanos que querem dominar o nosso ouro negro e entre eles a Standard Oil do grupo Rockefeller”.<sup>12</sup>

Apesar deste apoio público à causa, torna-se importante destacar que: 1) neste contexto específico, Cardoso estava muitíssimo influenciado pela atuação de membros da sua família na Campanha do *Petróleo é nosso*, sendo o caso de seu pai, então general-de-brigada, Leônidas

<sup>10</sup> Idem, Ibidem.

<sup>11</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. O petróleo. *Tribuna estudantil*, ano I, nr. 1, Abril de 1948

<sup>12</sup> Idem, ibidem



Cardoso e, principalmente, de seu tio, o general Felicíssimo Cardoso, que presidiu a CEDPEN de 1953 até 1973; 2) embora alguns integrantes do PCB tenham apoiado a *Campanha do Petróleo*, o movimento era sumariamente nacionalista, abrigando militares, intelectuais, engenheiros, técnicos, e estudantes de variadas matizes políticas; 3) as ideias nacionalistas, desenvolvimentistas e comunistas já eram alvos das críticas de Cardoso na década de 1960, com especial ênfase na sua obra *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, de 1964, o que demonstrava uma evidente mudança nas suas posições políticas desde o final da década de 1940 e início da década de 1950. Em suma, as acusações no relatório deliberadamente distorciam e descontextualizam fatos para tentar dar algum grau de legitimidade legal para o arbítrio da perseguição política contra Cardoso.

As acusações seguiam um padrão que veio a se tornar típico dos IPM's abertos durante a ditadura militar. Determinados alvos eram selecionados para terem detalhes da vida pessoal investigados de forma minuciosa pelos órgãos de inteligência do governo. Durante a investigação, eventos tópicos eram pinçados para compor um dossiê contra o indivíduo em questão, mesmo que as acusações fossem frágeis, ideologicamente enviesadas e/ou carecessem de evidência empírica. Como expresse previamente, o caso de Cardoso é interessante pois, para se imputar crimes a um indivíduo com o seu perfil, seria necessário um malabarismo jurídico típico dos governos autoritários. A brecha encontrada foi a de criar uma aproximação forçada e muitíssimo exagerada com o PCB. Na medida que o partido era acusado pelos militares de ser financiado por um Estado estrangeiro (no caso, a URSS) para perturbar a ordem política e social do Brasil, toda e qualquer ligação que uma pessoa poderia ter com a instituição permitia que – mesmo sem o lastro das evidências ou do devido processo legal - crimes similares pudessem ser imputados contra ela. A análise dos IPM's abertos no início da ditadura militar permite perceber como uma das primeiras preocupações dos militares foi a implementação de um controle autoritário dos órgãos da justiça brasileira, solapando o ordenamento legal e democrático. Os meios legais pouco importavam perante os fins políticos dos militares e setores civis que os apoiavam.

Nas disposições finais da acusação contra os professores e estudantes da USP, Schonmann considerou que os fatos apurados constituíam crimes a serem julgados não por um tribunal civil, mas pelos Tribunais Militares, o que foi acatado por Amaury Krueel, Comandante do II Exército, que decidiu encaminhar os casos para a Justiça Militar.<sup>13</sup> No dia 3 de setembro

---

<sup>13</sup> **Boletim Reservado Especial** n.03, 30 de Abril de 1965

de 1965, o processo avançou e as prisões preventivas de todos os indiciados foram ordenadas pela Justiça Militar de São Paulo. Uma semana depois das prisões preventivas terem sido decretadas, um relatório foi enviado do Consulado dos EUA em São Paulo para o Departamento de Estado dos EUA, contendo informações sobre os referidos eventos. É relatado que a nova situação pouco mudaria a vida de Cardoso e Fernandes, pois já estavam fora do Brasil, enquanto Schemberg e Costa estavam em liberdade, morando em São Paulo. E no caso do estudante Fuad Daher Saad, o mesmo chegou a ser detido, mas logo conseguiu obter um *habeas corpus* do Superior Tribunal Militar (STM).<sup>14</sup>

A seção mais interessante do relatório é a voltada para os comentários do Consulado sobre as prisões. Duas possibilidades são levantadas para o ordenamento das mesmas, sendo elas: a) “após o STM ouvir alguns membros da corte ridicularizarem o fato de que Saad havia sido detido enquanto os professores não; b) ambos, Schemberg e Fernandes recentemente pediram permissão para deixar o país”.<sup>15</sup> O relatório ainda informa que, apesar dos cinco terem sido indiciados há tempos, nenhum deles teve suas atividades profissionais restringidas, dando destaque inclusive para como Schemberg e Fernandes seguiam criticando o governo publicamente. Há também um destaque para o fato de que durante a abertura da 8ª Bienal de São Paulo, realizada entre 4 de setembro e 28 de novembro de 1965, o presidente Castello Branco recebeu uma petição assinada por 113 artistas, intelectuais, e vencedores de prêmios do próprio evento, na qual se demonstraram favoráveis à liberdade dos professores e do estudante da USP. O momento que mais chama a atenção no texto é quando o Consulado emite uma opinião no mínimo divergente dos IPM's em relação à avaliação dos militares brasileiros em relação às posições políticas dos acusados.

Alguns comentaristas suspeitam que as cortes e os ‘linhas-dura’ buscam apenas dramatizar a si mesmos. Outros, mais favoráveis à Revolução, reclamam da lentidão dos procedimentos dilatórios dos tribunais militares e consideram os mesmos como muito fracos e ineficazes para processar subversivos realmente perigosos. Neste caso, o Consulado não pode julgar se o Tribunal agiu com firmeza, uma vez que nenhuma das provas foi apresentada. Certamente, Schemberg é um comunista com histórico longo e complexo. No entanto, embora os outros professores sejam conhecidos como reconhecidamente esquerdistas, eles geralmente não são considerados membros do Partido Comunista.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Idem, Ibidem

<sup>15</sup> Idem, Ibidem

<sup>16</sup> Idem, Ibidem. Tradução livre do autor.

O procedimento de cruzar informações advindas de diferentes documentos do período permite captar uma polifonia de vozes que estavam debatendo os indiciamentos e pedidos de prisões preventivas dos professores e estudantes da USP. Ao analisar a documentação referida, uma questão parecia estar em aberto: quais seriam os limites aceitáveis no combate ao comunismo e a subversão durante os primeiros anos da ditadura militar? No caso aqui analisado, o Consulado dos EUA adotou uma opinião distinta dos militares brasileiros responsáveis pela análise dos IPM's, questionando a carência de provas para os supostos crimes, além da associação falsa e forçada entre parte dos acusados e o PCB.

O inquérito caminhou para um desfecho apenas em novembro de 1965, quando decretou-se liberdade vigiada para todos os professores e o estudante. No caso de Cardoso, no dia 30 de setembro de 1966, o STM lhe garantiu um habeas corpus, excluindo-o da denúncia, alegando falta de provas. Apesar de não ter conseguido encontrar a sentença original do julgamento do STM, um relatório do SNI que levantou informações detalhadas sobre a vida de Cardoso aponta as seguintes informações em relação ao evento:

Em 29 Mar[ço de] 65, foi denunciado perante a 22 AUDITORIA MILITAR da 29 REGIÃO MILITAR (RM), como incurso no Artigo 22, inciso III da Lei 1802, de 5 Jan 53. Porém, em sessão de 30 Set 66, o SUPREMO TRIBUNAL MILITAR (STM) concedeu ordem de "habeas corpus" em favor do epigrafado, para excluí-lo da denúncia, por falta de justa causa. Foi indiciado nesse IPM, porque de 1958 a 1962 participou da campanha em defesa da escola pública, considerado, na época, movimento de política esquerdista.<sup>17</sup>

A sentença de habeas corpus concedida pelo STM encerraria o imbróglio jurídico de Cardoso em relação ao *IPM da USP*, o que não significou que a estrutura repressiva construída pelos militares deixaria de perseguir-lo. Apesar da resolução do caso, ao se analisar a farta documentação que o SNI produziu durante a ditadura militar sobre Cardoso, é possível perceber como o inquérito tornou-se uma referência constante em qualquer relatório produzido pelos órgãos de inteligência a respeito da sua atuação profissional e política. Assim, em fevereiro de 1969, quando o sociólogo já havia retornado para o Brasil do seu exílio, e seu nome esteve presente nas primeiras listas dos intelectuais atingidos pelo decreto-lei 477 para ser aposentado compulsoriamente, não é possível definir a situação como inesperada. Desde os primeiros momentos da ditadura militar, Cardoso era vigiado pelas autoridades militares, condição que seguiu pouco alterada durante boa parte do período autoritário.

---

<sup>17</sup> Idem, Ibidem.

## 2.2 EXÍLIO E PRODUÇÃO ACADÊMICA: TEORIA OU SITUAÇÕES DE DEPENDÊNCIA?

Em relação à experiência do exílio, este foi um período de grande produção acadêmica de Cardoso, tendo o mesmo conquistado um posto como uma referência internacional no campo da sociologia. Sua carreira acadêmica já era bem consolidada no Brasil, mas a opção por se mudar para o Chile e trabalhar na CEPAL, um órgão de grande relevância dentro das Nações Unidas ampliou a sua rede de contatos com pesquisadores internacionais. Dito isto, não faz parte do escopo desta pesquisa abordar em maiores detalhes a trajetória acadêmica de Cardoso antes do golpe de 1964, cabendo aqui realizar apenas uma breve descrição das mesmas. Cardoso foi um dos pesquisadores mais referenciados da geração que se convencionou denominar de *Escola Paulista de Sociologia* ou *Escola da USP*, que contou com nomes como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Ruth Cardoso, entre outros. Foi também um dos responsáveis pela criação do *Grupo de Estudos d'O Capital da USP*, ao lado de outros fundadores, como José Arthur Giannotti, Octávio Ianni e Fernando Antônio Novais. Com o passar dos anos, outros intelectuais muito importantes participaram do grupo, como Roberto Schwarz e Emir Sader.

Cardoso passou a lecionar na USP em 1953, na disciplina de História Econômica Geral e do Brasil, na posição de primeiro assistente. Entre 1953 e 1954, foi auxiliar de ensino da cadeira de Sociologia I, tendo sido promovido a primeiro assistente da mesma disciplina em 1955, posto que ocupou até 1961. Neste mesmo ano, tornou-se doutor em Ciências Sociais, com a sua tese de doutorado intitulada *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, um estudo que dava desenvolvimento a pesquisas que vinham sendo produzidas desde a década de 1950 sob a orientação de Florestan Fernandes, abordando os múltiplos impactos da escravidão no Brasil e a sua influência nas particularidades do desenvolvimento capitalista nacional.<sup>18</sup> A escravidão brasileira já havia sido objeto de estudo em uma outra importante obra do sociólogo, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960), escrita em co-autoria com Octávio Ianni.<sup>19</sup> Embora nunca tenha propriamente adotado uma perspectiva exclusivamente marxista em seus escritos, tais pesquisas demarcaram o momento de maior diálogo do intelectual com o

---

<sup>18</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003 [1962]

<sup>19</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor de mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: São Paulo Editora S/A, 1960

materialismo histórico dialético, mesmo que tal abordagem tenha sido empregada de forma particularmente híbrida, misturando-se referências teóricas marxistas com outras de matriz weberiana. Como veremos doravante, após estas publicações, a influência do marxismo foi cada vez menor em suas obras.

No ano de 1963, Cardoso defendeu a sua tese de livre-docência a respeito da burguesia industrial brasileira, intitulada *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*.<sup>20</sup> O novo tema simbolizou uma alteração em relação aos seus estudos anteriores, e, nesta nova fase, o sociólogo passou a publicar pesquisas no campo da Sociologia Industrial, área que estava ganhando força dentro da USP no início da década de 1960 devido a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), vinculado à cadeira de Sociologia I, e que estava sob a coordenação de Florestan Fernandes. Por tal razão, entre 1962 e 1963, Cardoso realizou um curso de pós-graduação no Laboratório de Sociologia Industrial da Universidade de Paris X - Nanterre, onde se aproximou bastante do fundador do laboratório, o sociólogo francês Alain Touraine – que seria um dos principais responsáveis para levar Cardoso para lecionar na mesma universidade entre 1967 e 1968. A pesquisa também contou com apoio da CEPAL, com Cardoso publicando na condição de consultor um relatório da sua pesquisa para a instituição em 1963, intitulado *El empresario Industrial en América Latina: Brasil*.<sup>21</sup>

Em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, a influência weberiana em Cardoso ganhou contornos ainda mais sólidos – embora não seja a única influência teórica na obra. Tendo como base um vasto conjunto de entrevistas realizadas com industriais brasileiros, principalmente os localizados em São Paulo, a tese discute dois pontos centrais: 1) a posição social e a atuação política dos industriais no estágio de desenvolvimento em que a formação da economia e da sociedade brasileira se encontrava; 2) o papel desempenhado por este grupo na formação histórica do setor no Brasil. Em suas reflexões, Cardoso chama a atenção para a presença de elementos tradicionais ou *pré-industriais* no modo como a maioria dos industriais brasileiros conduziam os seus negócios e atuavam politicamente, o que seria explicado pelo desenvolvimento particular do setor durante o século XX – principalmente no pós-guerra. Estes empresários industriais tinham de atuar em condições históricas e materiais de um país marcado pelos legados sociais da escravidão, com uma

---

<sup>20</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964

<sup>21</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **El empresario industrial em America Latina: 2. Brasil**. Mar del Plata, Argentina: Naciones Unidas, Consejo Economico y Social, Comision Económica para America Latina (CEPAL), mayo 1963. 78 p. General E/CN.12/642/Add.2. Mimeografado.

estrutura econômica já consolidada pelo setor agrário como predominante nas exportações, contando com baixos níveis de competição no mercado, e um setor dominado por poucas indústrias que obtinham benefícios fiscais e de empréstimos do Estado. Assim, para o autor, a realidade dos industriais brasileiros destoava das experiências de seus pares do centro do capitalismo, impedindo que eles fossem mais modernos e empregassem formas mais racionalizadas de administrarem suas empresas, o que, em última instância, os impossibilitava de construir um projeto de classe dominante. Tais fatores o levaram a promover a seguinte conclusão:

A situação peculiar da burguesia industrial na sociedade de massas em formação e a situação em que se encontra no processo de industrialização, fazem-na temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados. Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. Com isso, cria, quiçá, a possibilidade que mais teme: de perder as *chances* históricas de exercício pleno da dominação de classe.<sup>22</sup>

Porém, o trecho mais célebre e provocativo da obra reside na reflexão final de Cardoso a respeito da ambiguidade das posturas do empresariado industrial brasileiro durante o contexto do pós-guerra até o período de publicação da obra no início da década de 1960. Este grupo constantemente flertou com os setores ditos *tradicionais* (ligados ao latifúndio, ao mercado exportador e às formas clientelistas de dominação política), ao mesmo tempo em que dialogou com grupos *modernos* (trabalhadores urbanos, sindicalistas, e demais grupos organizados típicos de uma sociedade industrial) que ascendiam politicamente e demandavam por maiores direitos a comunidade de trabalhadores nos grandes centros urbanos. Tal posição era insustentável em um prazo maior e contraditória por natureza. Seria quase inevitável que as contradições dos conflitos sociais e políticos do Brasil - e porque não do capitalismo como um fenômeno global? - impusessem ao empresariado industrial brasileiro a necessidade de uma escolha entre qual projeto ele seguiria apoiando. Coloquemos o debate nos termos do próprio Cardoso:

Ilhada entre as motivações e interesses de tipo tradicional que a prendem por um lado ao latifúndio e à concepção tradicional de existência e, por outro lado, ao capitalismo internacional ao qual se associou para crescer economicamente, a burguesia industrial se vê na contingência de realizar uma política à beira do abismo: ora reage contra o imobilismo a que os grupos tradicionais querem limitar a política e a economia do

---

<sup>22</sup> CARDOSO, Fernando Henrique, op.cit., 1964, p.180

país, ora reage contra as pressões urbanas e populares que tendem a quebrar a rotina. Hesita não porque não se dá conta de seus interesses reais, mas porque estes interesses são contraditórios. Para afirmar-se como classe politicamente dominante e para expandir economicamente, a burguesia industrial é forçada a apoiar reformas e medidas que contrariam os grupos de dominação tradicional, mas, em seguida, neste mesmo movimento de modernização, vê-se embaraçada com os únicos aliados com que pode contar nas situações-limite: as forças urbanas e populares. (...) As possibilidades de manutenção deste malabarismo não são contudo ilimitadas. Estreita-se a cada dia a faixa de compromissos possíveis. As decisões fundamentais não dependerão apenas da burguesia industrial que, parece, optou pela "ordem", isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza. Resta verificar qual será a reação das massas urbanas e dos grupos populares e qual será a capacidade de organização e decisão de que serão capazes para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país. No limite a pergunta será então, subcapitalismo ou socialismo?<sup>23</sup>

Subcapitalismo ou socialismo? O questionamento certamente era coerente no contexto histórico em que foi proferido. Inclusive, após o golpe de 1964, parece-me razoável definir que boa parte da intelectualidade brasileira centrou seus esforços na tentativa de responder por qual razão este empresariado rejeitou as movimentações populares de grupos cada vez mais organizados e ativos na sociedade brasileira, e optou por apoiar a desestabilização do governo João Goulart, o movimento golpista e a consequente ditadura, satisfazendo-se assim com a *condição de sócio menor do capitalismo ocidental*. Outro ponto que deve ser ressaltado, e é muitíssimo bem trabalhado por Alvaro Bianchi em seu texto *O marxismo fora do lugar*, era que a obra também tinha como base o “acerto de contas com a ideia de burguesia nacional corrente tanto no discurso nacional-desenvolvimentista como naquele que tinha sede no PCB”.<sup>24</sup> Compreender a formação do pensamento sociológico e político de Cardoso no decorrer da década de 1960 é levar em consideração suas críticas a ambos os grupos citados: comunistas e nacional-desenvolvimentistas. As quais, muitas vezes, o próprio buscava respaldá-las a partir de interpretações não-ortodoxas da teoria marxista que estavam sendo experimentadas entre os participantes do Seminário Marx da USP - tema que será retomado adiante.

A opção de Cardoso por desenvolver estudos no campo da Sociologia Industrial, com ênfase em investigar as características do desenvolvimento econômico em países subdesenvolvidos no Pós-Guerra, foi uma mudança não somente temática na sua carreira, mas que teve impactos na abrangência das suas pesquisas, as quais passaram a circular em âmbito internacional. Três das principais produções acadêmicas, todas publicadas no ano de 1967,

<sup>23</sup> CARDOSO, op.cit., 1964, p.186-187

<sup>24</sup> BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. *Política e Sociedade*, 9(16): 177-203, abr. 2009, p.188

merecem ser mencionadas como marcos para o processo que podemos denominar de internacionalização da produção intelectual do autor. Refiro-me a: o capítulo *The industrial elite* na coletânea *Elites in Latin America*, organizada por Seymour Martin Lipset e Aldo Solari; a publicação de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, obra escrita em co-autoria com o sociólogo e historiador argentino Enzo Faletto; e o capítulo *Hégémonie bourgeoise et indépendance économique* publicado na edição da revista francesa *Les Temps Modernes*, na qual o seu coordenador, Jean Paul Sartre, convidou Celso Furtado para reunir intelectuais brasileiros com o objetivo de debater o Brasil após o golpe de 1964.<sup>25</sup>

A coletânea *Elites in Latin America* foi idealizada a partir do seminário *Elites e Desenvolvimento na América Latina*, organizado por Lipset e Solari na Universidade de Montevideú, Uruguai, em junho de 1965. Aos intelectuais que proferiram conferências no evento, foi feito o convite para transporem suas falas no evento em forma de textos para compor os capítulos da coletânea.<sup>26</sup> A obra tornou-se um clássico do pensamento social latino-americano, e muito disso se deu pelo pioneirismo da proposta de reunir diversos estudiosos para discutirem o processo da formação das elites no sub-continente latino-americano, partindo de um ponto de vista crítico aos estudos que levavam em consideração exclusivamente as pré-condições econômicas e sociais para se analisar o desenvolvimento da região. Muito influenciados pelas teses weberianas desenvolvidas em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, os autores da obra defendiam que os novos estudos no campo da sociologia passassem a considerar o papel dos valores e da cultura como pré-condições para a formação de elites comprometidas com o efetivo desenvolvimento industrial e capitalista na América Latina.<sup>27</sup> Uma boa síntese do projeto se encontra no prefácio redigido por Lipset e Solari, em que os autores afirmam que “condições estruturais tornam o desenvolvimento possível; fatores culturais determinam se a possibilidade poderá se tornar uma realidade”.<sup>28</sup>

Dos capítulos da obra, o que mais ganhou notoriedade e melhor define a proposta da coletânea é o de Lipset, intitulado *Values, education and entrepreneurship*.<sup>29</sup> Para o

<sup>25</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Hégémonie bourgeoise et indépendance économique* In: FURTADO, Celso (org). **Les Temps Modernes: Brésil**. Paris, 1967.

<sup>26</sup> A lista dos intelectuais que fizeram parte da coletânea é a seguinte: Seymour Martin Lipset, Luis Ratinoff, Fernando Henrique Cardoso, Robert E. Scott, Irving Louis Horowitz, Ivan Vallier, Frank Bonilla, Henry A. Landsberger, Aníbal Quijano Obregón, Darcy Ribeiro, Luis Scherz-García, Kenneth N. Walker, Glauco Ary Dillon Soares, Aldo Solari e Aparecida Joly Gouveia.

<sup>27</sup> WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 10. ed. São Paulo: Pioneira, 1996

<sup>28</sup> LIPSET, Seymour; SOLARI, Aldo. **Elites in Latin America**. New York: Oxford University Press, 1967, p.3

<sup>29</sup> LIPSET, Seymour. *Values education and entrepreneurship* In: LIPSET, Seymour; SOLARI, Aldo. **Elites in Latin America**. New York: Oxford University Press, 1967



conservador sociólogo estadunidense, as elites latino-americanas não seriam capazes de promover o desenvolvimento da América Latina devido a permanência de valores tradicionais que remetiam às relações sociais feudais. A região seria o espaço em que o particular estaria acima do universal, a afetividade em detrimento do racional, os indivíduos tenderiam a trabalhar para si e não para o coletivo, tal como a presença hegemônica do catolicismo e da tradição ibérica seriam prejudiciais ao desenvolvimento de uma elite com uma mentalidade propriamente capitalista – aqui, denota-se a forte influência das teses weberianas do papel determinante do protestantismo na formação de uma ética favorável para o desenvolvimento do capitalismo.<sup>30</sup> No desenrolar de suas argumentações, Lipset cita duas vezes a tese de livre docência de Cardoso (*Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*) e, também por duas vezes, o previamente mencionado artigo *El empresario Industrial en América Latina: Brasil*, publicado em formato de relatório para a CEPAL.

O capítulo *The industrial elite* de Cardoso versa sobre a capacidade dos industriais latino-americanos promoverem o desenvolvimento capitalista na região, bem como destes serem capazes de efetivamente se constituir enquanto classe dominante. Suas reflexões no capítulo podem ser muito bem inseridas como um momento entre duas pesquisas: a previamente citada, voltada para o estudo dos industriais brasileiros, e a pesquisa em andamento na CEPAL a respeito da situação de dependência e das condições dos industriais latino-americanos para contribuir para o desenvolvimento da região, temas que se tornaram a base da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1967).

Boa parte do capítulo é voltada para uma fundamentação histórica do desenvolvimento industrial na região, citando, por exemplo, a atuação do Estado financiando e expandindo os setores de energia, petróleo, ferro e aço, o que possibilitou - de forma conjunta com a situação do mercado internacional no pós-guerra - o fenômeno da substituição de importações em meados do século XX. Possivelmente, o ponto mais enfatizado por Cardoso é a sua concepção de que, naquele momento, o desenvolvimento industrial na América Latina não se encontrava

---

<sup>30</sup> De acordo com Lipset, “a abordagem weberiana foi aplicada a muitos dos países subdesenvolvidos contemporâneos. Tem sido argumentado que esses países não só carecem de pré-requisitos econômicos para o crescimento, mas que muitos deles preservam valores que promovem comportamentos antitéticos à acumulação sistemática do capital. O fracasso relativo dos países da América Latina para se desenvolver em uma escala comparável aos da América do Norte ou Australasia tem sido, em alguma medida, a consequência das variações em sistemas de valores dominantes nestas duas áreas. A prole ultramarina da Grã-Bretanha aparentemente teve a vantagem de valores derivados, em parte, da ética protestante e da formação de Novas Sociedades, nas quais elementos não-rationais e feudais estavam ausentes. Uma vez que a América Latina, por outro lado, é católica, ela tem sido dominada por longos séculos pelas elites governantes que criaram uma estrutura social congruente com valores sociais feudais”. CF: LIPSET, op.cit., 1967

em um estágio inicial de construção do setor, afinal, diversas nações já haviam atingido estágios avançados de industrialização (Brasil, México, Chile e Argentina). A grande questão agora seria qual o papel político que os industriais latino-americanos iriam tomar em relação ao futuro do desenvolvimento da região

As condições históricas, sociais e econômicas que determinam as possibilidades de atuação da indústria privada nos atuais países subdesenvolvidos são muito diversas. Economicamente, as características básicas de produção e comercialização parecem ser estabelecidas a priori pelas economias já desenvolvidas (tecnologia, métodos de comercialização, tipo de empresa, etc.). Socialmente, os empresários se veem confrontados por outros grupos componentes da comunidade industrial que pressionam para restringir a liberdade de ação da indústria, seja diretamente ou por meio do Estado. Politicamente, a expansão do mercado e a adoção de uma política de desenvolvimento industrial deixaram de ser o principal objetivo do país. Em vez disso, o governo central está preocupado em acabar com a dominação dos grandes latifundiários e em assegurar acordos internacionais para fazer avançar a industrialização do país - algo que geralmente encontra a oposição das grandes associações internacionais e das nações que dominam o cenário mundial.<sup>31</sup>

Compreender todas estas contribuições de Cardoso a respeito dos debates em torno do desenvolvimento na América Latina do pós-guerra é de suma importância para traçar um perfil intelectual e político deste personagem. Mas, a temática que mais foi abordada pelo sociólogo pós-1967 e até os tempos atuais foi o fenômeno da dependência.

Ao chegar no Chile, em maio de 1964, Cardoso trabalhou como diretor-adjunto na Divisão Social do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes), e tinha como seu diretor superior o sociólogo espanhol José Medina Echevarría, que lhe apresentou Enzo Falleto, o qual já trabalhava há tempos com Echevarría. Juntos, Cardoso e Falleto, desenvolveram estudos e pesquisas para, em 1967, publicarem *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, tomando a temática do desenvolvimento industrial e a relacionando-a às situações de dependência nos países da América Latina, um fenômeno histórico-sociológico novo nas reflexões de Cardoso.<sup>32</sup>

Os autores desenvolveram uma abordagem denominada de integrada e/ou histórico-estrutural, e, por meio desta, buscaram se contrapor às perspectivas defendidas até então por dois dos mais influentes grupos de intelectuais da época: os *cepalinos desenvolvimentistas* e os marxistas. Por integrada, os autores definiram que a abordagem estudaria o desenvolvimento não somente a partir do viés exclusivo da economia – denominado depreciativamente de

<sup>31</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. The industrial elite In: LIPSET, Seymour; SOLARI, Aldo. **Elites in Latin America**. New York: Oxford University Press, 1967. Tradução livre do autor.

<sup>32</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

‘economicismo’ - ou da sociologia, mas que buscava integrar as contribuições de ambos os campos. E, por histórico-estrutural, partiu-se do entendimento que as estruturas sócio-econômicas deveriam ser estudadas a partir de casos concretos, compreendendo os fenômenos à luz da história, salientando a importância analítica de estudá-los em movimento no tempo. Por tal razão, os autores optam pelo estudo de *situações* de dependência de alguns países latino-americanos, o que chama a atenção para o caráter empírico, histórico, particular e não generalizante da pesquisa dos fenômenos.

Como previamente indicado, para melhor compreender as teses centrais de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, há de se identificar e analisar as críticas presentes na obra às teses cepalinas e marxistas, das quais os autores buscam se distanciar. Em relação aos economistas cepalinos, as críticas visavam apontar que o aporte teórico desenvolvido por autores desta escola, como Raul Prebisch e Celso Furtado, nutriram expectativas que teriam se demonstraram infundadas em relação à capacidade dos estados-nação latino-americanos, no período do Pós-Guerra, aproveitarem o contexto favorável para o desenvolvimento os mercados internos desses países. Segundo os autores, nem mesmo as nações mais industrializadas da América Latina teriam conseguido atingir de forma plena um estágio de desenvolvimento econômico auto-sustentado, com mercado interno aquecido pelo consumo, superando o subdesenvolvimento mediante a formação de um setor produtivo diversificado, moderno e com uma produção industrial vasta e amplamente racionalizada, a qual seria financiada com uso dos recursos da exportação de bens primários, e tudo isso com uma balança comercial influenciada pelo fenômeno da substituição de importações. A respeito das teses cepalinas, Cardoso e Faletto colocam o seguinte:

Esta possibilidade, solidamente apoiada pela conjuntura econômica [do Pós-Guerra], foi expressa teoricamente nos trabalhos mais significativos sobre o desenvolvimento econômico escritos na América Latina. Passava-se assim, tanto na prática como na teoria, de uma fase em que a industrialização era concebida como um recurso complementar para um processo de desenvolvimento - baseado na exportação de produtos primários - e, além disso, como uma espécie de alternativa forçada para os períodos de contração do mercado internacional, a uma formulação teórica e a um conjunto de expectativas, apoiadas na convicção de que o industrialismo sucederia à expansão das exportações, complementando assim um ciclo de crescimento e inaugurando uma fase de desenvolvimento auto-sustentado. Este deveria basear-se nos estímulos do mercado interno e na diferenciação do sistema produtivo industrial, o que conduziria à criação de uma indústria própria de bens de capital.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> CARDOSO; Fernando Henrique; FALETTO, Enzo, op.cit, 1967, p.18

Portanto, a partir um planejamento formulado e implementado por um Estado interventor no campo econômico, com diretrizes pautadas nos princípios previamente citados, somado aos fenômenos do êxodo rural, ampliação dos grandes centros urbanos e transferência de mão-de-obra de baixa produtividade para setores de alta produtividade, acreditou-se que durante as décadas de 1940, 50 e 60 o futuro reservava altos índices de crescimento e desenvolvimento para países latino-americanos, especialmente Brasil, Argentina e México, que passaram a adotar planejamentos econômicos em moldes muito similares às teses desenvolvimentistas dos teóricos da CEPAL e davam passos importantes nos seus processos de industrialização.<sup>34</sup> De certa forma, a obra de Cardoso e Faletto parece querer responder um questionamento muito caro para a intelectualidade latino-americana em meados da década de 1960: por qual razão os projetos desenvolvimentistas das principais economias da América Latina já não desempenhavam os índices de crescimento de outrora e estavam dando indícios de entrarem em estagnação?

Para responder tal questionamento, os autores mobilizaram uma metodologia própria de análise, optando por utilizar o conceito de dependência e uma metodologia de análise concreta do que denominaram de *situações de dependência* para dar conta de se investigar os fenômenos sócio-econômicos das nações latino-americanas, ao mesmo passo que questionavam o emprego de conceitos como subdesenvolvimento e periferia econômica – muito utilizados pelos cepalistas. A formulação teórica de Cardoso e Faletto rejeita o emprego dos referidos conceitos, pois parte do princípio que estes trabalham com dualismos (desenvolvido/subdesenvolvido, periferia/centro) que não dão conta de compreender a estruturação do sistema capitalista e a complexidade das suas dinâmicas. O estágio de subdesenvolvimento dos países latino-americanos não deve ser entendido como uma etapa anterior de uma situação de desenvolvimento que outrora teria sido vivida pelos países europeus, tal como não é possível afirmar que a situação socioeconômica da América Latina é uma consequência direta de processos históricos europeus sem levar em consideração a agência dos atores históricos locais.

---

<sup>34</sup> Para os autores, tais expectativas encontravam lastro em 5 pressupostos que eram realidade nos países mais desenvolvidos, sendo estes: “1) um mercado interno suficiente para o consumo dos produtos industriais, formado desde o século XIX pela integração da economia agropecuária ou mineira ao mercado mundial; 2) uma base industrial formada lentamente nos últimos oitenta anos, que compreendia indústrias leves de consumo (alimentícias, têxteis, etc.) e, em certos casos, a produção de alguns bens relacionados com a economia de exportação; 3) uma abundante fonte de divisas constituída pela exploração agropecuária e mineira; 4) fortes estímulos para o crescimento econômico, especialmente em países como o Brasil e a Colômbia, graças ao fortalecimento do setor externo a partir da segunda metade da década de 1950; 5) a existência de uma taxa satisfatória de formação interna de capitais em alguns países, como, por exemplo, a Argentina. CARDOSO; Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo, op.cit, 1967, p.18-19

Como colocam os autores, “os diferentes momentos históricos do capitalismo não devem ser estudados, pois, com o afã de encontrar sua repetição retardada nos países da periferia, mas para saber como se produziu, em cada momento particular, a relação entre periferia e centro”.<sup>35</sup>

Ao adotar tal abordagem teórica para lidar com a questão, Cardoso e Faletto desenvolveram algumas reflexões sobre os limites do modelo de desenvolvimento que estava sendo adotado nas economias mais complexas e avançadas da América Latina. Para tal, identificou-se um fenômeno denominado de *internacionalização do mercado interno*, “expressão que caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais”.<sup>36</sup> Os autores buscam salientar que as novas situações de dependência na América Latina possuem características deveras distintas das relações entre metrópole e colônia, pois a particularidade das situações de dependência do Pós-Guerra reside no fato de que elas estão alicerçadas em um processo de industrialização local que tem como base a inserção do capital estrangeiro e da tecnologia controlada pelos países do centro do capitalismo na periferia do capitalismo.

A situação se torna mais complexa na medida que toda uma sociedade urbano-industrial é construída em torno destas empresas, que produzem principalmente para o mercado interno destes países pouco desenvolvidos, gerando um conjunto de relações de dependência dentro desta rede de sociabilidades e negócios formadas por sujeitos urbanos típicos do capitalismo moderno (assalariados, técnicos, empresários, burocratas etc), o que leva aos autores a afirmar que “a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna”.<sup>37</sup>

Entretanto, a forma como os autores identificam as situações de dependência não se destaca como o aspecto mais original e ousado das suas teses. Por exemplo, a necessidade teórica e metodológica de se analisar o fenômeno da dependência a partir da materialidade histórica é algo perfeitamente compartilhado por autores marxistas da teoria da dependência, embora estes o façam utilizando recursos analíticos, conceituais e teóricos próprios do marxismo, como recortes de classe, o conceito de imperialismo, e, fundamentalmente, a

---

<sup>35</sup> CARDOSO; Fernando Henrique; FALETTO, Enzo, op.cit, 1967, p.46

<sup>36</sup> Idem, Ibidem, p.181

<sup>37</sup> Idem, Ibidem, p.182

superexploração do trabalho. A principal particularidade das teses de Cardoso e Falleto se encontram no modo como estes concluem que os governos ditos populistas e nacionalistas dos Pós-Guerra na América Latina não teriam concebido e valorizado o caráter produtivo do capital estrangeiro, e que dependência e desenvolvimento não necessariamente seriam termos contraditórios, mas, sob determinadas situações histórico-estruturais, poderiam ser complementares.

Para os autores, a situação de dependência das economias latino-americanas não teria impedido o desenvolvimento e industrialização das mesmas, mesmo que de forma parcial. Países como Brasil e México seriam exemplos desta situação particular, em que há setores estratégicos das suas indústrias que atingiram graus consideráveis de desenvolvimento e modernização, mas que, para tal, teriam contado com recursos do capital estrangeiro. Ou seja, esses seriam casos em que as relações de dependência não impediram o desenvolvimento de tais nações, mesmo que este tenha se dado de forma parcial, desigual, e excludente - aspectos que são reconhecidos pelos autores. Tal concepção caminha em sentido contrário, tanto das teses cepalinas de desenvolvimento visando a autonomia e soberania nacional, quanto da teoria marxista da dependência.

Considero de suma importância compreender como neste contexto histórico, Cardoso buscou se movimentar no sentido de tentar construir uma identidade política e intelectual crítica tanto ao nacional-desenvolvimentismo como ao marxismo. Apesar de ter sido influenciado em alguma medida por estas duas tradições do pensamento político - seja na sua juventude, ao participar de debates internos do CEDPEN e da *Campanha do Petróleo*, seja na sua vida adulta e seu interesse sociológico pelo marxismo -, é possível identificar que a partir da década de 1960 há um processo de deslocamento e enfrentamento do sociólogo com tais linhagens ideológicas, considerando-as insuficientes para lidar com os dilemas das sociedades contemporâneas. Acredito que para se compreender de forma mais detalhada esse processo de deslocamento e enfrentamento pode ser bem percebido ao se estudar as relações entre Cardoso e os teóricos marxistas da dependência.

Este estudo não tem a finalidade de apresentar um vasto levantamento sobre a história da teoria da dependência e seus múltiplos conflitos internos, o que, além de demandar uma pesquisa de enorme fôlego, extrapola em grande medida os objetivos mais modestos deste capítulo. Para os fins aqui pretendidos, situo a posição de Cardoso dentro das diferentes linhagens da teoria da dependência, indicando algumas diferenças entre a sua metodologia histórico-estrutural de análise das situações de dependência para a abordagem da teoria marxista

da dependência. Diferenças que não podem ser limitadas somente ao âmbito acadêmico, tendo em vista que as distintas concepções dos interlocutores no debate sobre a dependência dos países latino-americanos tiveram implicações diretas na forma como estes propunham enfrentar a condição dependente do capitalismo periférico latino-americano e o autoritarismo vigente das ditaduras militares. Situação ou teoria da dependência, reformismo ou revolução, desenvolvimento dependente-associado ou imperialismo, estas são algumas das tensões implícitas no debate entre as teses de Cardoso e de intelectuais da teoria marxista da dependência, como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra e André Gunder Frank.

Resgatar um pouco das trajetórias dos principais intelectuais envolvidos nos debates da teoria da dependência é um caminho interessante e profícuo para se entender os momentos de aproximação e de distanciamento entre Cardoso e o grupo de intelectuais marxistas previamente citado. No final da década de 1950 e início da década de 1960, a vida profissional destes intelectuais estava diretamente vinculada às universidades, onde lecionavam, desenvolviam pesquisas e promoviam grupos de estudos inovadores, como no caso dos seminários de estudo da obra *O Capital*, de Karl Marx. Em 1958, Cardoso integrou o pioneiro seminário de estudos de *O Capital* na USP, e a partir de 1963, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Luís Fernando Victor, Teodoro Lamounier, Albertino Rodriguez, Perseu Abramo e Vânia Bambirra, também iniciaram um importante seminário de leitura do livro na Universidade de Brasília (UnB).

A leitura e discussão da obra de Marx dentro das universidades pode e deve ser inserida em um contexto cultural muito mais amplo. Em seu texto, *Cultura e política (1964-1969)*, redigido entre os anos de 1969 e 1970, Roberto Schwarz inseriu tais seminários de leitura dos textos marxianos como parte de um momento de vívida, criativa e pulsante produção cultural transformadora no Brasil, a qual tomou forma a partir da década de 1950 e foi ganhando força até o momento prévio do golpe de estado de 1964. Como parte deste contexto cultural crítico e transformador, o autor cita as exitosas experiências das campanhas de alfabetização via método Paulo Freire, realizadas pelos governos de Miguel Arraes e o Movimento de Cultura Popular (MCP) em Pernambuco. A aproximação de grupos de teatro com trabalhadores do campo, também em Pernambuco, sendo que, fenômeno semelhante ocorreu no Rio de Janeiro - quando os Centro Populares de Cultura (CPC) promoviam, por meio do improvisado, teatro político em portas de fábrica, sindicatos, grêmios estudantis e, na favela começavam a fazer cinema e lançar discos. Neste mesmo período, diariamente os jornais estampavam manchetes, notícias e

reportagens tratando de temas típicos de sociedades que visavam buscavam o desenvolvimento, como a reforma agrária, a agitação e a organização dos trabalhadores no campo, a disposição e a influência política do movimento operário e a nacionalização de empresas estrangeiras. Tamanha efervescência social, cultural e política, que transcorria com um grau de liberdade até então nunca vivido pela sociedade brasileira, levou Schwarz a definir o período pré-golpe de Estado de 1964 a partir de uma máxima taxativa, mas difícil de ser refutada: “o país estava irreconhecivelmente inteligente”.<sup>38</sup>

Algumas similitudes entre os seminários da USP e da UNB são dignas de nota, no sentido de ambos proporem a necessidade de se retomar os estudos da teoria marxiana dentro de universidades - o que retirava do PCB um certo monopólio interpretativo da obra -, e em um contexto muito específico para a difusão de ideais socialistas na América Latina. A respeito deste contexto, cabem as considerações que Schwarz realizou em texto publicado no ano de 1995, intitulado *Um Seminário de Marx*, no qual o autor cita os seguintes eventos: a crise do dogmatismo estalinista após a morte de Stalin em 1953, as denúncias do Relatório Khrushchov em 1956, um acelerado desenvolvimento industrial e urbano que o Brasil vivia em tempos de nacional-desenvolvimentismo durante as décadas de 1950 e 1960, e a vitória da revolução cubana em 1959, evento que abriu margem para questionamentos de certos preceitos marxistas ditos ‘etapistas’, com foco na necessidade de uma revolução burguesa para a chegada ao socialismo, tese muito difundida pelos PC’s ligados à URSS, como era o caso do PCB.<sup>39</sup> Em outro texto, ao comentar especificamente sobre o Seminário Marx da USP, Schwarz chama a atenção para o fato de que “a novidade do seminário de 1958 não foi a leitura de Marx”, algo que vinha ocorrendo no Brasil de forma difusa, no mínimo, desde as décadas de 1920 e 1930, “mas a ligação de sua obra à máquina dos estudos universitários”.<sup>40</sup> Ao desenvolver seu raciocínio, o autor aponta que

ao estudar a obra de Marx à maneira universitária, com toda a paciência e a atenção devidas a um clássico, mas sem espírito de catecismo, o seminário rompia a crosta de chavões e de ideologia com que o stalinismo havia desfigurado os escritos de seu ídolo venerado. A técnica acadêmica da explicação de texto punha em xeque as fórmulas prontas e acabadas e, sobretudo, o monopólio da interpretação de Marx que os partidos comunistas na época atribuíam a si mesmos e de fato detinham. Graças à leitura cuidadosa, reaparecia o pensador da complexidade e alcance crítico extraordinários, que fora soterrado pelo rumo desastroso da União Soviética no século XX. Nesse

<sup>38</sup> SCHWARZ, Roberto. Cultura e política In: **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008 [1970]., p.81.

<sup>39</sup> SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 8 de outubro de 1995. Caderno “Mais!”, p. 3

<sup>40</sup> SCHWARZ, Roberto. Sobre a leitura de Marx no Brasil In: SCHWARZ, Roberto [et. al]. **Nós que amávamos tanto O Capital: leituras de Marx no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017, p.20-21



quadro, a ida dos universitários aos originais de Marx contribuía para a autorretificação da esquerda após a morte de Stalin, bem como para a sua reinserção na linha de frente da aventura intelectual.<sup>41</sup>

Ainda segundo Schwarz, o estudo da obra de Marx no Seminário da USP estava inserido em um contexto típico das necessidades da carreira acadêmica: o de preparar o doutoramento. Os jovens professores aprendizes de marxismo tinham pela frente “o trabalho de tese e o desafio de firmar o bom nome da dialética no terreno da ciência”, o que impunha a necessidade de confrontar as “teorias e os métodos rivais [do marxismo], para salientar a sua validade e eventual superioridade”.<sup>42</sup> E um último aspecto a ser citado, mas cuja importância é central para compreender o que foi produzido a partir deste seminário, diz respeito aos usos que foram feitos do desenvolvimento de um marxismo uspiano nas pesquisas destes seminaristas. Nas palavras de Schwarz, os seminaristas escolheram assuntos tipicamente brasileiros e que estavam localizados dentro da esfera da cultura popular e com uma opção pelas camadas menos privilegiadas e marginalizadas da sociedade, o que “era próprio à faculdade, onde se desenvolviam pesquisas sobre o escravo, o negro, o caipira, o imigrante, o folclore, a religião popular – um elenco de temas que Antonio Candido identificou como antioligárquico”.<sup>43</sup> A sociedade e as culturas populares brasileiras passaram a ser analisadas nas pesquisas acadêmicas mediante as lentes de Marx. O comentário de Schwarz sobre este processo de desenvolvimento do uso de recursos oriundos do marxismo para interpretar a realidade brasileira merece destaque:

Digamos que a conceituação e os esquemas marxistas estavam entrando em contato com as formas locais de sociabilidade e dominação, características de nosso chamado atraso histórico e da peculiaridade de nossa fisionomia social de ex-colônia. Por um lado, eram passos da aclimatação do marxismo em terra brasileira. Por outro, mais importante, eram verificações do arcabouço do pensamento marxista *à luz das realidades locais*, de que ele discrepava bastante. Assim, havia aqui burguesia, mas ela não era igual à europeia; havia nação, mas ela não tinha se completado; e também a classe operária era diferente. Apenas o capital era um só. Como era de se esperar, iam surgindo as questões de adequação e inadequação dos nomes, diante das quais havia duas saídas óbvias: dispensar o marxismo, porque ele não coincidia com os fatos brasileiros, ou dispensar os fatos, porque eles não coincidiam com o marxismo. Pois bem, o seminário teve a inteligência dialética, ou teórica, de não fazer nem uma nem outra coisa, mas de reter os dois termos, entendendo os descompassos como realidades históricas importantes elas mesmas.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Idem, Ibidem, p.22

<sup>42</sup> Idem, ibidem, p.23

<sup>43</sup> Idem, Ibidem, p.23.

<sup>44</sup> SCHWARZ, Roberto, op.cit., 2017, p.24

No decorrer da segunda metade do século XX, as pesquisas produzidas pelos membros do Seminário Marx da USP ganharam ampla notoriedade no âmbito acadêmico, tornando-se referências no Brasil para o desenvolvimento de vários campos de pesquisa nas Ciências Humanas. Tal status não impediu que críticas fossem direcionadas ao grupo de estudos uspiano. Um artigo que direcionou duras críticas ao Seminário Marx da USP, e pode ser lido como uma resposta ao referido texto de Schwarz de 1995, foi *Nós que amávamos tanto o Capital – fragmentos para a história de uma geração*, de Emir Sader.

Sader foi membro da segunda geração do Seminário Marx da USP<sup>45</sup>, e, ao criticar certas posturas de membros do seminário, adotou como base para suas reflexões a obra *The last intellectuals: american culture in the age of academe*, de Russell Jacoby, publicada em 1987. Em sua obra, Jacoby busca explicar o que ele define como o desaparecimento do intelectual ligado à cultura pública. Tal movimento seria explicado por três fenômenos do século XX: a reestruturação das cidades, o desaparecimento da boêmia e a expansão das universidades. Assim, o autor empenha seus esforços em traçar uma distinção histórica entre dois grupos. No primeiro, teríamos os intelectuais sem uma carreira profissional formalizada, que viviam da contratação eventual de seus serviços como escritores e críticos literários, que na sua visão tenderiam a ser mais ativos e conectados com as questões sociais e políticas mais urgentes, tal como frequentavam vários espaços da vida urbana (os cafés, bares, bairros, festas, sindicatos, manifestações, etc.) e produziam textos para jornais, revistas, e manifestos políticos que circulavam pelo tecido social. Já o segundo grupo seria formado daqueles que estariam distantes destes temas, pois suas carreiras profissionais passaram a ser vinculadas à lógica da racionalidade produtiva das universidades, o que tornaria a sua circulação pelas cidades e publicações mais restritas aos eventos e espaços acadêmicos. Nos termos de Jacoby, “a sociedade dos café propiciou o surgimento do aforismo e do ensaio; o campus universitário produz a monografia e a palestra - e a aplicação da subvenção”.<sup>46</sup>

Em seu texto, Sader tenta replicar as considerações de Jacoby para analisar o caso brasileiro e promover críticas ao grupo do Seminário Marx da USP, considerado pelo mesmo como um exemplo de intelectuais não engajados e voltados para a racionalidade e demandas da vida acadêmica. Segue um exemplo de crítica de Sader, na qual acusa os *uspianos* de analisarem

---

<sup>45</sup> A segunda geração do seminário teve a participação de Roberto Schwarz, Emir Sader, Ruy Fausto, Emília Viotti, Marilena Chauí, Sérgio Ferro, João Quartim, Francisco Weffort, Lourdes Sola, Cláudio Volga Albertina Costa, Paulo Sandroni e Beth Milan, entre outros.

<sup>46</sup> JACOBY, Russel. **The last intellectuals: american culture in the age of academe**. New York: Basic Book, 2000 [1986], p.31

as classes sociais, mas não se comprometerem na luta de classes, o que os colocaria na posição de enclausurados numa *torre de marfim*.

Em São Paulo, a descoberta de *O Capital*, centrava as análises nas classes, mas com ausência de lutas de classes – de que as obras de Alain Touraine são bom exemplo – e que tem na própria tese de FHC, sobre o empresariado nacional outro bom modelo deste tipo de método castrado de marxismo. O que contribuía para a ‘torre de marfim’, de que a intelectualidade da USP era acusada já que falta de hierarquização nos embates concretos entre as classes fazia com que, diante do enfrentamento entre o governo Jango e a direita, se manifestassem sintomas claros de uma equidistância, tal o sentimento de repulsa ao nacionalismo.<sup>47</sup>

As críticas de Sader em seu artigo a respeito do grupo uspiano de estudo de *O Capital* influenciaram em grande medida as reflexões de Claudia Wasserman em um texto de maior fôlego. Refiro-me à obra *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*, publicada em 2017.<sup>48</sup> Nesta, a autora busca constituir uma história da trajetória do grupo de intelectuais inicialmente vinculados ao grupo de leitura de *O Capital* da UnB e que se tornaram os principais nomes da corrente marxista da teoria da dependência: André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Formado em 1963, o grupo contou com a participação de professores e pós-graduandos da recém-formada universidade. No caso, Gunder Frank, Marini e Santos passaram a integrar o quadro de professores da instituição em 1962, enquanto, no mesmo ano, Bambirra chegou à Brasília para iniciar o seu curso de mestrado em Ciência Política.

Outro aspecto que distingue ambos os grupos e deve ser levado em consideração é a vinculação que boa parte dos membros do grupo da UnB tinha com a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop), um agrupamento de esquerda criado no início da década de 1960 e que buscava se desvincular das diretrizes propostas pelo PCB, propondo uma alternativa às teses do partido. Segundo Wasserman, os membros da Polop, ao lerem *O Capital* em seu grupo na UnB, e terem contato com outras obras marxistas, como as de Lenin e Rosa Luxemburgo, buscavam conciliar o estudo da teoria revolucionária com ações práticas no presente que visavam a organização da classe trabalhadora com vistas de se promover uma revolução. Ainda de acordo com a autora, “eram contrários ao reformismo do PCB, porque não concordavam com a tese segundo a qual existiam resquícios feudais a serem

---

<sup>47</sup> SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, jul/dez, 2005, p.174

<sup>48</sup> WASSERMAN, Cláudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2017

eliminados no Brasil, a exigir uma revolução burguesa capitalista”. Outro ponto diretamente criticado pela Polop era a interpretação de que “o subdesenvolvimento fosse resultado da herança pré-capitalista dos países latino-americanos”.<sup>49</sup> Portanto, é possível definir três máximas defendidas por este grupo que se tornaram base para a teoria marxista da dependência: 1) o Brasil não possuía ‘resquícios feudais’ e estava plenamente inserido dentro das relações de produção capitalistas; 2) o que se entendia por setores ‘arcaicos’ e ‘modernos’ das sociedades contemporâneas eram facetas do mesmo sistema capitalista; 3) a inexistência do que muitos denominavam do fenômeno de subdesenvolvimento capitalista.<sup>50</sup>

O golpe de 1964 atacou de forma frontal a UnB, o que acabou por desestruturar completamente o grupo de estudos de leitura de *O Capital* e as vidas de seus integrantes. A UnB foi particularmente atacada pelo golpe, tendo em vista que os militares vinculavam de forma direta a instituição fundada em 1962 à condição de projeto educacional do governo João Goulart, e, mais especificamente, do então Ministro Chefe da Casa Civil, e ex-reitor da universidade, Darcy Ribeiro. Assim, o exílio acabou se tornando a opção possível para os intelectuais em questão. Embora André Gunder Frank não tenha sido forçado ao exílio, o mesmo optou por sair do país, tendo partido para o Chile em março de 1964, um mês antes do golpe. Após viver os primeiros meses posteriores ao golpe no Rio de Janeiro, Ruy Mauro Marini foi preso em julho de 1964 pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), tendo sido torturado nesse período de aprisionamento. Marini só obteve um *habeas corpus* em dezembro de 1964, o que não garantiu sua liberdade plena, pois seguiu sendo perseguido pelo governo ditatorial e viveu em clandestinidade por um período de quase três meses, partindo para o exílio no México em 1965.<sup>51</sup> O casal Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra viveu na clandestinidade, na cidade de São Paulo, com Theotonio atuando na posição de dirigente nacional da ORM-Polop. Em 1966, ao ser condenado na Justiça Militar de Juiz de Fora como “mentor intelectual da penetração subversiva no campo”, Theotonio buscou exílio no Chile, sendo acompanhado por Vânia.<sup>52</sup> Esta última, em memorial escrito para a UnB em 1991, descreve em minúcias o impacto do golpe em sua vida:

Consumado o golpe, voltei à minha sala, no Minhocão, o prédio onde trabalhávamos. Foi uma tristeza, no sentido literal da palavra. Todo o conteúdo de minhas estantes e do arquivo (que continha os recortes dos jornais da época sobre a questão agrária e documentos diversos que havia adquirido) estava esparramado pelo chão, com marcas

<sup>49</sup> WASSERMAN, Cláudia, op.cit., 2017, p.64

<sup>50</sup> idem, ibidem

<sup>51</sup> WASSERMAN, Cláudia, op.cit., 2017 p.69

<sup>52</sup> SANTOS, Theotônio. **Memorial**, 1994, digitado, p.4 APUD WASSERMAN, Cláudia, op.cit, 2017, p.70

óbvias de botas encharcadas de lama do campus. As gavetas da escrivaninha, peladas - não sobraram nem as canetas esferográficas e um colar de bijuteria que eu havia deixado lá -, enfim, um caos que nos avisava: “Não voltem mais!”. Então, eu fui embora, mas, antes, passei na minha sala de aula e li para a minha turma de alunos a *Declaração de Direitos do Homem*. Foi uma despedida muito triste. A consequência pessoal de 64 foi a nossa ida, clandestina, para São Paulo, onde ficamos até 1966. Saímos daí para o exílio no Chile.<sup>53</sup>

Mediante a descrição de como o golpe de 1964 impactou as vidas de Cardoso e dos teóricos marxistas da dependência no pós-golpe, é possível traçar algumas similaridades e diferenças entre as experiências históricas destes intelectuais neste contexto. No campo das diferenças, não há como não citar que a enorme truculência com que os marxistas foram atacados, sofrendo tortura e adotando a clandestinidade como um recurso necessário para fugir da perseguição das instituições de repressão formais e informais da ditadura militar, se deu devido aos seus vínculos com a Polop. Ao sair do país logo após o golpe, e com toda uma rede de contatos que lhe permitiu seguir e até mesmo consolidar sua carreira profissional, Cardoso não vivenciou uma experiência tão violenta como as de Marini, Santos e Bambirra, demonstrando que apesar de todos estes terem sido vítimas de perseguição política, certos grupos e indivíduos foram mais duramente atacados do que outros.

Para Wasserman, a história do grupo de marxistas da teoria da dependência, bem como das contribuições dos intelectuais a ele ligados, com o tempo acabou sendo menosprezada, ou até mesmo, nas palavras da autora, derrotada política e intelectualmente pela interpretação da teoria da dependência de autores como Cardoso, Falleto e José Serra, a qual teria conseguido se consagrar como dominante, pois demonstrou ser capaz de conquistar postos políticos de grande relevância, na medida que teria influenciado diretamente a produção de políticas públicas a partir da década de 1990. Exemplo maior deste sucesso teria sido a chegada de figuras como Fernando Henrique Cardoso e José Serra a postos estratégicos do poder, como a presidência da República, ministérios, Senado Federal, Executivo Estadual de São Paulo, etc. Em determinado momento de seu texto, a autora coloca que “o grupo brasileiro permaneceu na sombra, assim como outros círculos de leituras em vários estados periféricos do país, enquanto o grupo ‘uspiano’ se sobressaiu”.<sup>54</sup> Por tais razões, autores como a própria Wasserman

<sup>53</sup> BAMBIRRA, Vania. **Memorial e curriculum vitae**, 1991, mimeografado, p.21 APUD WASSERMAN, Cláudia, op.cit, 2017, p.70

<sup>54</sup> WASSERMAN, Cláudia, op.cit, 2017, p.33

e Raphael Lana Seabra enfatizam que a teoria da dependência marxista teve que travar duas lutas: primeiro contra a ditadura militar e, após a redemocratização, contra o neoliberalismo.<sup>55</sup>

Desde a década de 1960, os estudos da teoria da dependência conquistaram o seu espaço no mundo acadêmico formando uma vasta bibliografia que conta com textos produzidos em diversos idiomas e por autores de variadas nacionalidades, sendo até mesmo difícil medir a abrangência deste campo. A posição de Cardoso nestes estudos é de relativo destaque por ser o principal representante de uma das vertentes da teoria da dependência. Ademais, creio ser possível identificar a existência de um consenso entre os estudiosos da história do desenvolvimento da teoria de a dividir em três correntes, sendo que a divisão proposta abaixo é inspirada nos textos de Theotônio dos Santos e Rafael Seabra.<sup>56</sup>

A primeira seria a corrente dos teóricos da CEPAL ou neo-cepalina, pautada em promover críticas aos projetos nacional-desenvolvimentistas do pós-guerra, e que buscavam novas alternativas para o desenvolvimento dos países dependentes. Aqui, podemos citar os trabalhos de Osvaldo Sunkel, Maria Conceição Tavares, e textos de uma fase mais madura - e com certa dose de autocrítica - de Celso Furtado e Raúl Prebisch. A segunda corrente seria a marxista ou neo-marxista, que tem como base os textos de Theotônio Dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra, e na qual o Centro de Estudios Socio Económicos de la Universidad de Chile (CESO) teve uma importância fundamental. Esta teoria parte do entendimento de que as relações de dependência se dão dentro das contradições do modo de produção capitalista, as quais tornam impossível o desenvolvimento das regiões periféricas sem uma ruptura com o próprio capitalismo. Por fim, temos a corrente das análises de situações de dependência ou, por certas vezes, a qual tem como principal referência a obra de Cardoso e Faletto e sua defesa do papel positivo que certas situações de dependência podem ter para o desenvolvimento em determinadas regiões da periferia do capitalismo.

O desenvolvimento da teoria da dependência caminhou ao encontro de suprir uma demanda de uma parcela de intelectuais e militantes da esquerda latino-americana que estavam descontentes com as teses adotadas pelos partidos comunistas alinhados com a URSS. Certos grupos consideraram que os PC's estavam cometendo graves erros de análise de conjuntura, o

---

<sup>55</sup> Cf: SEABRA, Rafael. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 34, n.1, Janeiro/Abril, 2019

<sup>56</sup> Muitos são os textos que podem ser citados para se debater e compreender de forma mais aprofundada tais correntes das teorias de dependência. Mas, para os fins aqui delimitados neste capítulo, Cf: SANTOS, Theotônio dos. La teoría de la dependencia un balance histórico y teórico In: SEGRERA, Francisco López. **Los retos de la globalización. Ensayo y homenaje a Theotônio dos Santos**. Caracas: UNESCO, 1998; e SEABRA, Raphael Lana, op.cit., 2019.

que impactava diretamente na formação de estratégias para o enfrentamento dos dilemas das sociedades capitalistas contemporâneas do pós-guerra. Da parte dos teóricos marxistas da dependência partiram duras críticas ao governo João Goulart, entendendo que este teria cometido o equívoco de realizar uma alianças de classes com a burguesia. Tal postura demonstrava que estes teóricos também preconizavam uma via revolucionária para o enfrentamento ao modo de produção capitalista e a construção do socialismo, em contraponto com o que definiam como uma via reformista, a qual seria defendida pelo PCB.

Compreender as tensões entre as diferentes correntes da teoria da dependência é um exercício relevante para esta pesquisa em um duplo sentido. Em uma escala de análise reduzida, focada mais na trajetória política e intelectual de Cardoso, ajuda a entender como suas interpretações da economia e da política latinoamericana e brasileira não estavam sendo construídas em um vazio histórico ou de forma isolada, mas como parte do contexto das primeiras décadas do Pós-Guerra, a qual contava com um relativo, ambíguo e complexo processo de desenvolvimento industrial da região, e que era lida a partir das lentes teóricas híbridas de um sociólogo que era influenciado por grupos intelectuais de escolas diversas, tais como o marxismo, as teses weberianas e a Sociologia Industrial de Alain Touraine.

Ao se ampliar a abrangência da escala do micro para o macro, é possível delinear de forma mais precisa o conjunto de ideias e teorias que davam lastro para diferentes interpretações do passado, presente e futuro do desenvolvimento social, político, econômico e cultural do Brasil e da América Latina a partir do pós-guerra. Diferenças essas que jamais podem ser entendidas como limitadas ao campo acadêmico ou a um conflito exclusivo de ideias. As ideias e princípios possuem materialidade e, neste caso, têm lastro na experiência histórica dos indivíduos e grupos previamente citados, e que, a partir da década de 1970, as diferenças inerentes a estes projetos de sociedade geraram tensões cada vez maiores e o caráter inconciliável entre tais grupos ficou ainda mais explícito. E este último aspecto é identificado em diversos textos que buscam demonstrar que elementos centrais da teoria da dependência de Cardoso teriam se mantido presentes no decorrer da sua carreira política. Em seu artigo *The theoretical foundations of the Cardoso government: a new stage of the dependency-theory debate*, publicado em 1998, Theotonio dos Santos propõe que não só há uma continuidade entre o seu primeiro governo na década de 1990 e o material produzido na década de 1960, mas que seria possível identificar uma evolução das mesmas no decorrer do tempo.

Durante sua campanha, foi alegado que ele havia se retratado de seus escritos anteriores, mas ele negou essa alegação e ao mesmo tempo publicou dois livros de

seus escritos teóricos das últimas duas décadas: *As ideias e o seu lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento* (1993) e *A construção da democracia: Estudos sobre política* (1993). As obras reunidas nessas coleções foram originalmente e principalmente publicadas na década de 1960, e sua releitura confirma a convicção de que sua posição política atual não é inconsistente com elas, mas reflete claramente uma evolução de suas ideias sociológicas e políticas.<sup>57</sup>

Entretanto, ao trabalhar com a documentação do acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, é possível encontrar alguns documentos, em especial algumas cartas, que demonstram aspectos interessantes e complexos sobre as relações entre Cardoso e os referidos intelectuais marxistas até, pelo menos, os anos finais da década de 1960. Por exemplo, há um conjunto de cartas escritas pelo casal Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra para o casal Fernando e Ruth Cardoso - as quais, provavelmente, foram redigidas em 1968 - e que expressam um misto de vívida amizade, diálogo profissional e tom provocativo. Nas cartas, pode-se perceber demonstrações de empatia e solidariedade, como nas primeiras frases de uma delas, escrita por Theotônio, onde se lê, “em primeiro lugar quero manifestar-te minha solidariedade neste momento, assim como a todos os companheiros afetados pela ditadura” e questionamentos que externavam preocupação a respeito de como estava a vida de Cardoso, Ruth e filhos.<sup>58</sup> E, entre uma gama ampla de assuntos, há passagens respeitadas e até mesmo elogiosas sobre a produção acadêmica em comum acerca da teoria da dependência.

Ao escrever uma carta após recém ter chegado dos EUA, Theotônio cita o período em que ele e Bambirra passaram “em Nova York e Washington trabalhando nas bibliotecas e recolhendo material para a investigação sobre dependência que continuo dirigindo na CESO”.<sup>59</sup> No término da mesma, há uma nota *post scriptum* na qual Theotônio escreve: “Vania manda lembranças. Deve enviar-te [em] breve uma crítica do teu trabalho com Faletto. Por favor mande um endereço que possa usar com frequência”.<sup>60</sup> Não há como ter certeza a respeito de qual material foi enviado para Cardoso por Bambirra, mas, há no acervo da FFHC uma carta da socióloga endereçada para Fernando e Ruth, na qual consta o seguinte trecho:

Estou dirigindo uma parte do projeto de Dependência que tem o título pretensioso de: “As estruturas dependentes”. Seu trabalho, Fernando, está sendo de grande utilidade para nós no sentido de definir os marcos gerais de uma tipologia da dependência que

<sup>57</sup> SANTOS, Theotônio. The theoretical foundations of the Cardoso government: a new stage of the dependency-theory debate. *Latin American Perspectives*, Vol. 25, No. 1, The Brazilian Left and Neoliberalism (Jan., 1998), pp. 53. Tradução livre do autor.

<sup>58</sup> **Carta de Theotônio dos Santos para Fernando Henrique Cardoso**, presumida de 1960 a 1969. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, p.1

<sup>59</sup> Idem, Ibidem, p.1

<sup>60</sup> Idem, Ibidem, p.2



pretendemos elaborar. Na verdade, a nossa preocupação é estudar a dependência como se configura no momento atual.<sup>61</sup>

Na sequência de seu texto, Bambilra ainda compartilha alguns dados das pesquisas desenvolvidas pelo CESO sobre empresários - embora não cite o grupo de empresários que teriam participado da pesquisa -, indicando uma preferência deste grupo em concentrar esforços na busca por conquistar maior espaço no mercado externo, em detrimento do interno, além de tenderem “a buscar a explicação dos problemas econômicos nos problemas políticos”. Como estes são temas que dialogavam diretamente com pesquisas já desenvolvidas por Cardoso, Bambilra aproveita a situação para provocar o mesmo ao colocar: “se você Fernando, que é o grande mestre dos “empresários” (talvez por vocação - desculpe a provocação...) tiver interesse em ler o trabalho, podemos enviar-lhe uma cópia”.<sup>62</sup> Cabe registrar que o tom irônico é adotado em outros momentos destas cartas. Algumas provocações em tom jocoso são feitas com o fato de Cardoso estar vivendo na França e estes na América Latina, tal como quando Bambilra encerra sua carta afirmando que “por aqui segue a vida de província”<sup>63</sup>, ou quando Theotônio se escusa pela demora ao responder determinada carta por “pura desorganização”, sendo esta “coisa de latinoamericanos”.<sup>64</sup> Ainda nesta última carta, Theotônio novamente usa um tom sarcástico ao explicar que está enviando cópias dos currículos dele e de Vânia, para o caso de Cardoso “conseguir algum trabalho para nós aí”, e, em seguida, mais uma vez, provoca: “não se preocupe. Não se trata de uma coisa vital para nós, mas simplesmente de um desejo, uma vontade de respirar êste ar de metrópole”.<sup>65</sup>

Ainda a respeito das relações entre estes intelectuais, um outro documento presente no acervo da FFHC que oferece uma perspectiva interessante é uma cópia de um programa de formação interna no CESO, realizado no primeiro semestre de 1967, e que contou com os seguintes cursos: o de teoria social, ministrado por Fernando Henrique Cardoso, e o de problemas latino-americanos, ministrado pelo então coordenador do CESO, Theotônio dos Santos.<sup>66</sup> Iniciando as atividades no dia 5 de abril de 1967, o curso era voltado para auxiliares

---

<sup>61</sup> **Carta de Vânia Bambilra para Fernando Henrique Cardoso**, presumida de março de 1968. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, p.1

<sup>62</sup> **Carta de Vânia Bambilra para Fernando Henrique Cardoso**, presumida de março de 1968. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, p.1-2.

<sup>63</sup> Idem, Ibidem, p.2

<sup>64</sup> **Carta de Theotônio dos Santos para Fernando Henrique Cardoso**, presumida de 1968/1969. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, p.1

<sup>65</sup> Idem, Ibidem

<sup>66</sup> **Programa de formación interna del Centro de Estudios Socio-Economicos**, 1º semestre de 1967. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso.

de docência e pesquisa da instituição - cuja presença era obrigatória -, e para discentes da Faculdade de Ciências Econômicas. Os cursos foram realizados com aulas alternadas, com os participantes tendo aula uma semana com Cardoso e a outra com Theotônio.

No documento, pode-se ter acesso às ementas, com Cardoso dividindo o seu curso em duas partes, abordando textos clássicos de Durkheim, Weber e Marx na primeira, e abordagens então contemporâneas da Sociologia na segunda. No curso de Theotônio, havia uma seleção de textos que tratavam essencialmente das temáticas das relações de dependência na América Latina e das ditaduras militares que estavam se instalando no subcontinente. A presença de Cardoso ofertando um curso com Theotônio dos Santos no CESO, considerado uma instituição fundamental na formulação da teoria marxista da dependência, oferece alguns elementos interessantes para se pensar a história da formação das linhagens da teoria da dependência de forma histórica e complexa, evitando conceber as mesmas de forma isolada e/ou essencialista.

Ao analisar a já referida documentação disponível na FFHC, creio que a mesma deva ser analisada com cautela, evitando realizar afirmações muito enfáticas a partir do conteúdo expresso nas suas páginas. Afinal, na sua maioria, são textos de ordem pessoal, de cunho privado e escritos para serem lidos por um leitor pré-determinado, não tendo como objetivo a circulação e publicação na esfera pública. Mas, ao mesmo tempo, penso que estas fontes sugerem a necessidade de se ter dois cuidados importantes ao se abordar a história da teoria da dependência e seus intelectuais: 1) há de se ter cautela para evitar uma espécie de segregação entre os intelectuais de linhagens distintas da teoria da dependência, como se estes vivessem encastelados nas suas trincheiras teóricas, não tendo formas de comunicação entre si, ou fossem influenciados pelos trabalhos uns aos outros e/ou trocassem informações sobre teorias e métodos de pesquisa; 2) embora não seja possível realizar afirmações muito conclusivas a partir da documentação trabalhada, pois ela não compõe um conjunto vasto e ordenado de fontes, creio que o material analisado demonstra alguns possíveis indícios de que a ruptura entre Cardoso e os intelectuais marxistas da dependência se deu somente a partir da década de 1970. Ou seja, as diferentes linhagens da teoria da dependência foram sendo desenvolvidas e consolidadas com o tempo, não sendo possível delimitá-las ou mesmo concebê-las de forma muito precisa ainda na década de 1960.

Dois marcos são muito importantes no processo de delimitação de diferentes correntes da teoria da dependência e a consolidação de uma ruptura entre Cardoso e os intelectuais marxistas. O primeiro marco é a publicação, em 1973, da obra *Dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini, estabelecendo de forma muito bem sistematizada e precisa o que seriam

algumas das bases mais sólidas para uma teoria marxista do fenômeno da dependência, e que se afastava em diversos sentidos das interpretações das situações de dependência e desenvolvimento propostas na obra de Cardoso e Faletto, em 1967.<sup>67</sup> Assim, caminho em acordo com Jaime Osorio quando este coloca que as divergências são exacerbadas sobretudo depois da publicação da obra de Marini.<sup>68</sup> Como segundo marco, penso ser apropriado citar a publicação do artigo *Desventuras da dialética da dependência*, de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, publicado em 1978 no *Revista de estudos* do CEBRAP.<sup>69</sup> Nele, não somente as diferenças teóricas entre as duas linhagens da teoria de dependência ficam ainda mais flagrantes, mas é consolidada a ruptura decisiva e definitiva entre os intelectuais envolvidos no debate, o que deixou ainda mais explícito a incompatibilidade entre os projetos políticos de ambos.

O conteúdo de *Desventuras da dialética da dependência* é voltado diretamente para um ataque a conceitos-chaves da concepção de teoria da dialética da dependência de Marini, como superexploração do trabalho e sub-imperialismo. As críticas à perspectiva marxista de Marini não eram uma novidade, pois Cardoso já havia questionado a mesma em outras ocasiões, como no texto *Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia*<sup>70</sup>, de 1972, o qual foi respondido pelo intelectual marxista na obra *Dialética da Dependência*, de 1973. As principais novidades do texto de 1978 podem ser identificadas no tom muito mais agressivo e acusatório que Cardoso e Serra utilizam, além de uma guinada muito mais frontal para o debate político acerca do presente. Uma leitura cuidadosa e devidamente contextualizada do texto, permite interpretar que o principal objetivo não era necessariamente atacar Marini e sua obra - mesmo que a tentativa de deslegitimá-lo enquanto intelectual fosse evidente. Marini parece ter sido selecionado para sofrer ataques que buscavam acertar outros objetos, vistos como *espectros que rondavam a América Latina*: 1) uma leitura marxista, anticapitalista e que preconizava abertamente o socialismo como via para a superação das contradições do capitalismo pós-crise do projeto nacional-desenvolvimentista do pós-guerra, e; 2) o método da luta armada

<sup>67</sup> MARINI, Ruy Mauro. **Dialética de la dependencia**. Ciudad de México: Serie Popular Era, 1981 [1973]

<sup>68</sup> OSORIO Jaime. **Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependencia**. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004, p.140-141 APUD SEABRA, Raphael Lana, op.cit, 2019, p. 265.

<sup>69</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 23, 197

<sup>70</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Santiago de Chile: Escuela Latinoamericana de Sociología (ELAS); Instituto Coordinador de Investigaciones Sociales (ICIS) de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), n. 4, p. 3-31, dic. 1972.

revolucionária como um caminho para se construir o socialismo na América Latina, na medida que esta estratégia ganhava novos contornos após a vitória da experiência cubana em 1959.

Logo nas primeiras reflexões de apresentação do texto, os autores colocam que Marini teria cometido um grave erro ao propor que a crise vivida pelo projeto nacional-desenvolvimentismo da década de 1960 seria um indicativo de que o curso histórico do desenvolvimento capitalista na América Latina teria chegado a um estágio de estagnação, e que, partindo deste princípio, a revolução armada despontaria como única saída para a superação de tal dilema. A questão é apresentada da seguinte forma pelos autores:

Confundiu-se assim a inviabilidade do projeto nacional-desenvolvimentista com frustração do desenvolvimento capitalista. E foi a partir de concepções como essa, somadas entre outras coisas ao “efeito de demonstração” da revolução cubana, bem como a uma deficiente análise da consciência, situação e possibilidades de organização do movimento operário e/ou camponês, que parte da esquerda latino-americana deduziu que, uma vez “queimada”, pela inexistência, a etapa nacional democrático-burguesa, a alternativa imediata que se colocava para as classes exploradas era a de elas mesmas tomarem em suas mãos a tarefa de promover o desenvolvimento, removendo os obstáculos da estrutura agrária tradicional e da dominação externa e abrindo caminho ao socialismo, dentro de um processo de revolução ininterrupta.<sup>71</sup>

Há outros pontos que são levantados por Cardoso e Serra no decorrer do artigo e que merecem destaque. Entre estes, o mais interessante e rico para debates, assevera que a perspectiva de Marini é prejudicada devido a sua influência do que é definido por *economicismo* e *voluntarismo*. Pelo primeiro aspecto, entende-se que em suas análises Marini apenas leva em consideração modelos econômicos abstratos, e não leva em consideração os fatores políticos, em especial, a luta de classes, e como ela pode mudar os rumos da economia. Para os autores, a consequência de tal postura é o que definem como ‘catastrofismo’, a falta de perspectivas para uma alternativa que não seja a luta revolucionária armada - a qual, os autores consideram ser, além de inviável, um erro de estratégia política que pode custar um grande número de vidas.

O termo *voluntarismo* não é definido em nenhum momento no texto. Porém, pelos seus usos no no artigo, infere-se que este substantivo seja empregado para definir a luta armada revolucionária nas décadas de 1960 e 1970 não como um projeto político consolidado de forma hegemônica na classe trabalhadora, mas pautado exclusivamente na vontade e no ímpeto revolucionário de grupos pouco organizados que não possuíam forças para colocar em prática

---

<sup>71</sup> CARDOSO, F.H; SERRA, op.cit, 1979, p.40

seus desejos. Há um momento no artigo, que os autores buscam relacionar os problemas do *economicismo* e do *voluntarismo* na obra de Marini:

Pode parecer um paradoxo mas é assim: ao mesmo tempo em que estabelece os prazos lógicos de férreas necessidades imaginárias (estagnação, subconsumo, superexploração, subimperialismo), transformando em tendência incoercível o que é fase de um ciclo e em necessidade o que é alternância ou possibilidade contraditória, este estilo de pensamento desarticula as opções políticas frente ao peso da economia, ao mesmo tempo em que deixa ardendo a pira sagrada da Revolução. Logo, só o assalto final, não à Razão, posto que este se faz aos poucos e a golpes de erros de lógica e de interpretação, mas ao Estado, no dia do Juízo Final, poderá pôr um ponto definitivo a tanto peso das estruturas da dependência, que se reproduzem como um Moloch animado pelo motu continuo. Passa-se assim, imperceptivelmente, do economicismo equivocado ao voluntarismo político suicida.<sup>72</sup>

Em outro momento do texto, critica-se Marini por se ater a modelos pré-configurados em detrimento de processos históricos reais, ou seja, de realizar o movimento de tentar adaptar de forma forçada a realidade às categorias marxistas e não o contrário, que seria verificar se as categorias marxistas são suficientes para dar conta de compreender a realidade. Aliás, as críticas são pautadas no entendimento de que as ideias de Marini estão "fundamentadas pobremente na teoria marxista".<sup>73</sup> Por exemplo, os autores vão ao encontro de Marini ao concordar que de fato há uma tendência à manutenção de um diferencial de salários em prejuízo dos trabalhadores da periferia, se comparados com os trabalhadores de regiões centrais do capitalismo. Entretanto, Cardoso e Serra entendem que o "fundamento dinâmico dessa relação é o processo da luta de classes, e não uma férrea lei imaginária" e que Marini inverte a análise, pois "toma como causa, ao invés da história real, uma tendência que ele supõe teoricamente existir".<sup>74</sup>

Após realizar tais reflexões, o texto termina com a seguinte conclusão:

Supõe-se que se vá da repressão absoluta (o fascismo, a barbárie) ao socialismo, sem que se diga como: ao invés de propostas de caminhos que permitam à classe operária e aos assalariados em geral aumentar sua força concreta, ouve-se o coro de *slogans* principistas. Para não falar do horror que a política inspirada pelo catastrofismo e pelo principismo sente diante da necessidade de definir os campos dos aliados e de interferir, para alargar, nas brechas postas como possíveis pelas contradições que minam a coesão das classes dominantes. (...) Existe, portanto, uma relação direta entre os equívocos teóricos sobre o desenvolvimento capitalista da periferia e o simplismo político que é prescrito. Foi porque a pretensão dogmática de um saber economicista e voluntarista já fez pagar caro a muita gente, em muitas circunstâncias, que nos pareceu que vale a pena desarticular a nova versão da mesma fábula, como tentamos fazer neste trabalho.<sup>75</sup>

<sup>72</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José, op.cit., 1979, p.77

<sup>73</sup> Idem, Ibidem, p.36

<sup>74</sup> Idem, Ibidem, p.48

<sup>75</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José, op.cit., 1979, p.78-79

As tensões seriam ampliadas devido ao fato do texto-resposta de Marini, intitulado *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a F.H. Cardoso e J. Serra)*, jamais ter sido publicado pelo CEBRAP, em língua portuguesa, mas, apenas em espanhol, na revista *Revista Mexicana de Sociologia*, também no ano de 1978.<sup>76</sup> Tal atitude é considerada por muitos como uma forma de isolar ainda mais autores marxistas como Marini, que viviam no exílio, dos debates políticos que estavam ocorrendo no Brasil. Assim, por longas décadas, autores marxistas como Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra não tiveram os seus principais textos traduzidos para a língua portuguesa, tornando-os pouco conhecidos no Brasil.

Em *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a F.H. Cardoso e J. Serra)*, Marini rebate os seus críticos de forma igualmente dura, defendendo-se de cada um dos ataques recebidos. De início, recusa a concepção de que teria defendido em seus textos a tese da estagnação do desenvolvimento capitalista na América Latina, afirmando que Cardoso e Serra o interpretaram de forma errônea, confundindo estagnação e crise. Segundo Marini, “para um marxista, as crises correspondem a saltos do capitalismo para sua destruição, mas não se confundem com a estagnação; totalmente ao contrário, resultam da própria acumulação capitalista, isto é, *do desenvolvimento capitalista*”.<sup>77</sup> Ou seja, Marini buscava apontar não a impossibilidade do desenvolvimento capitalista a partir da crise do nacional-desenvolvimentismo na década de 1960, mas como o caráter classista da experiência da crise ainda permitia a manutenção da acumulação capitalista pelas classes dominantes, sendo incorreto associar tal perspectiva com as teses da *estagnação* defendidas pelos *cepalinos*.

Outro momento muito interessante da resposta de Marini é quando este situa Cardoso dentro do conjunto de estudos da dependência que surgiram na década de 1960. Segue em citação o trecho:

Intelectuais não militantes, como André Gunder Frank e o próprio Cardoso, baseando-se nas posições teóricas da esquerda revolucionária, lançaram-se também à discussão sobre as teses cepalinas e funcionalistas. Contribuíram assim com elementos para a construção de uma nova teoria explicativa da realidade latino-americana, ainda que alguns deles contribuíssem para conferir um caráter acadêmico a um debate que, em suas origens, era primariamente político, limitando com isso a radicalidade da crítica. É, em particular, o caso de Cardoso, em seu trabalho em colaboração com Faletto, não só pelos compromissos conceituais e linguagem que mantêm com o desenvolvimentismo, como assinalaram outros, mas sobretudo pela absoluta ausência de uma teoria do imperialismo, que se observa nesse texto. Convém assinalar que nada, nesse tipo de texto, leva a identificar a “mudança social” com a revolução

---

<sup>76</sup> MARINI, Ruy Mauro. *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a F.H. Cardoso e J. Serra)* [1979] In: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

<sup>77</sup> Idem, *Ibidem*, p.169

socialista. É a essa distinta origem das novas correntes intelectuais, que surgiram na década de 1960, assim como ao tipo de compromissos que eles assumiram, que se deve a profunda divisão que se registra hoje entre os que, bem ou mal, trabalharam da mesma maneira na elaboração de um novo marco de conhecimento de nossas sociedades.<sup>78</sup>

Três pontos merecem destaque nas afirmações de Marini: 1) a ênfase em realizar uma dissociação entre o caráter *acadêmico* da obra de Cardoso em relação ao caráter *político* de outras críticas ao modelo defendido pelos *cepalinos* e *funcionalistas* - este aspecto é especialmente desenvolvido no texto de Marini no tópico *Marxismo e sociologismo*; 2) o trabalho de Cardoso e Faletto teria compromissos *conceituais* e de *linguagem* com o desenvolvimentismo, não existindo uma rejeição total, mas apenas parcial às teses do nacional-desenvolvimentismo; 3) tendo em vista o segundo ponto, Marini considera que a *mudança social* proposta por Cardoso ainda está assentada em balizas muito similares ao desenvolvimentismo do pós-guerra - não à toa, o uso da expressão *neodesenvolvimentismo* no título do texto de Marini -, em especial, por não adotar uma perspectiva de classes, recusar a pertinência tanto do conceito quanto do fenômeno do imperialismo, bem como não demonstrar nenhuma intenção de se comprometer com um projeto de ruptura com a estrutura do desenvolvimento burguês capitalista no subcontinente latino-americano. A divisão proposta pelo próprio Marini ajuda a compreender não somente como tais perspectivas do fenômeno da dependência já eram inconciliáveis no final da década de 1970, mas, como também já eram inconciliáveis os projetos políticos desses grupos de intelectuais.

E, como último aspecto a ser abordado, cabe justamente a crítica mais propriamente política de Marini ao texto de Cardoso e Serra, os quais, de forma metafórica, são definidos pelo autor marxista não como Dom Quixote, mas como Sancho Pança: “não são os cavaleiros andantes do socialismo, mas os escudeiros de uma burguesia insaciável e rapaz”. E segue, afirmando que *Desventuras* seria um texto “inserto num processo de luta ideológica, que a ascensão das lutas de classe no Brasil, assim como na América Latina, tende a tornar mais candente”.<sup>79</sup> E, a respeito do futuro desta luta de classes no Brasil e na América Latina, Marini define seus críticos como “os novos ideólogos da burguesia brasileira” que se vêm obrigados a retomar a tradição do desenvolvimentismo para “tentar dar credibilidade a um desenvolvimento capitalista brasileiro ao estilo norte-americano ou europeu”, o que os

---

<sup>78</sup> MARINI, Ruy Mauro, op.cit, 2000 [1979], p.173-174

<sup>79</sup> Idem, Ibidem

colocaria como propagadores de “um neodesenvolvimentismo ainda envergonhado, mas que não tardará em ir perdendo suas inibições”.<sup>80</sup>

Para os fins desta pesquisa, um dos momentos que mais demonstra as diferenças de projeto político de ambos os grupos de intelectuais no que tange o combate à ditadura militar reside na resposta que Marini dá ao comentário de Cardoso e Serra de que a “a política inspirada pelo catastrofismo e pelo principismo” sentiria horror “diante da necessidade de definir os campos dos aliados e de interferir, para alargar, nas brechas postas como possíveis pelas contradições que minam a coesão das classes dominantes”. Se do ponto de vista de Cardoso e Serra, os grupos de oposição à ditadura deveria se aproveitar de certas contradições nas classes dominantes brasileiras e alargar o seu campo de aliados, para Marini, esta proposta é vista como inadmissível. Para o autor,

este é o “caminho para o socialismo” que propõem os autores das *Desventuras*: a subordinação da classe operária ao Estado, tendo como programa o desenvolvimento do subimperialismo brasileiro. (...) Sendo uma proposta política que repousa sobre bases falsas, essa aliança da classe operária com a “burguesia de Estado” e os militares têm tão pouca viabilidade como, no passado, a aliança a que se queria conduzir com a “burguesia nacional”. Mas, enquanto a história não o cancelar, os novos ideólogos da burguesia cumprem com diligência sua tarefa, confiantes na autonomia da luta política: a de traçar e de semear confusão e desconcerto entre a classe operária e a esquerda, propiciando manobras de divisão sobre elas. Empenham-se, assim, em “desarticular” toda tentativa de crítica do capitalismo brasileiro que contenha, em seus supostos, a negação desse monstro que é o “capitalismo de Estado nacional e democrático” que propugnam (a expressão é do cebrapiano Carlos Estevam Martins). Nesta linha, as *Desventuras* são apenas um passo na escalada que pretendem levar a cabo contra o marxismo, para retirar à classe operária qualquer possibilidade de dar um fundamento científico a suas lutas de classe.<sup>81</sup>

Na conclusão de seu texto, Marini rebate os ataques de Cardoso e Serra contra a prática armada da esquerda brasileira, propondo que, entre “seus erros e seus acertos, foi assim como se pôs sobre a mesa, no Brasil (tal como se havia feito na América Latina), de maneira concreta, a questão do poder e do direito da classe operária e de seus aliados a luta por conquistá-lo”.<sup>82</sup> O autor ainda complementa sua afirmação, ao salientar que foi devido à luta armada que “a ideia do socialismo deixou uma abstração, um ideal sem transcendência prática, um tema para a discussão de intelectuais, para ganhar o centro das lutas de classes” e que os ‘ideólogos da burguesia’ estariam criticando de forma tão contumaz a luta armada para desviar a luta

<sup>80</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José, op.cit, 1979, p. 236

<sup>81</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José, op.cit, 1979, p. p.239-240

<sup>82</sup> Idem, Ibidem, p.240-241



socialista para “um socialismo que apenas encobre seu caráter burguês”.<sup>83</sup> Por fim, é interessante observar como Marini encerra seu texto, demonstrando uma crença quase teleológica de que

A própria vida se encarregará de mostrar a inutilidade desses esforços [do ‘socialismo burguês’ de Cardoso e Serra]. E o fará pela lógica implacável da luta de classes, que está acendendo a luta ideológica, ao colocar sem disfarces as grandes questões a discutir e que produziu uma nova classe operária, mais madura e mais organizada, em que se arraiga cada vez mais a consciência de que o Estado é seu inimigo de classe.<sup>84</sup>

Para os objetivos desta tese, entre as diversas formas possíveis de se analisar este debate de projetos políticos, um dos caminhos mais profícuos para reflexões seja, em primeiro lugar, compreender tais tensões como parte do contexto dos processos de redemocratização no Brasil e Cone Sul; e, em um segundo momento, entender como este movimento histórico de redemocratizar, de se construir uma ‘nova democracia’, sempre se encontra em disputa, a qual tem como natureza a tensão dialética da democracia histórica - por um lado, a democracia construída ‘pelo povo’ - da qual Marini demonstra-se partidário e insere a classe operária e o movimento sindical como seus sujeitos principais - e uma democracia formada ‘para o povo’ - a qual Cardoso e Serra parecem melhor se encontrar, ao defender alianças mais amplas entre setores organizados da sociedade civil com agentes de Estado e de frações da classe dominante.

Tais tensões envolvendo o processo de redemocratização serão abordadas com a devida minúcia no decorrer da tese, entretanto, por ora, é de grande relevância compreender como as concepções em torno do fenômeno da dependência não podem ser delimitadas como pertencentes exclusivamente ao mundo acadêmico, sendo estas passíveis de serem compreendidas como bases ideológicas para muitas das ações e visões de mundo dos atores políticos em questão. Os autores envolvidos nesses debates jamais se furtaram em tomar posições abertamente políticas em torno do presente e futuro do desenvolvimento latino-americano. Nesse sentido, a crítica de Marini ao *academicismo* de Cardoso - a qual, como vimos, foi futuramente empregada por Emir Sader em texto de 1996 - não parece ter qualquer procedência, sendo um mero recurso retórico do autor em se colocar como um intelectual mais *politizado* que o seu adversário. Utilizando a própria lógica da relevante crítica de Marini, cabe questionar: ou Cardoso seria um *ideólogo da burguesia* ou um acadêmico sem posição na luta de classes. As duas alternativas não são passíveis de caminhar de forma conjunta.

---

<sup>83</sup> Idem, Ibidem, p.241

<sup>84</sup> Idem, Ibidem, 241

Assim, tais autores tomaram partido em relação a temas fundamentais no contexto das décadas de 1960 e 1970, como a luta de classes, os impactos da inserção do capital estrangeiro em países da periferia do capitalismo, a posição dos países latino-americanos no sistema capitalista global, bem como tais questões forneciam a base material em que os grupos de oposição às ditaduras militares vigentes no Cone Sul atuavam. As grandes questões em jogo neste combate à ditadura militar seriam: há possibilidades de alianças para fora da classe trabalhadora organizada? Qual o limite para a ampliação destas alianças? É possível contar com apoio de frações da classe dominante? E seria possível dissociar o combate à ditadura da luta de classes? O quanto a troca de um regime político poderia alterar o histórico processo de exploração sócio-econômica da classe dominante em relação aos trabalhadores brasileiros? Ou seja, o quanto a superação de uma regime político autoritário por um democrático impactaria em mudanças nas condições materiais que davam base para o referido processo de exploração - ou de superexploração, nos termos de Marini - dos trabalhadores de uma região periférica do sistema capitalista? Para os autores marxistas da teoria da dependência, o combate à ditadura não poderia ser dissociado da luta pelo fim das relações de dependência, superexploração do trabalho e domínio imperialista na região. Para Cardoso, a questão da alternância política do regime parecia ter primazia em relação às mudanças estruturais nas relações entre classes e nações no sistema capitalista.

Como será observado doravante, no decorrer do processo de redemocratização, cada vez mais Cardoso adotou posições mais reformistas e conservadoras em torno dos temas previamente elencados. Nesse sentido, a leitura de Theotônio dos Santos em relação às mudanças na postura de Cardoso demonstra ser precisa e acurada historicamente:

Fernando Henrique foi um dos que demonstrou, na década de 1960, a debilidade da burguesia nacional e sua disposição para se converter em uma associada menor do capital internacional. Foi ele também um dos que identificou o limite histórico do projeto nacional-democrático e do populismo que o dirigia. Desde 1974, (...) ele aceitou a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa. A partir deste momento, a tarefa democrática se convertia em objetivo central da luta contra um Estado autoritário, apoiado sobretudo em uma "burguesia de Estado", que sustentava o caráter corporativo e autoritário do mesmo. Os inimigos não são portanto o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora de recursos gerados em nossos países. Os inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras coisas, limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo nível de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou nos anos 70, como resultado da relocalização da indústria mundial.<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> SANTOS, Theotônio dos. op.cit., 1998, p.11. Tradução livre do autor.

Após a sua experiência no Chile, Cardoso partiu para França, onde passou os seus últimos meses de exílio. Em dezembro de 1968, retornou ao Brasil para realizar um concurso para uma cadeira de cátedra na USP. Após ser aprovado no concurso, sofreu dois duros golpes: a edição do AI-5 e o decreto lei 477. Em fevereiro de 1969, o seu nome e de vários outros colegas de profissão estavam presentes nas famigeradas e temidas listas que aposentaram compulsoriamente diversos professores de grande renome para a intelectualidade brasileira e internacional. A nova situação levou Cardoso à procura por alternativas para conseguir viver no Brasil e atuar na sua área. A solução encontrada foi a fundação do CEBRAP, em 1969. Formado a partir do financiamento da Fundação Ford, o CEBRAP foi idealizado como uma fundação privada capaz de abarcar e empregar grande parte dos professores e pesquisadores afetados pelas medidas do decreto 477. Com o passar dos anos, as publicações e ações da instituição e seus intelectuais ganharam destaque no cenário nacional, chamando a atenção de Ulisses Guimarães, que, em 1973, chamou Cardoso para uma conversa sobre uma possível parceria com o MDB. Este encontro é um marco na aproximação do sociólogo com a vida política partidária, o que, para ele, significa uma nova forma de se promover o enfrentamento à ditadura e a defesa da democracia.



### 3. O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO E A DEMOCRACIA EM MOVIMENTO (1973-1978)

“Para nós, democracia é um tipo de pão só de casca, sem miolo”.<sup>86</sup> Com estas palavras, em seu texto *O pão nosso, sem miolo*, publicado no dia 23 de abril de 1972, no *Estado de S. Paulo*, o jornalista Fernando Pereira atacava o que considerava ser um vazio e falso discurso da ditadura militar de que o retorno a um governo democrático somente seria possível quando as tensões sociais e políticas do país fossem suprimidas. Porém, a frase significava mais do que isso. Uma democracia *só de casca, sem miolo*, também era uma interessante metáfora que buscava denotar que no início da década de 1970, a democracia seria uma ideia que até poderia possuir forma no referido contexto histórico brasileiro, mas encontrava-se ausente de conteúdo. Entretanto, cabe questionar: como seria possível definir democracia em um Brasil dominado pela truculência dos *anos de chumbo* da ditadura militar?

O próprio Pereira encontrou dificuldades em seu texto, no qual, apesar de definir a democracia a partir da clássica abordagem *madisoniana*, afirmando que “democracia não é o governo da maioria, (...) mas sim, ao contrário, a garantia dos direitos essenciais da minoria (ou das minorias) até essa espécie de minoria exemplar que é o cidadão, o indivíduo”<sup>87</sup>, o próprio colocou que definições de interlocutores estadunidenses, como Thomas Madison e Abraham Lincoln (*um governo do povo, pelo o povo e para o povo*), estavam distantes da realidade social, política, e até mesmo histórica da sociedade brasileira. Ao partir da premissa do que concebo como dialética da democracia histórica, é possível perceber que as dificuldades de Pereira em obter respostas se devem ao fato de que a questão central para o debate não pode ser delimitada pelo entendimento de que o conceito de democracia brasileira estava ou não privado de *forma* ou *conteúdo* no início da década de 1970, mas de que sua forma e conteúdo - seja em tempos de governos autoritários ou democráticos - sempre estão em constante disputa e movimento. Disputa e movimento que, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, serão a base para entender o complexo processo de redemocratização no Brasil.

Ao utilizar a abordagem de *jogos de escalas*, que tem como princípio um intercâmbio constante e intrínseco entre o *macro* e o *micro*, penso ser importante apresentar os objetivos deste capítulo em dois recortes que estão diretamente intercalados. No âmbito *macro*, este capítulo é voltado para compreender um período específico do processo de redemocratização

---

<sup>86</sup> PEDREIRA, Fernando. O pão nosso, sem miolo. *O Estado de S. Paulo*, p.5, 23/4/1972.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*

no Brasil, abordando um recorte temporal que tem início com a crise do crescimento acelerado de 1967 até 1973 e a vitória do MDB nas eleições de 1974. Nesse sentido, a ideia é apresentar como a partir do governo de Ernesto Geisel, quando a ditadura sinalizou intenções um pouco mais concretas de realizar um processo de distensão, diferentes grupos passaram a idealizar qual seria o melhor modelo para uma futura democracia, tal como quais seriam os caminhos mais apropriados para construir essa transição. Em suma, um processo histórico que estava aberto em possibilidades e sendo forjado por uma vívida disputa entre o governo ditatorial e a oposição, sendo de igual importância compreender os casos de disputas internas nestes grupos citados. Já no âmbito *micro*, este capítulo tem suas reflexões voltadas para compreender o processo de redemocratização a partir de alguns movimentos políticos de Cardoso quando este passou a atuar não apenas como sociólogo, mas também como um político membro do MDB.

No recorte temporal analisado neste capítulo, será analisado o processo de aproximação de Cardoso em relação ao MDB, já dando indícios da sua visão do partido como uma agremiação mais popular, almejando alinhar os interesses emedebistas com os interesses de uma camada um tanto difusa de eleitores dos grandes centros urbanos descontentes com os governos militares, mas também com movimentos sociais que estavam se colocando no enfrentamento da ditadura, como as comunidades eclesiais de base (CEB's), os sindicatos e grupos de trabalhadores organizados, movimentos feministas, entidades profissionais liberais (AIB, OAB, etc.).

Entendo que o objetivo maior de Cardoso neste contexto foi o de cada vez mais se aproximar do partido de oposição, e começar a idealizar mudanças nele, para torná-lo um partido de massas capaz de confrontar a ditadura dentro do próprio jogo institucional. Todavia, o evento que vai solidificar a aliança entre ambos são as eleições de 1974, quando o MDB conquista uma importantíssima vitória, a qual parece ter convencido Cardoso de que este poderia representar os interesses dos trabalhadores urbanos dos grandes centros no seu combate à ditadura. O que seria interpretado como uma oportunidade histórica que se abria para se investir no partido como um agente capaz de aproximar representados descontentes com a ditadura de representantes capazes de ser a sua voz no Congresso Nacional. Certamente, após a vitória de 1974, o projeto parecia promissor. Entretanto, também era certo de que este projeto tinha limites visíveis, como o de atuar no terreno do adversário, o das instituições limitadas pelo arbítrio ditatorial, o qual não permitiria maiores avanços do MDB.

### 3.1 O PROCESSO DE APROXIMAÇÃO DO MDB

A aproximação entre Fernando Henrique Cardoso e o MDB na primeira metade da década de 1970 foi um processo que buscou amalgamar interesses em comum de ambas as partes, como a de construir uma articulação mais sólida e efetiva entre partido e sociedade civil para promover o combate à ditadura militar. Ao mesmo tempo, tratou-se também de um movimento que necessitou aparar arestas e objetivos distintos entre o sociólogo e a agremiação partidária que estava em fase de transformação profunda na sua forma de atuar dentro da política institucional. Importante frisar que no alvorecer da década de 1970, Cardoso parecia pessimista em relação às possibilidades de redemocratização na vida política brasileira, concebendo que tal mudança, caso ocorresse, teria características excludentes, e uma redemocratização efetiva apenas seria possível a partir de uma revitalização de grupos organizados da sociedade civil, ou seja, não necessariamente estaria relacionada aos partidos. Por exemplo, em um seminário ministrado na universidade de Yale, nos Estados Unidos, em 23 de abril de 1971, e que serviu de base para um dos seus textos mais conhecidos, *O modelo político brasileiro*, o sociólogo afirmou:

mesmo os [membros do governo] que propugnam pela transformação do regime na direção de uma "abertura democrática" concebem-na em termos da ampliação da participação da burguesia e das classes médias e não da reconstituição das organizações representativas das classes populares. Este último processo, a curto prazo, parece estar excluído do horizonte de possibilidades.<sup>88</sup>

O trecho citado foi elaborado no contexto autoritário do início da década de 1970. Mas, considero que a força de suas afirmações aponta para temas importantes daquela conjuntura: o que de fato os militares buscavam sinalizar em suas difusas falas sobre uma possível 'abertura democrática'? Tal movimento de abertura seria iniciado pelos militares ou pela sociedade civil? Se iniciado pelos militares, os mesmos tentariam exercer o controle sobre todo o processo ou teríamos participação e pressão popular? E quais seriam os sujeitos e espaços de produção deste processo histórico? Ficaria delimitado às esferas institucionais ou o mesmo tomaria às ruas? Para melhor delimitar os objetivos da ditadura em seus discursos e ações, bem como compreender as disputas pelos rumos do processo histórico em questão, penso ser necessário distinguir dois conceitos que também são processos históricos: distensão e redemocratização.

---

<sup>88</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p.82

Por distensão, pode-se definir o difuso projeto que foi defendido a partir de 1974 pelo governo Geisel, que não necessariamente buscou uma maior *democratização* da sociedade brasileira no sentido de ampliar a participação popular no centro de decisões do governo, nem mesmo um retorno à uma democracia representativa aos moldes liberais, mas sim um movimento de distender e/ou flexibilizar a legislação autoritária do período ditatorial, tendo como objetivo último o retorno dos militares aos quartéis de forma incólume, sem nenhuma responsabilização institucional ou jurídica pelos crimes cometidos durante a ditadura militar. Neste projeto da ditadura, o processo de *distensão* deveria ser delimitado às esferas institucionais (Ex: o Estado, o parlamento, poder judiciário, partidos, etc.), com participação de sujeitos ligados a estas esferas e que estivessem comprometidos com uma flexibilização *lenta, gradual e segura* da legislação autoritária. E, como será abordado doravante, àqueles que não estivessem comprometidos com a *distensão* no seu ritmo e forma conservadora, sofreriam com a perseguição política das agências de repressão do governo.

Por democratização ou redemocratização, trata-se de um conceito que visa dar conteúdo e sentido para um processo histórico mais amplo, o qual atribui maior protagonismo às ações de grupos da sociedade civil organizada que visavam o fim da experiência da ditadura militar e a construção de um novo governo democrático, com maior participação popular. Os sujeitos deste processo histórico podem ser diversos, mas, grosso modo, os que desempenharam papel de protagonismo no combate à ditadura foram os partidos políticos e os já citados grupos organizados da sociedade civil. E, em relação aos espaços de produção deste processo histórico, torna-se difícil delimitá-los de forma precisa e satisfatória, pois um dos princípios fundamentais da luta contra o autoritarismo e o projeto de distensão controlado dos militares era ampliar os espaços de debate a respeito do futuro do país, levando assim a luta política para fora das instituições formais, permitindo que a mesma tomasse cada vez mais destaque nas manifestações de rua, sindicatos, universidades, igrejas, mídias, etc. Em suma, para muitos dos envolvidos no processo de redemocratização, não bastava democratizar as instituições e as práticas eleitorais, era necessário democratizar a sociedade brasileira. E este era um debate que dividia, inclusive, os grupos de oposição à ditadura. Por exemplo, no início da década de 1970, seria o MDB um partido capaz de representar as demandas por democratização de uma considerável parcela da sociedade brasileira? As respostas para este questionamento não eram simples ou fáceis.

Este debate aparece em artigo intitulado *A questão da democracia*, escrito durante os meses de agosto e outubro de 1973, no qual Cardoso demonstrava um tom de pessimismo em



relação aos partidos políticos como uma opção no combate à ditadura, mas via com bons olhos uma reativação da sociedade civil, em especial no que tangia a mobilização e atuação dos movimentos sociais da década de 1970 nos processos de decisão governamental. Em seus termos:

Ainda que o curso de um processo como o indicado seja relativamente lento, ele será certamente mais demorado se não começar já. Não para pedir democracia, no sentido de reabertura do jogo de partidos controlados pelo Estado e pelas classes dominantes, mas para criar um clima de liberdade e respeito que permita a reativação da sociedade civil, fazendo que as associações profissionais, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis, os círculos de estudos e debates, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções, entrem em conflitos construtivos para o país. (...) O Brasil é um país-continente, variado e desigual. A vida política terá que expressar, para ser legítima, essa variabilidade e desigualdade. Assim, como o Estado, no afã centralizador e uniformizador, termina por engolfar a variabilidade dos interesses numa pseudovisão consensual, qualquer partido que pretender, nas atuais circunstâncias, ser a expressão de todos, terminará por alentar o totalitarismo. Será preciso uma década de movimentos sociais mais ou menos espontâneos, onde todos os pontos de vista possam florescer, para que se vão decantando as linhas das várias tendências que deverão, no futuro, expressar a vontade nacional.<sup>89</sup>

A leitura negativa dos partidos como *controlados pelo Estado e pelas classes dominantes* não era desprovida de razão. Mas, para entender a materialidade histórica que legitimou este pessimismo, há de se realizar um necessário recuo temporal.

Durante todo o seu período de existência, a ARENA certamente foi controlada pelo Estado ditatorial e pelas classes dominantes, enquanto o MDB, no início da década de 1970, era um partido que, desde os conflitos mais abertos contra a ditadura, entre 1967 e 1968, não despertava muita confiança, nem esperança, por parte da sociedade civil. Em especial, após viver eventos traumáticos como o fechamento do Congresso Nacional via AI-5 e a acachapante derrota eleitoral nas eleições nacionais de 1970. Para ter uma noção mais precisa da disparidade de forças entre ARENA e MDB neste contexto, cabe mencionar alguns dados. De acordo com Maria D'Alva Kinzo, durante o período que teve início com a edição do AI-5 e o fechamento do Congresso Nacional, em 13 de dezembro de 1968, e a reabertura do último em Abril de 1969, a ditadura militar cassou o mandato de 45% dos parlamentares do MDB em nível federal, isso sem contar as inúmeras cassações que ocorreram em níveis estadual e municipal.<sup>90</sup> E, ao se observar a formação do quadro da política brasileira após os resultados das eleições nacionais

---

<sup>89</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A questão da democracia In: **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p.238-239.

<sup>90</sup> KINZO, Maria D'Alva. **Legal opposition politics under authoritarian rule in Brazil**. Hampshire: Macmillan Press, 1988, p.108-109

de 1970 e das municipais de 1972, as estatísticas apontavam que o partido governista da ditadura militar possuía 87,76% dos prefeitos, 83,25% dos vereadores, 59 dos 66 senadores (89,39%), 223 dos 310 deputados federais (71,93%), e 493 dos 701 deputados estaduais (70,32%).<sup>91</sup>

O período posterior à edição do AI-5 gerou impactos profundos no MDB. Entre o período de 1967 e 1968, o partido viveu um momento de agitação social e política, com setores ampliando suas críticas contra a ditadura, tendo como o maior símbolo deste conflito as denúncias e os firmes discursos proferidos pelo deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB-GB) contra a prática da tortura e demais formas de arbítrios proferidos pela ditadura. Como previamente mencionado, o AI-5 significou uma ampla cassação de mandatos de parlamentares e políticos do MDB, em especial, de indivíduos com posturas mais críticas ao governo ditatorial. Com a reabertura do Congresso em outubro de 1969, o estrago feito pelos militares nas hostes do MDB era notório. Ao perder seus parlamentares mais combativos, o partido de oposição passou a ter um perfil predominantemente moderado.

Na concepção de Kinzo, com sua representação parlamentar reduzida pela metade e a ameaça constante do AI-5 contra os parlamentares que seguiam atuantes, o MDB “aceitou silenciosamente as condições muito restritas que teria de se conformar. De fato, rapidamente o MDB teve o seu papel definido pelo regime”.<sup>92</sup> A leitura da autora é apropriada e aponta um importante caminho para compreender o perfil que se tornou predominante no MDB entre 1969 e 1971. Porém, um adendo que considero pertinente realizar é que nem todo membro do MDB de fato era um opositor ao regime ditatorial. Como será apresentado doravante, muitos inclusive defenderam que o partido deveria aceitar o *governo revolucionário de 1964* como uma realidade, cabendo ao MDB o papel de propor reformas, críticas pontuais e acreditavam na possibilidade de, no futuro, tornar-se governo. Se esta seria a postura hegemônica dentro do MDB, cabia o questionamento: por qual razão o partido deveria continuar existindo? Em um dos chistes políticos mais populares à época, o MDB teria se tornado o “partido do sim” e a Arena o “partido do sim, senhor”, o que, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, buscava

---

<sup>91</sup> Dados baseados em: BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1970**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, v.9, 1973; BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos: eleições municipais realizadas no Brasil em 1972**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, v.10, 1988.

<sup>92</sup> KINZO, op.cit., 1988. p.121

denunciar o fato de que “ambos se dobravam à vontade do poder, mas a Arena o fazia com mais servilismo e menos pudor”.<sup>93</sup>

Com o contexto de inúmeras dificuldades para os parlamentares e políticos do MDB se expressarem publicamente, as cassações de importantes e combativos nomes dentro do partido, bem como o predomínio de lideranças mais conservadoras dentro da instituição, os resultados negativos da oposição nas eleições de 1970 são a expressão da descrença que a população brasileira passou a nutrir não somente do MDB, mas do sistema bipartidário como um todo. Somando o total de votos em nível nacional, a Arena contabilizou 48,4% dos votos contra 21,3% do MDB, o pior resultado do partido na história do sistema bipartidário. Mas, esta também foi a eleição com o maior número de votos brancos e nulos durante a ditadura: 30,3%.

No total, o MDB conquistou apenas 5 das 46 vagas para o Senado e elegeu 28% da bancada na Câmara dos Deputados. Ainda de acordo com Kinzo, os empecilhos encontrados pelo partido foram tamanhos que em 14 dos 22 estados, o partido não conseguiu atingir o número suficiente de candidatos para preencher a lista de deputados federais. Na Bahia, existiam 22 cadeiras em disputa para a Câmara de Deputados, sendo que o MDB conseguiu colocar apenas 6 candidatos. No caso de Minas Gerais, das 35 vagas para a Câmara, o partido conseguiu reunir somente 19 candidatos para a disputa. Outro dado que demonstra o desequilíbrio entre Arena e MDB diz respeito às eleições para o Senado. Em 11 estados, o MDB colocou apenas um candidato ao Senado, sendo que em cada um dos 22 estados existiam 2 cadeiras em disputa.<sup>94</sup> Todavia, o perfil dos parlamentares eleitos pelo MDB em 1970 foi de suma importância para uma série de mudanças que passaram a ocorrer no partido a partir de 1971.

Durante o recorte temporal que pode ser delimitado entre a posse dos parlamentares eleitos em março de 1971 e as eleições de 15 novembro de 1974, o MDB passou por um processo de reconstrução. Processo que contou com a eleição de uma nova bancada de deputados federais que veio a ser denominada de grupo dos *autênticos*, e que reunia parlamentares mais jovens e com posturas diretamente combativas à ditadura, alterando o perfil mais conservador do MDB pós-AI-5. Ainda caminhando nesse sentido, a liderança do partido na Câmara também sofreu mudanças, agora com o combativo Pedroso Horta no posto, e que subiu o tom nas críticas ao governo. Em entrevista realizada em fevereiro de 1971, Horta pediu

---

<sup>93</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 97.

<sup>94</sup> KINZO, op.cit., 1988, p.128

a revogação do AI-5, denunciou o uso de tortura por parte de policiais contra prisioneiros do regime, lembrou da prisão irregular e do desaparecimento do ex-deputado Rubem Paiva, e ainda afirmou que “até o presente o nosso regime vem sendo uma ditadura. Entretanto, nós estamos esperando pelas solenes promessas de redemocratização do país feitas pelo Presidente Médici”.<sup>95</sup> O posto de líder do governo no Congresso blindava Horta de ataques mais severos contra o seu cargo. Além disso, também em 1971, Ulisses Guimarães assumiu a presidência do Diretório Nacional do MDB e assegurou a liderança de Horta no parlamento. Tudo indicava que o partido de oposição tinha entendido o recado das urnas em 1970 e buscava promover mudanças.

Para se ter um entendimento mais preciso do que significava na prática um MDB com uma postura mais combativa, cabe consultar o documento publicado em abril de 1971 e que ficou conhecido como *A declaração de Porto Alegre*. Escrito após uma convenção do partido que visou alinhar e articular de forma mais ampla quais seriam os princípios a serem defendidos por seus membros em nível nacional, o documento alinhou os seguintes pontos com consensuais: o retorno à democracia (entendida como a volta de eleições livres e diretas para todos os cargos do Executivo e Legislativo), anistia para os presos políticos, direito de voto para os analfabetos, reforma agrária, reajuste salarial digno, e maior controle em relação aos empréstimos e investimentos estrangeiros no Brasil.<sup>96</sup>

Nas páginas de *Opinião*, um novo jornal independente cuja primeira edição foi impressa em 6 de novembro de 1972, a movimentação de rearticulação interna do MDB foi o principal objeto nas análises de Fernando Henrique Cardoso. Mas, antes de analisar os artigos publicados pelo sociólogo a respeito deste tema, cabe refletir algumas questões a respeito da primeira experiência de Cardoso em escrever com maior frequência para um periódico. Tal decisão fez com que seus textos passassem a circular não apenas no mundo acadêmico, dos livros e revistas especializadas na área de Ciências Humanas, mas também na imprensa escrita. Porém, cabe precisar as particularidades de *Opinião* dentro da imprensa brasileira no início da década de 1970. Um documento que apresenta de forma sintética a proposta do jornal é uma nota de propaganda para a divulgação do lançamento do periódico no Rio de Janeiro. Nela, chama a atenção o título: “Estamos lançando um jornal para 0,2% da população brasileira”. No corpo do texto, a ideia é desenvolvida da seguinte maneira:

---

<sup>95</sup> Idem, ibidem, p.130

<sup>96</sup> Idem, Ibidem, p.131

É a parte mais culta do país. Estas pessoas estão interessadas em saber o que está se passando de mais importante no Brasil e no mundo. Mais: querem entender as causas e consequências, o sentido profundo dos fatos que fazem manchetes. Opinião virá atender essa necessidade.<sup>97</sup>

O novo jornal, idealizado e dirigido pelo empresário Fernando Gasparian, foi lançado com a proposta de atingir um público formado pela *parte mais culta do país*, e de ser um periódico com uma postura independente, além de ser focado em textos de opinião sobre assuntos em pauta na agenda política nacional e internacional. A proposta de uma postura independente - inclusive, independente da influência de anunciantes - estava explícita neste trecho de apresentação de “um jornal que não defende interesses pessoais, não pertence a nenhum partido, não é porta-voz de qualquer ideologia e se recusa a aceitar um volume de publicidade que ultrapasse a 20 por cento de sua receita”.<sup>98</sup> Outro objetivo que *Opinião* visava era de não “se limitar a um simples relato dos fatos da semana. Devemos analisar, criticar e interpretar esses fatos para o leitor com a maior honestidade e seriedade possível”.<sup>99</sup> E para realizar a tarefa de analisar, criticar e interpretar os fatos, o periódico foi capaz de reunir importantes nomes da intelectualidade brasileira, como o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, mas também: Antonio Callado, Millor Fernandes, Otto Maria Carpeaux, Celso Furtado, Chico de Oliveira, Hélio Jaguaribe, Paulo Francis, Lauro de Oliveira Lima, Jean Claude Bernadet, Oscar Niemeyer, Paul Singer, Aloisio Biondi, Washington Novaes, José Arthur Gianotti e Chico Buarque de Holanda.

O primeiro texto de Cardoso publicado em *Opinião* foi lançado na terceira edição do jornal, na semana de 20 a 27 de novembro de 1972, e tratava de questões em torno da política parlamentar. Intitulado *O partidão do Sr. Freire*, o texto iniciava enfatizando o recorte temporal da análise ao afirmar que “as últimas semanas têm sido férteis em colheitas eleitorais”, definindo como “decepcionante” a vitória de Richard Nixon a presidente dos EUA, “surpreendente” e “tranquila” a vitória de Pierre Trudeau para primeiro-ministro no Canadá, mas, o seu conteúdo era voltado principalmente para o debate em torno da questão nacional.<sup>100</sup> Nele, Cardoso rebateu a fala do líder do governo na Câmara de Deputados, Geraldo Freire (Arena-MG), que foi publicada poucos dias antes das eleições municipais de 1972. De acordo

---

<sup>97</sup> **Processo SECOM** nº50.289, 10/1/1973, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.294, p.17

<sup>98</sup> Idem, Ibidem, p.7.

<sup>99</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. O partidão do Sr. Freire. **Opinião**, Rio de Janeiro, 20 a 27 de novembro de 1972.

<sup>100</sup> Idem, Ibidem.

com o *Jornal do Brasil*, em entrevista com jornalistas em Brasília, Freire teria sugerido a possibilidade da existência de um regime de partido único no Brasil.

O Sr. Geraldo Freire faz questão de ressaltar, com ênfase acentuada, que repele e não aceita, de maneira alguma, “o unipartidarismo imposto de cima para baixo, conforme os padrões do nazismo, do fascismo e do comunismo”. Mas não haveria, naturalmente, esse risco no Brasil de hoje. O que poderia acontecer aqui é o estabelecimento de outro tipo de Partido único, inofensivo aos anseios democráticos e talvez vantajoso para o progresso do país. O bom unipartidarismo, que o líder do Governo aceita e não vê como possa causar preocupações, é aquele que “surge naturalmente de baixo para cima, resultante do embate das urnas, fruto da livre manifestação da vontade do povo”.<sup>101</sup>

Em seu texto, Cardoso atacou as falas de Freire, alegando que a tentativa de se utilizar de resultados eleitorais para consagrar um regime autoritário, “como se dele derivasse a legitimidade democrática”, seria “um embuste”. Dando seguimento à sua crítica, o sociólogo aponta que “o que assegura a legitimidade a um regime político não é sua ‘autenticação’ pelo ritual eleitoral”, pois “poucos são os regimes totalitários que, hoje em dia, dispensam ‘eleições’”. Para Cardoso, “o fundamental é o conteúdo da participação, eleitoral ou não. É o respeito ao direito das oposições, a liberdade de expressão do pensamento e da organização política, a inexistência da repressão”.<sup>102</sup> De forma mais detalhada, a argumentação do texto atesta que

Todo mundo sabe que nas sociedades de massa a falta de informação política leva à apatia. Esta, por sua vez, permite que os núcleos de poder proponham à massa as soluções que mais lhe são convenientes. Assim, não é difícil obter respostas eleitorais favoráveis aos eventuais governantes. Basta manter baixo o nível de informação política, selecionar previamente os candidatos da oposição e do governo, vedar temas no debate, atemorizar e, aqui e ali, reprimir. Com esta receita, é possível promover eleições que, sem fraude, assegurem a consagração popular dos donos do poder. É o que ocorre nos regimes de quase partido único, dos 95% de sufrágios favoráveis. A história registra com frequência eleições deste tipo em diferentes países.<sup>103</sup>

E, ao concluir sua exposição de ideias, Cardoso denunciou de forma mais veemente as atitudes e falas do líder do governo:

Não adianta tapar o sol com a peneira. Manifestações de democratismo ardentes como essa do sr. Freire que quer respeitar o Partido único vindo de “baixo para cima”, não encobrem os riscos reais do regime atual. Se até hoje o autoritarismo vigente não deu o salto para um regime totalitário, isso se deve, entre outras razões, ao fato de que inexistente um Partido Único que mobilize as massas e difunda a doutrinação ideológica

<sup>101</sup> O bom partidão, *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1972, 1º Caderno, p.6

<sup>102</sup> CARDOSO, op.cit, 20 a 27 de novembro 1972.

<sup>103</sup> Idem, Ibidem.

do grupo dominante. De cima para baixo, de baixo para cima ou de cabeça para o ar, o Partidão do sr. Freire é o complemento indesejável que serve para a implantação de um regime totalitário.<sup>104</sup>

A decisão de Cardoso escrever para a mídia impressa pode ser analisada por diferentes prismas. Por um lado, o sociólogo passou a ocupar um espaço onde a análise das dinâmicas de temporalidades mais longas dos seus estudos histórico-estruturais sobre a escravidão brasileira, bem como do desenvolvimento político e econômico do Brasil e América Latina não tinham lugar de destaque. Ao escrever para *Opinião*, os textos de Cardoso passaram a lançar foco nos eventos do presente, respondendo de forma mais imediata e direta os processos em curso na política nacional e mundial, na tentativa de influir nos caminhos dos mesmos de forma mais dinâmica. Esta decisão parece ter influído de forma decisiva não somente na produção textual de Cardoso para a mídia impressa, mas também na própria produção acadêmica de Cardoso que, como veremos doravante, cada vez mais foi direcionada para o estudo de questões relacionadas à análise do tempo mais imediato da política, do autoritarismo brasileiro, da denúncia de suas arbitrariedades e de reflexões em torno de possíveis saídas democratizantes para os dilemas nacionais.

Por outro lado, os seus textos também servem como uma interessante fonte para ser analisada como parte de um movimento mais amplo: a aproximação de Cardoso com o MDB. Em linhas gerais, é possível perceber que apesar de demonstrar simpatia em relação ao partido de oposição, o sociólogo não se furtava a ser crítico ao mesmo em muitas de suas posturas, o que ficava explícito em textos como *Concessões temerárias*. No mesmo, Cardoso apontava de forma dura o que ele percebia como limitações do programa político do partido de oposição:

O programa atual do MDB, por exemplo, é pouco, é insatisfatório e nasceu envelhecido. Ele deseja - como todo mundo (ou quase) - mais liberdade, defesa da economia nacional, etc. Mas, liberdade para quem? Defesa econômica de quem? Ou as oposições concretizam seus objetivos e os especificam, ou falarão para seus pares: deputados para deputados, intelectuais para intelectuais, estudantes para estudantes.<sup>105</sup>

Neste mesmo texto, Cardoso ainda promove uma reflexão em torno do que seria a proposta de *nacionalismo econômico* do MDB. É interessante perceber como, mesmo que não sendo citada de forma direta, a sua abordagem das situações de dependência esteja presente na sua crítica à política econômica proposta pela oposição, demonstrando como o autor promoveu

---

<sup>104</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>105</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *As concessões temerárias*. **Opinião**, Rio de Janeiro, 29 de janeiro a 5 de fevereiro de 1973.

um esforço de tentar apresentar suas ideias e teorias por meio de outra linguagem, para um público leitor mais amplo e não necessariamente especializado. Nos termos de Cardoso:

É preciso portanto sacudir a poeira também da oposição. Só para dar um exemplo: quando hoje alguém fala em “nacionalismo econômico” a que se refere: à expansão das grandes empresas do estado que já estão associadas às empresas internacionais? Será que não perceberam que o mundo mudou, que a URSS quer financiar Sete Quedas; que a política norte-americana não se opõe ao desenvolvimento industrial do país; que boa parte dos empresários nacionais deseja a associação aberta com capitais estrangeiros porque tira vantagem dessa situação; que o crescimento da Petrobrás não fere necessariamente os interesses da Union Carbide e assim por diante? Eu não estou pintando um mundo isento de contradições entre grupos, setores de classe e nações. Mas estas oposições hoje em dia dão-se num contexto dinâmico em que o sol nasce para todos. Para todos? Não. Para alguns. E aí está a vez e a hora da oposição. Para quem nasce o sol no Brasil do milagre? A quem faz falta a liberdade? Quem são os reprimidos? Por sorte, mesmo o MDB parece haver-se dado conta de que existem questões concretas a levantar; não apenas criticar o encarecimento da vida (processo geral) mas verificar como se compõe a cesta de consumo das diversas camadas da sociedade. Ver quem explora quem, como e quanto.<sup>106</sup>

No início de abril de 1973, em seu texto *Mitos da oposição II*, Cardoso proferiu uma de suas críticas mais emblemáticas ao modo pelo qual o MDB estava realizando uma política de oposição contra a ditadura. A tensão dialética da democracia histórica estava presente no posicionamento do sociólogo em relação à necessidade de se revitalizar a sociedade civil organizada. O texto é significativo, pois aborda questões que, durante a década de 1970, foram de suma importância para a forma como Cardoso concebeu o enfrentamento à ditadura e o próprio processo de redemocratização. Engajar a população nessa luta era vital para tornar o MDB um partido com uma representatividade social sólida e não somente uma instituição com origem a partir de atos institucionais, bem como dar forma, conteúdo e sentido para um processo de redemocratização que considerasse uma concepção de democracia também feita *pelo* povo e não somente do MDB *para* o povo. Assim, o sociólogo abordou este conjunto de questões:

o importante é abandonar o mito da inviabilidade da participação política nas condições brasileiras e procurar definir, ao contrário, em que condições pode dar-se esta participação. O importante é descansar menos na ação do Estado, conceber menos a relação política como se ela se desse diretamente entre cada grupo da sociedade e o Estado, pensar menos (como se a oposição estivesse no governo) quais são as políticas adequadas para o Estado, e procurar definir os objetivos e as políticas para cada agência social, para cada grupo, para cada problema (como pressionar para obter e melhorar a educação, como e porque criticar o Plano Nacional de Habitação, como cada um destes programas é um problema e qual o limite de solução que o regime a ordem dada impõem a eles; como, portanto, reivindicar não quer dizer aderir, etc.). O importante, por fim, menos do que radicalizar verbalmente e tomar uísque à noite

---

<sup>106</sup> Idem, *Ibidem*



diante do peso morto das condições adversas, é procurar colocar concretamente alternativas e criar forças que permitam uma transformação.<sup>107</sup>

A respeito da questão democrática e do processo de redemocratização, o jornal *Opinião* também proporcionou espaço para outro texto de Cardoso em tom de resposta, sendo o alvo de sua crítica o conservador cientista político estadunidense Samuel P. Huntington. Para os objetivos desta pesquisa, as diferentes concepções de democracia preconizadas por Huntington e Cardoso são muito interessantes para se perceber como o futuro da sociedade brasileira não somente estava em aberto, mas encontrava-se em disputa neste contexto histórico. Primeiro, cabe compreender as afirmações que Huntington proferiu em uma de suas diversas visitas ao Brasil na primeira metade da década de 1970. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, em 10 de fevereiro de 1974, o politólogo estadunidense, “na sua sexta visita ao Brasil e segunda nos últimos 12 meses”, o então professor da Universidade de Harvard afirmou que “qualquer política de descompressão deve ser gradual, e o Governo que resolva segui-la deve evitar o perigo de tentar fazer muito num pequeno espaço de tempo”.<sup>108</sup> Huntington ainda desenvolveu sua argumentação atestando que via o “regime brasileiro” em “fase de institucionalização”, e que a respeito da natureza do governo

deve-se hesitar, antes de rotular a situação política brasileira, pois aqui há um sistema político singular, combinando elementos de regime de autoridade e elementos característicos de regime democrático. O fato de realizarem-se eleições periódicas com a existência de Partidos políticos e debates parlamentares é (sic), por exemplo, característicos dos regimes democráticos. Como também o é a possibilidade de um jornalista me fazer perguntas e eu dar respostas.<sup>109</sup>

Em sua entrevista, o politólogo também desenvolveu uma leitura dos processos históricos em curso no Brasil do início da década de 1970. Um dos trechos mais interessantes é este abaixo:

o regime brasileiro está se institucionalizando a partir da estabilidade conseguida. O fato de o país ter tido uma sucessão regular para a Presidência da República, além de ser um indício de estabilidade, é também um sinal de que o sistema político é capaz de mudar e se adaptar a diferentes circunstâncias. Isso o torna mais flexível que um regime semelhante onde o poder não passasse por qualquer rotação. (...) Há uma diferença muito grande entre o caso do Brasil e o de Portugal. É significativo, por exemplo, que Salazar tenha ficado no Poder por 30 anos, enquanto não há indícios de que isso possa ocorrer aqui.<sup>110</sup>

<sup>107</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Os mitos da oposição II. *Opinião*, Rio de Janeiro, 2 a 9 de abril de 1973.

<sup>108</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1974.

<sup>109</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>110</sup> Idem, *Ibidem*

A abordagem muitíssimo conservadora de Huntington é explícita em diversos momentos de suas análises. A despeito de não tecer qualquer comentário sobre a prática de repressão política, censura, institucionalização de violações dos direitos humanos (torturas, sequestros, assassinatos e desaparecimento de opositores), além de interferências - quando não ameaças - constantes no Legislativo e Judiciário, o politólogo entende que a capacidade dos militares seguirem no controle do Poder Executivo e realizarem sucessões presidenciais seriam sinais positivos de *estabilidade, flexibilidade e institucionalização*. É significativo também a leitura positiva do autor de que a realidade institucional no Brasil seria mais próxima de uma democracia devido às eleições indiretas para presidente da República, implicando em mudanças de indivíduos no cargo, enquanto em Portugal o poder ficou concentrado em uma liderança política por quase 30 anos. Em nenhum momento, Huntington cita medidas autoritárias da ditadura que afetaram diretamente nas eleições indiretas para a presidência, como: a edição do AI-5 que fechou o Congresso Nacional por quase 2 anos, permitiu a perseguição política de opositores e a retirada de seus direitos civis e políticos, bem a Emenda Constitucional de número 1 que alterou a composição do Colégio Eleitoral em favor da ditadura.

Convém destacar também a ênfase de Huntington em considerar que há um ritmo ideal para a *descompressão* brasileira. Há um conjunto de frases isoladas e pouco aprofundadas, mas que afirmam que “a descompressão, em termos gerais, tem de ser gradual. Não deve ser tomada como um tema imediato”. Ou que “no desenvolvimento desta ou de qualquer política, há o perigo de se tentar fazer muito num período muito curto. Além disso, devem-se evitar os riscos provocados por um eventual desequilíbrio entre os diferentes elementos da comunidade política”.<sup>111</sup> Caso tal ritmo não fosse adotado, Huntington insiste na existência do risco do que ele entende com *recompressão*. Nos termos do autor

A possibilidade de recompressão depende da velocidade de descompressão. Esse processo deve ter um apoio amplo entre os grupos políticos mais significativos. Na Grécia, ocorreu uma recompressão. O Coronel Papadopoulos estava usando a descompressão para aumentar a sua própria base de poder pessoal. Isso fez com que a situação se alterasse.<sup>112</sup>

Após seis meses da publicação do texto de Huntington, o texto-resposta de Cardoso foi publicado no jornal *Opinião*, sendo intitulado *A democracia do professor Huntington*. O conteúdo do artigo de opinião foi especialmente duro, compreendendo como uma “forma de

---

<sup>111</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>112</sup> Idem, *Ibidem*

caipirice” a importação de “*experts*” do exterior para analisar a situação brasileira. Logo no primeiro parágrafo do texto, Cardoso profere uma dura crítica à postura conservadora de Huntington e sua ingerência na política brasileira, ao afirmar:

Francamente, eu até chego a duvidar - em homenagem aos livros escritos com menos ligeireza que declarações eventuais - que o professor Samuel Huntington tenha mesmo vestido as roupas do Conselheiro Acácio e tenha repetido o refrão mais querido de quanto conservador existe disfarçado de democrata: “devagar com o andor”.<sup>113</sup>

Dando seguimento à sua crítica, Cardoso posicionou Huntington “no extremo da centro-direita” e um defensor das “teses mais conspícuas do *stablishment* americano”. Na concepção do sociólogo brasileiro, Huntington teria proferido banalidades do tipo “deve-se hesitar antes de rotular a situação política brasileira, pois aqui há um sistema político singular, combinando elementos do regime de autoridade e elementos característicos de regime democrático”. Como resposta, Cardoso questionou: “que regime político não é, neste aspecto, singular? Por acaso os Somoza não se elegem?”. E a respeito da afirmação que Huntington promoveu de que a prática da sucessão regular para a Presidência da República seria um forte indício de estabilidade institucional no Brasil, sendo este um indicativo de que o sistema político brasileiro era capaz de mudar constantemente e não se tornar uma ditadura, Cardoso respondeu afirmando que “ainda bem que na realidade é o contrário o que ocorre. Pelo fato de que não existe perpetuidade da situação talvez se possa mudar algo”.<sup>114</sup>

Por fim, o momento mais rico do texto de Cardoso para ser analisado é quando o sociólogo brasileiro desenvolveu de forma mais pontual as suas críticas à concepção de democracia do conservador politólogo estadunidense. O trecho é longo, portanto, cabe uma análise mais minuciosa do mesmo em seguida.

Em suma, a teoria democrática do professor Huntington não tem muito que ver com os federalistas americanos, nem com Tocqueville, nem com qualquer precedente teórico ou prático da democracia americana. Se em vez de fazer *blagues* que no fundo ajudam apenas a racionalizar os desejos dos que nada querem mudar a pretexto de que devagar se vai longe, o professor Huntington tivesse entrado no debate político brasileiro realmente como um *schollar* e não como um “turista político”, poderia ter-nos ajudado muito. Esqueceu-se o professor Huntington de acrescentar que, segundo suas próprias teorias, mesmo os regimes fortes (se não até preponderantemente) são capazes de institucionalizar-se. Mas que a questão da democracia não se liga a toda e qualquer forma de institucionalização, e sim à teoria da representatividade, de autonomia e de formas de controle dos poderes. Sem discutir isto, que constitui o bê-a-bá da democracia, os adjetivos que se juntam para qualificar situações autoritárias como democráticas servem apenas para enganar os que de antemão já querem ser enganados. Pode-se pensar que insistir, na questão de representatividade, dos partidos,

<sup>113</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A democracia do professor Huntington. **Opinião**, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1974.

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*

dos tribunais, dos direitos civis não ajuda a sair do impasse, nem a superar a discussão quase puramente formal sobre as instituições políticas. Entretanto, a questão não está em sair do impasse, mas em perguntar: sair para que lado? Não quero opor ao “gradualismo” preconizado um “instantaneísmo” impossível. Quero dizer apenas que sem que se encaminhe o debate para a discussão das formas possíveis de representatividade, para o exercício consciente e responsável da crítica (e não da mera racionalização em nome de uma pretensa ciência política), e, especialmente, para a necessidade de dar curso político à existência de amplas forças sociais que a civilização urbano-industrial está criando ou sacudindo, nenhum problema de base da redemocratização será colocado. Continuaremos a divertir-nos com milagres e modelos “gradualistas”, “descompressores”, ou que outros nomes se inventem, sem permitir que dirigentes e dirigidos vejam de frente onde está o problema da democracia.<sup>115</sup>

Na argumentação de Cardoso, cabe destacar alguns pontos que são muito caros para compreender os debates a respeito da questão democrática no Brasil no momento anterior às eleições de 1974. Assim, nas referidas críticas, destacam-se quatro pontos: 1) a defesa realizada por Huntington de um ritmo conservador para a transição política no Brasil seria uma forma de legitimar o *status quo*, ou seja, o autoritarismo da ditadura militar; 2) para Cardoso, quando Huntington fala em processo de institucionalização, não se deve concebê-lo como um sinônimo para processo de democratização, pois mesmo as ditaduras podem se institucionalizar de forma sólida, o que não significa que elas são democracias; 3) Cardoso entende que Huntington promoveu uma interpretação muito mais atenta aos aspectos formais e institucionais dos processos históricos em curso no Brasil do que ao conteúdo social e político destes mesmos processos; 4) e na concepção de Cardoso, justamente por não estar atento para a análise das movimentações na sociedade brasileira, o politólogo estadunidense não percebe que um processo de democratização no Brasil deveria partir de um movimento que vise dar representatividade para as forças sociais que estavam em movimento nos grandes centros urbanos e industriais. Poucos meses depois, seria a movimentação do eleitorado urbano que deu base material para a vitória eleitoral do MDB nas eleições nacionais de 1974.

Antes de adentrar nos debates em torno das eleições nacionais de 1974, cabe analisar dois importantes eventos que consolidaram pontos em comum entre os interesses de Cardoso e do MDB durante o período da campanha eleitoral. O primeiro deles é a palestra *O MDB e a conjuntura eleitoral*, realizada pelo sociólogo, na cidade de Porto Alegre, no dia 9 de agosto de 1974, e que foi promovida pelo Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais, do MDB.

As informações disponíveis que destacam detalhes da palestra, além do seu conteúdo transcrito, provêm de um relatório confidencial produzido pelo III Exército, localizado em Porto

---

<sup>115</sup> Idem, *Ibidem*

Alegre, e difundido pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI) para o Centro de Inteligência do Exército (CIE). Nas primeiras linhas deste relatório, o seu autor já informa que “o epígráfico (Cardoso) é professor universitário, foi cassado pelo AI-5, decreto de 29/Abr/69, elemento subversivo e contestador do Regime Brasileiro, tem participado ativamente da campanha do MDB”.<sup>116</sup> Dando seguimento ao texto, há algumas observações em destaque, como “a presença em grande número de estudantes universitário”, “representantes do MDB de Caxias do Sul, Rio Grande e Santa Maria”, além da “presença de representantes de Sindicatos de Operários”, o que permitiu estipular que “cerca de 800 pessoas assistiram à palestra”.<sup>117</sup>

Ainda a respeito do referido relatório, cabe frisar uma característica particular do seu conteúdo. Em um primeiro momento, ele é formado por uma breve descrição de duas páginas a respeito da percepção do autor - provavelmente um infiltrado do III Exército - da palestra de Cardoso, destacando os pontos que este considerou como os mais importantes para os serviços de inteligência do governo ditatorial tomarem conhecimento. Todavia, a segunda parte do documento é formada pelo conteúdo de um pequeno livro de catorze páginas, que continha na capa: os dizeres em negrito de “Textos para discussão” e abaixo destes dizeres, o título da palestra de Cardoso somado a um subtítulo em parênteses de “linhas programáticas”. Segundo o relator, o livreto “era vendido à razão de R\$5,00” e abordava os temas da palestra. Ao que é possível inferir, Cardoso não realizou uma mera leitura deste texto no decorrer da sua palestra, sendo o pequeno livro uma espécie de conteúdo textual complementar para o que foi transmitido de forma oral. Sendo assim, a melhor forma de analisar o documento é contrastar as informações selecionadas pelo autor em seu breve relatório com o conteúdo do livreto, e que, provavelmente, foi abordado por Cardoso no decorrer de sua fala.

Na parte de autoria do relator, há registros de falas de Cardoso em que ele teria abordado o tema dos impactos da inflação, além de definido o modelo de desenvolvimento do governo como “tardio” e “condicionado à economia de outros países já capitalistas”. No campo político, afirmou que “um dos propósitos do IEPES é o de alertar as classes sociais, sindicais e estudantis para que se fortaleçam e, com isso, formar-se uma oposição mais forte e coesa”. Além do que, colocou que “o Governo da Revolução já não se contenta em amordaçar o povo, tirando-lhe o direito do voto e que até no Partido do Governo, ele faz interferência, não deixando que as direções regionais votem para escolher seus candidatos aos governos estaduais”.<sup>118</sup> Destaque

---

<sup>116</sup> **Informação nº 1569**, Brasília, DF, 10 de outubro de 1974, p.1.

<sup>117</sup> Idem, Ibidem.

<sup>118</sup> Idem, Ibidem.

também foi dado para o seguinte posicionamento de Cardoso em relação à posição que o MDB deveria tomar em relação aos problemas em torno do sistema política formado pela ditadura:

o sistema implantando pelos governos da Revolução é de total responsabilidade deles e que o MDB não tem a mínima participação; portanto, não deve procurar soluções para os mesmos e que isso acontecendo, o MDB estará dando apoio. Deve, sim, aproveitar estas situações para fortalecer o Partido.<sup>119</sup>

Os destaques do relator visam informar os serviços de inteligência a respeito das críticas que o sociólogo realizou contra o governo ditatorial. Entretanto, o conteúdo do livreto apresenta outros elementos muito pertinentes da fala de Cardoso para o momento de mobilização social e eleitoral do MDB e das forças de oposição e que devem ser explorados em uma análise mais atenta. Por exemplo, no texto, há uma interessante afirmação para as reflexões desta pesquisa em torno da dialética da democracia histórica:

Não pode haver igualdade social real numa sociedade em que exista monopolização econômica. Por consequência, mesmo que não se discuta o tema das formas sociais da propriedade, ou seja, a questão do socialismo, é preciso reconhecer que para manter o epíteto “democracia”, ainda que sem o rebarbativo “popular”, é preciso se colocar a questão das liberdades que permitam a organização das forças sociais que vão barganhar, no nível político, as condições de uma espécie de igualdade ex-post. Ou seja, parte-se de que os homens são socialmente desiguais e que esta desigualdade se reproduz e se amplia através das relações de propriedade e das relações de classe. Mas, e o mas é a mediação possível, em condições dadas (políticas), os partidos, os sindicatos, a imprensa, as organizações da sociedade civil numa palavra, podem diminuir os efeitos cumulativos de desigualdade econômica e social, que o “livre jogo” dos interesses dominantes organizados impõe, através da Empresa e do Estado, ao conjunto da Nação.<sup>120</sup>

Como já observado em outros momentos, é possível perceber a necessidade de Cardoso demonstrar o seu distanciamento de alternativas socialistas que concebiam uma forma de *democracia popular*, no sentido de que a igualdade social e a democracia, dentro de relações sociais constituídas no contexto de um modo de produção capitalista, estejam relacionadas com o poder de decisão dos trabalhadores a respeito da formação das propriedades, da produção de capital e do poder de decisão da classe trabalhadora nas relações de trabalho. Mas, de forma concomitante, o sociólogo afirma que há uma mediação possível - deixando a entender a sua crença na impossibilidade das alternativas socialistas - que seria a diminuição da desigualdade econômica e social mediante ações de empresas estatais e do Estado, com vistas a promover um contraponto aos interesses das classes dominantes na lógica do livre mercado. Também é

---

<sup>119</sup> Idem, Ibidem.

<sup>120</sup> Idem, Ibidem.

interessante o complemento que Cardoso faz neste comentário, ao colocar que este tipo de modelo de desenvolvimento seria a “característica fundamental das democracias modernas (Suécia, Inglaterra e mesmo Estados Unidos)”.<sup>121</sup> O que o leva a concluir que seria falsa “a discussão e oposição entre liberalismo, como puro reino das formas e protótipo das sociedades de ‘mercado político’, que partem da racionalidade individual e abstrata, e por outro lado, uma política de ‘conteúdo social’ – no fundo, corporatista ou fascista”.<sup>122</sup>

Outro ponto interessante abordado por Cardoso, e que será melhor explorado no próximo subcapítulo, é a importância da comunicação, da circulação de informações e do fim das formas de censura para a qualidade do debate público brasileiro. Este é um tema caro para o contexto pré-eleitoral, pois as eleições de 1974 foram as primeiras no período ditatorial a contar com uma maior liberdade para o MDB utilizar meios de comunicação, em especial a televisão. Nas palavras do sociólogo, “no caso brasileiro, a pré-condição geral da reorganização da ordem política é a da ativação do fluxo de informações e a da criação e resguardo dos canais de ‘formação’ da opinião pública”. Cardoso ainda complementou enfatizando que “os partidos de oposição antes de se definirem sobre a organização do Estado e mesmo antes de colocar o problema da representação e da representatividade, têm de colocar a questão da formação da opinião pública”.<sup>123</sup> E, para finalizar sua reflexão, afirmou:

Ou bem se impõe ao Príncipe eventual – ao Estado – (mesmo que eventualmente ele deseje ser um déspota esclarecido) contratos sociais que assegurem o direito da sociedade civil à informação e o dever do Estado de assegurar os canais de transmissão (liberdade de imprensa, acesso obrigatório à TV por parte das oposições, etc.), ou, no mundo contemporâneo torna-se obsoleta a discussão, aí sim “formal”, sobre direitos políticos ou civis.<sup>124</sup>

Estes pontos a respeito da liberdade de expressão e combate à censura demonstram uma preocupação e uma crença política de Cardoso. A preocupação girava em torno da necessidade de tornar as ideias do MDB mais conhecidas e bem difundidas no eleitorado brasileiro. Principalmente após o AI-5 e o fechamento do Congresso, o partido viveu um período difícil, enfrentando as consequências das diversas cassações de seus parlamentares e ameaças constantes de um novo ataque repressivo do governo ditatorial. O contexto era muito delicado, demandando novas movimentações e estratégias por parte da oposição para que fosse possível

---

<sup>121</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>122</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>123</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>124</sup> Idem, *Ibidem*

cogitar a ideia de um enfrentamento mais robusto contra a ditadura pelas vias institucionais. No período pré-eleitoral de 1974, a ideia não era necessariamente enfrentar a ditadura em nível de igualdade, pois essa não era uma possibilidade concreta. O objetivo era tornar as ideias do MDB mais conhecidas no seio do eleitorado, com atenção especial para os trabalhadores assalariados dos centros urbanos. Para isso, era necessário se comunicar de forma mais apropriada e eficaz com este grupo, sendo o acesso à imprensa escrita e à televisão, um passo importante nesse processo. E esta parecia ser a crença de Cardoso e de parte do MDB: a de que com a estratégia de comunicação correta, com o mínimo de liberdade de expressão e com uma postura mais combativa à ditadura dentro das vias institucionais, seria possível obter ganhos consideráveis e ameaçar a pretensa perenidade dos governos militares. Nesta concepção, não somente seria possível criar uma opinião pública anti-ditadura, como este era o caminho mais efetivo para fazer ruir o autoritarismo.

Entre as várias reflexões presentes no referido livreto, a que demonstra uma estratégia mais elaborada de mobilização eleitoral parte do seguinte questionamento: “quais são as forças sociais da oposição?”.<sup>125</sup> Para Cardoso, e de forma resumida, existiriam três grupos que foram definidos nos seguintes termos:

- a) A oposição será constituída pelo “setor da elite” (definida por qualquer critério) que discorda, em nome próprio ou por delegação não expressa do povo, do rumo que a atual elite governante está dando ao país por n + 1 razões. Neste caso as políticas propostas devem ser basicamente de cúpula. No limite, a oposição procurará infiltrar o estamento dominante e soprar no ouvido do Príncipe as luzes que supostamente lhe faltam;
- b) A oposição será o resultado da ação dos que “nunca tiveram vez” na história política do Brasil, como os chamados setores marginais urbanos, os camponeses, os analfabetos etc. Neste caso, a questão da democracia e da formação da opinião pública é utópica. Os caminhos do fortalecimento político deveriam passar pela mobilização populista ou contestatória;
- c) A oposição terá sua espinha dorsal encravada nos setores assalariados (de trabalhadores e de classe média), chamados “modernos” ou “integrados”, englobando, inclusive, as camadas sociais que respondem politicamente mais aos aspectos ideológicos do que a interesses strictu sensu, como os estudantes, a intelectualidade e os técnicos.<sup>126</sup>

Para além da idealização desta divisão da oposição em três grupos, Cardoso teceu comentários a respeito dos três, com o objetivo de justificar a sua preferência pelo terceiro grupo social, o qual deveria ser o foco das campanhas de oposição. A respeito do grupo ‘a’, Cardoso comentou que se o MDB focar exclusivamente neste grupo, “ele se prestará ao jogo

---

<sup>125</sup>Idem, Ibidem

<sup>126</sup> Idem, Ibidem



formal da criação do bi-partidarismo oligárquico que parece ser o desejo secreto dos ‘democratas’ do governo”.<sup>127</sup> A respeito do grupo ‘b’, Cardoso pouco explicou as suas ressalvas em relação à camada social formada, nos seus termos, por aqueles que *nunca tiveram vez na história política do Brasil* (grupos marginalizados nos centros urbanos, camponeses, analfabetos, etc.). Mesmo assim, de antemão, define que se a oposição optar por este grupo, a questão da democracia e da formação da opinião pública seriam utópicas, bem como afirma que “as camadas e forças sociais indicadas no tópico b, por sua própria situação, dificilmente poderão constituir a linha de frente de um partido democrático, favorável à igualdade social e organizado nacionalmente”.<sup>128</sup> O mais revelador das reflexões de Cardoso a respeito da sua descrença neste grupo está no seguinte trecho:

sem menosprezar o povo e o significado político e moral da existência de amplas camadas “marginalizadas” na estrutura brasileira, o MDB considera, entretanto, que primariamente sua atividade no recrutamento de quadros e na dinamização da oposição pública deve estar baseada nas classes e grupos sociais mencionados no item c. Eles devem constituir a espinha dorsal do partido, à qual deverão juntar-se, no futuro, o protesto e as energias da maioria explorada mencionada no tópico b.<sup>129</sup>

Pela argumentação exposta, pode-se inferir que Cardoso não considerou que o referido grupo de marginalizados estivesse ‘integrado’ ao setor ‘moderno’ e industrial da sociedade brasileira, sendo este o caso do grupo ‘c’, formado por trabalhadores assalariados, de classe média, e que, em seus termos, *respondem politicamente aos aspectos ideológicos do que a interesses strictu sensu*, como seria o caso de estudantes, intelectuais e técnicos. O que pode ser possível inferir é que o sociólogo compreendia que os grupos marginalizados estão presos em um setor *atrasado* da sociedade brasileira e incapaz de produzir ideologias - ao menos, por conta própria -, restando a eles a participação na política de forma não autônoma, mas via uma *cidadania passiva* ou pela via do *populismo*. Feitas estas exposições de ideias e considerações, a posição que Cardoso vislumbra para as oposições e para o MDB é a de “recalcar a necessidade de ativar os sindicatos, as associações de bairros, os grêmios estudantis para, em bases não demagógicas, levantar as questões concretas que lhes interessem”. Mas, de forma mais precisa, o que Cardoso idealizou pode ser melhor compreendido neste posicionamento: “há que transformar o MDB no ‘Partido dos Assalariados’ e dar-lhes a estrutura organizatória que necessitam para essas reivindicações”.<sup>130</sup> E, para encerrar a exposição a respeito do projeto

---

<sup>127</sup> Idem, Ibidem

<sup>128</sup> Idem, Ibidem

<sup>129</sup> Idem, Ibidem

<sup>130</sup> Idem, Ibidem

político que Cardoso propõe ao MDB, segue um resumo dos principais objetivos e estratégias do partido de oposição na sua luta contra a ditadura no contexto pré-eleitoral de 1974:

Politicamente o sentido do programa do MDB na conjuntura atual é o de constituir-se como uma barreira efetiva para evitar que formas corporativistas do fascismo caboclo se perpetuem no Brasil. Na medida em que houver um grande partido nacional popular, mas organizado, que vise informar a massa e criar mecanismos de decantação da opinião pública, mas que não seja “de massas” na acepção populista-fascista, que vise acelerar o controle concreto das instâncias fundamentais na decisão das políticas ao nível das empresas, da administração pública e do Estado, mas que seja um controle aberto, o público, será mais difícil a implantação de uma ordem elitista-burocrático-tecnocrática. O MDB responderá a estas propostas do governo denunciando a espoliação salarial que reduz de muito os benefícios que os trabalhadores recebem com este estilo de desenvolvimento. E mostrará concretamente, comparando os salários com os preços dos produtos de consumo popular, os efeitos devastadores da alta do custo de vida gerada pelo crescimento dependente e monopólico de nossa economia. E proporá um novo estilo de desenvolvimento, nacional e em benefício da maioria da população. (...) Será preciso, por outro lado, reviver a questão agrária, discutir as políticas urbanas, reorientar o NH, denunciar a carestia. Em suma, olhar para os problemas do desenvolvimento a partir do ângulo de baixo e das camadas exploradas (trabalhadores, mulheres, juventude, etc.), como o faz o manual do MDB para a campanha eleitoral. (...) Em lugar do binômio artificioso entre Segurança (para alguns) e Desenvolvimento (às custas da maioria), o MDB propõe Participação, Controle Democrático, Desenvolvimento em benefício da maioria.<sup>131</sup>

É possível constatar na fala do sociólogo que ele está buscando constituir um estruturado programa político para o partido de oposição. O qual, necessariamente, parte da necessidade de se integrar grupos sociais extra-parlamentares e suas demandas políticas ao partido, como é o caso dos trabalhadores, mulheres e da juventude. Em certo sentido, o projeto de Cardoso parece caminhar no sentido de não somente democratizar a sociedade brasileira, mas o próprio MDB, tornando-o um partido mais popular e mobilizado no enfrentamento contra a ditadura. O registro desse projeto de Cardoso no período pré-eleitoral de 1974 é de grande valia para esta pesquisa, pois, como veremos, o processo histórico da redemocratização vai impor tensões e contradições que fizeram com que este projeto fosse alterado, principalmente a partir da década de 1980. Entretanto, aqui já temos a estrutura das posições políticas que o sociólogo adotou durante boa parte da década de 1970, em especial na sua campanha para o Senado em 1978.

Um último aspecto a ser destacado é como os setores de informação, inteligência e censura da ditadura começaram a vigiar e acompanhar as movimentações de Cardoso e demais intelectuais do CEBRAP, definidos, por exemplo, em um documento do CIE, de 20 de dezembro de 1973, como membros de uma *inteligência esquerdista*. Nos termos expressos no referido documento, afirma-se que o CEBRAP estaria envolvido em “uma nova tentativa de

---

<sup>131</sup> Idem, *Ibidem*

reorganização da “inteligência esquerdista” e a difusão de suas ideias nos meios intelectuais e universitários”. No decorrer da descrição a respeito das atividades do centro de estudos e pesquisa, destaca-se a produção da revista *Debate e Crítica*, “de contestação às teses e realizações da Revolução”, e que também estaria publicando, com a mesma finalidade de crítica ao governo ditatorial, a revista *Cadernos*, as quais já estariam “produzindo seus efeitos, oferecendo a Professores e Universitários dados e elementos para a contestação”.<sup>132</sup> A aproximação entre os intelectuais do CEBRAP e o MDB também foi alvo das preocupações das forças de inteligência, registrando que o centro de pesquisa foi responsável pela “realização de alguns cursos de liderança do MDB”.<sup>133</sup>

No ano de 1974, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Juarez Rubens Brandão Lopes e Fernando Henrique Cardoso assinaram um relatório a respeito das atividades do CEBRAP, e o encaminharam para as instituições de inteligência e repressão do governo, sendo que logo na primeira página do documento é expressa a preocupação com a figura do intelectual Francisco Oliveira, então um prisioneiro da ditadura militar. A situação é exposta da seguinte forma pelos três intelectuais referidos:

Este relatório limita-se a descrever fatos e prestar informações sobre pessoas diretamente ligadas ao CEBRAP. Entretanto, estamos informados de que o número de prisões em S. Paulo, por alegações análogas, é bem maior. Considerando-se que entre os intelectuais presos existem figuras como a de Francisco Oliveira, você pode avaliar o grau de insegurança e apreensão que reina em importantes setores da comunidade acadêmica de São Paulo.<sup>134</sup>

No dia 11 de novembro de 1974, a agência paulista do SNI produziu um relatório muitíssimo detalhado a respeito da trajetória profissional e política dos três membros do CEBRAP que assinaram o documento previamente referido. Entre as várias informações expostas cronologicamente, o registro que mais chama a atenção é o datado de 5 de novembro de 1974 - dez dias antes das eleições de 1974: Procópio Gomes, Brandão e Cardoso foram convidados a comparecer ao DOI/CODI pelo II Exército de São Paulo, com fins de prestar depoimento. O SNI registrou o evento nos seguintes termos:

A convite do II Ex, compareceram ao DOI/CODI, os diversos integrantes do CEBRAP, entre os quais o prontuário, a fim de tentar positivar as ligações do CEBRAP com alguma organização subversiva ou mesmo entidades comunistas de âmbito internacional. Em virtude do alto nível cultural de seus integrantes, de situação

<sup>132</sup> **Informação nº1453**, Brasília, Centro de Inteligência do Exército, 20 de dezembro de 1973

<sup>133</sup> Idem, Ibidem

<sup>134</sup> **Informação nº1337**. Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informação, 6 de maio de 1975

em que apareceram ao DOI (convidados), e de antes já terem sido submetidos a interrogatórios, quer por envolvimento subversivo, quer para explicar a posição daquele órgão, tornou-se praticamente impossível aos interrogadores conseguir extrair algo de concreto que se tinha em mente. Contudo, o CEBRAP vem se caracterizando por ter em sua diretoria e quadro de funcionários, elementos cassados, ex-exilados e muitos deles militantes ou ex-militantes de organizações subversivo-terroristas. Pelo caráter ideológico de seus membros; pelas publicações do Órgão; pelas inúmeras Conferências proferidas em diferentes universidades brasileiras abordando temas de cunho nitidamente contestatório ao Regime vigente; pelas inúmeras viagens ao exterior, como a dos senhores OCTÁVIO IANNI e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, que no México se ligaram a ERNEST MANDEL, ideólogo da IV Internacional, somos de parecer que estamos em face de uma verdadeira “Inteligência Esquerdista”, que dia a dia vem aumentando sua área de penetração e influência nos mais diferentes setores da Sociedade Brasileira, a exemplo do ISEB nos idos de 64. Faz-se mister uma tomada de posição por parte do Governo sobre a referida entidade, a fim de coibir a divulgação de suas ideias tanto através de suas publicações, como das conferências para as quais são convidados por órgãos sabidamente esquerdistas (Diretórios Acadêmicos, Conselho de Centros Acadêmicos e “Centrinhos”), pois a manutenção deste estado de coisas permitirá a reunião crescente de esquerdistas divulgando ideias sob o título de apenas realizar pesquisas. Deve-se notar que além de pesquisas, realizam conferências que fogem à finalidade da entidade.<sup>135</sup>

Chamam a atenção o destaque dado ao *alto nível cultural* dos membros do CEBRAP, o entendimento de que o centro de pesquisa estava em crescimento e de que a instituição possuía tendências esquerdistas, bem como de que a divulgação das suas ideias deveria ser coibida. Entretanto, na conclusão do relatório, pondera-se o seguinte a respeito dos interrogados: “quanto aos elementos em epígrafe, esta AR julga que os mesmos são teóricos esquerdistas, de grande cultura, com sua área de influência circunscrita à elite intelectual e sem condições de atingir a população de um modo global”.<sup>136</sup> Apesar de questionável no que tange os métodos para se chegar a tal conclusão, o balanço final dos agentes do SNI apontava a realidade limitada do alcance das atividades do CEBRAP, circunscritas ao meio acadêmico. Entender este aspecto é importante para analisar os movimentos que Cardoso passou a realizar em meados da década de 1970: uma maior aproximação para com o MDB na campanha do pleito de 1974, escrever com frequência para um veículo com grande alcance de leitores como a *Folha de S. Paulo* e sua candidatura para o senado em 1978.

### 3.2 AS ELEIÇÕES DE 1974

Em linhas gerais, é muitíssimo razoável afirmar que os resultados do MDB nas eleições de 1974 foram inesperados para diversos setores da sociedade brasileira. Em especial, pelo fato

---

<sup>135</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>136</sup> Idem, *Ibidem*

de que o contexto histórico demonstrava ser difícil para os grupos de oposição à ditadura. No campo político institucional, o partido de oposição encontrava-se em uma situação de fragilidade após as eleições nacionais de 1970 e municipais de 1972. E no campo social e econômico, temos um contexto no governo Médici que minava diretamente os avanços da oposição, tais como a massiva propaganda governamental em torno das altas taxas de crescimento acelerado do PIB entre 1967 e 1973, e a progressiva desestruturação dos grupos revolucionários da luta armada promovida pela violenta repressão estatal. O quadro que se desenhava não parecia promissor ou esperançoso no combate à ditadura.

Mas, como já visto previamente, o MDB seguiu apostando em uma estratégia de popularizar o partido e torná-lo mais representativo para as camadas populares que estavam sendo impactadas pelos fracassos das políticas econômicas e sociais adotadas pelos governos militares. Um dos movimentos mais notáveis do partido e que ganhou ampla repercussão foi a candidatura de Ulysses Guimarães para a presidência da República, em 1973. Tendo em vista que a eleição para a presidência era indireta e a ditadura dominava o Congresso Nacional por meio da maioria da ARENA, a candidatura do MDB não objetivava necessariamente a vitória eleitoral, mas, promover uma campanha política com a finalidade de denunciar o caráter autoritário do regime, impedindo uma livre competição pelo referido cargo. Por tais razões, a campanha foi intitulada de anti-candidatura à presidência. A repercussão da campanha do MDB foi ampla, em especial, ganhando cobertura da mídia, o que amplificou na sociedade brasileira a comunicação das denúncias que o partido realizava contra a ditadura.

A respeito das expectativas para o pleito, uma fonte interessante para ser analisada é a do prognóstico elaborado pelo SNI em relação às eleições de 1974. No decorrer do ano, o serviço de inteligência fez análises da classe política brasileira, tanto da ARENA quanto do MDB. Segundo Celso Castro, havia suspeitas em relação aos dois partidos. A ARENA era vista pelo órgão como um partido com sérias disputas internas, partidários que privilegiavam o imediatismo dos seus interesses em detrimento dos interesses do país e que exercia um papel importante, porém acessório, nas decisões nacionais. De acordo com a documentação levantada pelo pesquisador, é possível perceber que o SNI acreditava que a superioridade da ARENA no Congresso era uma garantia de vitória nas eleições de 1974 e que o MDB não possuía intuítos de obter vitória no pleito, mas que buscava sim aumentar a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos Estados e conseguir 1/3 da Câmara Federal.<sup>137</sup> Todavia, os

---

<sup>137</sup> CASTRO, Celso. As apreciações do SNI. In: CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 44.

resultados das eleições não corresponderam com as previsões do SNI, como consta nos dados do quadro abaixo.

**Quadro 1. Previsões do SNI para as eleições de 1974**

	Número de deputados federais antes das eleições	Previsão do resultado feito pelo SNI	Resultado das eleições de 1974
ARENA	223	238 a 265	204
MDB	86	99 a 126	160
Fonte: CASTRO, <i>op.cit.</i> , 2002, p.45			

Nas eleições de 1974, o MDB praticamente duplicou o seu número de membros na Câmara Federal e conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado. Embora o recém-empossado presidente Ernesto Geisel não tenha ficado satisfeito com o resultado, alegando que “o eleitorado é muito despreparado e não se informa”, “não entende de governo” e que “eleição é isso mesmo, o povo vota livre e normalmente no contra”, de acordo com Suzeley Kalil Mathias, a derrota da ARENA nas eleições de 1974 não alterava a natureza do seu projeto de distensão, mas sem dúvida implicava em uma drástica mudança nos meios de implementá-lo.<sup>138</sup> A nova situação da política institucional impôs uma nova realidade na divisão parlamentar no Congresso Nacional. Na Câmara de Deputados, por exemplo, o MDB passou a ter 44% dos deputados, enquanto a ARENA conquistou 56% das cadeiras. Apesar de ainda contar com mais representantes eleitos, a ditadura já não se encontrava na posição confortável de outrora, com uma maioria tão ampla que, em muitas situações, tornava dispensável o diálogo com parlamentares da oposição para realizar reformas, aprovar leis ou emendas constitucionais. Após as eleições, algumas perguntas eram fundamentais para o novo governo: estaria Geisel disposto a negociar as suas reformas com a oposição no Congresso? Estaria o governo preparado para lidar com a possibilidade de, pelo recurso das eleições indiretas, algumas Assembleias Legislativas elegerem governadores do MDB? Na sua mensagem de final de ano, que foi ao ar em 30 de dezembro de 1974, o presidente militar tomou o caminho de responsabilizar os políticos da ARENA pela derrota eleitoral.

<sup>138</sup> MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papyrus, 1995, p. 39.

Acresce mencionar (...) que a ARENA aparentemente se beneficiou — e talvez mais correto seria dizer que se desgastou — com o largo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As consequências estão agora à vista. Sirva isso de alerta (...). Na ARENA, partido que se comportou como partido único, sem que na realidade o fosse, as dissensões internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto, ensejando afirmações mais positivas do partido contrário.<sup>139</sup>

Muitos significados foram atribuídos aos resultados das eleições na busca de compreender o fenômeno. De acordo com Celso Castro, o próprio SNI interpretou o pleito com um sentimento de insatisfação e sustentou a tese de que as eleições não fortaleceram a democracia, pois o voto não foi esclarecido, e a campanha pautou-se por interesses pessoais e não nacionais, sendo que o governo poderia “sentir-se futuramente obrigado a medidas extremas destinadas a garantir a continuidade do processo revolucionário”.<sup>140</sup> O jornalista Carlos Castelo Branco analisou o evento na sua famosa coluna política no *Jornal do Brasil* como um passo firme ao retorno da política como tema de políticos, e que o governo perdeu a disputa não devido às suas ações atuais, mas ao acúmulo de erros naqueles 10 anos. O analista político finalizou ressaltando em tom precautório que o MDB “ainda não está no poder, nem foi chamado a compartilhá-lo. O poder continua solidamente nas mãos do Presidente Ernesto Geisel que dispõe de todos os instrumentos de efetivá-lo”.<sup>141</sup>

O partido governista passou a não ter a maioria de dois terços no Congresso, implicando que toda e qualquer reforma na Constituição teria de passar por algum nível de aval da oposição. Sem contar que em Estados importantes para o governo, como São Paulo e Rio Grande do Sul, o MDB conquistou a maioria nas Assembleias Legislativas, o que poderia afetar diretamente as eleições indiretas para novos governadores. Esta reconfiguração da arquitetura política institucional influenciou diretamente na leitura muitíssimo positiva que Cardoso teve do resultado eleitoral, e que pode ser percebida em suas contribuições para *Os partidos e as eleições no Brasil*. A obra foi organizada pelo próprio Cardoso e por Bolívar Lamounier, e lançada no ano de 1975 com o fito de analisar o que os autores definiram como um “processo de ‘constituição de uma cidadania’, apesar dos pesares. Isto é, apesar da inexistência de um

---

<sup>139</sup> GEISEL, Ernesto. **Saudação ao povo brasileiro, pela televisão**, em 30 de dezembro de 1974. 30/12/1974. p.191. Disponível em: [25.pdf \(presidencia.gov.br\)](#). Acessado em: 10/4/2022

<sup>140</sup> CASTRO, Celso. As apreciações do SNI. In: CASTRO, Celso & D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 44-45.

<sup>141</sup> BRANCO, Carlos Castelo. Política voltando a ser tema de políticos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 29/11/1974.

sistema democrático no país”.<sup>142</sup> Cardoso e Lamounier assinaram a introdução da obra e atribuíram aos resultados do pleito um fenômeno de dimensões extraordinárias. Para os autores

Em matéria de política, e especialmente de política eleitoral, a autoimagem tradicional dos brasileiros costuma ser o oposto da que o belo Narciso via em seu espelho. Espera-se sempre ver a cara mais feia deste mundo quando se olha nas urnas o retrato dos eleitores. Em novembro passado – a crer nas imagens que as análises deste livro projetam – o perfil político dos brasileiros não apareceu tão feio assim. Por certo, nem sempre o que expressam os eleitores no ato da votação traduz-se em prática política efetiva. (...) Apesar disto, alguns dos capítulos que seguem mostram que em vários outros sentidos (menos claros, porém talvez mais importantes) a autoimagem difundida entre nós de que a massa é apolítica e apática, de que os partidos correspondem mais a abstrações jurídico-institucionais do que à realidade do comportamento dos eleitores de suas preferências ideológicas, de que, em suma, a democracia representativa não funciona entre nós porque existe, por um lado um fator de atraso cultural das massas, e por outro uma inadequação entre as formas importadas de organização política e os reais condicionamentos da vida social brasileira, precisam, pelo menos, ser encarados com cautela.<sup>143</sup>

É plausível interpretar que o impacto dos resultados obtidos pelo MDB nas eleições de 1974 exerceu uma grande influência no modo de Fernando Henrique Cardoso perceber a política nacional, as disputas eleitorais e o papel das oposições contra o regime. Em especial, no estado de São Paulo, onde o MDB venceu a disputa pelo Senado, com Orestes Quércia (MDB-SP) triunfando contra o ex-governador, ex-ministro da Fazenda, e então senador, Carlos Alberto Carvalho Pinto (ARENA-SP), pela expressiva diferença de 73,18% contra 28,82% dos votos, além de ter derrotado a ARENA nas disputas pela Câmara Federal e Assembleia Legislativa.

As estatísticas indicam que em São Paulo, na disputa para a Câmara Federal, o MDB obteve 3.413.478 votos, elegendo 29 deputados federais, contra 2.028.581 votos da ARENA, que acabou por eleger 17 representantes. A diferença manteve-se semelhante em relação aos resultados da disputa pelos cargos da Assembleia Legislativa, com o MDB obtendo 3.580.684 votos e elegeu 45 deputados estaduais contra 2.040.600 votos da ARENA, totalizando 21 representantes. Convém explicitar que o MDB obteve maioria na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa também nos estados do Acre, Amazonas, Guanabara, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolivar (orgs.). Introdução In: **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p.11

<sup>143</sup> Idem, Ibidem. p.9

<sup>144</sup> Cf: BRASIL. **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, op.cit., 1977.



A proposta difundida por Cardoso e Lamounier de que haveria uma possível correlação entre o voto das classes populares nos grandes centros urbanos e o MDB parece ter fomentado um novo horizonte para este grupo de sociólogos. Em seus termos, “não é preciso muita sofisticação metodológica para ver que nas grandes cidades, pelo menos (São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte), à distribuição por classe social (...) correspondeu um dado padrão de votação. Isto fez do MDB o partido que, nas eleições passadas, expressou a escolha eleitoral dos mais pobres, embora não exclusivamente a deles”.<sup>145</sup>

Para este grupo de sociólogos, o crescimento eleitoral do MDB estava diretamente relacionado com um processo de empobrecimento nos grandes centros urbanos brasileiros. A vida dos mais pobres nas principais cidades do país se tornava mais difícil, o que foi interpretado como uma consequência das políticas econômicas do governo Médici, pautadas em um crescimento acelerado do PIB, mas que, de forma concomitante, ampliava a pobreza ao implementar um duro arrocho salarial e não praticar estratégias de redistribuição de renda. O dito ‘milagre econômico’ parecia seguir a lógica da frase emitida pelo então presidente-militar em uma aula inaugural da Escola Superior de Guerra, em 10 de março de 1970, e que estampou a capa do *Jornal do Brasil* no dia posterior: “a economia vai bem, mas o povo vai mal”.<sup>146</sup> Nos quatro anos que separam esta declaração das eleições de 1974, a vida do povo seguiu mal.

Para se realizar uma análise mais fina e detalhada da situação das comunidades de trabalhadores nos grandes urbanos, a obra *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* fornece informações muitíssimo pertinentes para se traçar um quadro dos processos de transformação vividos nas periferias paulistas, em especial, do pós-Guerra até meados da década de 1970. Esta obra contou com a participação de Fernando Henrique Cardoso e um grande conjunto de intelectuais próximos aos movimentos sociais, como Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Frederico Mazzuchelli, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick, Maria Herminia Tavares de Almeida, Paul Israel Singer e Vinicius Caldeira Brant, com a apresentação escrita por Dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo da Arquidiocese de São Paulo e uma das lideranças de maior destaque na luta contra a fome, violações de direitos humanos e no combate à ditadura militar.<sup>147</sup>

Os dados apresentados na obra demonstram um cenário complexo em São Paulo e na região da Grande São Paulo de meados da década de 1970, e estas informações ajudam a

---

<sup>145</sup> Cf. CARDOSO; LAMOUNIER, op.cit., 1975, p.11.

<sup>146</sup> A economia vai bem, mas o povo vai mal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11 de março de 1970.

<sup>147</sup> CAMARGO, Candido P. [et. al]. **São Paulo, 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Ed. Loyola, 1981 [1976]

compreender os caminhos que levaram o eleitorado urbano de baixa renda a votar no MDB. Um dos pontos mais importantes do texto trata de como o dito *milagre econômico* - nome dado para o crescimento acelerado da economia brasileira entre 1968 e 1974 - pode gerar, de forma concomitante e não contraditória, crescimento e pobreza. Apesar do crescimento do PIB na ordem de mais de 10% ao ano durante o referido período, os autores da obra destacam que “a elevação gradativa da produção interna, longe de significar uma melhoria generalizada das condições de vida da população, implicou em grande parte no reforço da capacidade de acumulação das empresas”. Dados levantados pelos autores apresentam uma realidade em que a produção por trabalhador cresceu, a partir de 1968, a taxas superiores a 5% ao ano, sendo que o salário mínimo real apresentou taxas negativas. O impacto social deste fenômeno foi a ampliação da concentração de renda, tendo em vista que as empresas passaram a se apropriar dos ganhos de produtividade, mas sem repassar aos trabalhadores o excedente acumulado.

É possível perceber nos quadros abaixo um processo de precarização de elementos básicos no cotidiano da classe trabalhadora paulista e como o período da ditadura militar foi responsável pela piora da sua condição de vida. No quadro (x), apresenta-se como as famílias aumentaram (vide número de membros), bem como o número de pessoas ocupadas aumentou (de uma pessoa para duas), mas, corrigindo-se os valores inflacionários, e adotando como critério a renda mensal e o salário mensal do dito *chefe de família* em preços reais, chega-se à conclusão que o poder de compra destas famílias piorou no decorrer destes onze anos.

**Quadro 2. Comparação da família-tipo da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, 1958-1969**

	1958	1969
Número de membros	4,5	4,9
Membros ocupados	1,0	2,0
Renda mensal (preços correntes)	Cr\$10,15	Cr\$512,10
Renda real (preços de 1958)	Cr\$10,15	Cr\$9,20
Salário mensal do chefe (preços correntes)	Cr\$8,54	Cr\$361,03
Salário real (a preços de 1958)	Cr\$8,54	Cr\$5,42
Fonte: livro APUD DIEESE - “Família assalariada; padrão e custo”. <i>Estudos Sócio-econômicos</i> (2), janeiro, 1974, p.25		

No quadro 3 estão descritos, de forma detalhada, alguns dados fundamentais para se compreender uma relação possível entre o processo de ampliação das jornadas de trabalho acima de 50hs semanais, entre os anos de 1968 e 1972, e o aumento da produtividade previamente citado. Ou seja, devido à diminuição do poder de compra do seu salário, o trabalhador urbano buscava compensar esta perda com mais horas de trabalho em jornadas exaustivas, gerando um ciclo de intensa exploração da sua mão-de-obra com pouco retorno para suas famílias. Em meados da década de 1970, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) previa que para se ter uma renda real similar a de 1958, “o salário mínimo em 1975 deveria ser Cr\$ 1 .413,00 e não de Cr\$ 532,80, ou seja, o último aumento deveria ter sido de 275% e não de pouco mais de 40%”.<sup>148</sup>

**Quadro 3. Força de trabalho não-agrícola, horas semanais de trabalho (São Paulo)**

Nº de horas de trabalho por semana	% do total de pessoas ocupadas	
	1968 (2º Trimestre)	1972 (4º Trimestre)
Até 14hs	1,6%	1,0%
De 15 a 39hs	14,8%	11,3%
De 40 a 49hs	59,4%	59,5%
Mais de 50hs	24,2%	28,2%

Fonte: p.70. PNAD 1968 e 1972 - In SINGER, P - "A economia brasileira depois de 1964", Debate e Crítica, São Paulo, (4), novembro, 1974.

Por fim, os resultados desta intensa exploração da mão de obra podem ser vistos não somente a partir da realidade paulista, mas também em nível nacional. A concentração de renda no Brasil se tornou um fenômeno típico do período ditatorial, demonstrando como o uso dos aparelhos repressivos estatais objetivavam não somente a repressão aos inimigos políticos e ideológicos, mas também a manutenção de um modelo de desenvolvimento profundamente excludente e que privilegiasse a burguesia agroexportadora nacional, uma parcela de uma burguesia industrial nacional que se beneficiou com isenções fiscais do governo, e a posição de dependência do Brasil como exportador de commodities e mão-de-obra barata no sistema

<sup>148</sup> Idem, Ibidem, p.45

internacional. O quadro abaixo destrincha em números este processo de maior concentração de renda entre os mais ricos durante os anos de 1960 e 1970.

**Quadro 4. Distribuição da renda no Brasil (% da renda total)**

% da população	1960	1970
1% da população de renda mais elevada	11,7%	17,8%
4% seguintes na escala	15,6%	18,5%
15% seguintes	27,2%	26,9%
30% seguintes	27,8%	23,1%
50% restantes de renda mais baixa	17,7%	13,1%
Fonte: livro, p.65 APUD DUARTE J.C - Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970. Piracicaba, ESALQ-USP, 1971		

Os dados apresentados demonstram um fenômeno em movimento, no qual, se somados os dois primeiros grupos da população de renda mais elevada, em 1960, 5% da população brasileira detinha 27,3% da renda no Brasil, sendo que, em 1970, essa proporção subiu para 36,3%. No mesmo período, em 1960, 80% da população brasileira com renda mais baixa detinha 45,5% da renda nacional, enquanto em 1970 este número caiu para 36,2%, enfatizando-se que para os 50% mais pobres a porcentagem é de apenas 13,1%. No quadro abaixo, outras informações complementam tal realidade, demonstrando a diferença da renda média do Brasil e da Grande São Paulo dos anos 1971 e 1972. Ainda de acordo com os autores da obra *Crescimento e Pobreza*, a diferença de renda entre as duas realidades se dava, principalmente, pelos relativos altos índices de industrialização e urbanização de São Paulo, com maiores índices de empregos formais e com melhor remuneração - embora, esta ampliação da renda deva ser analisada com cautela, tendo em vista o custo de vida mais elevado na grande metrópole paulista.

**Quadro 5. Proporção da população com rendimentos monetários**

Renda em salários mínimos	Brasil	Grande São Paulo
Menos de 1 salário mínimo	48,2%	19,05%
De 1 a 2 salários mínimos	27,99%	35,62%

De 2 a 5 salários mínimos	16,18%	30,28%
Mais de 5 salários mínimos	7,41%	15,05%
Fonte: Livro, p.66 APUD PNAD, Regiões Metropolitanas, 4.- trimestre, 1971-1972, Rio de Janeiro, IBGE, s. d.		

Para buscar completar o complexo cenário das comunidades de trabalhadores mais pobres da Grande São Paulo, cabe citar alguns outros dados. Por exemplo, em 1968, na região Central de São Paulo, apenas 1,3% dos domicílios não possuíam água encanada, 4,5% não estavam ligados ao sistema de esgoto, 1,7% da região não era pavimentada, e 0,8% não desfrutavam de coleta de lixo. Por outro lado, os mesmos dados da região de Itaquera apresentam uma configuração muitíssimo diferente: 89,3% dos domicílios eram desprovidos de água encanada, 96,9% desprovidos de esgoto, 87,5% desprovidos de pavimentação, e 71,9% desprovidos de coleta de lixo.<sup>149</sup> Esta desigualdade socioespacial e a carência de serviços básicos acaba por afetar em outro dado alarmante: o crescimento das taxas de mortalidade infantil na região durante a década de 1960, depois de duas décadas de diminuição nesses índices. De acordo com os autores de *Crescimento e Pobreza*:

Entre 1940 e 1950 a taxa de mortalidade infantil na Região diminuiu de 30% e na década seguinte decresceu de 32%, contrastando com os últimos 13 anos em que aumentou de 45%\_ Como se sabe suas principais causas ligam-se a doenças infecciosas, que se relacionam diretamente às carências de saneamento ambiental e à subnutrição, fatores que geralmente aparecem associados. Quanto ao primeiro aspecto, já analisado anteriormente, é digno de nota que a população da capital servida pela rede de água passou de 61 % em 1950 para 56% em 1973, enquanto a atendida pela rede de esgotos manteve-se estável em torno dos 35%. No conjunto dos municípios da Região, no entanto, em 1971, 35% da população eram servidos por esgotos, ao passo que, quatro anos após, a proporção cai para 30%.<sup>150</sup>

Em um dos capítulos da obra *Os partidos e as eleições*, lançada em 1975, ou seja, posteriormente ao pleito de 1974, o sociólogo Bolivar Lamounier apresentou levantamentos para tentar explicar as relações entre o voto das camadas sociais mais pobres na cidade de São Paulo com o voto no MDB. A partir das suas pesquisas, Lamounier conseguiu formular os seguintes dados apresentados no quadro abaixo.

<sup>149</sup> Importante citar que os dados apresentados são de dois casos mais extremados - a região com o melhor e o pior índice de serviços básicos. Mas, em média, 52,4% dos domicílios da Grande São Paulo possuíam água encanada, 41,3% estavam conectados ao sistema de esgoto, 34,3% contavam com estradas pavimentadas e 15,9% com coleta de lixo. Idem, ibidem, p.28

<sup>150</sup> Idem, Ibidem, p.47

**Quadro 6. Preferência partidária, por sexo e status ocupacional**

Status ocupacional	Homens			Mulheres		
	ARENA	MDB	Nenhum dos dois	ARENA	MDB	Nenhum dos dois
Ocupações de nível baixo	14,9%	85,1%	-	13,1%	72,0%	15%
Ocupações de nível médio	21,3%	61,5%	17,2%	21,4%	61,6%	17%
Ocupações de nível alto	27,6%	48,9%	23,5%	27,9%	48,6%	23,5%
Não trabalham	29,5%	50%	20,5%	29,6%	50,1%	20,3%

Fonte: LAMOUNIER, B. Comportamento eleitoral em São Paulo: Passado e Presente. In: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p.111

Apesar do MDB obter índices favoráveis em todos os recortes sociais analisados na cidade de São Paulo, o fator classe é de uma relevância decisiva, tendo em vista que entre as ocupações de nível mais baixo, 85,1% dos eleitores homens e 72% das eleitoras mulheres demonstram preferência pelo MDB, e apenas 14,9% dos homens e 13,1% das mulheres na ARENA. Entre os eleitores de ocupações de nível mais alto, embora a ARENA esteja distante de obter maioria, os números do partido de apoio da ditadura militar praticamente duplicam, com 27,6% da preferência do eleitorado masculino e 27,9% do feminino, com o MDB reduzindo sua margem de apoio para 48,9% entre os homens e 48,6% entre as mulheres. Estas tendências eleitorais são mais bem detalhadas em outros dados levantados pelo mesmo pesquisador e que são apresentados abaixo.

**Quadro 7. Imagens associadas aos partidos, segundo o partido do entrevistado**

Imagens associados ao partido	ARENA	MDB	Nenhum dos dois
Beneficiará os pobres, operários, etc.	8,8%	36,1%	11,9%
A classe média	6,1%	6,7%	2,8%
Aos ricos, à classe alta	3,9%	0,6%	1,0%

A todos, à nação em geral	60%	31,5%	27,4%
Aos políticos, ao próprio governo	0,2%	1,8%	5%
Setores ou grupos específicos, respostas mistas ou não classificáveis nas demais	8%	11,8%	8,6%
A ninguém, fica tudo na mesma	4,3%	2,2%	8,0%
Não sabe ou não quis responder	8,7%	9,3%	34,9%
Fonte: LAMOUNIER, op.cit APUD p.112			

Deste último quadro, vale destacar a imagem do MDB entre o eleitorado como um partido que beneficiará os mais pobres e os operários (36,1%), enquanto apenas 8,8% dos eleitores associaram esta imagem com a ARENA, demonstrando que, em meados da década de 1970, cada vez menos era possível dissociar entre os mais pobres a relação entre a ditadura militar e o processo de concentração de renda entre os mais ricos, desvalorização salarial e precarização do trabalho entre os mais pobres. Por outro lado, parece ser significativo que 60% dos eleitores entrevistados consideraram que a ARENA seria um partido que beneficiaria ‘a todos, à nação em geral’.

Embora Lamounier não aponte comentários ou análises mais aprofundadas sobre este fenômeno, é razoável aventar a hipótese de que a construção deste imaginário e sua permanência entre os eleitores está associada à propaganda massiva de cunho nacionalista e ultrapatriótico alimentada principalmente durante o governo Médici. Nesse sentido, uma proposta de nacionalismo sem classes era alimentada pelo governo na sua propaganda, sob o argumento de que o ‘crescimento’ do Brasil estaria beneficiando a todos, e que este caminho seria mais apropriado do que antigos governos vistos como ‘demagógicos’, ‘populistas’ ou mesmo ‘socialistas’ que beneficiaram os mais pobres. Entretanto, tal argumento parecia não encontrar esteio na realidade vivida pelas comunidades de trabalhadores empobrecidos que demandavam mudanças nas políticas econômicas do governo e eram impactadas pelo crescimento da pobreza durante o dito ‘milagre econômico’.

Por fim, Lamounier ainda registrou que a tendência da preferência eleitoral entre MDB e ARENA estar dividida por classes confirma-se na observação dos resultados eleitorais nos bairros da capital paulista. Por exemplo, nas eleições de 1974, Orestes Quercia (MDB-SP) obteve 70% dos votos da capital na disputa pelo Senado, enquanto Carvalho Pinto (ARENA)

contou com apenas 19% dos votos na cidade, sendo os demais 11% votos nulos ou em branco. Porém, se estes votos são analisados de forma estratificada pelos bairros da cidade, no grupo de bairros residenciais com maior concentração de salários mais elevados, na região centro-sul da cidade, a diferença de votos é de menos de 2 para 1 em favor do MDB. O que chama a atenção é que a diferença é consideravelmente elevada em bairros predominantemente operários nas periferias da capital. Segundo os dados levantados pelas pesquisas de Lamounier, “nos bairros periféricos de formação mais recente, situados do nordeste ao sudeste da cidade, a votação recebida pelo candidato do MDB foi oito ou mais vezes superior à alcançada pelo candidato da ARENA”.<sup>151</sup>

Toda esta mudança de postura no partido gerou uma perceptível disparidade entre a formação de comunicação adotada nas campanhas da ARENA e do MDB em 1974, e que pode ser bem exemplificada a partir do testemunho do candidato derrotado na disputa pelo cargo de senador no Rio de Janeiro, Paulo Torres (ARENA-RJ). Nas suas palavras:

eu apresentava gráficos e estatísticas na televisão, mostrando que em 1963 havia tantos analfabetos e que agora só existiam tantos. Falei das obras da Revolução, principalmente da ponte Rio-Niterói. Aí eles vinham e falavam que precisavam de tantas horas de trabalho para comprar um quilo de carne e que ponte não enche barriga.<sup>152</sup>

O uso da televisão como espaço de propaganda eleitoral foi um fato inédito nas eleições de 1974. Para David de Castro Netto, o período da década de 1970 foi um momento em que a televisão deixou de ser “um modo de entretenimento de luxo para se tornar uma realidade comercial”.<sup>153</sup> E, segundo levantamentos realizados por Sérgio Caparelli, a expansão foi tamanha que, se em 1970 eram 4,931 milhões de televisores no Brasil, em 1980 o número já superava os 18,300 milhões.<sup>154</sup> Assim, os partidos políticos encontraram a necessidade de criar e adaptar estratégias de marketing eleitoral para tal meio de comunicação, tendo em vista a altíssima porcentagem de pessoas de baixa renda que consumiam mais a produção televisiva do que outras plataformas. Como é possível perceber nos dados abaixo, por mais que os jornais de época sejam fontes muito importantes para os historiadores conhecer o período da ditadura militar na década de 1970, é sempre pertinente salientar que o hábito de se informar por meio desses periódicos era muitíssimo mais comum entre as camadas alta e média da sociedade,

---

<sup>151</sup> Idem, *ibidem*, p.110

<sup>152</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 466.

<sup>153</sup> NETTO, David Antonio de Castro. **Propaganda e legitimação da ditadura civil-militar brasileira** (1968-1977). Maringá, 2011. Dissertação – Universidade Estadual de Maringá. p. 72.

<sup>154</sup> CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982. p. 88.



sendo que as classes mais empobrecidas acabavam se informando muito mais a partir dos televisores. Portanto, se o MDB tinha o intuito de dialogar de forma mais direta e eficaz com o eleitorado mais pobre, o bom uso da televisão como meio de comunicação era um recurso indispensável.

#### **Quadro 8. Consumo dos meios de comunicação por faixas de renda**

Camadas	Não vê TV	Não ouve rádio	Não lê jornal
Alta	1,5%	3,8%	2,3%
Média	2,1%	6,9%	8,3%
Média Baixa	5,8%	11,8%	32,4%
Baixa	11,0%	28,2%	73,9%
Fonte: BERLINCK, M. T. - A vida como ela é, op. cit., p. 195 e 207 APUD p.140			

Ainda a respeito da relação entre partido e o uso das televisões para a propaganda eleitoral, cabe mencionar este interessante comentário do sociólogo Carlos Estevam Martins, que definiu da seguinte maneira a nova realidade das campanhas eleitorais:

Em lugar dos pronunciamentos políticos, os partidos adotaram os anúncios comerciais, como a forma ideal de se relacionarem com o público. (...) Segundo esse arranjo, e tal qual produtos fabricados pelos dois partidos, os candidatos passaram a ir ao ar juntamente com marcas de cigarro, as várias modalidades de desodorantes e as embalagens de macarrão. Essa gigantesca manipulação da consciência política nacional era feita pelas mesmas empresas de publicidade e segundo as mesmas técnicas de persuasão graças as quais os fabricantes de mercadorias promovem a venda de seus produtos.<sup>155</sup>

Cabe aqui enfatizar que, em 1974, a propaganda política dos partidos se deu no formato de pequenas inserções na programação televisiva que eram apresentadas durante o intervalo comercial dos programas. Logo, o foco foi destinado para mensagens breves, com grande poder de síntese e passíveis de estabelecer um elo de comunicação entre as propostas políticas e o eleitor. Como coloca Lucia Grinberg, pela primeira vez, arenistas e emedebistas tiveram que enfrentar as câmeras e utilizar de estratégias de marketing e propaganda para convencer o

<sup>155</sup> MARTINS, Carlos Estevam. O balanço da campanha In: LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 118.

eleitorado.<sup>156</sup> Enquanto a ARENA encontrava dificuldades para utilizar este meio de comunicação mais dinâmico, o MDB investiu em publicidade e conseguiu montar uma campanha mais organizada, usando este espaço principalmente para atacar o regime em três pontos básicos: justiça social (distribuição desigual de renda), liberdades civis (violações dos direitos humanos, censura, permanência do AI-5 e da Lei de Segurança Nacional) e desnacionalização da economia (a proliferação de multinacionais no território brasileiro).<sup>157</sup>

O pleito de 1974 deixou a lição de que o governo não deveria subestimar a oposição e o apoio popular que esta havia consolidado e sua habilidade em construir campanhas eleitorais. Portanto, de acordo com Maria Celina D'Araújo, foi nesse contexto de derrota eleitoral que o ministro da Justiça, Armando Falcão buscou controlar de forma mais direta a forma como os partidos vigentes poderiam explorar os meios de comunicação. No caso, impedindo a oposição de utilizar recursos que demonstrou dominar no pleito de 1974, e mobilizando a ARENA para que o partido governista pudesse utilizar todas as possibilidades que o apoio a uma ditadura poderia gerar. Em uma reunião com o então presidente do partido governista, Francelino Pereira (ARENA-MG), Falcão ressaltou a importância de governo militar e partido melhor utilizarem as transmissões televisivas:

A ARENA é o partido do governo. O governo é o dono real da televisão e do rádio, que apenas dá em concessão a particulares. Os próprios jornais, com raríssimas exceções, dependem do governo para viver e sobreviver. É mister utilizar essas armas incríveis com inteligência e habilidade. Foi um erro permitir o uso da televisão e do rádio na campanha eleitoral de 1974.<sup>158</sup>

É após a vitória emedebista que surge a Lei Falcão, a qual passou a vigorar a partir de junho de 1976 e influenciou nas eleições municipais do mesmo ano. A nova lei permitia apenas que os candidatos fornecessem os currículos e apresentassem as suas fotos no horário eleitoral. Nas palavras do próprio Falcão, direcionadas ao presidente Ernesto Geisel, a propaganda eleitoral deveria ser restringida e limitada ao nível do justo, “não oferecendo ao adversário a principal arma que, sem sombra de dúvida, lhe assegurou considerável avanço no pleito de 15 de novembro de 1974”.<sup>159</sup> Assim sendo, a Lei Falcão foi o primeiro de dois duros golpes que a ditadura proferiu na oposição com vistas a enfraquecê-la para o pleito de 1978. O segundo foi o Pacote de Abril, de 1977.

---

<sup>156</sup> GRINBERG, 2009, op.cit., p. 187.

<sup>157</sup> SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo**, 1964-1985. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.338

<sup>158</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. Ministério da Justiça: o lado duro da transição. In: CASTRO, Celso & D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **Dossiê Geisel**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002. p. 35

<sup>159</sup> Idem, *Ibidem*, p.36

Durante o mês de março de 1977 o contexto era de conflito entre ditadura e MDB. Geisel buscava a aprovação de reformas no Judiciário, porém o projeto esbarrava na oposição. O senador Petrônio Portella ficou incumbido de ser o representante do governo nas negociações com o MDB – este evento ficou conhecido como *Missão Portella* - porém os membros do partido oposicionista não viam sentido nas reformas sem que antes se revogassem leis arbitrárias como o AI-5 e a Lei de Segurança Nacional.<sup>160</sup> A situação chegou ao ponto do insustentável, principalmente após Geisel acusar o MDB de fazer uma ‘ditadura da maioria’ – ironicamente, uma estratégia política que a ARENA adotava no Congresso desde a fundação do bipartidarismo.

A solução para a situação foi deveras autoritária. No dia 1º de abril, o presidente fez uso do AI-5 e fechou o Congresso para reformas que ficaram conhecidas como o Pacote de Abril. As reformas decretavam que: o mandato dos presidentes da República passava a ser de seis anos; as emendas constitucionais seriam aprovadas com maioria simples - e não mais dois terços dos votos do Congresso Nacional; todos os governadores de Estado e um terço dos senadores seriam escolhidos indiretamente em 1978 por colégios eleitorais estaduais, que incluiriam delegados enviados das câmaras municipais, o que privilegiava a ARENA, que exercia um vasto domínio nas prefeituras e câmaras municipais do interior; os deputados federais teriam o seu número fixado à base da população e não do total de eleitores registrados; e o acesso dos candidatos ao rádio, ou à televisão, ficaria rigorosamente limitado nos termos da Lei Falcão já aprovada em 1976. O Congresso ficou fechado por 14 dias. Tamanho exemplo de autoritarismo não era visto desde a edição do próprio AI-5 em 1968.

As importantes vitórias do MDB em diversos estados nas eleições de 1974 devem ser analisadas como vitórias de importância relativa. O sistema eleitoral autoritário do período, bem como o controle ditatorial dos militares em relação a todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), não permitiam uma vitória plena da oposição e que fosse capaz de alterar a configuração do poder. Em meados da década de 1970, o que a oposição poderia fazer de forma mais concreto era desgastar a popularidade da ditadura e minar algumas das suas bases de apoio, seja nas relações com a sociedade civil e o eleitorado mais pobre dos centros urbanos, mas também disputar com a ditadura alguns espaços dentro de instituições como a imprensa, a Igreja Católica, organizações civis como a OAB, grupos de empresários e até mesmo se aproveitar de algumas rupturas internas nas próprias Forças Armadas.

---

<sup>160</sup> SKIDMORE, op.cit., p.338, p. 372

Apesar dos reveses com a promulgação da Lei Falcão e do Pacote de Abril, o MDB seguiu apostando na sua capacidade de mobilizar a sociedade brasileira e novamente abalar algumas das bases de apoio da ditadura nas eleições de 1978. Para tal, no Estado de São Paulo, o partido apostou na mistura de nomes conhecidos e com tradição na política brasileira, mas também de figuras novas, que tivessem alguma relação com os grupos da sociedade civil organizada que buscavam fazer um trabalho de base importante, como os sindicatos, as CEB's, o movimento estudantil, e demais movimentos sociais. Nas eleições de 1978, realizar este intercâmbio entre partido e sociedade mobilizada era algo fundamental para o MDB estar alinhado com as movimentações que estavam ocorrendo na sociedade brasileira e que impactavam diretamente na luta pela redemocratização. E foi na tentativa de atender esta demanda que o partido fez uma aposta na candidatura de um nome novo e que jamais havia concorrido em uma eleição: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que já na sua primeira eleição concorreu ao Senado. O novato em eleições foi derrotado, mas, os significados da sua candidatura, da campanha e de sua aproximação definitiva com a política eleitoral geraram impactos no processo de redemocratização que devem ser analisados de forma mais detalhada.

#### 4. TEMPERANDO A DEMOCRACIA BURGUESA: A GUINADA (NÃO TÃO) à ESQUERDA (1978-1983)

Após os bons resultados eleitorais de 1974, o MDB buscou se preparar para enfrentar o desafio das eleições de 1978, já impactadas pela vigência da Lei Falcão e das reformas autoritárias do Pacote de Abril. Mesmo com as dificuldades impostas pelo regime ditatorial, no Estado de São Paulo o partido visou manter sua significativa representação no Poder Legislativo estadual e federal. No caso da corrida para o Senado, concentrou boa parte das suas forças na candidatura à reeleição de André Franco Montoro, senador eleito em 1970 pelo MDB, e uma das lideranças mais reconhecidas do partido em nível estadual e nacional. O partido também decidiu investir em outra candidatura para o Senado, com um perfil distinto da de Montoro, sendo este o caso do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. No mês de junho de 1978, na Convenção Paulista do MDB, o sociólogo manifestou os objetivos da sua candidatura, sendo uma das metas a construção de uma “democracia para mudar; não apenas democracia para justificar a pobreza, a exploração, a concentração da renda”. Em seguida, o candidato desenvolveu versou a respeito dos seus desafios pessoais e do partido com a campanha:

O MDB está diante de um desafio histórico: ele pode, se transigir, tornar-se um grande partido eleitoral, acentuando os remendos que o governo oferece, fazendo de conta que já ingressamos na redemocratização, "lenta, gradual e segura". Isso é democracia para inglês ver, lá fora. É nosso dever, diante dos companheiros que lutaram e tombaram, diante da luta anônima das massas brasileiras, dizer um rotundo não às reformas consentidas que nos tornariam parlamentares tranquilos de um regime de embuste. Eu não quero ser Senador para votar remendos e fazer de conta que somos democratas. Nós não queremos e não seremos o partido que legitimará os pacotes de abril, as eventuais emendas do próximo julho, a pseudodemocrática mutilação da própria idéia de Constituição por enxertos num documento outorgado por uma Junta Militar como é a Constituição de 1969.<sup>161</sup>

Em sua fala, Cardoso demonstrava a sua visão a respeito do futuro do MDB, a de que não bastava apenas *popularizar* o partido, ampliando o seu número de eleitores, mas *radicalizar* a sua perspectiva de democratização e democracia. Portanto, tratava-se de uma tentativa de difundir dentro do próprio MDB um conceito de democracia mais próximo da ideia de ampliação da participação popular nos espaços de tomadas de decisões na sociedade brasileira. No decorrer de sua fala, abordou diversos temas que eram de senso comum no partido, tais como a luta pela anistia, o retorno ao Estado de Direito, a formação de uma nova constituinte,

---

<sup>161</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar: 30 horas de entrevistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.13-14

críticas às facilidades fiscais das multinacionais no Brasil, e a luta contra a desigualdade social. Mas, o diferencial de sua candidatura residiu na sua proposta de aproximação do partido para com os movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil. Expostas as particularidades do contexto, penso ser razoável defender a leitura de que o período da campanha de 1978 tenha sido o momento de maior aproximação de Cardoso para com os grupos de esquerda extra-parlamentares e algumas de suas principais pautas.

No dia 15 de novembro de 1978, ocorreram as eleições nacionais para o parlamento federal e estadual, sendo que na disputa para o Senado no Estado de São Paulo, concorreram André Franco Montoro (MDB), buscando a reeleição, Cláudio Lembo (ARENA), e, utilizando o recurso da sub-legenda, Fernando Henrique Cardoso (MDB). Com larga margem de votos, Montoro seguiu sendo o representante de São Paulo no Senado, com 64,39% dos votos válidos. Em segundo e terceiro lugar, respectivamente, Cardoso obteve 18,14% e Lembo 17,47% dos votos válidos. O MDB também obteve triunfo notável na disputa paulista pelas cadeiras na Câmara de Deputados e na Assembleia Legislativa, elegendo 37 deputados federais contra 18 da ARENA, e 53 deputados estaduais contra 26 da ARENA. Entretanto, após o Pacote de Abril, a legislação eleitoral da ditadura se tornou ainda mais autoritária, impedindo voos mais altos do partido de oposição. Pela via da eleição indireta, foram selecionados para o cargo de governador do Estado, o ex-prefeito da capital paulista, Paulo Salim Maluf (ARENA), e, para o Senado - valendo-se do artifício eleitoral popularmente denominado de senador biônico -, Amaral Furlan (ARENA),

No que tange à carreira política de Cardoso, o resultado desta eleição seria de suma importância no futuro próximo, pois lhe garantiu a suplência do MDB no Senado. Em 1982, Montoro foi eleito governador do Estado de São Paulo, o que abriu margem para Cardoso assumir a cadeira de senador no ano de 1983. Portanto, o período que será abordado doravante pode ser definido como um momento de ascensão de Cardoso dentro da política institucional e consolidação da sua posição como peça-chave no tabuleiro da política partidária, tornando-se uma liderança dentro do MDB, posteriormente renomeado para PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

No argumento que será desenvolvido a seguir, entende-se que a natureza do posicionamento mais à esquerda da campanha de Cardoso, em 1978, não se deu necessariamente por uma adesão ideológica plena do sociólogo às pautas das esquerdas, oriundas de movimentos sociais e populares. O seu alinhamento acabou sendo pontual e tópico, e não muito longo, tendo encontrado respaldo em uma necessidade de cunho mais prático e

objetivo para o pleito de 1978: o de não somente tentar vencer a disputa do eleitorado paulista contra Carvalho Pinto, candidato da ARENA, mas também ter forças para um embate interno no MDB contra a figura de André Montoro, já visto como uma liderança tradicional e mais conservadora dentro do partido de oposição. A pergunta que parecia estar em aberto era: existia espaço dentro do MDB para um projeto de redemocratização feito *pele* povo e não somente das lideranças do partido *para* o povo? Em 1978, a campanha de Cardoso decidiu apostar em um discurso defendendo uma proposta de democratização mais popular. Entretanto, os dados deste capítulo devem ser confrontados com os do próximo, pois, no decorrer das dinâmicas e contradições do processo de redemocratização, em especial nos primeiros anos da década de 1980, Cardoso foi abandonando este projeto e adotando uma postura cada vez mais conservadora e focada no âmbito institucional em relação ao futuro da sociedade brasileira.

#### 4.1 FHC E A FOLHA DE S.PAULO: CONSTRUÍNDO UM LÍDER IDEAL PARA A OPOSIÇÃO?

Onze dias após as eleições de 1978, Fernando Henrique Cardoso foi entrevistado pela *Folha de S. Paulo*. Mesmo tendo sido derrotado no pleito, Cardoso concedeu uma longa entrevista para o periódico, que disponibilizou para a mesma quatro páginas no caderno *Folhetim*, que além de contar com a parte textual correspondente à entrevista, também apresentou imagens da campanha eleitoral do sociólogo. A primeira imagem, como orador para um amplo público em um comitê; a segunda, distribuindo material de campanha para crianças e artistas de rua; e na última, o mesmo está no centro da fotografia, ao lado de sua esposa, a antropóloga Ruth Cardoso, ambos cercados por uma vasta equipe em um palanque eleitoral.

Com vistas de se promover uma espécie de balanço da campanha de Cardoso nas eleições de 1978 e sondar perspectivas futuras do novo suplente do MDB paulista no Senado, o repórter Jefferson del Rios indagou: “como o senhor espera liderar ou articular dentro do MDB o leque ideológico que se formou em torno da sua candidatura?”. Ao responder tal questionamento, Cardoso definiu que a sua posição dentro do campo das oposições seria a “de aglutinação das várias tendências do setor autêntico, incluindo o setor liberal do partido”. Três razões seriam evocadas pelo entrevistado para justificar e legitimar o seu espaço enquanto uma liderança capaz de articular distintos grupos dentro do MDB: 1) a sua “ligação direta e pessoal (...) com uma boa parte da bancada recém-eleita [do MDB]”; 2) sua “ligação direta muito boa com a liderança nacional do MDB”; e 3) “porque eu escrevo e vou continuar escrevendo,

principalmente na *Folha*". O agenciamento narrativo promovido pela *Folha* para construir, legitimar e elevar a imagem de Cardoso enquanto uma figura política digna de destaque no referido contexto é ainda mais realçado nas primeiras linhas da referida reportagem. Nesta, Del Rios apresenta Cardoso da seguinte maneira:

É um homem que transmite uma clara sensação de vitória. (...) Ele é brilhante e apaixonado na exposição de suas ideias, qualidades que se juntam à sua fina habilidade no tratar de assuntos controversos. Com uma presença física convincente e uma oratória moderna, despida de teatralismos, Fernando Henrique Cardoso sabe que conquistou um espaço de atuação política e vai usá-lo. O professor veio para ficar.<sup>162</sup>

A ideia de que *o professor veio para ficar* atribuía um interessante tom de aposta na garantia da continuidade de uma presença constante de Cardoso na esfera pública brasileira. Além do mais, Cardoso afirmou também que uma das suas virtudes como articulador dentro do MDB seria a de que continuaria escrevendo, principalmente para a *Folha*. Tais afirmações tinham lastro na confiança de ambas as partes de que os textos de Cardoso seguiriam sendo publicados no jornal paulista, tal como vinham sendo desde agosto de 1976, quando o sociólogo passou a publicar com maior frequência no veículo. Durante o recorte temporal desta pesquisa, Cardoso contribuiu com artigos para a *Folha* de 1976 a 1988, sendo que o grosso de sua produção concentrou-se nos anos de 1976 a 1983. Após assumir o cargo de senador, em 1983, suas contribuições apresentaram-se como esparsas e pontuais.

Durante o período previamente referido de maior produção, Cardoso contribuiu com 69 artigos para o jornal, sendo que entre estes: 27 foram publicados na seção Tendências/Debates, com Cardoso dividindo espaço com outros autores de diferentes posturas políticas, como o militar, senador e ex-ministro Jarbas Passarinho, o sociólogo Gilberto Freyre, o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio e o filósofo Leonardo Boff; e 42 foram publicados a partir de janeiro de 1981, agora em coluna própria no caderno *Opinião*. Tais dados são importantes para se constatar que, durante os anos de redemocratização - e até mesmo no presente -, a *Folha* foi um instrumento que garantiu para Cardoso um espaço cativo na esfera pública brasileira, sendo, inclusive, mais preciso qualificar este espaço como o de uma voz legítima da oposição partidária contra a ditadura, tendo em vista que as críticas aos governos da ditadura, o futuro do MDB e os caminhos para se construir uma democracia brasileira foram os temas da avassaladora maioria dos seus textos.

---

<sup>162</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A oposição tem que dar as cartas In: Folhetim. **Folha de São Paulo**. Entrevistador: Jefferson del Rios. São Paulo. 26/11/1978. p.4



Ao analisar o grosso do material publicado por Cardoso na *Folha* - seja por meio dos seus artigos de opinião, mas também a partir de entrevistas e participações em debates com outros intelectuais -, é possível identificar algumas características. No geral, a *Folha* via em Cardoso uma síntese de alguns dos valores que ela julgava como apropriados para uma liderança de oposição ao regime naquele momento, entendendo que ambos - periódico e intelectual - comungavam de uma perspectiva similar do que deveria ser o processo de redemocratização e de como deveria se comportar uma espécie de oposição ideal contra a ditadura. Já da parte de Cardoso, o intelectual via no periódico a chance de levar suas ideias para um público mais vasto e cada vez mais ganhar notoriedade na esfera pública. Do cronista de jornais menores da mídia alternativa contra a ditadura no início da década de 1970, o sociólogo agora era lido por um número consideravelmente maior de leitores. Em suma, a relação também partia de um jogo de interesses entre ambas as partes. Interesses que muitas vezes convergiram, mas também é possível verificar momentos de divergência no tom adotado a respeito de certos eventos, mesmo que isso nunca tenha implicado em uma ruptura entre periódico e intelectual.

Antes de avançar nas reflexões acerca das relações entre periódico e Cardoso, torna-se fundamental apresentar algumas das características da produção jornalística da própria *Folha* durante o processo de redemocratização. De acordo com Gisela Taschner, entre 1971 e 1978, os jornais do grupo tinham uma média de 42,8% do mercado de venda avulsa na Grande São Paulo. Um número deveras expressivo, tendo em que vista que era quase o dobro do grupo responsável pelo Estado de São Paulo (24,3%), seu concorrente mais próximo.<sup>163</sup> Como já expresse previamente, os setores com menor renda e escolaridade já consumiam a televisão como principal meio de comunicação e informação, mas entre os setores da classe média e mais escolarizados, cabe situar a importância da *Folha* como um canal de informações e interpretações de vários aspectos do cotidiano do mundo social, político, econômico e cultural.

Em relação ao processo de redemocratização, é possível caracterizar que a *Folha* adotou uma posição delicada e complexa sobre o tema. Após atuar na desestabilização do governo João Goulart e declarar apoio ao golpe de Estado de 1964<sup>164</sup>, ao passo que também sofreu com a censura e presença de policiais na sua redação<sup>165</sup>, a partir de meados da década de 1970, a *Folha*

---

<sup>163</sup> TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.150.

<sup>164</sup> CF: SILVA, Juremir Machado da. **1964. Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 5ª edição, 2014.

<sup>165</sup> Cf: KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

passou a deliberadamente adotar uma postura favorável à transição democrática em curso. Uma análise do material produzido pelo periódico no período apresenta uma posição certamente favorável a um retorno à democracia, mas, tendo em vista os objetivos deste trabalho, é imperativo questionar: que tipo de democracia?

Ao discorrer sobre as narrativas constituídas pela *Folha* durante o processo de redemocratização, Reinaldo Lindolfo Lohn destaca a atuação deste veículo da grande imprensa empresarial no período enquanto cronista e elaboradora dos registros do cotidiano da política, bem como na seleção e definição de eventos que poderiam ser elevados ao status de marcos temporais de um processo histórico que se encontrava em curso. Portanto, é possível definir que, na esteira destas ações, a *Folha* também foi um agente importante nas disputas para oferecer sentido, forma e conteúdo para um processo de redemocratização em movimento. Ainda de acordo com Lohn, a tessitura narrativa do jornal sublinhou e selecionou “interlocutores e analistas do processo, por meio de um agenciamento narrativo junto à chamada oposição liberal consentida e, mesmo, aos governantes que, embora sob um regime autoritário, buscaram legitimidade social”. Ao desenvolver tal premissa, Lohn destaca:

Este repertório envolveu a difusão de uma terminologia política que alcançou valor simbólico ao longo do período e que alimentou os oponentes ao regime: democracia, voto, justiça eleitoral, cidadania, direitos, liberdade de imprensa, entre outros. Outro tipo de terminologia tendeu a perder espaço, tanto o associado à esquerda, como revolução, vanguarda combativa, luta direta e armada, quanto aquele vinculado à direita: ordem, hierarquia, autoridade ou conservação. A transição, assim montada, procurou limitar o processo de democratização brasileiro às disputas eleitorais e aos mecanismos institucionais derivados dos acordos conduzidos entre o governo, representado politicamente pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional — posteriormente, PDS: Partido Democrático Social) e a maior parte da oposição que se abrigava sob a legenda do MDB (Movimento Democrático Brasileiro — posteriormente, PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro), além de outros partidos políticos criados depois de 1979. Sabe-se que a mídia jornalística apresenta-se como uma das instâncias organizadoras do social e, ao narrar e atribuir significados, angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido. Ao longo do processo, esta compreensão foi compartilhada pelos personagens principais, que passaram a ter um espaço que virtualizou, em pleno regime autoritário, um momento em que governo e oposição estabeleceram um diálogo público.<sup>166</sup>

Corroborando com esta chave proposta por Lohn, considero pertinente inserir a atuação de Cardoso como um destes interlocutores selecionados pelo grupo *Folha* para atribuir forma e sentido ao processo de redemocratização, tanto na sua condição de colunista do jornal quanto

---

<sup>166</sup> LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: o papel da imprensa no processo de redemocratização – a Folha de São Paulo em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n.10, jul./dez. 2013. p.75-76

na de liderança de uma oposição consentida que se valia de um léxico político muitas vezes pautado por temas típicos de uma democracia formal representativa.

No decorrer do processo histórico em questão, é possível observar uma confluência de interesses entre o periódico e a atuação política de Cardoso, na qual ambos demonstraram-se favoráveis a uma superação do autoritarismo a partir de delimitados espaços da via institucional e mecanismos formais de participação política, ao mesmo tempo em que se rejeitava ou se silenciava a respeito de grupos de oposição que buscavam, além do combate aos autoritarismos praticados pelas ditadura, um enfrentamento direto à ordem socioeconômica e política vigente, críticas ao modo de produção capitalista, e uma ampliação da participação popular não somente nas esferas de decisão do poder político, mas também econômico. Destaca-se também a atuação destes agentes na defesa de um modelo de democratização no qual aos movimentos sociais caberia o papel de se adaptarem aos termos de uma democracia formal com participação popular restrita e sem grandes rompimentos com o passado autoritário recente.

Deve-se ressaltar que uma análise mais apurada dos artigos e contribuições de Cardoso para a *Folha* no recorte temporal proposto demonstra que apesar do próprio ter cada vez mais se adaptado e se conformado aos termos desta democracia representativa, sua produção textual transitou entre, ora posturas mais favoráveis a uma democracia construída *pelo povo*, buscando se aproximar da ebulição social dos movimentos sociais a partir da metade da década de 1970, ora posturas mais fiéis a uma democracia *para o povo*, enfatizando o protagonismo dos partidos, das instituições como o Congresso e demais agentes que restringiriam o debate aos limites às esferas formais, institucionais e parlamentares. No geral, parece razoável colocar que as posições mais radicais de Cardoso a respeito da intensificação da participação popular no processo de redemocratização, ou seja, um aprofundamento no ideal de cidadania e democracia, estavam no limite do que a *Folha* permitia aos grupos de oposição em suas páginas.

Nas suas primeiras incursões como escritor da *Folha*, na seção Tendências/Debates, Cardoso apresentou uma postura híbrida, ora empregando palavras mais combativas, tal como ao afirmar que “o autoritarismo reformado não é suficiente para satisfazer os apetites democráticos”, ora incorporando tons mais moderados ao seu discurso, objetivando matizar posturas mais radicais no combate à ditadura. O misto da defesa de uma democracia formada por instituições liberais, mas com ampliação de um ideal de cidadania mais ativa, pode ser vista no trecho citado abaixo:

a Oposição deve entender que não basta pedir o máximo abstratamente. É preciso dizer para que quer uma Constituinte. Por certo, será para restabelecer o Estado de

Direito. Mas é preciso fazer face aos muitos segmentos da população que, sendo opositoristas, no fundo creem, como dizia Getúlio sobre os votos, que a Constituição não enche a barriga. Não basta dizer que essa apreciação é simplista e equivocada. É preciso mostrar como há uma relação possível entre o Estado de Direito e as reivindicações sociais e econômicas. Não se deve imaginar que é impossível tal proeza: sem reivindicações salariais, sem direito de greve e de organização sindical, por exemplo, não haverá “autoritarismo reformado” capaz de entender os anseios populares pela redistribuição da renda.<sup>167</sup>

A atuação política de Cardoso por meio dos seus artigos opinativos demonstrou uma considerável coerência em seus discursos ao defender posturas como a de que o MDB deveria “abrigar as oposições extraparlamentares e ganhar maior nitidez interna”, oferecendo assim “uma saída eleitoral para as oposições extra-partidárias” e de que “a reconstrução democrática real só se fará através da sociedade civil. Isto não exclui o Estado e as Forças Armadas. Mas dá prioridade a um estilo de política que sabe que sem o povo não há democracia nunca, seja ela lenta ou rápida”.<sup>168</sup>

Tais falas do sociólogo exemplificam bem uma espécie de projeto para o partido de oposição à ditadura que Cardoso defendeu durante boa parte da redemocratização. Um partido de massas, capaz de reunir setores muito heterogêneos da sociedade brasileira, obter vitórias eleitorais - principalmente nos grandes centros urbanos - e que fosse capaz de coadunar os seus objetivos enquanto instituição com as movimentações que ocorriam no tecido social brasileiro, suscitadas pela mobilização de importantes movimentos sociais. Neste modelo idealizado, o Movimento Democrático Brasileiro deveria caminhar de forma conjunta com a democracia em movimento em setores importantes da sociedade brasileira. Entretanto, a realidade demonstrou ser mais complexa do que imaginada. Mais uma vez, as tensões entre os representantes políticos eleitos e a base social, típicas da democracia histórica, se fizeram presentes e constituíram parte importante da forma e conteúdo do processo de redemocratização brasileiro. Tais questões estiveram amplamente presentes na sua campanha de 1978 e nos anos posteriores.

#### 4.2 AINDA A REPRESSÃO, AINDA A CENSURA: A DISTENSÃO AUTORITÁRIA

No dia 4 de outubro de 1978, mais especificamente 43 dias antes das eleições, o Tribunal Superior Eleitoral julgava o caso da inelegibilidade da candidatura de Fernando Henrique

---

<sup>167</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. O diálogo e a constituinte In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 01/12/1977. p.3

<sup>168</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A saída civil In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 10/09/1978. p.3.

Cardoso ao Senado. Um processo foi aberto a partir de um recurso do procurador eleitoral do Estado de São Paulo, José Brenha Ribeiro, e tinha como base a tese de que Cardoso não poderia ser candidato devido à sua condenação em um ato institucional discricionário e que implicou na sua aposentadoria involuntária em abril de 1969, fruto do decreto-lei 477, um subproduto do AI-5. Assim, uma determinada leitura da legislação do período considerava que Cardoso estava inelegível pelo prazo de 10 anos, impossibilitando sua candidatura ao Senado, em 1978.

Em notícia publicada pela *Folha de S. Paulo*, era possível perceber como o caso gerou divergências dentro do TSE e na esfera pública, em especial, pelo fato de que, naquele momento, já havia sido aprovada no Congresso Nacional a reforma política que acabaria com a vigência dos atos institucionais a partir de 1º de janeiro de 1979. Ou seja, caso o TSE tomasse a atitude de condenar Cardoso, o faria tendo como base uma legislação prestes a se tornar letra morta, bem como, se eleito fosse, o sociólogo tomaria posse com a nova legislação já vigente. Todas estas variáveis deveriam ser levadas em consideração em um julgamento que ganhava espaço no noticiário de uma imprensa atenta não somente para as questões técnicas que dariam base para as argumentações dos ministros, mas também para os evidentes e inevitáveis contornos políticos que o evento insuflava. Não por acaso, o próprio noticiário da *Folha de S. Paulo* destacou que a composição do TSE era, em princípio, favorável a Cardoso, tendo em vista que “quatro dos seis ministros com direito a voto, em plenário (...), são da corrente liberal”.<sup>169</sup>

A respeito da forma como a *Folha* noticiou o caso, é interessante perceber de que maneira o veículo promoveu uma postura muitíssimo favorável à legalidade da candidatura de Cardoso. No dia 4 de outubro de 1978, o jornal ofereceu amplo espaço para a defesa ao veicular na já referida notícia as falas dos advogados de Cardoso, uma nota da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) acusando a ilegalidade do AI-5 e comentários de lideranças do MDB, como Freitas Nobres, ex-líder do partido na Câmara, e do senador Orestes Quércia. E, no dia 5 de outubro de 1978, o jornal noticiou a apertada vitória de 4 votos contra 3 que Cardoso teve no seu julgamento, necessitando do voto de desempate do presidente do Superior Tribunal Federal, José Geraldo Rodrigues Alckmin.<sup>170</sup>

Ao comentar sobre sua vitória, Cardoso fez algumas falas importantes para a *Folha de S. Paulo*. Aproveitou para demonstrar uma contradição na legislação que expressava toda a

---

<sup>169</sup> TSE julga Fernando Henrique. **Folha de S. Paulo**, 4/10/1978, p.7

<sup>170</sup> Curiosamente, José Geraldo Rodrigues Alckmin é tio de Geraldo Alckmin, então recém-eleito prefeito de Pindamonhangaba pelo MDB, em 1976, e que veio a se tornar um histórico aliado político de Cardoso durante os anos que ambos integraram o mesmo partido, sendo eles: MDB, PMDB e PSDB.

arbitrariedade da ditadura, ao afirmar que “com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, encontro-me na situação paradoxal: posso vir a ser Senador da República, mas estou impedido de assumir minha cátedra na universidade, da qual fui arbitrariamente afastado em 1968”.<sup>171</sup> Por outro lado, também aproveitou para reforçar o perfil mais à esquerda de sua candidatura, pois “embora não tenha se declarado candidato do operariado, vem obtendo apoio em muitas áreas ligadas ao trabalhador, principalmente os sindicatos”, sendo citadas as manifestações de apoio que os presidentes e lideranças dos seguintes sindicatos ofertaram à sua campanha: o dos Metalúrgicos de Santos e Cubatão, dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, dos Padeiros de São Paulo, dos Químicos de São Paulo, dos Petroleiros de Santos e do Metalúrgicos de Mauá.<sup>172</sup> Importante também mencionar que no decorrer de sua campanha, Cardoso recebeu apoio público do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, com o então presidente do sindicato, Luís Inácio Lula da Silva, pedindo votos nas portas de fábrica para o sociólogo. Para finalizar, durante a celebração da sua vitória judicial, o sociólogo ainda proferiu um chiste de conotação política contra os seus concorrentes ao Senado, ao manifestar que a festa teria “champanhe nacional e copinho de café, por que esta é uma campanha pobre”.<sup>173</sup>

Este relato a respeito do imbróglio jurídico da candidatura de Cardoso em 1978 é um passo inicial para debater três temas caros para este capítulo: 1) a contínua perseguição de agentes da repressão da ditadura contra a figura de Cardoso; 2) a sua aproximação em relação à *Folha de S. Paulo*, onde passou a escrever com grande frequência a partir do ano de 1976, o que influenciou diretamente na construção da sua imagem como um intelectual público; 3) sua tentativa de se aproximar cada vez mais de um projeto de redemocratização mais popular, com grande enfoque de tentar fazer parte do processo de revitalização da sociedade civil e dos movimentos sociais na segunda metade da década de 1970.

Durante a década de 1970, a perseguição da ditadura contra Cardoso não arrefeceu, mas continuou presente e até mesmo ostensiva. A tentativa de torná-lo inelegível em 1978 foi apenas mais um episódio neste embate de forças. Outro evento importante foi a tentativa de censurar o seu livro *Autoritarismo e democratização*, de 1975. Graças à publicação recente de arquivos e fontes da repressão política do período ditatorial, é possível ter acesso ao processo aberto contra Cardoso e seu livro, e, com isso, aos debates a respeito da decisão de decretar ou não a censura

---

<sup>171</sup> Vitória de Cardoso. **Folha de S. Paulo**, 5/10/1978, p.7

<sup>172</sup> Idem, *ibidem*

<sup>173</sup> Idem, *Ibidem*

à obra. Este material gerou um corpus documental tão vasto quanto rico em informações a respeito dos complexos, e por muitas vezes confusos, processos de censura da ditadura militar.

O processo de Cardoso iniciou quando, no dia 5 de agosto de 1975, a Coordenação de Informações e Operações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (CIOp) encaminhou para diversas instituições uma análise de doze páginas, produzida por um delegado regional do Gabinete do Secretário de Segurança Pública, a respeito da obra *Autoritarismo e democratização*, publicada em 1975. Este documento chegou ao Quarto Comando da Zona Aérea (IV COMAR), por meio do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o qual o repassou para a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça, no dia 18 de agosto. Em anexo à análise, uma mensagem curta que já apresentava o tom do anticomunismo paranoico deste material. Na breve mensagem, o órgão da Aeronáutica definiu Cardoso como “fiel súdito do comunismo internacional” e que sua obra “chega a pregar a violência”.<sup>174</sup>

A análise do delegado paulista sobre a obra de Cardoso é peça central neste processo, pois ela foi encaminhada para diversas instituições, como o II Exército de São Paulo, Departamento da Polícia Federal, Serviço Nacional de Informação, Departamento de Ordem Política e Social e o CISA do Rio de Janeiro, até chegar ao Ministério da Justiça. Como será observado, a leitura do delegado a respeito da obra de Cardoso foi construída utilizando quase todos os estereótipos, preconceitos, imaginários e exageros anticomunistas do período da Guerra Fria. E, ao se analisar como ela se encaixa nas diferentes partes do processo, o que merece maior atenção é perceber como a interpretação do delegado foi acatada, reproduzida e legitimada de forma acrítica por diversas instituições e seus agentes. Apenas em casos pontuais a análise tresloucada foi minimamente questionada, sendo que, justamente devido a estas análises mais cautelosas que a obra não foi censurada.

Desde a sua primeira frase, o relatório do delegado paulista foi enviesado pelo anticomunismo típico da Guerra Fria, afirmando que “Fernando Henrique Cardoso faz doutrinação comunista, de massificação”.<sup>175</sup> O texto segue com diversas passagens que, ora demonstram uma verdadeira caça paranóica por referências passíveis de serem adjetivadas como comunistas na obra, ora apresentam uma notória falta de entendimento dos conceitos e análises realizadas por Cardoso. O delegado autor do texto imprimiu um tom hiperbólico em diversas passagens, como quando propôs que Cardoso seria enviesado ideologicamente,

---

<sup>174</sup> Processo DICOM, nº65.022, 11 de setembro de 1975, BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.448

<sup>175</sup> Idem, Ibidem

“bitolado que está, fanaticamente, aos dogmas comunistas”, alegando também que “pela massificação que pretende e defende, (...), o homem se torna cientificamente um escravo, com a insipiente e duvidosa recompensa da ração no cocho público oficial do regime comunista!!!”. Em outro momento, o delegado colocou que a “miopia mental” de Cardoso “não lhe permite ver que, no mundo atual, só há fugas desesperadas, mesmo que com sérios riscos para a própria vida, das senzalas socialistas (U.R.S.S., Cuba, China e tantas outras)!!!”.<sup>176</sup>

Um dos pontos mais específicos da análise do delegado baseou-se no argumento de que “a parte mais grave à obra de F.H.C. é, sem dúvida, esta, em que ele defende expressamente, e subrepticamente recomenda a violência”.<sup>177</sup> Em seguida, cita-se a seguinte passagem do quarto capítulo da obra, intitulado *A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo*, sendo que os trechos em caixa alta são destaques do próprio delegado:

Convém recordar que desde antes da prática guerrilheira houve uma espécie de reação maciça e espontânea contra a "política de compromissos" por parte das massas urbanas. Os "quebra-quebra" típicos da vida urbana de Santiago, de São Paulo, Rio ou Bogotá, eram uma forma de protesto selvagem contra o encarecimento da vida ou contra a violência da reação (como nos casos do "bogotazo" depois do assassinio de Gaitán ou no Brasil depois do suicídio de Vargas). Em forma mais politizada, embora baseada em larga medida em canais espontâneos de revolta, o Cordobazo de 1968 reascendeu nas massas urbanas o estilo de "protesto selvagem" QUE, SE PARA MAIS NÃO SERVE (E EU PENSO QUE SERVE), MOSTRA AOS MENOS DESAVISADOS QUE EXISTE NO SUB-SOLO DA VIDA POLÍTICA LATINOAMERICANA UM GÉRME DE ATITUDE POPULAR QUE ESCAPA AO PATRIMONIALISMO POLÍTICO PREVALECENTE. [o uso da caixa alta é grifo do autor]"<sup>178</sup>

Após citar o trecho referido, o delegado promove a sua análise da reflexão de Cardoso, demonstrando dificuldade em compreender o sentido da mesma, de contextualizá-la em relação ao restante do capítulo e da obra, quando não confundiu análise com opinião, crítica com argumentação, e imiscuiu um argumento de um autor citado por Cardoso como argumento do próprio sociólogo. Nas suas palavras:

Como se vê, F.H.C. sugere, subrepticamente, os meios de ação violenta, notadamente os "bogotazo", os "quebra-quebras", deixando, "en passant", bem clara, a técnica para se iniciar tais formas selvagens de protesto: a carestia da vida, um assassinato de pessoa importante ou qualquer outro pretexto, desde que passível de agitar a opinião pública. Ao mesmo tempo em que reconhece a maior eficiência das guerrilhas, ao dizer que tais formas de protesto selvagem, exercitáveis nas urbes, quando não-

---

<sup>176</sup> Idem, Ibidem

<sup>177</sup> Idem, Ibidem

<sup>178</sup> Idem, Ibidem; na obra a citação No livro: CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p.159-160



servissem para alcançar maiores resultados (e F.H.C. declara, expressamente, que, no seu entender, SERVEM), ao menos valem como simples protesto...<sup>179</sup>

A quantidade de confusões - deliberadas ou não - promovidas pelo delegado são grandes. O trecho pinçado da obra de Cardoso está inserido em uma reflexão maior a respeito das manifestações políticas nas cidades urbanas latino-americanas em um contexto em que o sociólogo entende que o populismo latino-americano e o sistema partidário ligado ao liberalismo estariam em crise, dando margem para “dois novos estilos de política urbana”, entre estes, a prática da guerrilha. Ao citar que Cardoso ‘reconhece a maior eficiência das guerrilhas’, o autor parece não compreender que certos elogios realizados às guerrilhas no texto, inclusive do ponto de vista moral, não são do sociólogo brasileiro; elas são citações diretas da obra *Revolução na Revolução*, originalmente lançada em 1967, do filósofo francês Régis Debray.<sup>180</sup>

Porém, Cardoso é explicitamente crítico ao teórico francês, adjetivando o seu escrito como “guiado por um cartesianismo mal escondido”, e que “sua discussão principal não se dirige a caracterizar as forças sociais em luta, a relação massa e partido etc., mas em defender, militarmente, a superioridade tático-estratégica da guerrilha rural”.<sup>181</sup> De forma ainda mais precisa, rejeita frontalmente a defesa de Debray a respeito da necessidade de primeiro voltar ao campo para em um segundo momento formar guerrilheiros capazes de tomar as cidades, ao afirmar que “assim como não era "a cidade" - uma abstração - a "culpada" do patrimonialismo, a "Serra" não pode ser o bálsamo milagroso”.<sup>182</sup> E, para não deixar dúvidas a respeito das suas opiniões sobre as guerrilhas cubanas, Cardoso não usa meias palavras ao proferir sua opinião de que os “dez anos de experiência guerrilheira” foram de “fracassos quase contínuos”.<sup>183</sup> Mesmo assim, o delegado segue definindo o sociólogo em questão como um “fiel súdito de Moscou e de Cuba”.<sup>184</sup>

O parecer realizado pelo delegado paulista circulou por diversas instituições dos serviços de inteligência e repressão da ditadura militar, contando com o aval e a legitimidade de muitos. Antes mesmo da análise chegar ao Ministério da Justiça, no dia 13 de agosto, o Serviço de Informações da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo a encaminhou ao Serviço Nacional de Informações (SNI) “para conhecimento e providências

---

<sup>179</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>180</sup> DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. Havana: Casa de las Américas, 1967

<sup>181</sup> CARDOSO, op.cit., 1975, p.159

<sup>182</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>183</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>184</sup> Processo DICOM, nº65.022, op.cit., 11 de setembro de 1975

julgadas cabíveis".<sup>185</sup> A Agência Central do SNI reuniu a análise com outros dois documentos - uma cópia de um Dossiê sobre Cardoso produzido pelo DOPS/SP e uma cópia de um relatório do próprio SNI, de fevereiro de 1975, sobre o CEBRAP - e se manifestou em 25 de agosto, em um parecer pouco original, pois basicamente reproduziu citações diretas da análise da obra realizada pelo delegado paulista, enfatizando que o livro “não só faz doutrinação comunista de massificação e prega o marxismo como também recomenda o emprego da violência contra a violência dos movimentos políticos reacionários (...)”.<sup>186</sup>

O documento do SNI também trouxe outras informações sobre Cardoso, como sua proximidade com o MDB, seu trabalho no CEBRAP - entendido como uma entidade formada pela “intelectualidade esquerdista e ex-membros comuno-subversivas”, e enfatizou que o livro foi editado pela editora Paz e Terra, e que a mesma seria “da ala esquerdista da IGREJA CATÓLICA e lançadora de livros de NELSON WERNECK SODRÉ, ROLAND CORBISIER e outros sociólogos marxistas”, sendo também citado que a editora publicou livros de Celso Furtado, Max da Costa dos Santos, Karl Marx, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Osny Duarte, Alceu de Amoroso Lima, entre outros.<sup>187</sup>

E baseada na mesma análise da obra, no dia 2 de setembro de 1975, a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça encaminhou para o então Ministro da Justiça, Armando Falcão, um parecer sobre quem era Cardoso e quais atitudes tomar a respeito das ações do sociólogo e sua obra. De acordo com a DSI, “pelo seu vasto prontuário constatamos ser o epígrafado comprometido com elementos comunistas”, e que “apesar de ter sido atingido pelo AI-5, continua frequentando faculdades como conferencista”. Ainda é enfatizado que “FERNANDO HENRIQUE CARDOSO não teve seus direitos políticos suspensos, pois, se os tivesse, poderia ser proibido de frequentar determinados lugares”.<sup>188</sup> Mas, o ponto principal era: o que fazer com Cardoso e sua obra? Partindo-se de tal questionamento, duas recomendações da DSI:

a. O órgão que nos forneceu a presente informação sugere, e esta DSI endossa, que os direitos políticos do epígrafado devam ser cassados e, concomitantemente, “ex-vi” do que dispõe a letra b do item IV do art. 5º do AI-5, que lhe proíba de frequentar estabelecimentos de ensino, dependências de agremiação política, auditórios, empresas jornalísticas, etc (...). b. no que diz respeito à publicação do Livro “AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO”, o epígrafado poderá ser

---

<sup>185</sup> Idem, Ibidem

<sup>186</sup> Idem, Ibidem

<sup>187</sup> Idem, Ibidem

<sup>188</sup> Idem, Ibidem

denunciado, S.M.J., pelo menos como incurso no Art.39 da Lei de Segurança Nacional.<sup>189</sup>

Ao chegarem no Gabinete do Ministro, as recomendações da DSI ganham mais força ao serem legitimadas pelo delegado da polícia federal, Jesuan de Paula Xavier, então trabalhando à disposição na assessoria especial do gabinete ministerial. No dia 9 de setembro de 1975, Xavier corrobora que a análise da obra de Cardoso realizada pelo delegado e a mensagem enviada pela IV COMAR, “põe em relevo trechos de inequívoca contestação ao regime vigente em nosso país”. Ademais, o delegado comenta que, sendo Cardoso já aposentado com base no AI-5, faz parecer que “a dose do remédio revolucionário aplicado tenha sido insuficiente, necessitando se lhe dispense outro tratamento, com a aplicação de nova sanção excepcional”, endossando como apropriadas as sugestões de penalidades propostas pela DSI. E, em relação ao livro, sugere que “todos os seus exemplares devam ser apreendidos, procedendo-se a apuração da responsabilidade penal do seu autor, com fulcro na Lei de Imprensa”.<sup>190</sup> No documento há uma anotação do ministro Falcão para que o Diretor-Geral da Polícia Federal, Moacyr Coelho, se pronuncie a respeito do caso.

A partir deste momento, o processo caminha para uma fase em que os serviços de inteligência da ditadura foram utilizados para angariar a maior quantidade de informações possíveis sobre Cardoso. Na segunda-feira, dia 15 de setembro de 1975, em nome do Ministro da Justiça, o Coordenador da Central Policial da Polícia Federal, Alceu Andrade Rocha, pede, “em caráter de urgência”, ao Diretor do Centro de Informações da Polícia Federal o que consta no departamento a respeito do autor da obra.<sup>191</sup> Na sexta-feira da mesma semana, dia 19 de setembro, um relatório sobre Cardoso é enviado como resposta, misturando informações básicas sobre a trajetória profissional do sociólogo, os seus processos relativos aos IPM’s dos primeiros anos da ditadura, sua aposentadoria via AI-5, com o endosso da retórica de paranóia anticomunista, ao atestar informações falsas de que o mesmo seria “comunista” e que no seu exílio no Chile “esteve com Che Guevara”.<sup>192</sup>

Ainda a respeito do relatório, são citadas a proximidade de Cardoso com o movimento estudantil, seu trabalho no CEBRAP, e suas participações em eventos e palestras do MDB, além de uma curiosa reportagem da revista *Veja* sobre os possíveis usos medicinais da *cannabis sativa*. Para o órgão da PF, “o artigo é altamente prejudicial à juventude. Desperta a atenção

---

<sup>189</sup> Idem, Ibidem

<sup>190</sup> Idem, Ibidem

<sup>191</sup> Idem, Ibidem

<sup>192</sup> Idem, Ibidem

para os tóxicos. Motiva o seu uso, justificando-o como fuga para os problemas da vida moderna. Fato que vem contestar e desmoralizar a ação dos Órgãos do Governo no combate aos tóxicos”.<sup>193</sup> Após leitura do relatório requisitado, no dia 24 de setembro de 1975, Alceu Rocha, Coordenador da Central Policial da Polícia Federal, deu o seguinte parecer a respeito da situação de Cardoso:

Os antecedentes do Sr. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO o dão como elemento da esquerda atuante, perigoso aos interesses da Segurança Nacional e, sobretudo, nocivo à juventude. Quanto ao seu livro "AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO", consideramos que todos os exemplares devem ser apreendidos e o autor responsabilizado penalmente. No que se refere à suspensão dos direitos políticos, é um assunto da competência do Ministério da Justiça, razão pela qual esta Coordenação deixa de se manifestar sobre o mesmo.<sup>194</sup>

Em dois documentos encaminhados para o Ministro da Justiça, respectivamente nos dias 24 e 25 de setembro, finalmente o Diretor-Geral da Polícia Federal, Moacyr Coelho, se manifestou sobre o caso, basicamente corroborando os pareceres anteriores, sem levantar quaisquer considerações sobre a legalidade do processo ou questionar o conteúdo de notória perseguição política do mesmo. Em seu texto, Coelho reforça que Cardoso “é comunista atuante”, além de “ser pernicioso à juventude, pois a incentiva ao uso de tóxicos”. O diretor-geral definiu a obra como “propaganda ideológica marxista-leninista”, se demonstrou favorável à apreensão dos exemplares da obra e a responsabilização criminal do autor, evitou promover uma manifestação sobre a suspensão dos direitos políticos do sociólogo, mas reforçou que “não resta dúvida, no entanto, que algo precisa ser feito para evitar que FERNANDO HENRIQUE CARDOSO continue a participar de encontros, congressos a frequentar dependências de agremiações políticas”, entre outros espaços sociais como “sindicatos e entidades de classe”. Por fim, requisitou a autorização do ministro para “a instauração de inquérito e investigação sobre a organização e funcionamento da editora PAZ E TERRA”, responsável pela publicação da obra. Após receber estes diversos relatórios e informações, Falcão se manifestou de forma imperativa: “venha ato de proibição e instaure-se inquérito”.<sup>195</sup>

Como já foi apontado, a análise original da obra, produzida pelo delegado paulista, foi sendo acatado de forma acrítica e suas conclusões não foram minimamente questionadas em nenhum momento do processo até o dia 16 de setembro de 1975, quando é possível encontrar

---

<sup>193</sup> Idem, Ibidem

<sup>194</sup> Idem, Ibidem

<sup>195</sup> Idem, Ibidem

a voz dissonante do parecer da delegada da polícia federal, Josélia de Oliveira Gomes. Nas suas palavras, a obra de Cardoso era um estudo muito técnico, que buscou “traçar um perfil sócio-político-econômico do Brasil” e que o trabalho era “proficiente e bem estruturado, posto que o autor é reconhecidamente capacitado para esta e outras tarefas, pela sua erudição e técnico-cientificismo”.<sup>196</sup> Como conclusão, a delegada enfatizou que apesar das “críticas (contundentes muitas das vezes) endereçadas à cúpula governamental e ao sistema pós-64, a abordagem é, linearmente, muito técnica, sem características dogmáticas. Não contém apelos ou incitamentos alarmantes”. E encerrou destacando um ponto muitíssimo válido, mas ausente das demais análises: “é um livro de difícil consumo pela grande massa”.<sup>197</sup>

E é a partir de 1º de outubro de 1975 que temos importantes momentos de inflexão e maior ponderação a respeito dos rumos deste processo. O anticomunismo hiperbólico adotado por agentes da Polícia Militar de São Paulo, agentes do SNI, e da Polícia Federal, sai um tanto de cena - embora não totalmente -, para a entrada de um maior pragmatismo e reflexões jurídicas cabíveis a respeito de como proceder com o caso. Assim, no início de outubro, o Chefe do Gabinete do Ministério da Justiça, Alberto Rocha, encaminha uma mensagem para o Ministro Armando Falcão, na qual informa que, após realizar a leitura de um esboço de despacho redigido pelo próprio ministro para fins de censurar e apreender exemplares da obra de Cardoso, Rocha admite estar com “dúvidas sobre a base legal citada”, no caso, a Lei de Imprensa, de 1967, e a Lei de Segurança Nacional.<sup>198</sup> Assim, o Chefe de Gabinete comunica que encaminhou o despacho para a análise de Ronaldo Rebello de Britto Poletti, consultor jurídico do ministério, e que o mesmo não deu parecer favorável para o seguimento da ação de proibir a circulação da obra e apreender os exemplares do livro, considerando apropriado realizar um estudo mais cuidadoso antes de tomar uma atitude definitiva a respeito do caso. Segundo Rocha, Poletti ainda teria expressado que “esse livro já está editado há algum tempo e todo mundo conhecido já leu”.<sup>199</sup> De forma lacônica, Falcão expressou como resposta: “de acordo”.<sup>200</sup>

No dia 20 de outubro, Poletti publicou o referido estudo cuidadoso, e nas oito páginas deste material, apresentou suas razões para considerar que não existia embasamento jurídico para afirmar que Cardoso e sua obra teriam violado os dispositivos legais da Lei de Imprensa ou mesmo da Lei de Segurança Nacional. Poletti inicia sua argumentação afirmando que

---

<sup>196</sup> Idem, Ibidem

<sup>197</sup> Idem, Ibidem

<sup>198</sup> Idem, Ibidem

<sup>199</sup> Idem, Ibidem

<sup>200</sup> Idem, Ibidem

Cardoso seria “sobejamente conhecido como marxista, talvez não ortodoxo, porque revisionista, mas marxista”, e que o seu livro “espelha fielmente a posição ideológica daquele sociólogo, consistindo numa apreciação política de caráter comunista da realidade e momentos sociais”.<sup>201</sup> Entretanto, “tais circunstâncias, (...), por si sós não autorizam a medida proibitiva, se respaldada no ordenamento jurídico positivo em vigor no país”<sup>202</sup>

Entre os argumentos apresentados por Poletti, cabe enfatizar os seguintes: 1) na sua concepção, mesmo o artigo 9º do AI-5, “não abrange a hipótese de se proibir livro”, prevendo medidas coercitivas de censura somente “da correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas”; 2) quanto à Lei de Imprensa, ela apenas abrange “veículos de comunicação social (rádio, jornal, televisão), sem abranger a edição de livro”; 3) o despacho ministerial cita o artigo 60 da Lei de Imprensa, sendo que o próprio versa sobre a proibição ou não da entrada no Brasil de “jornais, periódicos, livros e outros quaisquer impressos que se publicarem no estrangeiro”, não sendo o caso da obra de Cardoso, publicada no Brasil por uma editora brasileira; 4) e respeito da Lei de Segurança Nacional, não caberia cogitar a hipótese de Cardoso ferir os artigos 34 e 36, pois não há na obra “a pretensão de ofender moralmente as autoridades constituídas do país, conquanto se critiquem seus atos”.<sup>203</sup>

Cabe também ressaltar que ao rebater a argumentação de que Cardoso poderia ser responsabilizado por “instigar a opinião pública contra as autoridades constituídas” ou promover o “incitamento à segurança interna”, o consultor jurídico partiu de argumentação muitíssimo semelhante a de Josélia de Oliveira Gomes, delegada da polícia federal previamente citada. Na concepção de ambos, o texto de Cardoso seria incapaz de atingir as grandes massas, como consta no parecer do consultor:

A inacessibilidade do grande público aos temas abordados pelo autor, que os expõe dentro de uma concepção dogmática, através da qual analisa a realidade brasileira, repele a idéia de que o tenha movido o desejo de provocar entre seus leitores sentimentos capazes de conduzi-los à tentativa de insurgimento contra a ordem vigente, porque as suas concepções, ao nível em que se colocam, não se destinam ao proselitismo da grande massa da população, até mesmo por incapaz de assimilá-las.<sup>204</sup>

Como consideração final do seu estudo, Poletti fez questão de enfatizar o quão arriscado poderia ser promover a censura pública da obra de Cardoso e partir para uma disputa judicial

---

<sup>201</sup> Idem, Ibidem

<sup>202</sup> Idem, Ibidem

<sup>203</sup> Idem, Ibidem

<sup>204</sup> Idem, Ibidem

contra o autor, pois a mesma não estaria fielmente amparada na legislação do período, o que poderia dar margem para uma vitória do sociólogo nos tribunais contra o governo. O que o jurista buscou deixar implícito era que esta possível derrota nos tribunais teria um peso político negativo muitíssimo maior para a ditadura do que a circulação da obra em questão em certos núcleos relativamente restritos da intelectualidade brasileira e latino-americana. Eis a consideração final de Poletti na íntegra:

Conquanto tais delitos possam até mesmo verificar-se com a edição do livro, não há certeza de que as providências alvitradas neste Ministério estariam garantidas contra um insucesso judicial. Embora possam ser adotadas antes do veredictum da Justiça, não subsistiriam após sentença que absolvesse o autor, decisão esperada no caso em face de dúvidas que certamente toldarão a convicção do juiz. Ausente o crime, injustificável a proibição do livro, com a conseqüente apreensão, administrativamente adotada, o que basta para desaconselhar a medida ministerial proposta, a fim de não expô-la às possibilidades de um revés no Judiciário, com todas as conseqüências negativas que daí poderão advir, onde avulta a perspectiva de um triunfo do autor, que saberá extrair do episódio os seus proveitos pessoais, de outro modo impossível se o seu trabalho, do ponto de vista das sanções administrativas a que poderia estar sujeito, for ignorado até a solução da ação penal, se porventura chegar a ser tentada.<sup>205</sup>

O momento em que se torna mais visível as diferenças a respeito das posturas do consultor jurídico do Ministério da Justiça e dos delegados da Polícia Militar e da Polícia Federal é o da consideração de Poletti em relação “às penalidades da legislação excepcional que se propõem contra o autor”, como, por exemplo, a suspensão de direitos políticos de Cardoso. A posição do consultor é breve e enfática: “não há indagação jurídica a ser resolvida nesta Consultoria, em face da natureza política da matéria”.<sup>206</sup>

O parecer mais técnico de Poletti a respeito do tema foi fundamental para que a censura da obra não fosse colocada em prática, embora os documentos demonstrem grande esforço e vontade dos órgãos de inteligência e repressão para censurar o livro e até mesmo suspender os direitos políticos de Cardoso. Assim, o processo ganhou contornos finais, tendo sido arquivado definitivamente pelo Ministério da Justiça em 27 de abril de 1978 - ano em que Cardoso enfrentou a já citada disputa judicial devido à sua candidatura ao Senado. No informe que registra o arquivamento do processo consta que “em 02 de setembro de 1975, a DSI/MJ recomendou a proibição do livro e a cassação dos direitos políticos do autor. Tal sugestão não encontrou amparo na Consultoria Jurídica deste Ministério segundo parecer exarado pelo Dr. Poletti”.<sup>207</sup>

---

<sup>205</sup> Idem, Ibidem

<sup>206</sup> Idem, Ibidem

<sup>207</sup> Idem, Ibidem

No dia 25 de outubro, cinco dias após a publicação do relatório de Poletti dando parecer contrário à censura contra Cardoso e sua obra, a ditadura demonstrava que o lastro das falas sobre distensão e abertura do governo Geisel eram tão frágeis quanto um castelo de areia. No dia 24 de outubro, o então diretor de jornalismo da TV Cultura, o iugoslavo Vladimir Herzog, decidiu atender à convocação dos agentes do II Exército e compareceu de forma deliberada e espontânea ao DOI-CODI para responder a respeito das suas ligações com o PCB. No dia posterior, Herzog negou suas ligações com o partido e acabou sendo torturado pelos agentes da repressão. O jornalista não resistiu à tortura e acabou sendo assassinado naquele mesmo dia. A versão inicial do governo foi de que Herzog teria cometido suicídio, mas uma série de evidências demonstravam a farsa desta narrativa.

A mentira difundida pelos órgãos de repressão foi confrontada de forma direta pela comunidade judaica, que ao preparar o velório de Herzog, percebeu as marcas da tortura pelo seu corpo. Por tradição, os judeus não enterram aqueles que cometem suicídio nos seus cemitérios, mas fora dele, e a comunidade judaica local decidiu enterrar Herzog dentro do seu cemitério, afrontando publicamente a versão oficial da ditadura. No dia 31 de outubro, uma missa de sétimo dia foi celebrada na Catedral da Praça da Sé, reunindo milhares de pessoas em um ato inter-religioso pela morte de Vladimir Herzog, sendo esta a maior manifestação pública contra a ditadura desde os protestos pré-AI-5 de 1968. Meses depois, em 17 de janeiro de 1976, a nova vítima da ditadura militar foi o sindicalista Manoel Fiel Filho, morto em condições semelhantes à de Herzog, também acusado de ter relações com o PCB e torturado até a morte nos porões do DOI-CODI. Em 19 de janeiro de 1976, Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército, foi demitido por Geisel como uma forma de amenizar a flagrante crise interna no governo e nas Forças Armadas.

Compreender como a ditadura militar seguiu promovendo perseguição política, repressão e crimes contra os direitos humanos durante o governo Geisel é um passo importante para se distinguir a natureza do processo tutelado de distensão proposto pelos militares e o processo de redemocratização, uma força social e política que foi sendo construída a partir da organização popular. O projeto de distensão militar não propunha necessariamente uma democratização, mas uma transição controlada de um governo autoritário para um governo civil, na qual, constantemente se fez uso de mecanismos arbitrários e uso do monopólio da violência formal e informal do Estado para atingir seus objetivos e atacar indivíduos e grupos que formavam a oposição.



### 4.3 A CAMPANHA DE 1978 E A GUINADA À ESQUERDA

No dia 10 de agosto de 1978, o SNI produziu um informativo a respeito da campanha de Cardoso e do folheto produzido pela mesma, intitulado *Democracia para mudar*. Os chavões anticomunistas típicos dos órgãos de repressão da ditadura estão presentes de forma ostensiva no documento do serviço de informações. Cardoso não só é apresentado como “o candidato comunista ao Senado Federal pelo MDB de São Paulo”, mas até mesmo o seu pai, Leônidas Cardoso, é adjetivado como “um general comunista”.<sup>208</sup> O informativo também demonstra preocupação com o que entende ser “uma bem montada máquina eleitoral” de Cardoso e que passou a contar com o apoio de figuras importantes como o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, Raimundo Faoro e Dom Paulo Evaristo Arns, o que teria conseguido “antipatizar o outro candidato da oposição, o Senador ANDRÉ FRANCO MONTORO, (MDB-SP)”.<sup>209</sup> Inclusive, aponta-se que a aproximação com Lula garantiria “no meio operário, os votos que seriam dados ao atual Senador [Montoro] por São Paulo, que busca a reeleição”.<sup>210</sup> Ainda tratando das redes de apoios políticos de Cardoso durante a campanha, o informativo é taxativo em afirmar que:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO conta para sua campanha com o apoio do clero esquerdista, da imprensa comprometida com o MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL, com os estudantes universitários, com os operários através de LULA, de inúmeros intelectuais de esquerda ou comunistas, além de inúmeras organizações, entre as quais sobressaem o CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS do qual é fundador e um dos diretores, do DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E ESTATÍSTICOS (DIEESE).<sup>211</sup>

Por fim, o informativo faz uma brevíssima análise do boletim *Democracia para mudar*, produzido pela campanha de Cardoso e que estava sendo “largamente distribuído na USP” e continha um “formato cuidadoso, linguagem acessível e destina-se a ter grande penetração com base nos slogans que ostenta”, tais como “É HORA DE AVANÇAR” - “QUEM NÃO LUTA NÃO LEVA”, “CONTRA A FORÇA USE A CABEÇA”.<sup>212</sup> Em anexo ao informativo é apresentada uma cópia do boletim número um da campanha de Cardoso para o Senado. Muito distante da retórica comunista atribuída pelo SNI, o boletim informativo de oito páginas

---

<sup>208</sup> Informação 4004, Serviço Nacional de Informações, 10 de agosto de 1978

<sup>209</sup> Idem, Ibidem

<sup>210</sup> Idem, Ibidem

<sup>211</sup> Idem, Ibidem

<sup>212</sup> Idem, Ibidem

apresenta pontos interessantes para se compreender não somente a participação do sociólogo nas suas primeiras eleições, mas características importantes das dinâmicas do processo de redemocratização no contexto específico do final da década de 1970. No decorrer do folhetim, torna-se explícita a vontade de Cardoso de marcar posição como um candidato à esquerda do seu rival Montoro. Na própria capa do boletim o candidato é apresentado como “uma nova opção para a oposição” e, na página seguinte, adota-se um tom imperativo na frase “vote em um senador autêntico”, referência ao grupo autêntico do MDB.<sup>213</sup>

O tom mais à esquerda adotado pela campanha de Cardoso visa uma aproximação entre partido, movimentos sociais e demais organizações populares, ou seja, nos termos adotados para se definir a dialética da democracia histórica: uma democracia *pelo* povo. Mas, de qual *povo* Cardoso estava falando naquele contexto específico? Em seu texto, destacou que “a mudança significa dar voz a toda sociedade e a cada um dos grupos que a compõem: operários, camponeses, assalariados das cidades, desempregados, funcionários públicos, estudantes, intelectuais, pequenos comerciantes e industriais”.<sup>214</sup> E para este grupo, o candidato afirmava que “o povo precisa retomar o que lhe pertence: o direito de decidir o seu próprio destino político”.<sup>215</sup> E o entusiasmo por uma democracia *pelo* povo ganhava contornos mais precisos nesta passagem:

Só a organização popular - em cada bairro, em cada sindicato, em cada associação profissional e em cada comunidade - permitirá essa conquista. Só ela fará com que os que forem eleitos pelo povo estejam realmente comprometidos com as causas populares. Eleitos pelo povo, somente ao povo devem prestar contas. (...) Quase tudo neste País precisa ser mudado. O que não precisa é o povo. O povo, porém, precisa mudar de posição. De subordinado, excluído, marginalizado, deve passar a autônomo, participante.<sup>216</sup>

Em suma, o folhetim visa diminuir as distâncias entre representante e representado, atribuindo forte protagonismo aos sindicatos, organizações de bairro, clubes de mães, creches, centro de cultura, locais “onde se forja, ao lado das instituições representativas, as bases de uma democracia real e verdadeira”.<sup>217</sup> Os pontos do discurso de Cardoso que mais destoam dos seus pares no MDB são relativos à temática das lutas sindicais. No boletim, além de se apostar em frases de efeito como, “quem não luta não leva!”, “falar em redistribuição de renda sem

---

<sup>213</sup> Idem, Ibidem

<sup>214</sup> Idem, Ibidem

<sup>215</sup> Idem, Ibidem

<sup>216</sup> Idem, Ibidem

<sup>217</sup> Idem, Ibidem

aumentar salários é balela, é mentira”, “o sindicalismo brasileiro, hoje, é do Ministério do Trabalho, não do trabalhador”, e defender o direito à greve e a autonomia sindical perante o controle do Estado - tema muitíssimo caro durante as greves do ABC -, o ponto mais radical das propostas do candidato se concentram na proposta de se utilizar do imposto sindical para se financiar greves e constituir uma política de seguro-desemprego. E é esta ampliação do poder popular e da sua autonomia para a tomada de decisões importantes que caracterizam o que a campanha define como um *novo* tipo de democracia, uma *democracia para mudar*. Segue a explicação do próprio Cardoso sobre o tema:

É hora de democracia, mas democracia para mudar. Não queremos repetir a democratização de 1946. Queremos uma democracia que o povo encaminhe suas lutas. Transformaremos os recursos do imposto sindical em meios para sustentar um fundo de greve e para criar o seguro contra o desemprego. Destinaremos parte dos recursos dos fundos sociais (INPS, PIS, PASEP, etc.) diretamente às associações comunitárias, aos sindicatos, enfim, às organizações populares. É assim que se começa a assegurar a autonomia popular. (...) Queremos democracia já. Mas democracia com o povo caminhando por suas próprias pernas.<sup>218</sup>

Para enfatizar ainda mais a sua busca por uma diminuição entre representante e representado, a candidatura de Cardoso também propôs a formação de *grupos de apoio* que deveriam ajudar na construção da campanha. Estes grupos deveriam se mobilizar nas fábricas, escritórios, escolas, e não apenas se organizar “em clubes de debates, repletos de oradores, mas em grupos de tamanho razoável, onde todos tenham voz”, e assim buscar a construção de uma “sociedade democrática, mais igualitária e próspera. Não apenas para os ricos, mas para todos”.<sup>219</sup>

Em suma, a campanha de FHC corroborava com propostas fundamentais para o MDB, como o retorno ao Estado de Direito, a anistia ampla e irrestrita, retorno das eleições diretas para Presidente da República e para todos os cargos eletivos, convocação para uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, e ampliação de liberdades civis, como a de organização partidária; de greves, de manifestações do movimento estudantil e de expressão para a classe artística e meios de comunicação. Entretanto, sua candidatura buscou ser mais contundente em temas como a questão salarial para os trabalhadores, distribuição de renda e de riqueza, reorganização do sistema financeiro com o fim dos juros extorsivos, controle do capital estrangeiro, desenvolvimento da tecnologia nacional, controle pelo Congresso e pelo povo em

---

<sup>218</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>219</sup> Idem, *Ibidem*

geral das empresas estatais, e até mesmo abordando temas como a igualdade de direitos para as mulheres e a valorização das lutas do movimento negro e das outras minorias raciais.<sup>220</sup>

O informativo do SNI analisou o folhetim *Democracia para mudar*, um material típico de propaganda política de massas, com linguagem direta e focado em uma comunicação pautada por uso frequente de slogans e frases de efeito. Porém, no decorrer da campanha, também foi publicada a obra *Democracia para mudar: Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevistas*, com 108 páginas divididas em capítulos que apresentavam as ideias do candidato Fernando Henrique Cardoso em um modelo de entrevistas com perguntas sem um autor específico, mas com respostas do candidato da oposição.

A obra foi lançada no contexto da campanha eleitoral, mais precisamente no dia 9 de novembro de 1978. Em notícia veiculada nas primeiras páginas da *Folha de S. Paulo*, registrou-se o lançamento do livro com a imagem do ex-ministro de Geisel, Severo Gomes, o senador arenista Teotônio Vilela e Fernando Henrique Cardoso no calçadão Barão de Itapetininga, em São Paulo. A foto sugeria uma aproximação de Cardoso para com dois indivíduos que fizeram parte da base de apoio da ditadura, mas que tinham rompido com o governo Geisel.<sup>221</sup>

Gomes foi exonerado do cargo de Ministro da Indústria e Comércio em 8 de fevereiro de 1977, após passar a defender a nacionalização da economia brasileira como solução para o período pós-crise do petróleo de 1973, dar declarações públicas favoráveis a uma maior abertura política e, em um jantar entre empresários e executivos, ter chamado de fascistas os governos de Costa e Silva e Médici durante uma discussão com o engenheiro Carlos D'Alamo Lousada, que participou da conspiração do golpe de 1964 e foi apoiador incontestado de ambos governos.<sup>222</sup> Após sua exoneração, aproximou-se do MDB. Aproximação esta que estava sendo realizada pelo Senador de Alagoas, Teotônio Vilela, que cada vez mais denunciou violações aos direitos humanos e defendia uma transição democrática, tornando-se uma liderança dissonante dentro da ARENA.<sup>223</sup>

Mesmo o lançamento do livro contando com lideranças de perfil muito distante das esquerdas e sendo um evento público de cunho pacífico, tendo sido registrado apenas que os estudantes presentes “gritavam frases contra Figueiredo e Maluf”, a perseguição política contra Cardoso e qualquer sinal de oposição à ditadura se fez presente. Como informou a *Folha*, o

---

<sup>220</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>221</sup> **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9/11/1978.

<sup>222</sup> Bio CPDOC: [SEVERO FAGUNDES GOMES | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#)

<sup>223</sup> Cf: GRINBERG, op.cit, 2009

lançamento do livro “deveria ser feito no próprio Calçadão, mas uma proibição assinada pelo delegado Silvio Pinheiro Machado, diretor da Divisão de Ordem Política do Deops, obrigou que o livro fosse lançado no interior da livraria”. Para justificar sua ação autoritária, o delegado alegou:

Por se tratar de período pré-eleitoral e que poderá determinar aglomeração incompatível com a zona central, solicitamos colaboração de Vossa Senhoria no sentido de que o evento, se realizado, tenha como espaço as dependências internas dessa conceituada firma e não a via pública, para que não seja desvirtuado o ato, nem tenhamos qualquer transgressão a dispositivos legais pertinentes à propaganda eleitoral.<sup>224</sup>

Ainda segundo a reportagem, “o lançamento estava programado para às 17, mas duas horas antes a polícia já se fazia presente tentando evitar aglomerações diante da livraria” e que, embora o Deops tenha negado a informação, os jornalistas presenciaram indicações da proibição do uso externo do espaço fixados em vários pontos da livraria.<sup>225</sup>

No texto de apresentação da obra, afirma-se que “este livro reúne entrevistas e declarações de Fernando Henrique Cardoso, publicadas entre 1974 e esta data [1978]” em uma série de periódicos nacionais e alguns internacionais. Entretanto, cabe frisar que muitas passagens das entrevistas presentes no livro são trechos copiados de forma integral dos textos que Cardoso publicou na *Folha de S. Paulo*. Ou seja, não se trata de um material que objetiva apresentar o candidato de forma autêntica, em entrevistas originais. Na obra, grande parte das perguntas foram inseridas no texto apenas para remodelar os artigos opinativos de Cardoso em formato de entrevistas.

Para as finalidades deste trabalho, a obra em questão é rica em informações que ajudam na tarefa de tornar a análise do pensamento político de Cardoso neste período, com foco especial na sua tentativa de demarcar uma posição mais à esquerda dentro do MDB. No texto, diversos temas são debatidos e muitos relacionados aos desafios da campanha do sociólogo que disputava sua primeira eleição. Entretanto, para além dos aspectos mais práticos e objetivos da candidatura, chamam a atenção as opiniões e reflexões a respeito do futuro da redemocratização brasileira, tal como quando o mesmo questiona: “o que há de novo no Brasil de hoje? O que se quer mudar? Fala-se muito que estamos numa fase de transição. Transição do que, se sabe: do autoritarismo. Agora: ‘para quê?’, essa é a questão”. No decorrer do texto, o candidato buscou

---

<sup>224</sup> **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9/11/1978

<sup>225</sup> Idem, *Ibidem*

destrinchar não somente as suas posições a respeito do que vislumbrava e desejava para este tempo futuro pós-ditadura, mas destacar quais seriam os caminhos para atingir tais objetivos.

Um dos pontos fundamentais debatidos no texto é a forma como Cardoso compreende o processo de democratização em curso no Brasil. De qual tipo de democracia o candidato estaria falando? Em certo momento, questiona-se se o programa de Cardoso seria uma forma de “temperar a democracia “burguesa?”. Segue abaixo a resposta:

A ignorância da história fez esquecer que as instituições representativas e os partidos populares criaram-se contra o interesse privado da burguesia e que, nos dias que correm, a burguesia largada a si mesma é autocrática e não liberal, elitista e não democrática. Democracia, neste sentido, é o reconhecimento da diversidade e do conflito de interesses. Só então poderá haver uma negociação quanto às soluções que, em cada conjuntura, a correlação real de forças permitir. Se não for isto, a democracia ou é a “ilusão liberal-burguesa” de que todos são iguais, sem o serem, ou é um utopismo, sem força política, dos que crêem que basta conhecer a verdade (e a verdade seriam os interesses populares) para que ela se estabeleça pela vontade da maioria. Infelizmente, talvez, a política não equivale à revelação mística e no seu reino os bem-aventurados não são os pobres de espírito.<sup>226</sup>

Ainda a respeito da questão democrática, Cardoso realizou afirmações enfáticas e fortes. Em certo momento, propõe que “democracia não é apenas a forma de organizar o Estado e sua relação institucional com a sociedade. Democracia é um processo que vai à raiz das relações sociais. Ela não se esgota, portanto, no plano formal”. Em seguida, sustenta que “no Brasil fala-se muito em ‘nossa tradição democrática’, etc. Ora, substantivamente, nunca houve democracia no Brasil”.<sup>227</sup> Ao desenvolver melhor o que entendia sobre os significados práticos da democracia que deveria ser construída no Brasil, colocou que “além do estado de direito, que implica habeas corpus, liberdades, Constituição”, a ‘democracia substantiva’ deveria “traduzir essa prática de liberdade no atendimento às necessidades fundamentais da população, isto é, emprego, renda, educação, saúde e participação”.<sup>228</sup>

A campanha de Cardoso apostou vigorosamente no mote de que conceitos como liberdade e democracia deveriam estar sustentados não somente no plano formal das ideias, mas na prática cotidiana e material da sociedade brasileira. Nesse entendimento, uma sociedade realmente livre não é aquela que, exclusivamente, no campo político, se liberta da censura e da privação de direitos, oriundos de um Estado tomado pela ditadura militar. Nessa perspectiva, uma sociedade verdadeiramente livre e democrática não pode separar o campo político do

<sup>226</sup> CARDOSO, Fernando Henrique, op.cit., 1978, p.19

<sup>227</sup> Idem, Ibidem, p.21

<sup>228</sup> Idem, Ibidem.

econômico. Partindo deste entendimento, Cardoso aposta na crítica de que é necessário ampliar a luta do MDB pela democracia. Não basta que as pessoas possam voltar a votar, formar partidos e terem o direito de criticar o governo. Ampliar o poder de decisão e participação popular da sociedade, em especial dos trabalhadores e sindicatos, e oferecer condições dignas de vida a uma população que sofre com a fome, desemprego, e uma profunda desigualdade social, são condições básicas para a democracia. Portanto, é plausível analisar que neste embate interno do MDB, a campanha de Cardoso adotou a estratégia de apostar na ampliação da tensão da dialética da democracia histórica, colocando a seguinte questão: o MDB deveria servir para construir uma democracia com o povo ou para o povo? E para forçar ainda mais uma guinada à esquerda nas posições do partido, o candidato, mesmo que de forma comedida, inseriu em sua campanha uma palavra de importante valor simbólico e estratégico: socialismo.

#### 4.4 SOCIALISMO E DEMOCRACIA: AS DÉTENTES E OS NOVOS DEBATES NAS ESQUERDAS

Ao ser questionado a respeito da situação das lutas no Brasil por democratização, Cardoso apontou que, entre as possibilidades possíveis no contexto das eleições de 1978, caberia uma alternativa socialista. Ao desenvolver sua argumentação, ao mesmo tempo que o candidato enfatiza a pertinência das contribuições socialistas para o debate público, há também cautela ao abordar a temática:

Não podemos, é óbvio, esquecer que, no espectro da opinião democrática moderna cabe uma alternativa socialista e isso deve ser dito e reconhecido. Seria, entretanto, retórico e inoportuno, fazer a pregação de um socialismo de eleitos numa sociedade em que a maioria continua tão afastada das elites quanto estas de uma prática realmente popular. O espaço político para tais opções vai-se criando na própria sociedade e não cabe apenas aos intelectuais colocar questões que devem ser debatidas a fundo por aqueles que, por definição, constituem os atores privilegiados de tal opção, as próprias classes populares, e especialmente as lideranças operárias. Reconhecer a perspectiva do socialismo como uma alternativa contemporânea, entretanto, não é ato de fé, mas honestidade elementar de quem analisa a situação política. Quem sabe saudá-la, amanhã, como possibilidade, possa constituir uma reconciliação entre a razão e o querer.<sup>229</sup>

Cabem três destaques importantes na argumentação de Cardoso: 1) a inserção de um debate a respeito da pertinência do socialismo como uma alternativa democrática é uma distinção fundamental entre a campanha de Cardoso e a de Montoro, demonstrando duas

---

<sup>229</sup> Idem, *Ibidem*, p.20-21

estratégias políticas distintas dentro do MDB, e a heterogeneidade do partido em 1978; 2) ao abordar que os sujeitos que devem ser protagonistas na construção de uma alternativa socialista são as classes populares, os operários, Cardoso demonstra simpatia para um conjunto de ideias que circulavam entre os trabalhadores paulistas durante a década de 1970 e que foram fundamentais para a formação do Partido dos Trabalhadores, e uma proposta política de *socialismo de base*. Entretanto, como será observado doravante, a opinião do sociólogo mudará consideravelmente a respeito desta forma de ação política; 3) por fim, o sociólogo atesta uma pontual, porém estratégica, cautela a respeito de uma alternativa socialista, colocando-a como algo a ser *saudado amanhã*, uma *possibilidade*, dando a entender que este caminho, em 1978, seria muito mais um exercício de *vontade*, de *querer*, do que propriamente um ato de *razão*. Estes três pontos quase sempre estão presentes nas colocações do sociólogo acerca do socialismo durante a sua campanha de 1978.

Um outro aspecto interessante das perspectivas de Cardoso sobre o socialismo é abordado em *Democracia para mudar*. Em certo momento, questiona-se o sociólogo a respeito de como ele se colocava diante das experiências socialistas em curso da URSS, China e Cuba. Em resposta, o candidato afirmou que:

Se você pensar o Socialismo tal como está no poder, o que existe de novo nesta segunda metade do século XX? Existe uma espécie de desencantamento do mito; você não pode hoje dizer que o que foi formulado no século XIX está encarnado na política prática existente na URSS ou mesmo na China. Há um abismo entre o ideário do século XIX e a prática do século XX. Eu acho, até como intelectual, que um passo importante é tomar consciência disso. Tomar consciência para saber como imaginar um socialismo que corresponda àquilo que estava muito vivo no século XIX. que era um sentimento de democracia.<sup>230</sup>

Em seu comentário, Cardoso aponta que a questão democrática seria central para distinguir o que separa as formulações elaboradas pelas lutas socialistas no século XIX das experiências de governos socialistas na segunda metade do século XX. Em seguida, ao elaborar melhor as razões do seu argumento, promove quase que uma separação entre as distintas experiências históricas: a de que o socialismo do século XIX teria como sujeito principal a sociedade civil organizada, enquanto o do XX teria como principal sujeito o Estado centralizador governado por um partido único. Para Cardoso, há grupos à direita e à esquerda que promovem posturas antidemocráticas, na medida que

---

<sup>230</sup> Idem, *Ibidem*, p.59.



Proclamam uma ideologia unificadora que vê, no Estado a encarnação da "moral objetiva", o bem comum. Não se pense que tal variante existe apenas à direita: ela é proclamada mais despididamente pelo pensamento fascistoide, especialmente quando militar, mas também existe à esquerda. Há quem pense que, se o Estado mudar suas políticas, assegurando uma política externa independente e certo redistribuicionismo, acrescido do rígido controle das empresas multinacionais e rápida expansão das estatais, ter-se-á um socialismo à altura das exigências contemporâneas. Subordinam assim, o Estado de Direito, ao Estado do bem-estar, mas se esquecem de perguntar a que título as burocracias (dos partidos, das empresas do Estado) podem definir, sem ouvir os interessados, o que é bem-estar social e a quem ele deve dirigir-se.<sup>231</sup>

Ainda na esteira de seu argumento, o candidato buscou dissociar o seu pensamento político da tradição liberal, colocando que “não se trata de preservar o ideal do liberalismo, mas de recolocar a questão da democracia”. E que uma democracia, em seu termos, deveria incluir “a preservação das liberdades, que está intimamente articulada às necessidades materiais: ser livre é também ter emprego, ter agasalho, estar nutrido, ter instrução e ter a capacidade de informar-se, opinar e influir”.<sup>232</sup> Porém, a pergunta seguia: seria o MDB o partido capaz de encarnar estes valores ou estes apontamentos mais à esquerda de Cardoso, e que indicavam críticas aos limites do comprometimento do MDB em relação ao desenvolvimento de reformas estruturais mais profundas na sociedade brasileira? Em *Democracia para mudar*, Cardoso foi questionado a respeito da formação de um partido socialista, e sua resposta foi cautelosa, apresentando ressalvas acerca de um projeto nesse sentido. Eis a consideração do candidato:

Como é possível fazer um partido realmente de tendência socialista num regime autoritário? É muito difícil, inviável. Por isso, a questão da democracia é fundamental. Quer dizer, nós ainda estamos na fase da questão da democracia. É claro que as coisas não evoluem por etapas: nós estamos na discussão da questão democrática e já existem inquietações a respeito de um partido que seja algo mais definido do que o MDB. Por toda a parte que se vai, a pergunta é esta. Por isso eu diria que existe sociologicamente um partido de tendência socialista no Brasil, mas politicamente, não. Que partido seria este? Não acredito em solução de bolso de colete, gerada por alguns bem-pensantes. Um partido desse tipo, na medida em que se puder enraizar, vai expressar o que os grupos sociais mais oprimidos desejam e podem expressar.<sup>233</sup>

Como é possível perceber, o candidato demonstrava uma postura ponderada em relação à construção de um partido socialista. A análise de que *existe sociologicamente um partido de tendência socialista no Brasil, mas politicamente não é* um dos pontos mais interessantes da argumentação de Cardoso. Este percebia que havia uma base social organizada de trabalhadores e movimentos sociais com tendências e valores socialistas, mas que ainda não estava organizada

<sup>231</sup> Idem, ibidem, p.36.

<sup>232</sup> Idem, ibidem, p.36.

<sup>233</sup> Idem, ibidem, p.39

em um partido institucionalizado. Entretanto, o intelectual apontava também a necessidade de que este não fosse um partido organizado de *cima* para *baixo*, por uma elite de sujeitos *bem-pensantes*, semelhante aos modelos vanguardistas de certa tradição socialista, mas sim que fosse construído a partir da organização das classes populares.

No geral, as posições políticas de Cardoso parecem coadunar com as propostas de um *socialismo democrático*, que ganharam força na Europa Ocidental no contexto da *détente* da Guerra Fria, durante a década de 1970. Para melhor compreender tais posturas, cabe ampliarmos as lentes da nossa escala de análise para as questões *macro* da política internacional do período. Durante as décadas de 1970 e 1980, na Europa Ocidental, fomentou-se o debate acerca da possibilidade teórica e prática de se construir uma alternativa socialista que preservasse determinadas instituições e rituais das democracias liberais. Naquele momento, tais reflexões pareciam encontrar condições históricas favoráveis para serem desenvolvidas e reverberar no debate público.

Para se entender este contexto de forma apurada, em primeiro lugar, torna-se necessária a análise de dois fenômenos que alteraram a configuração do ordenamento político e econômico da Europa Ocidental. No campo político, as *détentes* davam maior previsibilidade aos conflitos de interesses da Guerra Fria e diminuía as tensões na região entre as duas principais potências do conflito, dando maior autonomia e soberania aos partidos comunistas locais. Contudo, no campo econômico, o cenário indicava o fim dos *trinta anos dourados* do capitalismo pós-1945, o que colocava o modelo de social-democracia europeu em declínio, enquanto propostas de um *novo liberalismo* - mais radical na sua ortodoxia fiscal e mais conservador nas suas políticas sociais - crescia em número de adeptos entre as elites política e econômica.

A expressão *détente* (de origem francesa, significa distensão ou relaxamento) foi utilizada para conceituar uma fase da Guerra Fria marcada por uma nova configuração no padrão de conflitos entre EUA e URSS. Em capítulo destinado a debater os diferentes usos do conceito, Brian White ressalta que o termo passou a ser utilizado de forma mais recorrente na década de 1970, e que a imprecisão característica do mesmo favoreceu o baixo rigor com que muitos o utilizam, gerando confusões interpretativas e apropriações políticas para fins particulares – nos EUA, muitos interpretaram que a ideia de *détente* (relaxamento, distensão) significaria de fato uma política externa que buscava uma *entente* (acordo).<sup>234</sup>

---

<sup>234</sup> WHITE, Brian. **Britain, Détente, and Changing East-West Relations**. London/New York: Routledge, 1992, p.17

Dialogando com o debate promovido por White, Munhoz e Rollo promoveram a seguinte definição para o uso analítico da palavra *détente*: “ela nomeia *uma fase* da Época da Guerra Fria durante a qual diferentes *políticas* destinadas a relaxar as tensões foram perseguidas por elites dirigentes alinhadas em ambos os blocos”.<sup>235</sup> Ainda segundo os autores, esta *fase* da Guerra Fria pode ser periodizada entre a resolução da crise dos mísseis em Cuba no final de 1962 até o aumento das tensões entre EUA-URSS no ano de 1979, devido a um conjunto de eventos, tais como a revolução iraniana e a disputa por influência no Oriente Médio, bem como a ampliação da corrida armamentista com a invasão da URSS ao Afeganistão.

Para os fins deste trabalho, considero apropriada a leitura de Munhoz e Rollo acerca das possibilidades heurísticas de se operacionalizar o conceito de forma plural, analisando as distintas relações de distensão diplomática (as *détentes*) entre países de ambos os blocos. No texto dos autores, para além da *détente* estadunidense-soviética, há reflexões acerca das relações entre França e URSS, bem como Alemanha Ocidental e URSS. Considero que tal perspectiva auxilia na compreensão do contexto histórico que possibilitou que partidos comunistas e socialistas da Europa Ocidental buscassem construir alternativas socialistas que não estavam sob a estrita esfera de influência do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), mas que também rejeitavam o modelo de desenvolvimento estadunidense.

A busca por novos modelos político-econômicos e ideológicos também era justificada devido à crise econômica pós-1973 e o esfacelamento do modelo de Estado de Bem-Estar Social, vigente na Europa Ocidental desde o pós-guerra. Em um período de mais ou menos 30 anos, a região viveu um período de grande estabilidade política coadunada com índices nunca antes vistos de crescimento econômico. Entre 1945 e 1970, a produtividade do trabalho cresceu mais de três vezes, se comparada aos anos anteriores. Para Donald Sasson, “o triunfo do capitalismo, *les trentes glorieuses* [os trinta gloriosos], foi, na realidade, um triunfo do capitalismo *regulado*: os países sob este regime desfrutaram de democracia, paz e prosperidade sem paralelo”.<sup>236</sup> Ainda segundo Sasson,

Quando este modelo de capitalismo entrou em crise, assim também ocorreu com o modelo social-democrata de política. Um novo conflito político se seguiu entre social-democratas e conservadores. O combate anterior entre os dois – nas décadas de 1950

---

<sup>235</sup> MUNHOZ, Sidnei J.; ROLLO, José Henrique. *Détente e détentés na época da Guerra Fria (décadas de 1960 e 1970)*. **Revista Esboços**, Florianópolis, v.21, n.32, p.138-158, out. 2015, p.141

<sup>236</sup> Tradução realizada pelo autor. Texto original: “the triumph of capitalism, *les trentes glorieuses*, was, in reality, the triumph of regulated capitalism: the countries under such a regime enjoyed democracy, peace and unparalleled prosperity”. Cf. SASSON, Donald. **One hundred years of socialism: the west European left in the twentieth century**. Londres: I.B. Tauris, 2010 [1996], p.446

e 1960 – centrou-se na distribuição do excedente. Nas décadas de 1970 e 1980, a nova 'guerra posicional' - para usar a expressão de Gramsci – era sobre o papel do Estado na reorganização das relações capitalistas. A esquerda tentou expandir ainda mais o regime regulatório vigente. A direita defendia uma redução substancial do estado e a liberalização de um mercado expandido pela privatização.<sup>237</sup>

Com vistas a dialogar com a análise que Sasson promove da crise do modelo da social-democracia na Europa Ocidental, cabe apresentar as considerações que Cardoso promoveu em um longo texto publicado na *Folha*, em 8 de agosto de 1974, intitulado *A emergência de um novo poder mundial*.<sup>238</sup> Nele, Cardoso retoma suas teses a respeito das relações de dependência para analisar o mundo pós-crise de 1973. Em seu texto, sugere-se que a Guerra Fria teria acabado, e com a diminuição das tensões entre EUA e URSS, o Departamento de Estado dos EUA teria adotado com seu novo Secretário de Estado, Henry Kissinger, uma nova política externa, baseada na não-intervenção militar e uma postura de *low profile*. Para Cardoso, o impacto desse arrefecimento nas tensões entre as duas potências, somado à crise econômica, teria aberto espaço para experimentos mais autônomos no campo da política externa, como foi o caso da França de De Gaulle, bem como favoreceu a retenção e concentração de dólares por parte das multinacionais, tornando-as peças fundamentais na correlação de forças nas relações internacionais, o que colocava em questão o poder dos estados-nacionais neste novo contexto. Portanto, a partir das lentes de Cardoso, os desafios do novo contexto histórico apenas reforçariam as suas teses sobre a dependência, que vinham sendo defendidas desde os seus estudos realizados no exílio no Chile. Para o sociólogo, o novo contexto afirmava a hipótese de que não é possível descartar o papel das multinacionais na ativação de mercados locais vistos como pouco dinâmicos, em especial tendo em vista a quantidade de reservas de dólares que elas podem investir em um momento em que os Estados-nacionais estão em crise.

Em seu texto, Cardoso colocou que o modelo de Estado-interventor estaria em crise, constatando que “o fato é que se tornou obsoleto pensar a lá de Gaulle”, e que “é evidente que estamos no limiar da emergência de novas utopias, com as quais os povos procurarão conviver com os novos atores econômicos, dentre os quais chamo a atenção para as multinacionais”, embora destacasse também que os termos desta nova “forma de relacionamento entre essas empresas, os Estados nacionais e as sociedades locais ainda está para ser feita”.<sup>239</sup> Em um dos

---

<sup>237</sup> Cf: Idem, Ibidem. Tradução livre do autor.

<sup>238</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A emergência de um novo poder mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 set. 1974. Novas utopias, p. 6-7.

<sup>239</sup> Idem, Ibidem.

momentos em que mais se colocou em choque com os ideais marxistas, Cardoso promoveu a seguinte leitura da crise e o papel das multinacionais na mesma:

A ideia prevalecente de oposição entre interesse público e interesse privado baseado na definição da propriedade privada dos meios de produção parece caduca. As decisões tomadas por uma empresa que opera em 20 países não podem mais ser consideradas como privadas, embora sua propriedade seja privada. Ou bem a sociedade define mecanismos e formas de controle dessas empresas ou estaremos no limiar da emergência de uma espécie de super-poder que não tem cara, que não aparece mais como um escudo, com uma águia que parece ávida para a rapina. mas um poder que se camufla sob várias aparências.<sup>240</sup>

Como forma de finalizar sua argumentação, Cardoso promoveu críticas aos grupos de esquerda, negando saber “até que ponto o pensamento de esquerda se dá conta do fato de que não basta fortalecer a empresa estatal ou nacional”, e encerrou asseverando a necessidade de se produzir novas utopias para enfrentar os desafios colocados pela crise de 1973.<sup>241</sup> A respeito da leitura de Cardoso sobre o papel das multinacionais e as relações de dependência entre o centro e a periferia do capitalismo, o autor parece dar continuidade com a sua linhagem de pensamento já analisada no decorrer do primeiro capítulo desta tese, onde apontamos suas características e algumas das principais críticas a mesma. Entretanto, o que chama mais a atenção é a sua interpretação muitíssimo contestável do que era a Guerra Fria até então, confundindo o período de *détente* com o fim do conflito. Uma leitura quase exclusivamente focada nas relações EUA-URSS, descartando consequências diretas e intimamente relacionadas ao conflito, como a Guerra do Vietnã, Laos e Camboja no Sudeste da Ásia - que ainda não haviam encerrado totalmente -, a invasão do Timor Leste, em 1975, além de golpes de Estado promovidos na América do Sul, como o caso do golpe no Uruguai, e os brutais eventos do golpe que derrubou Salvador Allende no Chile, em 11 de setembro de 1973, ambos com participação direta da gestão Kissinger e até mesmo das multinacionais, o que contesta diretamente sua defesa de uma postura *low profile* dos EUA. Outro ponto que reforça as críticas à leitura de que a Guerra Fria tinha encerrado era a própria ditadura militar brasileira, a qual Cardoso era vítima da perseguição dos agentes da repressão que buscavam enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de ser um comunista.

Se o modelo de social-democracia estava em crise na Europa Ocidental, durante a campanha de 1978, Cardoso abordou a possibilidade de se construir uma vertente da social-

---

<sup>240</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>241</sup> Idem, *Ibidem*.

democracia no Brasil. Em um primeiro momento, realizou uma salutar ponderação para que se tenha os devidos cuidados ao se tentar aplicar modelos, teorias ou experiências históricas que se desenvolveram no contexto da Europa Ocidental para a realidade brasileira:

Eu não creio que se possa pensar o Brasil com um modelo europeu na cabeça, da social-democracia ou do fascismo. Hoje o Brasil, ao mesmo tempo em que tem um pé na V República francesa (com seus estudantes libertários), tem o trabalho semi compulsório na Amazônia, e a falta de garantias sociais e políticas. Seria engano, diante disso, pensar que temos um pé no século XIX e que no futuro seremos europeus. Se a esquerda pensar que teremos um partido "tipicamente proletário", vai enganar-se. Isto aqui tem cheiro de América, de Novo Mundo. Há uma expansão industrial fantástica e uma fronteira agrícola imensa e aberta. Quando alguém pensa que entende o Brasil a partir da repetição de textos que se referem a outras experiências, se engana. Frequentemente, por causa do doutrinário dogmático, a extrema esquerda fica parada e a direita também: reciprocamente imobilizadas ao nível da bobagem.<sup>242</sup>

Em seguida, o candidato é direto e enfático na sua leitura pessimista sobre a possibilidade da experiência de social-democracia europeu encontrar respaldo na sociedade brasileira. Em suas palavras:

Isto [falar em social-democracia], a meu ver, é um equívoco brutal. A questão da socialdemocracia é mal posta do começo ao fim no Brasil. A social-democracia na Europa, foi o resultado de certas situações específicas. Primeiro: a existência de um grande partido operário, baseado numa estrutura sindical e movimento dos trabalhadores de caráter muito amplo. Segundo: um desenvolvimento econômico bastante forte. Terceiro: uma burguesia que procura pacto com o movimento operário. Quarto: uma liderança operária que aceitou esse pacto e que de alguma maneira disse: está bem, vocês continuem aí produzindo a riqueza que nós vamos ajudar a gestão, com a condição de que nós tenhamos mais controle. Isto foi o pacto da social-democracia na Europa. E não se pense que é apenas tapeação. O Partido-Social Democrata na Suécia é enraizado na classe trabalhadora, o inglês também. A classe trabalhadora é que aceitou uma espécie de transformismo, como diria o Gramsci. Só que um transformismo de baixo para cima. No Brasil, enquanto não se tiver um movimento de trabalhadores forte, não se tiver sindicatos ativos, nenhum partido propriamente operário, nem burguesia disposta a oferecer cogestão ou co-direção para nada, quem quiser ser social-democrata é ... bobo.<sup>243</sup>

Tendo em vista o seu papel preponderante na criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) dez anos depois, em 1988, o tom duro e pessimista do intelectual ganham um contorno ainda mais interessante para a análise histórica, e reforçam a importância da devida contextualização para se produzir uma história das ideias políticas. Teria Cardoso mudado de ideia acerca dos quatro pontos que o próprio apontou em seu texto? Ou algum analista político

---

<sup>242</sup> CARDOSO, op.cit., 1978, p.88

<sup>243</sup> Idem, ibidem, p.39-40

conseguiria considerar que o PSDB foi fruto de um movimento forte de trabalhadores criado de baixo para cima? Tais questões são meramente retóricas, pois, caso levadas para a análise histórica, promovem o erro crasso do anacronismo. Entretanto, elas auxiliam a análise no sentido de indicar que mudanças significativas ocorreram no pensamento político de Cardoso no referido período de dez anos e que, no caso do sociólogo, demonstra uma guinada consideravelmente mais conservadora, se comparada com sua campanha mais à esquerda de 1978.

É neste contexto de relaxamento das tensões entre EUA-URSS e de busca por respostas aos baixos índices de crescimento e aumento do desemprego, que outras correntes comunistas e socialistas encontram espaço para tecer críticas mais contundentes ao *modelo soviético*. Para Carlos Nelson Coutinho, tal modelo passou a não ser “mais considerado como modelo único ou universal de socialismo”, em especial, devido à “emergência de uma nova concepção do vínculo entre socialismo e democracia”.<sup>244</sup> Como exemplo deste movimento por parte de grupos e lideranças socialistas, o autor cita o discurso realizado em Moscou por Enrico Berlinguer (Secretário Nacional do Partido Comunista Italiano - PCI), em 1977, no 60º aniversário da Revolução de Outubro, no qual afirmou: “a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.<sup>245</sup>

Todavia, Berlinguer não era uma voz solitária a tecer críticas ao socialismo soviético. A retórica do secretário do PCI refletia a de um grupo de partidos comunistas na Europa Ocidental que, a partir de meados da década de 1970, almejaram construir uma alternativa democrática, de transição gradual e pacífica para o socialismo, sendo este movimento na região denominado de *eurocomunismo*. As principais experiências do *eurocomunismo* foram desenvolvidas pelos partidos comunistas na Itália (PCI), Espanha (PCE) e França (PCF), e partiram de algumas premissas básicas, como a de terem uma maior autonomia em relação ao PCUS (Partido Comunista da União Soviética), a defesa do pluralismo partidário, a defesa das liberdades individuais, o reconhecimento da liberdade sindical, e uma política econômica baseada na coexistência entre iniciativa privada e pública.

---

<sup>244</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980, p.20

<sup>245</sup> BERLINGUER, Enrico In: RADICE, Lucio Lombardo. **Un socialismo da inventare**. Roma, 1979, p.128 apud COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980, p.20

Em declaração comum elaborada pelos partidos comunistas da Itália e França e publicada em novembro de 1975, não apenas se reconhece e se legitima a democracia liberal representativa como um espaço a ser disputado e ressignificado para a construção do socialismo, como chega-se a afirmar que “o socialismo constituirá uma fase superior da democracia, realizada no modo mais completo”.<sup>246</sup>

Deve-se destacar também que a Europa vivia um novo momento de superação do autoritarismo e exaltação de novos regimes democráticos. Em Portugal, no dia 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos finalmente derrubou o regime salazarista do Estado Novo, vigente desde 1933. No mesmo ano, a junta dos coronéis chegava ao fim, selando o término da ditadura militar grega (1967-1974). Por fim, em 1975, após estar na posição de chefe de Estado desde 1936, faleceu o general Francisco Franco, abrindo caminho para a consolidação da transição democrática espanhola. Nos casos de Portugal e Espanha, a atuação de comunistas e socialistas foi fundamental para a derrubada dos regimes autoritários e o retorno a uma democracia representativa.

Se o *eurocomunismo* foi uma tentativa por parte de determinados partidos comunistas europeus de tentar conquistar espaços dentro das instituições liberais e assim realizar a transição para o socialismo via democracia representativa, nem todas as alternativas ao modelo soviético optaram por este caminho parlamentarista. Em 1980, dezenas de milhares de trabalhadores dos principais polos industriais da Polônia promoveram uma greve de grandes proporções e com demandas objetivas que visavam a garantia de direitos que eram inexistentes aos trabalhadores do bloco socialista, como o de autonomia sindical e greve.<sup>247</sup>

As estratégias e métodos destes grevistas chamavam a atenção da comunidade internacional, ao passo que os ativistas não optaram por tomar as ruas, mas permanecer nos seus locais de trabalho, resistir pacificamente às ameaças de invasão por parte dos soviéticos e criar um informal Comitê de Greves Interfábricas, o qual foi autogestionado pelos próprios trabalhadores. Após cederem às pressões dos grevistas, em agosto de 1980, representantes soviéticos se reuniram na cidade de Gdansk com os trabalhadores poloneses para assinarem um acordo histórico para os trabalhadores do país. Após este acordo, os trabalhadores se mobilizaram para fundar o primeiro sindicato livre do bloco socialista, denominado

---

<sup>246</sup> Dichiarazione comune del Partito Comunista Francese e del Partito Comunista Italiano, p.56 apud MONDAINI, Marco. **Do stalinismo à democracia: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, p.281

<sup>247</sup> Para se ter acesso aos textos de negociação destes acordos e uma contextualização da história dos trabalhadores no bloco soviético Cf: KEMP-WELCH, Anthony. **The birth of Solidarity: the Gdansk negotiations, 1980**. London: Macmillian Press Ltd, 1983



Solidariedade. Se os eurocomunistas buscavam a transição para o socialismo mediante a formação de partidos políticos, a experiência das greves de Gdansk na Polônia trazia à tona a possibilidade de um socialismo com maior representação direta dos trabalhadores nas decisões do poder, um socialismo de base ou basista.

O debate a respeito da situação dos trabalhadores poloneses não fugiu do escopo de análise de Cardoso. *E se surgir um socialismo democrático?* Foi este questionamento que conferiu título a uma entrevista sua publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em junho de 1981. A pergunta fazia referência à principal temática da entrevista: as experiências *in loco* de Cardoso no ano de 1980 nas greves do ABC e de Gdansk, na Polônia, e sua avaliação sobre tais movimentos. Ao responder as perguntas, o entrevistado pontuou aproximações e distinções entre os dois fenômenos, buscando analisar a importância de cada qual em seu devido contexto histórico e regional. Um ponto fulcral da entrevista se deu quando, questionado sobre qual movimento teria mais chance de avançar no processo de democratização em curso nos respectivos países, o sociólogo afirmou o seguinte:

O que está em jogo lá [na Polônia], do ponto de vista moderno, é muito importante, enquanto que o que está em jogo no Brasil não é tão importante. Aqui, o que está em jogo é repetir o que nós já tivemos no passado, ou seja, abrir uma avenida do futuro. Lá, eles abrem a possibilidade de um socialismo com democracia.<sup>248</sup>

Ao promover uma leitura tão otimista a respeito do movimento dos trabalhadores grevistas poloneses, Cardoso diminuiu a relevância das greves do ABC, as quais o sociólogo tanto elogiava em um passado recente. Entretanto, durante a primeira metade dos anos de 1980, ambos movimentos tinham maior proximidade do que as reflexões de Cardoso apresentavam. Segundo Lincoln Secco, os dois teciam críticas à União Soviética, defendiam uma maior autonomia do movimento sindical e contavam com forte presença ideológica de ideais católicos - por exemplo, Lula e Lech Welsa foram recebidos pelo Papa João Paulo II. Segundo Lincoln Secco:

Era comum ver carros de petistas com a inscrição oPTEi ao lado de “Solidariedade” e muitos militantes usavam indistintamente camisas e broches do sindicato polônes ao lado da estrela do partido, proposta por Julio de Gramont. Boletins municipais reproduziam notas de apoio ao sindicato Solidariedade. (...) No último comício da campanha eleitoral de 1982, os militantes da Convergência Socialista chegaram gritando a palavra de ordem: “Brasil, Polônia, América Central, a classe operária é

---

<sup>248</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *E se surgir um socialismo democrático?*. Entrevista concedida a José Augusto Guilhon Albuquerque e Hermínia Brandão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Folhetim, p.5 e 6, 12 de junho de 1981.

internacional”, embora houvesse divergências sobre a Polônia com os militantes do jornal *O Trabalho* (ligados à OSI).<sup>249</sup>

Os conflitos que ocorriam no Leste Europeu, entre os trabalhadores poloneses e o governo soviético, acabaram por influenciar algumas disputas dentro das esquerdas brasileiras. Por exemplo, muitos membros do PCB, críticos ao Sindicato Solidariedade, consideravam que os grevistas poloneses defendiam um modelo capitalista para as relações de trabalho na Polônia, e confeccionaram camisetas com o nome do General comunista Jaruzelski, responsável por decretar lei marcial na Polônia. Assim, estes vínculos ideológicos com movimentos internacionais separavam PT e PCB, e davam contornos nacionais para os conflitos entre perspectivas socialistas dissidentes do modelo soviético e a experiência socialista soviética que buscava manter sua força e relevância durante o período da Guerra Fria.

Um socialismo com democracia, com grande participação popular, formando uma organização forte e pautada a partir da luta e da organização dos trabalhadores e críticas ao modelo soviético de socialismo. Tais ideias eram muito bem vistas por Cardoso ao observar a luta dos trabalhadores poloneses contra a URSS, mas não estavam presentes somente no Leste Europeu. Aliás, grupos organizados de trabalhadores, sindicalistas, intelectuais, membros de comunidades eclesiais de base, entre outros grupos organizados da sociedade civil, estavam prestes a tirar a ideia de um partido socialista democrático no Brasil do plano *sociológico* para o plano político. E assim, a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 10 de fevereiro de 1980, demonstrou ser uma importante inflexão para a trajetória política de Cardoso. Deveria seguir como um membro mais à esquerda do MDB, buscando pressionar o partido para um projeto de maior participação popular, ou caminhar de forma mais próxima do recém-fundado PT, que buscava colocar em prática muitos dos projetos da sua campanha de 1978?

#### 4.5 UM NOVO HORIZONTE MAIS À ESQUERDA: A FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Ainda na sua obra *Democracia para mudar*, Cardoso respondeu a um importante questionamento a respeito da possibilidade da formação de um “partido dos trabalhadores”, e se seria “nesse sentido que vai sua candidatura para o Senado?”. Sua resposta:

---

<sup>249</sup> SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Atêlie Editorial, 2011. p.70-71

Não é bem isso. Eu acho que, por razões históricas e estruturais, as tendências favoráveis à formação de partidos estritamente operários no Brasil têm fracassado. Não é porque inexistam grupos e pessoas com vontade de fazê-los, especialmente entre intelectuais e nas classes médias. Ocorre, entretanto, que a industrialização brasileira e a formação da classe operária dão-se entre nós sob a égide do capitalismo oligopólico. Este cria trabalhadores e cria um mercado de consumo de massas ao mesmo tempo. Até a década de 50-60 ainda se poderia imaginar que a história da classe operária brasileira repetiria a da França, ou mesmo a do Chile. Hoje, só quem não está atento às transformações do mundo pensa assim. Quanto a mim, já disse que não tenho a pretensão de ser o candidato dos trabalhadores. Eles têm poucas opções neste regime, neste momento, e uma dessas opções passa pelo MDB, pois o MDB é um instrumento - talvez decisivo - para a democratização. Mas o compromisso fundamental dos trabalhadores, hoje, não é com uma candidatura ou mesmo com o MDB, mas com a democratização e com as condições que só a democracia oferece para a concretização de seus interesses de classe.<sup>250</sup>

A resposta de Cardoso apresenta alguns elementos de preocupação e pessimismo acerca de um partido formado por trabalhadores no Brasil e busca justificar suas considerações a partir de referências à formação da classe trabalhadora brasileira no século XX. Segundo sua tese, por razões históricas e estruturais, a trajetória da classe trabalhadora brasileira seria de fracassos, enquanto a dos trabalhadores franceses e chilenos seria formada de êxitos. O seu pessimismo é reforçado quando propõe que apenas os *desatentos* pensariam que a classe trabalhadora brasileira seria capaz de conquistar vitórias semelhantes às das experiências estrangeiras já citadas.

Na linha de raciocínio do sociólogo, para mudar a realidade da classe trabalhadora brasileira seria necessário coadunar uma nova forma de fazer política com as novas condições históricas e estruturais dos trabalhadores brasileiros em uma sociedade cada vez mais impactada pelo desenvolvimento dos processos de urbanização e industrialização. E na esteira dessa argumentação, o pessimismo de Cardoso a respeito das condições histórico-estruturais da sociedade brasileira dá espaço para o otimismo em relação à capacidade de um novo líder político dos trabalhadores do ABC alterar essa realidade de forma substancial, sendo este o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva.

Há muitas referências positivas de Cardoso a respeito de Lula no contexto do final da década de 1970. Um dos laços que ligavam Cardoso e Lula era a figura do advogado Maurício Soares de Almeida. Foi ele que redigiu o discurso de Lula na posse da presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, e foi também o suplente da candidatura de Cardoso ao Senado. No lançamento da candidatura de Almeida como suplente na chapa com Cardoso, Lula teria afirmado que "cabe a nós (trabalhadores) encabeçar a luta, porque eu acho que eles [Cardoso e

---

<sup>250</sup> CARDOSO, op.cit., 1978, p.45

Almeida] têm que ir a reboque dos trabalhadores se quiserem ser eleitos".<sup>251</sup> FHC considerou a postura de Lula baseada não somente em uma “linguagem totalmente diferente da que nos habituamos a ouvir”, mas “uma atitude radicalmente diferente e uma perspectiva de participação popular, como sem dúvida não presenciemos, com tanta clareza, nos últimos 40 anos!”.<sup>252</sup> Em outra de suas falas, Cardoso foi ainda mais preciso em seus elogios à Lula e sua capacidade de promover a representação política dos trabalhadores.

Realmente, o Lula é um homem excepcional. Mas há muitos seres excepcionais. Eles não podem é brotar. Esse operariado que está se movendo não é o das greves dos anos 50, nem o das do início da década de 60, principalmente ligados às grandes empresas estatais - portuários, ferroviários, etc. É o operariado ligado à grande indústria moderna. É outra classe operária que está se mexendo, que tem outras demandas e que requer um tipo de liderança mais aberto, para entender que o problema é de salário, sim, mas não é só de salário. É de relacionamento com os patrões, contrato coletivo, etc. O Lula representa o que há de novo, ele é uma espécie de força da natureza, mas ele é tudo isso porque representa condições novas.<sup>253</sup>

Ao tratar da questão da representação política de Lula, Cardoso tem como referência o trabalho do líder sindical como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, posto que ocupou desde 1975, mas que o projetou nacionalmente a partir das greves do ABC. E assim sendo, possivelmente, o momento em que Cardoso mais destoou do agenciamento narrativo da transição democrática proposto pela *Folha* foi durante as greves. Em um primeiro momento, a postura do periódico buscava silenciar os avanços do movimento, promovendo a cobertura do mesmo a partir de notícias dispersas no caderno de *Economia* - as quais enfatizavam em larga medida o discurso das lideranças empresariais a respeito das greves.<sup>254</sup> Outro recurso foi o de lançar curtas notas em seus editoriais, atribuindo um caráter dúbio ao futuro do movimento ao entender que “o episódio específico das greves do ABC (...) faz surgir uma série de dúvidas quando se tem em conta as circunstâncias peculiares do momento político que atravessamos”. Como guisa de conclusão e adotando um tom reticente, o jornal propôs que os supostos impasses e conflitos em torno do movimento seriam suficientes para identificá-lo como “um formidável caldo de cultura de consequências imprevisíveis”.<sup>255</sup> Por sua vez, em seu artigo de 28 de maio de 1978, intitulado *Os trabalhadores e a democracia*, Cardoso oferecia uma chave

---

<sup>251</sup> Idem, *Ibidem*, p.41

<sup>252</sup> Idem, *Ibidem*, p.41

<sup>253</sup> Idem, *Ibidem*, p.45

<sup>254</sup> Cf: 20 mil paralisados. Volks adere; Scania trabalha até sexta In: *Economia Folha de São Paulo*. São Paulo. 17/05/1978. p.18

<sup>255</sup> Faltam respostas In: *Opinião. Folha de São Paulo*. São Paulo. 17/05/1978. p.2

interpretativa diferenciada e que destoava da tônica predominante do jornal. Em seus termos, as greves poderiam ser assim definidas:

É a democratização em marcha, em dura marcha batida, a partir dos pés do povo, de cada um de nós, de todos os que não são direitistas empedernidos ou exploradores sem grandeza. Renasce o movimento sindical, renasce a esperança por dias melhores, renasce o afã de organizar, falar, propor alternativas, negociar. Sem medo, com firmeza, com esperança. (...) E é por isso também que todos os que têm interesse real no fim do autoritarismo e não se limitam a pensar a democracia como uma gaiola de cristal para fazer resplandecer o interesse das oligarquias e das elites, saúdam no movimento dos trabalhadores paulistas os sinais de um amanhã mais promissor.<sup>256</sup>

Com o passar dos anos e o crescimento da força dos movimentos liderados pelos grupos sindicais do ABC, o próprio jornal passou a adotar uma perspectiva diferenciada em torno dos referidos eventos, em especial por ser cada vez mais inviável silenciar tamanha ebulição social e política. A estratégia adotada foi a de promover debates a respeito do significado das greves em cadernos específicos do jornal, sendo possível destacar o caderno *Folhetim* de 11 de maio de 1980, dedicado exclusivamente aos movimentos grevistas, e o de 22 de junho do mesmo ano, cujo tema foi *Relações de trabalho*. Em ambos, Cardoso foi convocado pelo jornal, bem como uma seleção de interlocutores de origens diversas – intelectuais, representantes do governo, líderes sindicais e jornalistas -, para debater o movimento.<sup>257</sup>

Cabe destacar que a leitura de Cardoso do movimento permanecia positiva, enfatizando em grande medida a importância de Luís Inácio Lula da Silva - então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo – como um dos líderes do movimento, definindo-o como um elemento chave para o sucesso das greves por ser “uma coisa que não possa se pôr entre parênteses” e uma “força da natureza”, sendo este “o líder operário (...) com mais capacidade expositiva”, com a grande virtude de “formular inteligentemente o senso comum”.<sup>258</sup> Novamente, em artigo intitulado *Ainda a greve* e publicado no dia 7 de maio de 1980, Cardoso proferiu amplos elogios aos sindicalistas:

<sup>256</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Os trabalhadores e a democracia In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 28/05/1978. p.3

<sup>257</sup> Ambos os debates foram coordenados por José Augusto Guilhon Albuquerque e contaram com a presença de figuras como Mino Carta, Jorge Maluly Neto, Almir Pazzianotto, Celso Frederico, Eduardo Suplicy, Diego Antônio A.B. Fernandez, Moacyr Pinto da Silva, Luís Inácio da Silva, Célio Borja, Henri Maksoud e Leôncio Martins Rodrigues (único além de FHC presente nos dois eventos). Cf: Por que São Bernardo? In: Folhetim. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 11/05/1980. p.11-15; Os limites entre arbitragem e arbitrariedade In: Folhetim. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 22/06/1980. p.16-19

<sup>258</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Por que São Bernardo? In: Folhetim. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 11/05/1980. p.11-15

Nunca se viu Igreja e políticos, jornalistas e sindicatos, partidos e demais entidades da sociedade civil tão unidos como agora para forçar uma solução que não se resume ao categórico não do governo e dos empresários. Mas não é só isso: é a decisão sobre o reconhecimento da legitimidade dos trabalhadores como parte do País que está em jogo. (...) Basta não ser cego pelo reacionarismo passadista dos que estão afinados a uma concepção de sociedade que não pode sobreviver ao mundo industrial moderno, para perceber que a reivindicação de São Bernardo transcende à fábrica e ao partido: é o batismo de cidadania de uma massa jovem, trabalhadora, nordestina em larga proporção, urbana e combativa, democrática e, no limite, radicalmente contra as estruturas de opressão na sua integralidade, sociais, econômicas e políticas.<sup>259</sup>

Porém, nem sempre a abordagem do sociólogo foi pautada pelo franco otimismo em torno da mobilização dos trabalhadores brasileiros por uma alternativa democrática mais popular e um dos textos de Cardoso que mais ilustra este conflito de perspectivas acerca do processo de redemocratização é de 29 de janeiro de 1979, no qual tratou do processo inicial de criação do Partido dos Trabalhadores. As reflexões no artigo de opinião devem ser situadas no contexto de um movimento ainda inconcluso de formação e estruturação do partido, tendo em vista que o mesmo só foi oficialmente registrado em 10 de fevereiro de 1980.

O texto de Cardoso provavelmente foi uma reação a um dos eventos mais significativos para a fundação do PT, o qual ocorreu justamente entre 22 a 26 de janeiro, na cidade de Lins, São Paulo: o Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo. Não por acaso, o texto cita que “agora são os metalúrgicos reunidos em Lins que se declaram dispostos a organizar um partido de trabalhadores”.<sup>260</sup> O próprio Congresso de Lins já era um desdobramento da luta dos trabalhadores do setor industrial do ABCDM (Santo André da Borda do Campo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra). O início da luta se deu em 1978, quando os operários da Scania cruzaram os braços e pararam as máquinas cobrando reajustes salariais relativos à inflação. Em 1977, a *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem acusando o governo ditatorial de manipular os números relativos à inflação, pois, em 1973, a variação dos preços internos e por atacado chegou na casa dos 22,6%, enquanto o governo havia divulgado índices de 11,9% e 12,6% respectivamente. Assim, entre maio de dezembro de 1978, os trabalhadores organizaram 328 greves, visando, principalmente, o reajuste salarial.<sup>261</sup> Um dos objetivos destas greves foi a demanda por maior autonomia dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho, entendendo que a influência deste órgão do Estado brasileiro, então dominado pelos militares, era prejudicial aos interesses dos

<sup>259</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Ainda a greve In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 07/05/1980. p.3

<sup>260</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Partido dos Trabalhadores. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 29/1/1979

<sup>261</sup> SECCO, Lincoln, op.cit., 2011, p.38-39

trabalhadores e favorecia o *peleguismo*. Estas foram as bases deste movimento que veio a ser denominado de *novo sindicalismo*.

As redes de apoio dos grevistas iam muito além das fábricas, contando com grande capilaridade social de apoio nos bairros onde os trabalhadores habitavam, grupos de moradores e de mães, e grande influência da igreja católica por meio das comunidades eclesiais de base. Muitos dos encontros para discussão das greves ocorriam em bares, pontos de ônibus e associações de moradores, bem como muitos discursos de Lula foram realizados no estádio de futebol de Vila Euclides. Assim, se em 1978, o próprio Lula declarava que a organização de um partido dos trabalhadores era questão de tempo, em 1979 a ideia avançou.<sup>262</sup>

No 1º de maio, em ato realizado na cidade de São Bernardo, foi lançada a Carta de Princípios do PT, gerando grande discussão interna e dúvidas se a criação de um partido dos trabalhadores não poderia prejudicar a luta dos grevistas - por exemplo, Lula tinha dúvidas se a criação de um partido seria o melhor caminho. Entretanto, a proposta da criação do partido ganhou forças e o mesmo foi formado contando com a aliança de seis grupos principais, embora não os únicos: os trabalhadores industriais do novo sindicalismo; os movimentos populares influenciados pela Igreja Católica; alguns políticos dissidentes do MDB; intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou de posições liberais radicalizadas; militantes de organizações trotskistas; e remanescentes da luta armada contra a ditadura.<sup>263</sup>

Importante destacar que o processo de criação do PT também contou com influências externas à realidade brasileira. As já citadas influências do contexto europeu, onde fervilhavam propostas de modelos socialistas para além da experiência soviética, mas cabe também citar os intercâmbios entre grupos de esquerda no contexto regional dos processos de redemocratização no Cone Sul. Um livro que desenha de forma muitíssimo satisfatória o cenário político das esquerdas no Brasil, Argentina e Uruguai no período de redemocratização e pós-ditaduras é *Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul*, de Miguel Serna Forcheri. Para o autor, este foi um contexto muito importante para as esquerdas da região, pois elas participaram ativamente das transformações sociais geradas por estas lutas, o que possibilitou que elas imprimissem sua marca nas democracias pós-ditatoriais, mas também passassem pelo que o autor intitula de *reconversão democrática*.<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup> Idem, *Ibidem*, p.40

<sup>263</sup> Idem, *Ibidem*, p.27

<sup>264</sup> FORCHERI, Miguel Serna. **Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul: trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai**. Bauru, SP: EDUSC, 2004

Este conceito consiste em um processo de reconhecimento por parte das esquerdas da legitimidade da democracia representativa e das instituições liberais como espaços a serem disputados em eleições livres e mediante a luta social por direitos. De acordo com o autor, esta reformulação das esquerdas trouxe para agenda política alguns pontos que foram muito relevantes para um projeto de radicalização das democracias pós-ditatoriais, tais como: apontar as fraquezas nos mecanismos de resolução da temática dos Direitos Humanos e dos legados de repressão autoritária; a crítica à redução privatista do Estado e aos mecanismos obscuros que fomentaram a aparição de formas de corrupção governamental; e a situação da agenda social pendente, agravada pelos custos sociais das políticas econômicas neoliberais. Entre os principais exemplos citados pelo autor estão o Partido dos Trabalhadores, Partido Justicialista (Argentina) e a Frente Ampla (Uruguai).

O trabalho de pesquisa de Forcheri reúne informações de grande relevância para a compreensão deste processo histórico a partir de uma abordagem de diferentes realidades nacionais. Entretanto, no que tange a parte analítica, há problemas que devem ser destacados e que passam, em grande medida, pelo conceito de *reconversão democrática* e uma certa compreensão de que o comprometimento das esquerdas do Cone Sul com certos preceitos de uma democracia representativa liberal seria uma novidade histórica nas décadas de 1970 e 1980. Para Forcheri, a reconversão democrática das esquerdas no contexto referido teve como base os seguintes aspectos: 1) a necessidade de se realizar alianças com grupos políticos fora das esquerdas para a formação de uma frente democrática visando o combate aos governos ditatoriais; 2) reconhecimento da legitimidade da democracia representativa como espaço legítimo de disputa; 3) a adoção estratégica de promover projetos políticos que tenham como objetivo a radicalização da democracia representativa por meio da implementação de maior participação direta da sociedade civil nas decisões políticas; 4) o abandono de métodos revolucionários, em especial da luta armada, para se chegar ao poder.

As duas questões que devem ser trabalhadas são: seria acurado falar em *reconversão democrática* das esquerdas neste contexto, como se estas, em algum momento no passado, tivessem abandonado a luta pela democracia representativa por completo? Seria o socialismo democrático uma novidade histórica no contexto das décadas de 1970 e 1980? A análise de Forcheri parece observar as relações entre as esquerdas e democracia a partir do objetivo de se medir o quanto os grupos de esquerda estariam comprometidos com governos baseados nos princípios das democracias representativas no pós-Guerra. Entretanto, o autor pouco se esforça em promover questionamentos a partir de outro prisma: o quanto os governos *democráticos* do



pós-guerra demonstraram estar comprometidos com assegurar a participação das esquerdas em espaços institucionais?

No caso brasileiro, o PCB, durante os anos de 1945 e 1947, demonstrou estar comprometido com os 4 pilares citados por Forcheri. Disputou eleições e reconheceu a democracia representativa como um espaço legítimo para ser disputado, em certos casos promoveu alianças com setores varguistas para formar uma frente democrática, almejou ser um partido com o objetivo de organizar trabalhadores para participarem de forma mais direta nas decisões do poder (aliás, sendo muitíssimo forte nos sindicatos), e, no geral, recusou adotar medidas revolucionárias de luta política - o que, em outro contexto, acabou por gerar a ruptura interna no PCB, consolidando a criação do PC do B. Porém, após ser colocado na ilegalidade em 1947 pelo governo Dutra no contexto de Guerra Fria, e sofrer intensa perseguição política após o golpe de 1964, o partido não só foi proibido de atuar dentro de qualquer aparato legal e institucional, como sofreu com grandes dificuldades para seguir existindo de forma extra-institucional. Nesse sentido, é razoável considerar que as relações entre esquerdas e democracia no pós-Guerra não possam ser analisadas meramente como uma questão de presença ou falta de *vontade democrática*. O que deve ganhar centralidade neste debate são as condições materiais e institucionais para que ambas as partes - esquerdas e Estado - possam firmar compromissos com regras institucionais democráticas. Exposto isso, parece pouco razoável acreditar que durante o período de Guerra Fria tais condições tenham existido para o PCB.

Portanto, não se trata necessariamente de uma *reconversão democrática* o que ocorreu nas décadas de 1970 e 1980. Admitir tal premissa gera três problemas que devem ser confrontados ou, ao menos, matizados: 1) parte de uma premissa generalizante de que as esquerdas teriam se desviado em larga medida da democracia como um objetivo em prol de ideais revolucionários; 2) silencia não somente a repressão e a censura praticadas pelas ditaduras militares contra grupos de esquerda, mas as praticadas pelos próprios governos *democráticos* pré-golpes de Estado; 3) limita o conceito de democracia apenas aos aspectos formais e institucionais delimitados por uma certa interpretação liberal, deslegitimando outras concepções possíveis. Ou seria possível afirmar que, durante o período em que viveu na ilegalidade, o PCB não teria lutado por meio dos seus sindicatos, jornais e atuação militante, em prol de maior participação popular na política e na economia, direitos mais igualitários, o retorno das eleições diretas e o fim de um governo autoritário?

Sendo assim, não parece ser preciso analisar as relações entre esquerdas e democracia no período referido como uma *reconversão democrática*, mas sim uma vitória política dos

grupos de esquerda que, durante um processo de democratização, reconquistaram a legitimidade do seu espaço dentro da institucionalidade das democracias representativas. Em outros termos, certamente ocorreram mudanças dentro das esquerdas em prol de uma maior aceitação das democracias representativas, mas, as maiores mudanças no período ocorreram nas instituições de Estado, que após muita pressão da luta política do período de redemocratização, passaram a aceitar a legitimidade da atuação legal de grupos de esquerda. Portanto, se os debates a respeito de um socialismo democrático ganharam espaço na sociedade brasileira neste período, isso se deu por meio de bases materiais mais sólidas para tais ideias proliferarem, fruto de um contexto mais favorável para a ampliação do conceito de democracia - de *détente* da Guerra Fria e de intensa luta por democratização na sociedade brasileira e no Cone Sul.

A criação do PT esteve inserida neste contexto de reestruturação das esquerdas, e apresentou desafios para o presente e futuro do MDB, colocando uma considerável pressão no grupo *autêntico* do tradicional partido de oposição à ditadura. Afinal, com a criação de um partido realmente de esquerda, qual posição os políticos do MDB com posições mais à esquerda iriam tomar? Estariam dispostos a sair do MDB e realizar a filiação ao PT? Assim, o MDB passou a ter adversários não somente à sua direita do espectro político, mas também à esquerda, e que visavam disputar o voto da parcela do eleitorado formada por trabalhadores urbanos em regiões industrializadas, tão cara ao crescimento eleitoral do MDB nos pleitos de 1974 e 1978. Por exemplo, segundo Benedito Tadeu César, em 1982, 51% dos eleitores do PT em São Paulo eram trabalhadores do setor industrial.<sup>265</sup>

Ao retomar o texto de Cardoso sobre o processo de criação do PT, é possível perceber como ele oscila entre elogios contundentes ao princípio de um partido formado por trabalhadores e um tom de demasiada cautela em relação à atuação política deste mesmo partido na prática. Ao expor suas ideias, iniciou apontando um dos problemas centrais para a dialética da democracia histórica: a relação sempre tensa entre representante e representado. Na sua concepção, o sistema político brasileiro “sempre esteve mais baseado no espelhismo do que na representação” Por *espelhismo*, o sociólogo se refere aos momentos em que os representantes se colocam na posição de verdadeiros espelhos das demandas daqueles que buscam representar - nos termos de Cardoso, “os representantes imaginam sempre espelhar, por delegação tácita, na maior parte das vezes, o sentimento e os interesses de seus representados” Para o autor, este

---

<sup>265</sup> CESAR, Benedito Tadeu. Verso, Reverso, Transverso: O PT e a democracia no Brasil, Unicamp, 1995, p.135, tese de doutorado APUD SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Atêlie Editorial, 2011. p.61

fenômeno é usualmente praticado por líderes autoritários que buscam falar em nome da população, tirando-lhes sua autonomia política, bem como dá sustentação às formas de dominação elitistas, o que, por fim “gera pólos de riqueza num contexto de privação e pobreza”. Entretanto, após expor este quadro histórico negativo em torno do caráter pouco democrático da representação política no Brasil, há um rompante de grande otimismo na sua fala ao afirmar que “é provável que estejamos assistindo aos primeiros sintomas do fim deste sistema secular”.<sup>266</sup> Para trazer um exemplo empírico para o seu argumento, descreveu o seguinte evento:

Há pouco participei de uma reunião organizada por uma comunidade eclesial de base para discutir o problema do Lixão de Osasco. Apesar das soluções encaminhadas pelo prefeito Guaçu Piteri (que esteve presente à reunião) e do endosso a elas dados pelos vários deputados (de ambos partidos) de maior votação da área e dos senadores presentes, os líderes locais exigiram que todos explicitássemos a forma pela qual lutávamos pelos objetivos da comunidade e as sanções políticas em que as autoridades (e os representantes do povo) incorreriam se nada acontecesse num prazo definido. Pediram mesmo (no que foram atendidos) que cada parlamentar se comprometesse por escrito com o que estava dizendo. Sinal dos tempos. A deleção implícita e o espelhismo estavam morrendo, na prática na reunião da Comunidade de Helena Maria, em Osasco. Faltava, contudo, uma visão não segmentada do interesse popular e do processo político.<sup>267</sup>

Neste trecho é possível identificar elementos fundamentais para algumas características da visão política de Cardoso em torno da redemocratização brasileira na segunda metade da década de 1970. O alargamento do espaço da política e a integração de grupos historicamente marginalizados na política institucional são vistos com bons olhos e até mesmo de forma otimista em relação ao futuro. Entretanto, o aspecto mais interessante da sua argumentação se encontra nos momentos em que o mesmo passa a alertar para o que considera ser alguns dos riscos desta mobilização popular para o próprio processo de redemocratização, valendo-se da fundação do Partido dos Trabalhadores como um exemplo.

A argumentação sobre a possibilidade de fundação do novo partido também é pautada por dois momentos distintos. Um otimismo mesclado com pública admiração ao afirmar que os metalúrgicos do ABC “não ‘conchavaram’ com os grupos políticos institucionalizados ou com os que pretendem falar novamente em nome dos trabalhadores. Foram explícitos: trata-se de um partido que buscará o apoio dos assalariados amplamente, mas não dos patrões”, enfatizando que a comissão de um partido dos trabalhadores será formada por sindicalistas e trabalhadores - não por políticos profissionais -, diminuindo assim a distância entre

---

<sup>266</sup> CARDOSO, op.cit., 19/1/1979

<sup>267</sup> Idem, Ibidem.

representantes e representados. Ainda é reiterado uma certa quebra dos *espelhismos* ao se colocar que “dessa vez, pelo menos a proposta de organização partidária não veio de qualquer grupo de notáveis que se autodefiniu como representante do povo. Veio de dirigentes sindicais”.<sup>268</sup> Entretanto, a leitura de Cardoso não consiste apenas em elogios.

Em momentos mais críticos do seu texto, o autor constrói uma linha de raciocínio que será a tônica de muitas das suas posturas durante a década de 1980: a de que uma certa radicalidade dos movimentos sociais e dos trabalhadores organizados poderia colocar em risco o próprio processo de redemocratização ao ser utilizada e/ou manipulada de forma estratégica pela ditadura militar. Assim, o sociólogo coloca que um movimento como a fundação do PT “poderia prejudicar eventualmente a frente de oposições que é o MDB”, destacando que “os responsáveis pela iniciativa parecem estar conscientes dos riscos de serem usados como massa de manobra dos interesses palacianos que querem dividir as oposições”.<sup>269</sup>

Para Cardoso, o papel das lideranças do MDB seria a de advertir e sugerir aos metalúrgicos e membros fundadores do PT que façam uma distinção “entre o debate de novas propostas partidárias e seu desdobramento efetivo para que elas não prejudiquem os interesses nacionais de redemocratização do País”.<sup>270</sup> E, como encerramento de seu texto, mais uma vez recorre à tentativa de promover um equilíbrio entre otimismo e cautela crítica, colocando as seguintes considerações finais:

É essa a meu ver a reação adequada de todos os que crêem que a democratização dependerá de iniciativas enraizadas na base, mas que sabem também que existe uma luta frontal contra o autoritarismo e que, portanto, será necessário mover essas mesmas bases no contexto de uma frente oposicionista unida, que até agora vem sendo representada pelo MDB. (...) O debate relativo a essas propostas - principalmente quando vindo de fora do circuito das elites tradicionais - é necessário e pode ser útil. O MDB se quiser continuar a servir de frente articuladora das oposições deverá reagir construtivamente entendendo o momento e facilitando a reordenação do sistema político através de iniciativas que sejam democratizantes, incluindo-se entre essas a quebra das exigências rígidas que ora regem a criação de novos partidos, Mas tudo isso requer da parte dos que apresentam as novas propostas partidárias o sentido de responsabilidade perante os interesses populares. A precipitação e o oportunismo fazem o jogo do governo e não podem ser abrigados na frente oposicionista. O pensamento pluripartidário sério e o fortalecimento do papel das bases na vida política nacional, ao contrário, devem ser vistos como estímulos para a redemocratização do Brasil.<sup>271</sup>

---

<sup>268</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>269</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>270</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>271</sup> Idem, *Ibidem*

As críticas de Cardoso caminham no sentido de cobrar do futuro partido dos trabalhadores que evite cair no jogo da *precipitação* e do *oportunismo*, dando a entender que críticas mais severas ao MDB - o qual é adjetivado como uma *frente oposicionista unida e articuladora das oposições* - seriam contraproducentes para a luta democrática no Brasil. Tal linha de argumentação permite que seja mais fácil delinear o impacto mais profundo que a fundação do Partido dos Trabalhadores teve na trajetória política de Cardoso neste contexto da redemocratização.

Ao adotar posturas claras, objetivas e deliberadamente situadas no campo das esquerdas latino-americanas, a criação do PT, somada à reforma partidária de 1979, colocou Cardoso em uma situação muito particular em relação ao seu futuro político. À sua esquerda, o PT demonstrava ter o ímpeto de querer aprofundar muitas das ideias defendidas na campanha de Cardoso em 1978, com o partido fincando sua bandeira de uma vez por todas no campo das esquerdas e da radicalização da democracia. Por outro lado, Cardoso já estava consolidando o seu posto como liderança do MDB, e defendendo publicamente as conquistas já obtidas pelo partido, ainda apostando na capacidade da agremiação ser um articulador institucional das oposições à ditadura, promovendo uma espécie de defesa do *lento, gradual e seguro* enfrentamento ao projeto de distensão promovido pelos militares. Como será melhor destrinchado doravante, FHC acabou por unir forças com grupos que passaram a trilhar o segundo caminho, o do reformismo conservador.

A adoção de um sub-capítulo próprio para analisar o impacto da criação do PT na trajetória política de Cardoso é legitimada pelo fato de que, ao se analisar as posturas defendidas pelo sociólogo durante a sua campanha para o Senado e boa parte das greves do ABC, parece muitíssimo mais coerente conceber tais posicionamentos como mais próximos dos ideais defendidos pelo PT do que por grande parte das lideranças do MDB. Os entusiasmados elogios à figura de Lula, o otimismo em torno de uma proposta de organização de movimentos sociais e grupos populares da sociedade civil como as igrejas, sindicatos, movimentos estudantis, a radicalização da democracia, e a admiração pela ideia de um partido socialista formado de baixo para cima, defendendo a autonomia dos trabalhadores e crítico ao modelo soviético. Todos estes elementos estavam, em grande medida, nos discursos de Cardoso e nas discussões embrionárias da criação do PT. A criação do PT em 1980 não seria a materialização de boa parte das ideias defendidas pelo próprio sociólogo?

Embora seja difícil encontrar uma resposta plenamente satisfatória para este questionamento, o que as fontes parecem indicar é que a criação do PT não foi somente a

materialização de muitos dos princípios defendidos por Cardoso na sua campanha em 1978, mas a materialização de um verdadeiro oponente para o MDB/PMDB dentro das fileiras de oposição à ditadura, o que foi visto como uma ameaça ao protagonismo de um partido que estava crescendo desde as eleições de 1974. O que pode ser visto em diversos textos de Cardoso - e será abordado com maior profundidade no capítulo posterior - é uma defesa do MDB/PMDB como um partido capaz de traçar um caminho *seguro e sólido* para a redemocratização brasileira, enquanto o PT e demais grupos da sociedade civil mais à esquerda, poderiam colocar tal caminhada em risco.

Um novo momento para a trajetória do MDB - que após a reforma partidária de 1979 teve seu nome alterado para PMDB - se deu com as eleições de 1982. Nestas, as primeiras a contar com eleição direta para governador de estado desde 1965, o partido de oposição obteve importantes resultados. O PMDB elegeu 9 governadores de estado, tendo obtido vitórias expressivas em importantes colégios eleitorais, como São Paulo, com André Franco Montoro, e Minas Gerais, com Tancredo Neves. Outra vitória importante dos partidos de oposição foi a do PDT de Leonel Brizola, eleito governador do Rio de Janeiro. O PDS, ex-ARENA, elegeu 12 governadores, garantindo a sua força eleitoral na maioria dos estados menos urbanizados e industrializados. Na disputa pelo Legislativo, uma leve vantagem do PDS, que elegeu 235 deputados federais e 15 senadores, contra 200 deputados federais e 9 senadores do PMDB - o PDT elegeu 23 deputados federais e 1 senador, o PTB 13 deputados federais, e o PT 8 deputados federais.

Dez dias depois das eleições, no dia 25 de novembro, Cardoso publicou um texto opinativo na *Folha de S. Paulo* a respeito da participação do PMDB no pleito, enfatizando a vitória de Montoro em São Paulo. Intitulado *A responsabilidade da vitória*, o texto inicia celebrando os resultados do MDB em nível nacional como um “imenso progresso das oposições”. Mas, o principal foco da sua análise é o caso de São Paulo, onde “a vitória do PMDB foi estrondosa”.

Pesam imensas responsabilidades sobre os ombros de Franco Montoro e do PMDB. O eleitorado acreditou na mensagem: é preciso mudar; necessitamos democratizar e reformar a sociedade. Não há por que desconfiar da capacidade do partido e do governador para implementar as mudanças, nem dos bons propósitos de cumprir o prometido. Talvez no início - no primeiro ano de governo - o ônus de receber um Estado endividado, com uma situação financeira calamitosa e com o câncer da corrupção enquistado, limite as chances de realização. Não limitará, entretanto, a orientação fundamental, neste aspecto, que há de ser a de sobrepor a tudo o critério de bem estar social (principalmente no que diz respeito à expansão do emprego) e o de impor, com o apoio do povo, a moralidade pública. Mais claramente, ainda, não há por que duvidar do avanço democratizador esperado. (...) No conceito moderno de

democracia, não basta a noção - indispensável, contudo - de representação parlamentar e de independência dos poderes. Como contrapeso à força avassaladora do Estado e da burocracia, é preciso incentivar as formas de controle mais diretas a serem exercidas pelos cidadãos e pelas comunidades sociais. É insuficiente a noção individualista-liberal de responsabilidade do cidadão, delegada pelo voto. Requerem-se procedimentos que permitam ativar a participação popular. Será longa a marcha. Mas o PMDB e o governador Montoro (que prega com convicção estes ideais), sem exclusividades ou pretensões de descabida autosuficiência, têm condições para dar a largada nesta corrida democrática. Esperemos que as correntes renovadoras da sociedade civil e os partidos de oposição, democráticos e socialistas, se unam nesta grandiosa competição para assegurar maiores chances de êxito à experiência política de São Paulo.<sup>272</sup>

No vocabulário do texto de vitória falou-se em mudanças, expansão do emprego, moralidade pública, participação popular, controle direto pelos cidadãos e avanço democratizador. Como quase todo pronunciamento após uma vitória eleitoral, as palavras empregadas estavam muito mais próximas de configurar uma carta de boas intenções do que propriamente um plano de governo. Ao assumir os governos estaduais em março de 1983, o PMDB solidificou uma conquista importantíssima após anos de enfrentamento contra a ditadura. Mas, também foi colocado em maior evidência, tal como as suas responsabilidades aumentaram. Portanto, era chegado o momento do maior teste para o partido: estaria o partido do movimento democrático capaz de acompanhar as demandas de uma democracia em movimento?

---

<sup>272</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A responsabilidade da vitória. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 de novembro de 1982.





## 5. OS TEMPOS DA NOVA REPÚBLICA: OS *DEMOCRATAS* CONTRA A DEMOCRACIA? (1983-1988)

Em palestra proferida na Associação dos Sociólogos de Brasília, em maio de 1983, e intitulada *Transição para onde?*, Cardoso defendeu uma leitura de que devido à incapacidade da sociedade civil brasileira se organizar e pressionar os caminhos do processo de redemocratização, o mesmo acabou por restringir-se ao controle do Estado e “dos mesmos setores, ou de parte significativa dos setores que desencadearam o processo de 1964”, sendo que tal característica consolidou-se “não por falta de vontade, não por falta de consciência nem de lucidez sobre a situação”, mas “por falta de força da sociedade para avançar mais”.<sup>1</sup> Assim, ao longo de seu texto, a visão entusiasmada das greves do ABC no passado ganhou um novo significado, muitíssimo mais pessimista, tal como no momento em que afirma: “mesmo nos casos mais vibrantes, que foram as greves de São Bernardo, especialmente em 1979 e 1980, mesmo nesses casos, quando se analisa com a perspectiva, não da paixão, mas com o ânimo de entender, foi quase patético”.<sup>2</sup> Como pode-se perceber na citação abaixo, o caminho da institucionalidade e dos acordos formais passou a ser a tônica predominante dos discursos de Cardoso.

Então, neste momento de transição, temos que olhar muito para essa institucionalidade. (...) Somos co-autores no sentido de que não sabemos nos organizar, ter força suficiente para fazer diferente, e com o tempo, porque não fizemos diferente, então jogamos este jogo. Qual é este jogo? Este jogo é o das transformações limitadas. É o jogo dos avanços que estamos conseguindo, mas que não são pactados. (...) Somos parte. Se estamos num jogo político, se estamos num partido, mesmo protestando, e protestamos (não se trata de questão moral de consciência, não estou julgando ninguém), estamos dentro de certo marco institucional. Então, temos que assumir a responsabilidade de estarmos nele. É uma atitude cômoda a de pensar que não se está. Aí é fácil. Quem quiser pensar que não está, deve ir para um convento. Não um convento moderno; nos conventos modernos as pessoas sabem onde estão, e tentam mudar. Convento antigo, daqueles que Hamlet mandava Ofélia, que é o da meditação, que sai do jogo do real, sai do jogo da política. Quem não tiver a vocação de eremita, quem realmente tem consciência política e social, é melhor entender com realismo a conjuntura, entender o que está fazendo, e tentar ser coerente, ser consequente com o que está fazendo e não o que gostaria de ser feito.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Transição para onde?* In: **A democracia necessária**. Campinas: PAPIRUS, [1985]. p.13-16

<sup>2</sup> Idem, *Ibidem*. p.15.

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*. p.24-25. Tal perspectiva do autor é reforçada nesta mesma palestra quando afirma que “é de bom-tom elogiar a sociedade civil e atacar os partidos, como se os partidos não fossem parte da sociedade civil. Eles são, pelo menos na noção hegeliana ou marxista e mesmo na noção clássica do século XVII, são parte da sociedade civil. Mas é de bom-tom fazer elogios à sociedade civil e restrições ao setor político. Acho que isso não é adequado. Não por motivo moral – se fosse correto, tudo bem, acho que é adequado fazer restrições e críticas ao setor político; acabei de fazer várias. Mas, e a sociedade civil o que propõe? No que ela está avançando hoje? Qual a demanda efetiva dessa sociedade civil, no sentido de que suas organizações não sejam corporativas? Que não seja defesa do

Ao passo que esta intensificação do caráter conservador na postura de Cardoso em torno do combate à ditadura militar é um fenômeno de importância central para os objetivos deste estudo, cabe ressaltar alguns importantes elementos para se abordar este movimento em prol de uma defesa tão enfática dos mecanismos e instituições formais como principais vetores do processo de redemocratização. Em primeiro lugar, demonstra-se imprescindível entrecruzar este depoimento emitido no mês de maio de 1983 com os seguintes eventos de grande relevância ocorridos em março, abril e maio do mesmo ano e que serão expostos em sua ordem cronológica: a) por meio das eleições de novembro de 1982 - as primeiras eleições diretas para governadores de Estado desde 1965 -, André Franco Montoro (PMDB-SP) assumiu no dia 15 de março de 1983 o posto de Governador do Estado de São Paulo; b) na mesma data, Fernando Henrique Cardoso, na condição de suplente de Montoro, assumiu o cargo de Senador pelo Estado de São Paulo no Congresso Nacional; c) entre os dias 4 e 7 de abril, manifestações realizadas na Grande São Paulo contra o desemprego e o arrocho salarial são caracterizadas por grandes multidões que promovem quebra-quebras, saques e atos públicos cobrando medidas dos poderes instituídos, sendo estas fortemente reprimidas pelo governo Montoro; d) em eleição interna do PMDB paulista no dia 12 de abril de 1983, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente do Diretório Regional do partido no Estado; e) por fim, no dia 11 de maio, na condição de governador do Estado, legitimado pelos mecanismos institucionais do período militar, Montoro nomeia Mário Covas prefeito da cidade de São Paulo.

As manifestações de abril de 1983 na Grande São Paulo inseriram um elemento novo na dinâmica do processo de redemocratização. Este elemento novo não necessariamente advinha do caráter transgressor das manifestações ou de seu conteúdo violento, nem da prática de furtos de alimentos por grandes multidões, mas em especial por ser uma das primeiras experiências em que formas organizadas e não-organizadas de protesto por parte da sociedade paulista – em especial dos setores mais pobres e marginalizados que encontravam-se em situação de desemprego – buscaram requisitar soluções para os problemas da sua realidade cotidiana perante um Executivo Municipal e Estadual que, de forma inédita, encontravam-se sob o poder de representantes do PMDB. Deste modo, a conjuntura do período propiciou esta peculiar situação em que grupos populares pressionaram os *democratas* do PMDB a respeito

---

meu ou do seu interesse, aqui e agora, na base? (...) Quando eu digo que as demandas ficam na fronteira do social e não se politizam, isso ocorre não por causa dos partidos, mas porque a própria sociedade, na sua base, nas suas organizações, não está politizando. Está aceitando as velhas e generosas palavras de ordem, mas não está trazendo novas”. Cf: Idem, *ibidem*, p.37-38.

dos significados práticos do processo de redemocratização, testando os limites que os recém-empossados governos da oposição colocariam para as manifestações, bem como acabaram por demandar que estes políticos apresentassem soluções para gerir tamanha crise. Em outros termos, dentro do campo da oposição à ditadura, grupos que pautavam por uma *democracia direta* passaram a requisitar uma prestação de contas dos expoentes da *democracia representativa*. Este choque de forças e de projetos distintos de democratização da sociedade brasileira consubstanciaram as decisivas disputas políticas dos últimos anos da ditadura até a Constituição de 1988.

### 5.1 A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA LATINO-AMERICANA E A DEMOCRACIA NAS RUAS

Em agosto de 1982, o México tomou uma decisão ousada no campo econômico: o ministro da economia, Jesús Silva Herzog Flores, anunciou que o país estava decretando uma moratória de 90 dias. A situação do país era delicada, complexa e o cunho dramático da medida econômica acabou elevando o caso mexicano a ser o grande símbolo do que veio a ser intitulada de crise da dívida externa latino-americana da década de 1980, a qual ganhou o epíteto de *década perdida*. Com o aumento substancial do preço do petróleo a partir da crise de 1973, a produção petrolífera mexicana passou a atingir níveis elevadíssimos de arrecadação no setor de exportações. Os novos índices elevados de arrecadação foram vistos como garantias para que os governos de Luis Echeverría (1970-1976) e José López Portillo (1976-1982) promovessem ousados investimentos públicos, sendo que na área de infraestrutura, estes contaram com empréstimos dos Estados Unidos e FMI, ampliando a dívida externa mexicana em dólares. Entretanto, as expectativas dos governos do PRI não corresponderam com a realidade dos próximos anos.

O preço do petróleo não se manteve em níveis elevados, caindo no decorrer da década de 1970, e com a arrecadação diminuindo, e o governo de Jimmy Carter (1977-1981) elevou a taxa de juros para 20%: o cenário estava pronto para que boa parte do PIB mexicano estivesse comprometido para o pagamento de dívidas. A moratória foi vista como uma tentativa de solucionar tais problemas. Apesar de ser o caso mais emblemático entre os países latino-americanos neste período de crise, o México não enfrentou tais dificuldades de forma isolada, pois o contexto de dificuldades foi uma realidade em diversos outros países da América Latina, como Chile, Argentina e Brasil. Neste subcapítulo, mais do que abordar os aspectos

propriamente econômicos da crise em nível *macro*, o propósito maior será o de observar e analisar os impactos desta nova realidade socioeconômica no curso dos processos de democratização destes países, em especial o Brasil. No que tange à esfera do *micro*, será abordada a leitura que Cardoso fez dos movimentos de protesto que tomaram conta de São Paulo e do Brasil a partir do ano de 1983, e que colocavam novos elementos para serem debatidos em relação aos significados do que seria democracia, tal como quais seriam os melhores métodos e estratégias para se promover um processo de democratização. Nos termos de Marcos Napolitano, estes movimentos foram capazes de inovar ao fazer da ocupação do espaço público um instrumento político, colocando, nos termos do autor a *praça* contra o *palácio*.<sup>4</sup>

No caso chileno, a crise econômica impôs uma série de desafios para a ditadura militar instaurada no país desde o golpe de estado de 11 de setembro de 1973. A política econômica pautada em um liberalismo radical, focada em promover privatizações de empresas (como a distribuição de água) e serviços públicos (como a previdência, ensino superior e saúde), manter taxas de juros elevadas que privilegiava o mercado financeiro, política cambial flutuante favorecendo os setores de exportação, e uma espécie de desnacionalização da economia chilena, acreditando nos agentes do mercado como capazes de regularem as expectativas e interesses da economia do país, ainda não tinham sido confrontadas de forma massiva pela oposição. Em especial, devido ao clima de apreensão e medo gerado após a repressão muitíssimo violenta perpetrada durante e após o golpe de Estado.

Este novo modelo econômico, muitíssimo pautado nas ideias do economista liberal Milton Friedman, foi visto como necessário pelas autoridades do período ditatorial para o desenvolvimento da economia chilena e a superação do que entendiam como um legado maldito do governo socialista de Salvador Allende – o qual sofreu como diversas ações do governo dos EUA para tentar sabotar o seu governo, inclusive, no campo econômico, como apontam os estudos de Peter Kornbluh.<sup>5</sup> A autoconfiança do grupo de economistas liderados por Friedman no seu modelo econômico parecia elevar este ao status de dogma científico inquestionável.

Por exemplo, em julho de 1981, Friedman afirmou que “o país [Chile] está em pleno boom. O que se observa é comparável ao milagre econômico alemão no pós-guerra”.<sup>6</sup> Um

---

<sup>4</sup> NAPOLITANO, Marcos. O protesto de rua nos oitenta e a crise do regime militar. **Revista de sociologia e política**, n°4/5, 1995.

<sup>5</sup> KORNBLUH, Peter. **The Pinochet file: a declassified dossier on atrocity and accountability**. New York: The New Press, 2003

<sup>6</sup> FRIEDMAN, Milton. **Revista Hoy**. Santiago, Chile, semana 1-7 de julio, 1981 p.20 APUD MOULIAN, Tomás. **Chile actual: anatomía de un mito**. Santiago: LOM, 2002, p.281

pouco antes, o presidente do Banco Central, Alvaro Bardón, havia declarado que as expectativas do governo eram otimistas para a economia, garantindo que a mesma iria crescer “entre 6% a 8% anuais sem nenhum problema”. O tempo tratou de demonstrar que os *Chicago Boys* – nome dado aos economistas próximos de Friedman por terem como origem a universidade da referida cidade – estavam errados. Em 1981 e 1982, o PIB do país caiu 14,1%, e, em 1983, o desemprego atingiu a casa dos 19,2% e a inflação 23,1%. O impacto da crise foi tamanho que, de acordo com Thomas Moulian, “as políticas econômicas já não puderam seguir sendo apresentadas como dogmas. Tornaram-se discutíveis, relativas, duvidosas”.<sup>7</sup>

Na tentativa de responder à crise, o governo decidiu adotar uma arriscadíssima política cambial de desvalorização da moeda. A medida afetou diretamente quem contraiu créditos (ou dívidas) em dólares para, por exemplo, comprar bens de consumo ou meios de transporte, como caminhões e carros. A trágica realidade da crise que se agravava no Chile impôs a necessidade de mudanças radicais na condução da economia, como o abandono do radicalismo liberal. Segundo Moulian, em janeiro de 1983, o Estado chileno alterou sua política econômica e promoveu intervenções nos principais bancos, adquirindo parte das dívidas de grupos econômicos importantes, e evitando seguir o exemplo mexicano de declarar moratória. Ironicamente, as medidas adotadas pelo governo Pinochet para lidar com a crise passaram a ser muitíssimo semelhantes às tomadas durante o governo de Allende. Ainda segundo o autor, o contexto de crise serviu para, do ponto de vista subjetivo, ser um elemento “facilitador para despertar a multidão”.<sup>8</sup>

Os protestos no Chile começaram no dia 11 de maio de 1983, em Santiago, um mês após os trabalhadores paulistas tomarem o centro da cidade e promoverem motins, saques e quebra-quebras. Entretanto, diferentes destas, as manifestações chilenas foram convocadas pela Córdenación Nacional Sindical e Confederação dos Trabalhadores do Cobre e tinham o intuito de promover uma paralização dos trabalhadores. Para Moulian, esta manifestação foi um fracasso, no que tange à paralisação do trabalho e que “a cidade, pela manhã, não parecia muito diferente dos outros dias (...). Mas, com a caída da noite, a situação mudou qualitativamente”.<sup>9</sup> Na noite, os bairros da cidade foram tomados pelos sons das panelas batendo, e das caravanas de carro que buzonavam, em uma forma de protesto multiclassista contra a ditadura. Nos

---

<sup>7</sup> MOULIAN, Tomás. **Chile actual: anatomía de un mito**. Santiago: LOM, 2002, p.278-279

<sup>8</sup> Idem, Ibidem, p.280

<sup>9</sup> Idem, Ibidem, p.290-291

próximos protestos, sempre ao cair da noite, cada vez mais os bairros populares foram se tornando espaços privilegiados para o protesto em forma de catarse coletiva.

No segundo protesto, a paralisação do trabalho não foi mais convocada. A disciplina no "trabalho", que impedia os trabalhadores de entrarem em greve, operava sob o duplo controle do controle patronal e do mercado de trabalho. Na oficina, na fábrica, na empresa, vivia-se a sensação de panóptico, a qual, inclusive, impedia que fosse possível realizar trabalho político. Essa atmosfera não era sentida no bairro, apesar de a ditadura ter instalado sistemas de controle e delação.<sup>10</sup>

Cabe também destacar a violência com que a ditadura chilena reprimiu tais protestos. O segundo protesto convocado contou com quatro pessoas baleadas, 75 feridos, e mais de mil e trezentos manifestantes presos. Deste protesto em diante, cada vez mais a oposição chilena se dividiu entre manifestações que adotavam a estratégia de protestas publicamente contra a ditadura em formatos de passeatas, e outras em formato mais catártico, que contavam com enfrentamentos contra as formas militares. Importante salientar que o número de presos se manteve altíssimo – quase sempre com mais de mil pessoas detidas –, bem como o número de feridos e mortos, os quais estavam muito relacionados com a prática da polícia chilena de disparar tiros erráticos contra a população para fins de dispersá-la.<sup>11</sup>

Se o Chile enfrentava dificuldades para sair de uma ditadura e iniciar um novo período democrático, na Argentina, a crise demonstrou ser um fator de grande dificuldade para a tentativa de se democratizar uma democracia recém-instaurada. No dia 10 de dezembro de 1983, Raúl Alfonsín, do Partido da União Cívica Radical, tornou-se o primeiro presidente democraticamente eleito a assumir o cargo desde o golpe de 24 de março de 1976. Para Jennifer Adair, nos primeiros anos de governo, Alfonsín tentou pôr em prática o discurso de campanha de que a democracia seria “remédio e panaceia para os problemas econômicos e políticos do regime militar”.<sup>12</sup> Argumentava-se que somente a democracia poderia instaurar o pacto social necessário para restaurar a estabilidade financeira e social do país. Porém, uma democracia não é feita somente de eleições, mas, principalmente, do que a autora entende como *direitos do dia-a-dia*. Nesse sentido, em sua pesquisa, Adair analisou as cartas endereçadas para o novo presidente e as expectativas que as pessoas tinham em relação à democracia que o seu governo iria construir na Argentina. Para os trabalhadores argentinos impactados pela crise e buscando

---

<sup>10</sup> Idem, Ibidem, p. 294.

<sup>11</sup> Idem, Ibidem, p.292-300

<sup>12</sup> ADAIR, Jennifer. Democratic Utopias: The Argentine Transition to Democracy through Letters, 1983–1989. *The Americas*, v. 72, n. 2, april 2015, p. 233-234

superar os traumas de uma abominável experiência autoritária, a democracia possuía significados particulares:

Concretamente, democracia significava consertar semáforos, instalar linhas telefônicas, tapar buracos, reabrir fábricas no cinturão industrial ao redor de Buenos Aires e fortalecer os sistemas de esgoto e abastecimento de água. Essas foram as tarefas impostas pelos escritores ao governo Alfonsín e as tarefas pelas quais ele seria julgado.<sup>13</sup>

Um dos textos mais emblemáticos que foram endereçados para Alfonsín foi escrito por Maria Luisa, que após os seis anos de governo do presidente, afirmou com orgulho que agora seus filhos viviam em um “país livre”, concluindo com a seguinte consideração: “mas, os anos foram passando, e embora eu ainda pense e acredite que este [a democracia] é o melhor sistema de governo, chegamos a uma situação desesperadora, Sr. Presidente. Como você pode viver se você não pode comprar as necessidades da vida?”.<sup>14</sup> O contexto de dificuldades vivido pelos trabalhadores latino-americanos abriu portas para pautas urgentes, os referidos *direitos do dia-a-dia*, e entre elas, a ampliação da participação popular nos processos de democratização em curso nestes países na periferia do capitalismo.

Entre os anos de 1983 e 1984, o Brasil viveu um período de intensas manifestações públicas críticas à ditadura, que continham algumas similaridades na forma de impor a ocupação dos espaços públicos como estratégia política, ao mesmo tempo que contavam com um perfil diferenciado de manifestantes e objetivos políticos distintos. Entre abril e novembro de 1983, uma massa de trabalhadores desempregados começou a tomar o centro da cidade de São Paulo e realizar saques aos supermercados e promover *quebra-quebras* na região. Por outro lado, entre março de 1983 e abril de 1984, o país conheceria as *Diretas, Já!*, conjunto de manifestações com pauta mais focada na defesa do retorno das eleições diretas para presidente da República. Segundo Marcos Napolitano, estes dois movimentos

Na verdade expressaram duas visões de democracia: a dos liberais/conservadores, que viam na idéia de democracia a produção do consenso, em contraponto à visão da oposição de esquerda e do movimento popular que entendiam a democracia como a equação do conflito. Na campanha das “Diretas” esta tensão perpassou a ação dos protagonistas e o produto deste embate, político e simbólico, determinou os rumos imediatos do movimento. O esforço das articulações institucionais, que levou à rejeição da emenda “Dante de Oliveira” em abril de 1984, foi no sentido de homogeneizar o significado político/ideológico da ocupação do espaço público e do protesto popular, quando na verdade o sentido daquelas ações era, fundamentalmente,

---

<sup>13</sup> Idem, Ibidem, p.235-236

<sup>14</sup> Idem, Ibidem, p.244

plural. Porque a concepção de democracia enunciada pelos sujeitos que se opunham ao regime militar era igualmente plural.<sup>15</sup>

Para se compreender a explosão da dívida externa brasileira na década de 1980, não há como dissociar este fenômeno de uma política pública institucionalizada pela ditadura no campo econômico. O principal ideólogo da política de endividamento externo foi o economista Paulo Lira, que ocupou os cargos de diretor-executivo adjunto do Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo Brasil em Washington, entre 1966 e 1968, sendo posteriormente diretor da área externa do Banco Central entre 1968 e 1974, para então, durante o governo Geisel, ser convidado pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, para ser o presidente do Banco Central. De acordo com Rabah Benakouche, esta política econômica esteve pautada no princípio de que a ampliação do endividamento externo em si não era um problema, desde que este processo fosse administrado por três princípios básicos: “I) prazo mínimo de amortização dos empréstimos em moeda estrangeira; II) minimização da dívida de curto prazo; e III) manutenção das reservas em nível adequado diante das importações e do serviço da dívida”.<sup>16</sup>

Todavia, como já apontado previamente, o início da década de 1980 foi caracterizada pelo aumento dos juros internacionais, o que impactou diretamente na administração da dívida externa brasileira, que acabou por crescer de forma exponencial. A crise da dívida externa no Brasil gerou o assustador combo de recessão somada à inflação dos preços e desemprego. A tentativa de solução do governo brasileiro foi semelhante à de outros países latino-americanos: recorrer ao Fundo Monetário Internacional.

Do ponto de vista das classes sociais, Napolitano assevera que a recessão minou “as expectativas de ascensão e consumo da classe média”, enquanto “para os segmentos mais pobres, a crise significou o desemprego e a miséria. Com isso, o movimento sindical perdia seu potencial de barganha, ao mesmo tempo que a tensão social aumentava”.<sup>17</sup> Não por acaso, os motins e revoltas de Abril de 1983 não serão liderados por frentes sindicais organizadas e estruturadas de forma hierárquica, mas por massas de trabalhadores desempregados, mais comprometidas com demonstrar sua insatisfação e cobrar os governos estaduais e federal, do que necessariamente encabeçar acordos ou negociações com representantes da ditadura. Ainda segundo Napolitano, a situação dos referidos protestos pode ser definida desta forma:

---

<sup>15</sup> NAPOLITANO, op.cit., 1995, p.163.

<sup>16</sup> BENAKOUCHE, Rabah. **Bazar da dívida externa brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2013. p.31-32

<sup>17</sup> NAPOLITANO, op.cit., 1995, p.162



Durante os saques de abril de 1983, diversas capitais brasileiras foram palco de um verdadeiro drama social. Desta vez não se tratava de uma categoria em greve, de estudantes radicalizados ou do movimento social organizado, tal como surgia o protesto desde fins dos anos 70. Era a “massa amorfa” que ocupava as ruas para protestar. A direita e à esquerda a multidão em protesto mexia com os parâmetros da percepção política. Um dos aspectos que mais incomodava era a ausência de “lideranças”, reconhecidas como tal, durante os motins.<sup>18</sup>

Em estudo diretamente focado na análise dos protestos populares de abril 1983, e que seguiu na trilha de aprofundar considerações apontadas por Eder Sader em seu clássico estudo a respeito da formação de um sujeito coletivo na classe trabalhadora paulista nas décadas de 1970 e 1980, Sidnei Munhoz coloca que os canais de comunicação e sociabilização dos trabalhadores iam muito além do partido e do sindicato. Afinal, em um momento de elevação do desemprego, o desempregado está fora do sindicato, mas segue construindo relações sociais no seu bairro e na sua comunidade. De acordo com levantamentos realizados pelo autor, as manifestações de abril de 1983 tiveram o seu epicentro no distrito de Santo Amaro, na região centro-sul da capital São Paulo, marcada por uma consolidada industrialização. Nesta, dos 130 mil metalúrgicos empregados no ano de 1981, apenas 105 mil encontravam-se empregados em 1983, tendo muitos destes aderido aos protestos.<sup>19</sup>

Como argumenta Munhoz, é em um contexto de ditadura, onde os sindicatos são muito visados e sofrem repressão direta, que o bairro se torna “espaço privilegiado do conflito de classes”. Para o autor, “é no espaço do bairro que foram possíveis a gestação de experiências coletivas as quais deram origem a novos tipos de movimentos sociais”.<sup>20</sup> Embora a proposta de *novos* movimentos sociais possa ser matizada por pesquisas como a de Adriano Duarte a respeito da experiências dos trabalhadores no bairro da Mooca, sugerindo que as formas de organização dos movimentos sociais para além dos sindicatos nas décadas de 1970 e 1980 não eram necessariamente novas, pois já existia uma pulsante organização no cotidiano das comunidades de trabalhadores desde o período do pós-guerra<sup>21</sup>, há de se considerar que a força dos protestos pós-1983 foi um fenômeno inesperado, não somente para a ditadura, mas também para a oposição do PMDB que passava a governar o Estado de São Paulo.

A cobertura realizada pela grande imprensa empresarial a respeito das manifestações utilizou recursos típicos do seu repertório narrativo conservador para deslegitimá-las. A *Folha*

---

<sup>18</sup> Idem, Ibidem, p.162

<sup>19</sup> MUNHOZ, op.cit., 1989, p.12-13

<sup>20</sup> Idem, Ibidem, p.12

<sup>21</sup> DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra**: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

encontrava-se em uma situação delicada, tendo em vista que desde meados da década de 1970, o periódico dava sinais constantes de apoio ao processo de redemocratização, mas também relutava em ceder espaço para posições que relacionavam a luta contra a ditadura militar com questões sociais mais amplas e que demandavam por formas de gestão governamental que incluíssem cada vez mais representantes da sociedade civil em espaços das decisões de poder. Portanto, o agenciamento narrativo proposto pelo periódico deveria contrabalancear e levar em consideração uma série de fatores, sendo essencial nesta operação utilizar as manifestações como um exemplo da ineficiência das políticas econômicas do regime, valendo-se também de uma legitimação da repressão policial contra os manifestantes, sob o argumento de que os atos praticados por estes colocariam em risco o próprio processo de redemocratização. Tais estratégias foram operacionalizadas em larga medida no editorial da edição de 7 de abril do jornal:

diante do estilo autocrático que ainda prevalece na condução da política econômica nacional, as vozes representativas da sociedade paulista continuarão por certo a reivindicar o direito de ser ouvidas e levadas em conta. Enquanto isso não acontece, não resta ao governo e às lideranças sociais do Estado senão redobrar a atenção a sintomas da crise, evitando que descambem para uma violência que só interessa, em última análise, aos adversários da democratização do País. Nessa perspectiva, merece apoio toda iniciativa pública ou particular capaz de devolver um pouco de esperança às camadas da população mais fortemente atingidas pela recessão. Mas não se dispensará a intervenção enérgica da autoridade policial a qualquer princípio de tumulto, seja espontâneo ou maliciosamente provocado, que ameace restabelecer o império do medo nas ruas da cidade.<sup>22</sup>

O editorial apresenta bem as balizas ideológicas de uma concepção de *democracia* reduzida a elementos formais, que quando confrontados, demonstrou-se passível de responder com mecanismos repressivos. A *Folha* sugere que os grupos de protestantes nas ruas podem ser interpretados não como agentes de um processo de democratização, mas justamente o oposto - são violentos inimigos da democracia. Ademais, sugere a intervenção enérgica da polícia como solução para os tumultos no centro da cidade, sugerindo, inclusive, que estes poderiam ser maliciosamente provocados por agentes da ditadura, um recurso comum na retórica de lideranças do PMDB na época. Como é possível constatar, a imprensa de São Paulo e lideranças do PMDB paulista estavam com um discurso alinhado contra os protestos, e, como salienta Munhoz, “embora com um discurso democratizante, o governo Montoro utilizou-se de práticas

---

<sup>22</sup> Menos tensão In: Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 07/04/1983. p.2

repressivas quase tão violentas quanto as dos governos anteriores” durante as manifestações de 1983.<sup>23</sup>

No canto direito da mesma página em que se encontrava o editorial previamente referido, e 5 cinco dias antes de assumir o cargo de Presidente do Diretório Regional do PMDB-SP, Cardoso utilizou da sua coluna própria na *Folha* para reforçar a linha narrativa adotada pelo periódico. Ao responsabilizar pelas manifestações tanto os setores conservadores contrários aos grupos que apoiavam o governo Montoro quanto grupos de *extrema-esquerda*, o recém-empossado Senador criticou de forma dura os protestos de abril de 1983, inclusive, acusando-os de terem sido realizados em um momento propício para desestabilizar a também recém-empossada gestão Montoro.

Mais cedo do que se esperava, criou-se em São Paulo uma situação social-política que exige decisão, ação coordenada e firmeza. Ninguém discute, em sã consciência, a legitimidade da demanda social: aí estão o desemprego, a inflação acelerada, os juros escorchantes, os aluguéis que sobem na ciranda incessante dos reajustes. Tampouco se pode discutir a legitimidade de movimentos sociais que exigem solução para tudo isso, mesmo que se indague sobre sua oportunidade. O que espanta, no caso, é a demora da reação popular e a coincidência entre a posse de um governo eleito democraticamente e o acirramento de críticas, nem sempre cabidas. Antes mesmo que os acontecimentos se tivessem espalhado por São Paulo, a Associação Comercial lançava veemente manifesto, dando a impressão de que o governo estadual era culpado da situação e perdera o controle dela. (...) Na verdade, a partir de manifestações sociais explicáveis (e importa pouco saber, no caso, se havia ou não algum grupo organizado por trás delas), tendo havido um fenômeno espontâneo de revolta que se generalizou – contra uma situação criada por política econômica do governo federal e não contra o PMDB ou o governo estadual – os setores conservadores da sociedade passaram a dar gritos de alarme para paralisar as tendências democratizadoras que o governo Montoro abriga ou alenta. É este o fundo político da questão. Existe uma tentativa de condicionar o governo Montoro, utilizando-se o fantasma da revolta social e da extrema esquerda, para frear qualquer mudança. (...) Ao governo estadual cumprirá, ao mesmo tempo em que se assegura os direitos da sociedade e o clima de respeito necessário à democracia, prosseguir sua meta democratizante e social. (...) Denunciando os aproveitadores de sempre que querem confundir o protesto legítimo com a baderna lúmpen que serve à direita. Aos partidos – ao PMDB e aos demais opositores – caberá manter as condições políticas ao avanço democrático e a independência para cobrar as realizações governamentais necessárias para atravessarmos a difícil fase social do País.<sup>24</sup>

Tal como previamente citado no capítulo anterior, se nos anos anteriores Cardoso utilizou o seu espaço na *Folha* para adjetivar as greves dos metalúrgicos do ABC como um *batismo de cidadania* de trabalhadores urbanos comprometidos com a democracia e *radicalmente contra as estruturas de opressão na sua integralidade, sociais, econômicas e*

<sup>23</sup> MUNHOZ, op.cit., 1989, p.121

<sup>24</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A difícil democracia In: Opinião. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 07/04/1983. p.2

*políticas*, os manifestantes oriundos de Santo Amaro não receberam o mesmo tratamento de sua parte. Deste modo, cada vez mais a atuação política de Cardoso e da *Folha* pareciam entrecruzar-se em projetos em comum para o futuro do processo de transição. Deste modo, os termos utilizados por Lohn ao definir a atuação do jornal durante a redemocratização parecem valer também para os projetos de Cardoso e da elite política do PMDB paulista no início dos anos 1980. Para o autor:

Diante da tarefa de atuar no âmbito de um regime autoritário e a construir a aceitação de resultados eleitorais favoráveis a uma oposição consentida, cuja existência deveria limitar-se a atribuir legitimidade para um jogo político que não ameaçasse a ordem prevista, coube reduzir ao máximo o alcance das possíveis demandas advindas de um processo de democratização e restringi-lo a determinados momentos. Associar democracia, tão só, a eleições regulares para todos os níveis do Executivo e do Legislativo, foi uma operação a que se dedicaram governo e oposição e seus tramados podem ser detectados nas páginas dos jornais.<sup>25</sup>

Mas, não foi somente no espaço da grande mídia empresarial que Cardoso abordou a questão das manifestações de abril de 1983. A temática foi muito debatida no Congresso Nacional, espaço no qual Cardoso recém tinha tomado posse no cargo de senador e inicia os seus trabalhos tendo que lidar com o contexto da crise econômica e das manifestações no centro de São Paulo, discutindo tais fenômenos com os demais parlamentares. Todavia, a sua primeira participação ativa no Senado não foi em um debate com outros senadores, mas uma sabatina com o então ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, realizada no dia 24 de março de 1983, semanas antes dos protestos começarem. Na sua fala, Cardoso foi especialmente crítico com o discurso promovido pela ditadura de que os problemas sociais que ocorriam no país eram frutos de crises econômicas externas, e que não necessariamente foram produzidas pelo governo. Na sua fala, o recém-empossado senador apontou que Galvêas

falava como se ele fosse alguém que não o Ministro da Fazenda, as coisas acontecem, de repente os juros subiram, de repente houve a crise do petróleo, houve o choque do petróleo, o primeiro, o segundo. E nós? Reações meramente adaptativas ou tivemos uma estratégia. E não há quem tenha responsabilidade por essa estratégia? E não é melhor e mais fácil para o entendimento assumir a responsabilidade e dizer: errei?<sup>26</sup>

Apesar do tom duro adotado contra o ministro Galvêas, no dia 6 de abril, Cardoso passou a matizar suas posições, adotando postura menos combativa. Na sua fala, em diálogo com o senador Roberto Saturnino Braga (PDT-RJ), Cardoso sugeriu que o Senado ainda estava

---

<sup>25</sup> LOHN, op.cit., 2013, p.77

<sup>26</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, 24 de março de 1983, p.548

pouco informado a respeito dos quebra-quebras e motins em São Paulo, apontando que em eventos desta natureza “nunca se sabe qual é o encadeamento, qual é o efeito de curto-circuito, e pouco interessa saber, na verdade, do ponto de vista político mais geral”. Como complemento do seu raciocínio, apontou uma consideração importante: “se houve alguém que jogou o fósforo. O que interessa é ver que o feno está seco, e está seco no Brasil”.<sup>27</sup> Portanto, não seria o momento de apontar responsabilidades, mas de refletir a respeito do contexto da crise. O argumento de Cardoso seguia uma lógica simples de compreender: não era o momento de apontar culpados, pois um dos alvos fáceis seria o governo Montoro, que tomou posse enfrentando um seríssimo drama social. Logo, uma das funções importantes de Cardoso no Senado foi a de ser um guarda-costas retórico do governo Montoro, buscando defendê-lo ou tentar desviar algumas críticas endereçadas ao governador e ao PMDB. Tal postura fica evidente no pronunciamento realizado como desfecho do diálogo de Cardoso com Saturnino Braga.

é preciso deixar bem claro que não existe uma crise em São Paulo; existe uma crise no Brasil, económica e social, e, no mundo, uma crise económica. O episódio de São Paulo é de um começo *de* democratização, episódio que não deve ser tomado senão nessa perspectiva em que, ao invés precisamente de haver repressão, o Governador de São Paulo recebeu uma delegação daqueles que se manifestavam e lhes disse com toda clareza que, na medida do possível, o Governo fará um esforço para atender às reivindicações de emprego, mas disse também que as reivindicações têm de ser feitas de maneira apropriada.<sup>28</sup>

O senador paulista ainda citou o documento publicado pelos três governadores de oposição dos estados do Sudeste (Franco Montoro (PMDB), governador de São Paulo; Leonel Brizola (PDT), Rio de Janeiro; e Tancredo Neves (PMDB), governador de Minas Gerais) a respeito dos violentos protestos, no qual, estes fazem “um apelo à população para que se mantenha em calma evitando manifestações violentas, que só servem aos inimigos da democracia”.<sup>29</sup> A ideia de que os protestos de abril de 1983 poderiam servir contra a luta democrática é um tema presente na retórica da oposição institucional à ditadura. A pluralidade social destes protestos, e a dificuldade dos mesmos serem direcionados para um determinado fim por grupos organizados, como os sindicatos ou partidos, geraram apreensões e críticas não somente de representantes da ditadura militar, mas também do PMDB e PDT.

---

<sup>27</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, 6 de abril de 1983, p.719

<sup>28</sup> Idem, *Ibidem*, p.722

<sup>29</sup> Idem, *Ibidem*, p.722

Um exemplo específico que demonstra a tensão entre oposição institucional e o descontentamento dos trabalhadores desempregados nos protestos de ruas pode ser visto em uma discussão no Senado entre Murilo Badaró (PDS-MG) e Fernando Henrique Cardoso, no dia 9 de abril de 1983. No discurso de Badaró, o senador mineiro citou que “por mais justas e legítimas que fossem” as reivindicações dos manifestantes paulistas, o Estado de São Paulo corria o risco de que as ações fossem transformadas “em motivo para a baderna, para o caos, para a depredação e para a desordem”.<sup>30</sup> E por isso, elogiava as palavras do Governador do Estado de São Paulo que, por meio da repressão a partir do uso das polícias militares, seria um governante que “recompõe as coisas, restaura o princípio da autoridade em São Paulo, restabelece a ordem e faz São Paulo reingressar na vereda tranquila do progresso, do trabalho e do desenvolvimento”.<sup>31</sup> A argumentação de Badaró era artilosa, uma espécie de armadilha retórica.

Ao criticar os manifestantes e elogiar os atos de repressão do governo Montoro, seu intuito era trazer ainda mais pressão para o dilema vivido pelo PMDB paulista, e tentar forçar os parlamentares da oposição a defenderem em público as ações das forças policiais contra os manifestantes, e assim a armadilha estava montada. Caso fosse promovida uma defesa das ações repressivas, criava-se margem para críticas de que a forma como o PMDB governava o Estado de São Paulo não seria diferente da forma como o estado foi gerido pelos antigos governos da ARENA/PDS. Por outro lado, caso a repressão fosse denunciada, os parlamentares da oposição necessariamente indicariam falta de coesão dentro das frentes de oposição institucional, que já vivia um processo de fragmentação desde a reforma partidária de 1979. Como escapar desta delicada situação? Cardoso, um dos mais vívidos defensores da gestão Montoro no Congresso, mais uma vez optou pelo caminho de denunciar que os protestos estariam sendo alimentados por grupos anti-democráticos e próximos à ditadura. Ao responder Badaró, Cardoso apontou que o primeiro passo para se investigar os atos em São Paulo era o de identificar melhor os grupos envolvidos, e, feito isso, sugeriu o seguinte:

Primeiro, devo esclarecer que não acredito que, mesmo que tenham existido grupos, que eles expliquem o que aconteceu. O fenômeno desta natureza, desta dimensão, é um fenômeno social que ultrapassa de longe as eventuais tentativas organizadas. Mas eu queria assinalar uma outra questão; é a dificuldade desse tipo de identificação. O *Jornal do Brasil* de hoje publica uma foto, e eu não vou de maneira nenhuma acusar nem V. Ex e nem seu Partido do que está aqui, que tem a seguinte legenda: “usando a camisa com a propaganda de Reynaldo de Barros e Paulo Maluf, distribuída pelos

---

<sup>30</sup> BADARÓ, Murilo. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, DF, 9 de abril de 1983, p.867

<sup>31</sup> Idem, *Ibidem*

candidatos do PDS nas eleições, um saqueador se apressa em sair do mercado com a sua cesta de mantimentos." Eu não diria isso, que isso é uma prova de que Paulo Maluf está envolvido nisso e muito menos que o PDS esteja. É muito difícil, nesse tipo de movimento, saber quais são as origens.<sup>32</sup>

Os motins de 1983 em São Paulo foram vistos de forma negativa por Cardoso, interpretando-os como movimentos planejados para atacar o governo Montoro. Entretanto, no mesmo ano, outro movimento começou com caráter de protesto de rua começou a tomar forma no Brasil e contaria com o apoio de Cardoso: o das *Diretas Já*. Há um certo debate em torno da 'origem' do movimento, mas, em linhas, gerais, cabe frisar que, em 1983, ocorreram protestos pró-eleições diretas no dia 31 de março, em Abreu de Lima (PE), no dia 15 de julho em Goiânia (GO), e duas manifestações maiores no início do movimento, realizadas em grandes centros urbanos, ocorreram no dia 27 de novembro, em São Paulo (SP), e, 12 de janeiro de 1984, em Curitiba (PR), reunindo 40 mil pessoas neste último.

O fator que mais diferenciava os comícios das *Diretas Já* dos motins era a pauta centralizadora e homogeneizante do movimento. Os motins não possuíam lideranças solidificadas, nem contavam com pautas direcionadas por sindicatos, partidos ou de movimentos sociais organizados, sendo expressões fragmentadas de rebeldia e descontentamento contra a situação socioeconômica do país. Por sua vez, as *Diretas* tiveram pautas centralizadoras e objetivas, participação direta dos partidos políticos da oposição e suas lideranças, bem como de outras organizações da sociedade civil. Por exemplo, se os motins eram combatidos pelos governadores, no caso das *Diretas*, um dia antes da manifestação do dia 27 de novembro, em São Paulo, os governadores de partidos da oposição emitiram um comunicado oficial em prol do movimento.<sup>33</sup> Como afirmou Napolitano, "se as multidões de saqueadores em abril de 1983 anunciavam imagens apocalípticas no imaginário político, as multidões das 'Diretas-Já' suscitavam as imagens do consenso, em que pese as tensões internas do movimento".<sup>34</sup>

Entretanto, cabe mencionar que a efetividade de uma adesão massiva ao movimento não foi dada à priori, mas foi sendo construída. Por exemplo, no dia 5 de setembro de 1983, em

---

<sup>32</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, p.867

<sup>33</sup> Como aponta Napolitano, "um dia antes do primeiro comício pelas eleições diretas, no dia 26/11, vários governadores de oposição ao regime lançaram um manifesto pelas eleições diretas com o título "O Brasil quer ser ouvido". Assinaram-no Franco Montoro (SP), José Richa (PR), Íris Resende (GO), Jader Barbalho (PA), Gilberto Mestrinho (AM), Gerson Camata (ES), Leonel Brizola (RJ) e Tancredo Neves (MG) este último ainda recalcitrante, pois considerava mais importante o "consenso" em torno do nome do próximo presidente; as eleições diretas poderiam esperar, se fosse o caso". Cf: NAPOLITANO, op.cit., 1995, p.164

<sup>34</sup> NAPOLITANO, op.cit., 1995, p.169

entrevista para o *Jornal do Brasil*, Cardoso concedeu uma entrevista na qual demonstrou cautela em torno da pauta das eleições diretas:

Primeiro, com toda a clareza, eu acho que a eleição direta não resolve os problemas por si. Pode resolver ou pode não resolver. A eleição depende de várias outras condições. A tese da eleição direta é popular porque as pessoas querem participar do processo eleitoral e é politicamente importante, para romper os círculos viciosos que estão por aí, que permite que algumas pessoas ganhem força no processo da eleição. O processo é mais importante do que o resultado.<sup>35</sup>

Ao término da entrevista, Cardoso indicou que durante as convenções do partido, em novembro e dezembro de 1983, mudanças mais bruscas no posicionamento do PMDB em relação à sucessão de Figueiredo poderiam ocorrer, e que, “se isso acontecer, você pode imaginar que a consonância de uma palavra mais dura com o espírito da população será grande”.<sup>36</sup> Com o decorrer das movimentações populares cada vez mais favoráveis às eleições diretas, a postura de Cardoso foi ganhando tons mais assertivos.

Uma de suas falas mais interessantes neste contexto foi realizada no dia 15 de janeiro de 1984, com duras críticas às tentativas da ditadura de manter a sucessão de Figueiredo ainda nos moldes das eleições indiretas via Colégio Eleitoral. Em entrevista para o *Correio Braziliense*, Cardoso afirmou que

o governo tentou manter uma imagem de que o Colégio Eleitoral é o caminho estreito por onde passa a água toda da democracia futura. e eu acredito que é um caminho demasiado estreito que vai ser inundado. Inundado por quê? Inundado pelo sentimento popular e político favorável às eleições diretas. Muita gente tem até criticado o PMDB, porque insiste na tese, mas o PMDB não vai deixar de insistir. Primeiro, porque ela bate com o sentimento popular, segundo, porque aumenta o cacife político do PMDB em qualquer circunstância, e terceiro, porque, como o caminho é muito estreito, nós acreditamos que a inundação possa ocorrer. O que pode ocorrer realmente é uma contaminação, um contágio através dessa tese, o que poderá levar a uma mudança no quadro político geral do País.<sup>37</sup>

Um dos aspectos mais interessantes desta entrevista reside na última pergunta, quando Cardoso é questionado a respeito do futuro do processo de democratização do país, não como político, mas como sociólogo. Dentro destes parâmetros, suas considerações ganharam um tom de maior cautela.

---

<sup>35</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique: diretas não são remédio para tudo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 set. 1983.

<sup>36</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>37</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Indiretas levam à crise política. *Correio Braziliense*, Brasília, 15 jan. 1984



Eu não vejo nem que o Presidente da República esteja se encaminhando nessa direção [do retorno às eleições diretas], nem que a pressão de massa tenha força suficiente para levar a uma mudança. Eu temo, por isso, que o futuro imediato no Brasil seja mais um futuro de dificuldades postas pela incapacidade de romper os nós institucionais. Quer dizer, o sociólogo é mais pessimista do que o político.<sup>38</sup>

Em texto publicado no dia 20 de janeiro, intitulado *As diretas pedem passagem*, Cardoso aprofundou suas reflexões em torno do movimento das *Diretas*, abordando algumas considerações a respeito do que ele conseguia vislumbrar como o futuro do retorno das eleições diretas para presidente no Brasil.

Seria confortador poder afirmar com toda confiança que a tese do restabelecimento das eleições diretas para a Presidência, impulsionada pelo calor do anseio popular, caminhará inevitavelmente para a consagração nos próximos meses. Infelizmente nada permite acalentar essa certeza no meio das tantas incertezas que cercam nosso futuro imediato. (...) Mas a oposição se condenaria antecipadamente ao fracasso se caísse na ilusão de negociar a volta das diretas exclusivamente com base nos impasses internos do grupo dominante. (...) Por isso o engajamento decidido das lideranças de oposição na campanha a favor das diretas, muito ao contrário de “perturbador”, traduz o mais genuíno senso de responsabilidade política.<sup>39</sup>

Dias depois das falas de Cardoso, no dia 25 de janeiro de 1984, aniversário da cidade de São Paulo, ao menos na curta duração, as suas considerações mais otimistas prevaleceram, e a inundação democrática que ele havia citado tomou forma. Mais de 300 mil pessoas compareceram ao comício das *Diretas* na capital paulista, sendo a maior manifestação do movimento até então. As manifestações ganharam força e conseguiram se espalhar por todo o país. Na cronologia dos eventos, cabe citar que, no dia 24 de fevereiro, 400 mil pessoas foram às ruas em Belo Horizonte. No dia 26 do mesmo mês, ocorreram manifestações conjuntas em mais de 300 municípios em São Paulo. No dia 21 de março, 200 mil pessoas compareceram numa passeata da Candelária até a Cinelândia, no Rio de Janeiro. No mês de abril, semanas antes da votação da Emenda Dante de Oliveira na Câmara de Deputados, que definiria o retorno às eleições diretas para presidente, as ruas de Rio de Janeiro e São Paulo foram tomadas pelas maiores manifestações populares da história do país até então. Respectivamente, no dia 10 de abril tivemos 1 milhão de pessoas na Candelária, e no dia 16 de abril, 1 milhão e meio na passeata que foi da Praça da Sé até o Vale do Anhangabaú.

---

<sup>38</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>39</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *As diretas pedem passagem*. **Diário de Bauru**, Bauru, 20 jan. 1984

Tamanho comparecimento popular ao movimento ampliou o otimismo de Cardoso, que após o histórico comício no Rio de Janeiro, iniciou o seu texto na *Folha de S. Paulo* da seguinte forma:

A arrancada nacional pelas eleições diretas chegou a um patamar de apoio popular quase sem paralelo na história política do Brasil. Guardadas as proporções, só fatos marcantes como a campanha pela Abolição da escravatura ou a derrocada da República Velha galvanizaram tanto a opinião pública.<sup>40</sup>

Em entrevista para a revista *Manchete*, no dia 21 de abril, quatro dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, Cardoso manifestou algumas previsões a respeito da votação a ser realizada, sendo o mesmo definido pela revista em tons muito elogiosos, como “um sopro de renovação que vem arejando a classe política brasileira” e “um possível candidato a sucessor de sucessor de Figueiredo”.<sup>41</sup> Entretanto, as previsões de Cardoso não se demonstraram muito acuradas, por exemplo: a de que o vice-presidente Aureliano Chaves poderia auxiliar na votação da emenda, ao afirmar que “ele entrando em choque com o governo, o Colégio Eleitoral se esfacela”; ou de que, na Câmara de Deputados, “as chances [de vitória] são bastante promissoras”<sup>42</sup>; e até mesmo que, caso aprovada a Emenda, Ulysses Guimarães seria o candidato natural do PMDB à presidência, considerando difícil um governador ser o candidato - tese desmontada com a pavimentação de Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, para a presidência da República, sendo Ulysses visto como muito radical pelos militares e dissidentes do PDS que passaram a negociar um candidato em comum com o PMDB. Por outro lado, se dias antes, no seu texto para a *Folha*, Cardoso promoveu um paralelo positivo entre a luta abolicionista e o movimento das *Diretas*, na entrevista para a *Manchete* a comparação foi retomada, mas sem a empolgação de outrora. A comparação estava embebida em uma leitura focada nos cálculos e estratégias políticas presentes em ambos os eventos, enfatizando a capacidade dos setores conservadores frearem avanços mais robustos das históricas lutas sociais brasileiras. Ao falar a respeito das pautas que a oposição defendia, como as eleições diretas, Cardoso ressaltou:

atualmente, essas bandeiras encontram-se apropriadas por setores que durante muito tempo estiveram num lado oposto a elas. Aliás, esse é um mecanismo que vem desde o tempo do Império. O Partido Liberal foi o que propôs a abolição da escravatura, e quem incorporou essa medida foi o Partido Conservador, monarquista, sempre com o

<sup>40</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Diretas-já. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 1984. Opinião, p. 2

<sup>41</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. As diretas-já são um fato consumado. **Manchete**, Rio de Janeiro, p. 11-13, 21 abr. 1984

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*

intuito de amortecê-la, amenizá-la, até a sua etapa final. Propunha-se ‘abolição já’, e o Partido Conservador vinha de Lei do Ventre Livre, dos Sexagenários. Nós estamos nessa fase. Esses setores vão assumindo progressivamente as nossas posições, não porque aderiram a elas, mas sim para minimizá-las.<sup>43</sup>

A argumentação de Cardoso, a partir do momento em que cita estes dois eventos em específico, apresenta momentos na história do Brasil em que debates que estavam tomando conta da sociedade brasileira, ao adentrarem o espaço do Congresso Nacional, passaram por mudanças consideráveis. Este talvez seja um dos grandes debates em torno das possibilidades e limites da ideia de uma *democracia para o povo* e o espaço que o Legislativo tem em democracias representativas - embora o período imperial não deva ser entendido como um período democrático. Ao mesmo tempo que o Parlamento pode ser entendido como um espaço garantidor de direitos e, de certa forma, o que - na teoria - mais representa a pluralidade de vozes de uma sociedade, deve-se registrar que, historicamente no Brasil, este também foi um espaço que, pelo menos até 1985, foi tomado, na sua grande maioria, por representantes da classe dominante brasileira. Assim sendo, em ambos os momentos citados por Cardoso, a solução parlamentar do processo histórico em questão acabou sendo a de que reformas conservadoras e paulatinas, as quais, representaram avanços, mas muito longe das aspirações populares que desejam direitos básicos, como o fim imediato da escravidão, bem como do retorno às eleições diretas para presidente.

Neste contexto, o texto mais forte escrito por Cardoso foi *Brasília sitiada*, publicado na *Folha* dia 26 de abril de 1984. Nele, foram apresentadas críticas muito duras às consequências do Estado de emergência declarado pela ditadura no dia 18 de maio, a qual foi seguida com o presidente Figueiredo declarando que “a aprovação da emenda Dante de Oliveira poderá provocar um novo 64 ao país”.<sup>44</sup> Abaixo, devido à intensidade das críticas e a importância do momento histórico, segue na íntegra o texto de Cardoso:

Escrevo no Congresso, na undécima hora. Dentro de pouco tempo, deputados e senadores terão a chance histórica de restabelecer a norma democrática fundamental e com ela uma ponte entre a Nação e o futuro governo. Infelizmente - mas sem surpresa para os bem avisados - os líderes do PDS e os homens do Estado desconhecaram com teimosia a vontade popular e insistiram em dizer não ao País. Pior do que isto: optaram pela intimidação como recurso político. Brasília vive desde ontem um clima estranho. Cidade azteca, feita para ser o santuário do poder, vibrou, de repente, ao ritmo de Brasil: ruas cheias, amarelo por toda a parte, buzinas que falam mais do que o mais candente discurso. Os donos do poder não suportaram tanta alegria pura e democrática. Medidas de emergência viraram simples truculência contra pacíficos manifestantes. O executor das medidas não podia ter sido outro: foi aquele

---

<sup>43</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>44</sup> **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 de abril de 1984, p.4 APUD NAPOLITANO, op.cit., 1995, p.171

mesmo de quem se diz que o Presidente gaba o porte à la Mussolini. Pobre Brasília, sujeita ao desvario de quem em nome da República - a deles, a dos oligarcas - se investiu das funções de ditador de prazo marcado: 60 dias de opróbrio! Mas não é só Brasília: os porões da República foram abertos para que os homens de má catadura saíssem a fazer tropelias, confiscando jornais, censurando, ameaçando e se desmandando pelo Brasil afora. Será esta a democracia que nos oferecem? Será em nome dela que nos propõem a “transição”? Erraram crassamente os que imaginaram que pela intimidação conseguiriam impor o rumo às oposições. Deixaram de ver que nas ruas, nas casas, nas fábricas e nas escolas ocorre uma verdadeira sublevação branca. Nunca em nossa história e raramente na de outros povos, viu-se um povo que padece há tantos anos do autoritarismo e da crise econômica e social, unir-se espontaneamente ao redor de uma reivindicação política: o voto direto. É esta a pré-condição para que possamos estabelecer uma ordem verdadeiramente democrática. Chegaremos lá. Hoje, o Congresso tem a possibilidade e o dever de abreviar o caminho. Se falhar, não faltarão à Nação, aos partidos de oposição e aos líderes políticos verdadeiramente responsáveis de todos os partidos engenho e arte para que a luta continue. Chegaremos lá: diretas-já como lema, igualdade social como Norte, para que possa haver democracia com justiça social. E chegaremos lá no embalo do maior movimento de opinião pública que o País jamais assistiu. A sociedade está construindo, a duras penas, uma ordem política que não se resumirá ao acordo de elites, mesmo porque ele não subsistiria às expectativas da população. Sitiada Brasília, furaremos o bloqueio. Ninguém teme. Torna-se ridícula a força bruta. De nada valem os velhos fantasmas da subversão diante de tão esmagadora unanimidade pelas mudanças rápidas. A serenidade e a alegria do povo exorcizarão os capetas que a ordem moribunda soltou - infelizmente vestidos de verde - na ilusão de que a Nação confundiria o desejo ardente de democracia com a baderna. Mas não: fazem baderna no País os que, sem apoio real em lei legítima, tumultuam a arrancada ordeira que levou milhões de brasileiros à rua sem que tivesse havido o menor incidente, o menor atropelo. O País não se deixará levar pelos baderneiros, pelos “subversivos” à lá 1984: construiremos, sim, democracia-já, contra a minoria autoritária que deseja a perpetuação da “cosa nostra”, e usa a violência para impedir a democratização.<sup>45</sup>

De forma complementar ao texto citado, dias antes da sua publicação, no dia 24 de abril de 1984, há registro de uma discussão áspera entre o senador Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso a respeito das medidas de policiamento tomadas pelas forças de segurança do governo. No caso específico desta discussão, Cardoso criticou a necessidade do uso de policiamento mais ostensivo e controle da entrada de civis no aeroporto de Brasília, o que também implicou na necessidade das mesmas medidas serem utilizadas para senadores da República, o próprio Cardoso e o senador Itamar Franco (PMDB-MG).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB - SP) - Sr. Presidente e Srs. Senadores: Realmente será muito breve a minha comunicação. Eu não estava presente quando o Senador Itamar Franco protestou em função da forma pela qual no aeroporto, hoje e durante esses últimos dias, os Senadores têm sido recebidos. Quero comunicar a V. Ex• que hoje me recusei, até bruscamente, a me identificar, pois parece-me inconcebível que alguém que não sei quem seja, venha pedir a mim, Senador da República, a identidade para entrar em Brasília. Protestei, protestei na televisão e quero comunicar a V. Ex' que me recusarei a ser identificado por policiais no Aeroporto da Capital da República. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.  
CARLOS CHIARELLI (PDS-RS) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, rigorosamente nós também, a título Pessoal, a título parlamentar, não sentimos nenhum agrado nesse

<sup>45</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Brasília sitiada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1984. Opinião, p. 2

mecanismo de verificação pessoal de identificação, e também queremos registrar o nosso desagrado e desconforto com esse fato. Mas, apenas há um aspecto a salientar...  
Fernando Henrique Cardoso - Esse "mas" é demais. (...)

CARLOS CHIARELLI - ... que é essa pressa que a oposição tem, essa incontinência de conduta que a leva, às vezes, a certos desatinos. O que eu ia dizer é que eu gostaria de trazer um depoimento de respeito em homenagem ao Senador Itamar Franco, que teve uma conduta diferente daquela aqui alardeada pelo ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso. Nós chegávamos juntos hoje - aliás, também, parlamentares da Câmara dos Deputados -, e como somos gente do povo, como nós entendemos que devemos passar por tudo aquilo que o povo estava passando e reiterando o meu protesto, nós entramos na fila, não utilizamos nenhuma prerrogativa, nenhum privilégio...

Fernando Henrique Cardoso - E foram para o campo de concentração.

CARLOS CHIARELLI - ...e nos identificamos diferentemente, porque não acreditamos que seja por isso que se destaca a condição do Senado da República, nem é por isso que se faz respeitar.

Fernando Henrique Cardoso - V. Ex<sup>a</sup> está brincando com coisa séria...

CARLOS CHIARELLI - Eu lastimo que o Senador Fernando Henrique, a quem reconheço o direito à crítica pelo fato, tenha tomado essa atitude.

Fernando Henrique Cardoso - Se todos tomarem a atitude que tomei, não vai haver neste País o que há hoje, que qualquer beleguím pisa em Senadores como

CARLOS CHIARELLI - Esse é um ato absolutamente antidemocrático, não é respeitoso ao Regimento.

CARLOS CHIARELLI - O que eu gostaria, acima de tudo, é de trazer o meu depoimento, não com relação à atitude que eu tomei, porque eu jamais viria aqui fazer um autoelogio, mas rigorosamente, já que foi o Senador Itamar Franco quem trouxe a matéria para o exame desta Casa, o meu depoimento de preço pela maneira democrática, pela maneira solidária, pela forma rigorosamente correta...

Fernando Henrique Cardoso - Diante do arbítrio, não há democracia, há submissão.

CARLOS CHIARELLI - ...não usuário de privilégios indevidos, com que se portou o Senador Itamar Franco. Evidentemente, no caso, estabelece-se o contraste com o Senador Fernando Henrique Cardoso.<sup>46</sup>

No dia 25 de abril de 1985, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), nº5, conhecida popularmente de Emenda Dante de Oliveira, foi votada na Câmara de Deputados. O resultado final registrou que 298 deputados votaram a favor, 65 contra, 113 ausências e 3 abstenções. Para ser aprovada, a emenda precisava de  $\frac{2}{3}$  dos votos da Câmara, ou seja, 320 deputados. Entretanto, o domínio do PDS na Câmara e a sua estratégia de optar pela ausência dos seus parlamentares impediram maiores avanços. A derrota da emenda gerou um grande sentimento de frustração na parcela da população que encontrou um ânimo democrático no movimento das *Diretas já* e agora teria de lidar com uma eleição indireta, via Colégio Eleitoral, para presidente, em 1985. Para o PMDB, a única estratégia possível após a derrota era rapidamente se reestruturar para o novo combate. No caso de Cardoso, o senador adotou uma retórica agressiva no seu primeiro discurso após a derrota da Emenda Dante Oliveira (discurso este que foi publicado na íntegra na *Folha*), indicando uma recusa pela negociação dos valores do partido. Eis um trecho incisivo do discurso:

<sup>46</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; CHIARELLI, Carlos. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, p.833

Recuso, de plano, qualquer diálogo, negociação, entendimento ou que nome tenha, que implique em vender - fazer uma negociata - a mobilização popular, a troca de migalhas de participação num governo de coalização, ou em alguma forma de transição que exclua a mobilização popular e que exclua aquilo que foi, de fato, o morel de toda essa mobilização. Recuso, também, a implícita visão bélica que vê na rendição a pré-condição para que o vencedor, por sua benevolência, conceda depois a democracia. Não se pode aceitar que o povo brasileiro seja tratado como se fosse o Japão de Hiroito, que, massacrado pela bomba atômica, renasceu democrático a golpe das botas dos soldados norte-americanos. Negociação a partir de uma rendição, não é negociação, é capitulação e nós não aceitamos. (...) Não aceitamos a ideia de que ou se negocia, ou se mobiliza. Não é assim. Sem mobilização popular, o diálogo é vazio; sem que nós realmente falemos em nome de alguém ou de muitos, que estão por trás do que nós dizemos, as nossas palavras transformam-se em mero acordo de elites, que se vai desfazer ao primeiro embate com uma sociedade que hoje é tão vigorosa. Nós preferimos ficar entrincheirados na sociedade do que correremos o risco de capitular, mesmo que tenhamos tido a mais alta motivação, nos corredores palacianos.<sup>47</sup>

Depois da votação da Emenda Dante de Oliveira, o processo de democratização passaria pelo seu momento de maior institucionalização, da luta pelas conquistas por reformas conservadoras nos termos palacianos. A disputa em aberto para a presidência da República seria entre Tancredo Neves (PMDB-MG) e Paulo Maluf (PDS-SP). Em um primeiro momento, esta disputa poderia caminhar para uma nova derrota das frentes de oposição, mas uma dissidência dentro do campo das lideranças civis da ditadura permitiu uma nova configuração de forças. Formou-se um grupo denominado de Frente Liberal do PDS, e que teve sua origem vinculada ao descontentamento de alguns membros do partido com a escolha quase que imposta de Maluf como candidato à presidência pelo governo Figueiredo, enquanto outras lideranças optaram pelo nome do ex-ministro Mário Andreazza. Assim, importantes lideranças civis da ditadura, como José Sarney, Aureliano Chaves, Marcos Maciel, Jorge Bornhausen e Antônio Carlos Magalhães, passaram a costurar uma aliança com os setores mais moderados do PMDB, gerando um grupo denominado Aliança Democrática. O candidato à presidência desta aliança foi o mineiro Tancredo Neves, e o vice-presidente, o maranhense José Sarney.

O período que se seguiu entre a derrota da emenda Dante de Oliveira em março de 1984 e a eleição de Tancredo Neves em janeiro de 1985 foi marcado por negociações e tensões. Para os fins desta pesquisa, é muito válido compreender como Cardoso buscou se posicionar neste contexto. O senador fez parte de um grupo do PMDB que promovia uma espécie de apoio crítico à solução da aliança com a Frente Liberal. A entrevista publicada no dia 15 de julho de 1984, para a *Folha*, é muito rica em informações para serem analisadas a respeito de como as projeções de futuro estavam sendo operadas pelo senador paulista. Cardoso chegou a afirmar

---

<sup>47</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Vamos voltar à luta pelas diretas já, o Colégio Eleitoral está morto. **Folha de S. Paulo**, 28 abr.1984. p. 6

que não considerava uma “anomalia” que o vice da aliança fosse um membro da Frente Liberal, pois “Tancredo não seria um presidente do PMDB, mas um presidente da transição”.<sup>48</sup> O entrevistador pediu que o raciocínio fosse desenvolvido e Cardoso afirmou o seguinte:

Em política, a coisa pior que existe é o engodo, o engano. Na fase atual, o que se está preparando não é um governo do PMDB nem sequer um governo das oposições. Eu teria preferido outra transição com eleições diretas - lutei e luto por elas - de que o PMDB saísse vencedor, e que as alianças se efetivassem com setores à esquerda do PMDB. O que vai acontecer é um processo diferente, porque não acumulamos forças suficientes para fazer a transição dessa maneira. Se a transição atual for vitoriosa, ela vai passar por uma aliança entre o PMDB e a Frente Liberal.<sup>49</sup>

Em outro momento interessante da entrevista, Cardoso foi questionado a respeito da sua posição em relação à emenda Theodoro Mendes, então vista como uma possibilidade de revanche das oposições em relação ao tema das eleições diretas para presidente. A emenda do deputado federal Theodoro Mendes (PMDB-SP) previa eleições diretas para presidente em dois turnos. A partir do momento em que a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada, criou-se uma expectativa que a de Mendes pudesse ser votada logo em seguida. Entretanto, de acordo com o próprio deputado, a mesma não foi para frente por duas razões: 1) o presidente do Congresso Nacional, Moacyr Dalla, estava comprometido com a solução do Colégio Eleitoral, o que o levou a engavetar a proposta; 2) até mesmo Ulisses Guimarães considerou mais construtivo focar as energias no apoio à candidatura de Tancredo do que revisitar uma batalha que corria sérios riscos de ser perdida novamente.<sup>50</sup> Na entrevista, Cardoso demonstrou ser favorável à emenda, ao passo que foi questionado se, para aprová-la, a oposição deveria voltar a promover comícios. Sua resposta demonstrou um tom de pessimismo em relação à uma nova mobilização popular.

Para tanto, é preciso que o povo acredite que uma emenda vai passar. Caso contrário, ele não vai para as ruas. A ideia de que o povo está sempre disposto a ir para a rua parte de quem não está verdadeiramente comprometido com a história do movimento popular. (...) Nela incluo setores do meu partido, e nem são todos no PT que têm essa atitude ingênua, segundo a qual, se não há comícios, é porque há forças que conspiram para segurar o povo em casa. O povo só vai para rua quando percebe haver uma situação política que permite uma saída.<sup>51</sup>

<sup>48</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Para senador, Tancredo representa só a transição. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 jul. 1984. Política, p. 13

<sup>49</sup> Idem, Ibidem.

<sup>50</sup> Para mais informações, conferir entrevista de Mendes em: Redemocratização do país completa três décadas hoje - 15/01/15 - SOROCABA E REGIÃO - Jornal Cruzeiro do Sul

<sup>51</sup> CARDOSO, op.cit., 15 jul, 1984, p.13

No geral, Cardoso não demonstrava entusiasmo com a solução da aliança. Seu tom era cauteloso e focado em tentar obter as vitórias possíveis. Em seus próprios termos a respeito do programa de governo que estava sendo arquitetado para Tancredo, afirmou que “o programa será intermediário entre o que se deseja e o que se pode fazer”, atestando que “a sociedade sabe o que quer” e que, em um fala com certo tom de frustração, “ela quer mais do que podemos fazer”.<sup>52</sup> Sua posição foi melhor desenvolvida quando, ao encontro do apoio crítico que mantinha à aliança entre PMDB e Frente Liberal, afirmou:

A questão é a meu ver bem clara. Pode-se em tese argumentar que se está numa fase revolucionária, em que é preciso romper com tudo. Mas se não for o caso, e é meu ponto de vista, é impossível que não ocorram entendimentos entre as cúpulas. E como evitar que essas cúpulas não se transformem ao mesmo tempo em elites? É comprometendo-as com as aspirações populares, colocando essas aspirações em debate, na agenda do acordo. O interesse popular evita uma conciliação de elite. O interesse popular se materializa porque ele quer melhores salários e empregos. (...) A função do PMDB é a de fazer com que a transição não tenha apenas um caráter liberal e conservador. Ela precisa ter um caráter democrático, e esse elemento é o nosso partido que transporta para o acordo. Nosso ingrediente é o democrático-popular.<sup>53</sup>

No término da entrevista, Cardoso foi ainda mais específico em suas considerações. Ao ser questionado a respeito do preço que a Frente Liberal cobraria pelo seu apoio, salientou que “a Frente cobrará um certo preço” e que com “a base de apoio que está surgindo, não dá para avançar certas questões, como a reforma agrária”. E, dentro do campo de possibilidades que Cardoso vislumbrava, colocou que “a ideia de eleições indiretas, com um programa popular e apoio popular, não é estapafúrdia. É condição essencial para que a transição seja mais democrática”, defendendo que era necessário “ir à praça pública e repetir esse programa diante do povo para selar o compromisso com o povo”.<sup>54</sup> Na sua conclusão, adotou um misto de tom pessimista com uma proposta de leitura realista em torno da democratização brasileira, ao asseverar que “não temos uma capacidade organizacional capaz de obrigar uma relação de classes que legitimou a presença sindical” como centro da redemocratização, e que as forças liberais e conservadores brasileiras “não são, sozinhas, capazes de operar a transição. Elas falharam na transição. Se hoje elas se aliam a nós não é porque assim o queiram. É porque precisam”.<sup>55</sup>

No dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito de forma indireta presidente da República pelo Colégio Eleitoral. Grosso modo, a vitória do tradicional político mineiro é

---

<sup>52</sup> CARDOSO, op.cit., 15 de julho de 1984, p.13

<sup>53</sup> Idem, Ibidem

<sup>54</sup> Idem, Ibidem

<sup>55</sup> Idem, Ibidem



comumente vista como um momento de *vitória da democratização*, enquanto a sua morte, em 21 de abril de 1985, antes de tomar posse, um momento de *derrota da democratização*, tendo em vista que o cargo de presidente foi assumido pelo seu vice, José Sarney, uma das principais lideranças civis da ditadura, e o último presidente nacional da ARENA. Dividir os momentos do contexto histórico em eventos dicotômicos, a partir de uma lógica de glória e tragédia, implica em uma análise muito pouco dialética dos eventos.

Há de se considerar que, dentro do que era possível em um contexto de ditadura militar, o movimento das *Diretas* teve uma eficácia impressionante, tendo construído as maiores manifestações cívicas da história do Brasil. Entretanto, a plena concretização dos ideais do movimento era muitíssimo difícil, pois implicava na capacidade destes setores mobilizados da sociedade brasileira conseguirem pressionar um Congresso Nacional ainda formado durante um período de ditadura. O autoritarismo do período ditatorial não emanou somente do Poder Executivo, mas também dos seus diversos aliados no Poder Legislativo. Para se ter um melhor entendimento do nível de autoritarismo ainda vívido no Congresso, a PEC das eleições diretas não foi aprovada na Câmara de Deputados, mas, caso fosse, teria também de obter  $\frac{2}{3}$  dos votos no Senado, espaço que ainda contava com  $\frac{1}{3}$  dos ditos senadores biônicos, indicados no ano de 1978, a partir das reformas do Pacote de Abril. A tarefa das *Diretas* era realmente muito árdua.

Como guisa de conclusão, algumas questões podem ser colocadas: a cisão que gerou a Frente Liberal, seria possível sem a pressão popular massiva das *Diretas* como um fator preponderante para uma parcela dos apoiadores civis da ditadura começassem a abandonar o barco do autoritarismo, iniciando assim um processo de tentativa de adaptação a um novo contexto que surgia no horizonte, no qual precisariam se disfarçar de ‘novos democratas’ para atingirem seus objetivos? Mais uma vez, é necessário ressaltar as complexas movimentações de cunho dialético da democracia histórica. Sem a radicalidade dos motins de 1983 colocando em cena a precariedade da vida dos trabalhadores paulistas, ou as manifestações de milhões de pessoas durante as *Diretas*, dificilmente os poderes Legislativo e Executivo sentiriam a necessidade de promover mudanças. Afinal, como pode-se perceber, mesmo o PMDB, na sua maioria, acabou, por convicção ou necessidade - ou as duas coisas? -, cedendo às alianças com setores da ditadura para conseguir obter algumas conquistas possíveis. Entretanto, como veremos doravante, a participação popular preconizada pelos movimentos sociais da década de 1970, e pelas manifestações de rua do início de 1980, não tiveram fim com a transição do governo Figueiredo para o de Sarney. Afinal, seria possível conceber a Constituição Cidadã de 1988, sem levar em consideração este histórico de lutas contra a ditadura?

## 5.2 DA DURA DERROTA À MASSIVA VITÓRIA

“Apesar das suas visões de esquerda serem dificilmente compatíveis com as dos empresários conservadores, eles enxergam Cardoso como a alternativa mais elegível em relação ao radical Brizola”.<sup>56</sup> Estes foram os termos utilizados no relatório *Latin America Review*, produzido na data de 25 de outubro de 1985, pela Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) para qualificar o apoio de setores empresariais paulistas à candidatura de Fernando Henrique Cardoso para a prefeitura de São Paulo. O documento de 56 páginas consiste em um conjunto de breves relatórios a respeito de questões políticas candentes na América Latina, e, entre elas, há um capítulo exclusivo para as eleições municipais no Brasil, marcadas para o dia 15 de novembro de 1985. A análise produzida pela CIA buscou conjecturar possíveis resultados para as eleições de 1985, analisando como estes poderiam impactar o futuro da política brasileira.

Nas primeiras linhas do texto, o relatório aponta que “o resultado em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro podem, no nosso ponto de vista, ajudar a determinar o sucessor de Sarney em 1988”.<sup>57</sup> Ao traçar maiores detalhes a respeito do cenário político local, aponta-se que “os candidatos mais proeminentes para a presidência são dois líderes esquerdistas - Senador Fernando Henrique Cardoso do PMDB de São Paulo e o Governador Leonel Brizola que governa o Rio de Janeiro”.<sup>58</sup> Em seguida, apresenta-se a informação de que “diversas lideranças-chave da ala moderada do PMDB acreditam que Cardoso é uma alternativa atraente entre ambos, Sarney e o demagógico e imprevisível Brizola, de acordo com a Embaixada dos EUA”.<sup>59</sup> Embora as informações presentes no referido documento do serviço de inteligência estadunidense devam ser analisadas de forma muitíssimo crítica e cautelosa, em especial por boa parte da sua análise estar baseada em um erro crasso - sendo este o de considerar que Sarney era filiado ao PFL, e não ao PMDB -, não é de forma alguma desprezível perceber a possibilidade de projeção que o relatório sugere para a carreira política de Cardoso.

O pleito de 1985 em São Paulo teve como o centro das atenções a disputa entre o experiente Jânio Quadros, ex-presidente (1961), ex-governador do Estado de São Paulo (1955-1959), e ex-prefeito da cidade de São Paulo (1953-1955), contra o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que nunca havia sequer disputado uma eleição para um cargo no poder Executivo,

---

<sup>56</sup> AGENCY, Central Intelligence. *Latin America Review*. 25 de outubro de 1985

<sup>57</sup> Idem, Ibidem

<sup>58</sup> Idem, ibidem

<sup>59</sup> Idem, ibidem

sendo, até então, o seu único feito eleitoral ser eleito suplente no Senado por São Paulo – tendo assumido oficialmente o cargo em 1983. Ao traçar uma apresentação de quem era Cardoso nesta disputa eleitoral acirrada, o relatório da CIA atestou o seguinte:

Cardoso lidera o PMDB no Senado nacional e é popular entre liberais brasileiros de classe média e alta. Ele também recebeu significativo apoio financeiro de um grupo de empresários de São Paulo, de acordo com a embaixada dos EUA. Estes homens de negócio, incluindo membros da elite midiática, provavelmente veem Quadros - cuja carreira política criou tantos inimigos quanto amigos - como muito imprevisível para apoiar. Mais importante, eles consideram Cardoso o maior candidato para o governo de São Paulo no próximo ano e para a presidência depois disso, de acordo com a Embaixada dos EUA.<sup>60</sup>

Apesar de não ser possível confirmar exatamente a quem o texto se refere quando fala em apoio financeiro de uma elite empresarial paulista no setor da mídia, cabe apenas salientar a longa e profícua relação entre o candidato do PMDB e a *Folha de S. Paulo*, já tão trabalhada e analisada nesta pesquisa, sendo possível consultar materiais pontuais da *Revista Manchete* e *Veja* que também adotaram tom elogioso ao senador. A respeito de Quadros, o documento aponta as seguintes características:

O extravagante populismo de direita de Quadros tem conferido a ele uma substancial adesão da classe trabalhadora e classe-média-baixa. Isto é complementado pelo apoio de muitos pequenos e grandes homens de negócios, e por algo em torno de metade dos diretores da conservadora FIESP, a qual, de acordo com a Embaixada dos EUA, vê a volatilidade de Quadros como menos ameaçadora que as políticas de esquerda de Cardoso.<sup>61</sup>

Por fim, o documento ainda atesta que “a Embaixada dos EUA acredita que Quadros pode novamente ser um fator na cena política nacional se ele vencer a eleição de São Paulo”.<sup>62</sup> Na retórica presente no documento, as eleições municipais de São Paulo são vistas como muito relevantes para o cenário político nacional. Inclusive, com implicações em uma futura corrida presidencial. De fato, tanto a campanha eleitoral quanto os resultados destas eleições foram momentos de grande importância para o processo de redemocratização.

A última eleição direta para a prefeitura de São Paulo tinha ocorrido em 22 de abril de 1964, poucas semanas após o golpe civil-militar. Entretanto, a legislação eleitoral do período impedia que em capitais de Estados, e em algumas outras cidades consideradas de importância estratégica, fossem realizadas eleições diretas. Os prefeitos eram indicados pelos governadores

---

<sup>60</sup> Idem, ibidem

<sup>61</sup> Idem, ibidem

<sup>62</sup> Idem, ibidem

de Estado, sendo que, até as eleições de 1982, os governadores também eram indicações do Executivo Federal dominado pelos militares. Portanto, eram cargos que retroalimentavam o autoritarismo, criando redes muito bem solidificadas de poder e negócios entre as três esferas do poder.

No caso paulista, um forte símbolo civil da ditadura e que se beneficiou enormemente desta legislação autoritária foi Paulo Salim Maluf, indicado como prefeito de São Paulo, entre 1969 e 1971, e, posteriormente, indicado governador, cargo que ocupou entre 1978 e 1982. Porém, em disputas eleitorais democráticas para o Executivo, Maluf foi derrotado quando se candidatou a governador em 1986 (3º lugar), prefeito em 1988 (2º lugar), presidente em 1989 (5º lugar), governador em 1990 (2º lugar), governador em 1998 (2º lugar), prefeito em 2000 (2º lugar), governador em 2002 (3º lugar), prefeito em 2004 (3º lugar), e prefeito em 2008 (4º lugar). Além da derrota que sofreu contra Tancredo Neves, na eleição indireta para presidente em 1985. A única corrida eleitoral que Maluf venceu para o Executivo foi a de 1992, para prefeito. Assim sendo, a legislação da ditadura beneficiava candidatos pouco competitivos, mas com grande influência nos meios militares e altos escalões empresariais.

No caso das eleições de 1985, elas foram as primeiras eleições a serem realizadas no Brasil após a transição do poder militar para o novo presidente civil, José Sarney. Parto do entendimento de que esta transição consolida o fim da ditadura, mas não consolida o fim do processo de democratização da sociedade brasileira. Inclusive, partindo-se do conceito de democracia histórica, a democratização é um processo que pode coexistir com as democracias, é uma luta constante pela ampliação do poder de representação dos representados. Nesse sentido, as eleições de 1985 auxiliaram a consolidar uma democracia liberal representativa que estava sendo reestruturada após a saída dos militares do Executivo, com o grande benefício de permitir que os cidadãos brasileiros pudessem retomar o seu posto de eleitores ativos em todas as esferas federativas da República. Entretanto, mais do que um evento capaz de influenciar na democratização da nova democracia brasileira, ela serviu muito mais para definir a correlação de forças dos partidos em nível municipal.

Originalmente, a disputa contou com 12 candidatos à prefeitura, destacando que Rogê Ferreira, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), saiu da corrida em prol da campanha de Fernando Henrique Cardoso. Porém, no decorrer da disputa, três candidaturas demonstram ter um fôlego verdadeiro para liderar as pesquisas e dar o tom nos debates. Refiro-me às já citadas candidaturas de Jânio Quadros, do PTB, mas apoiado também pelo PFL; Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, mas apoiado informalmente pelo PSB, PCB e PC do B; e, como terceira

via, o deputado federal Eduardo Suplicy, do PT, mas um antigo aliado de Cardoso e José Serra em tempos de MDB. Cabe enfatizar que a candidata a vice-prefeita de Suplicy, Luiza Erundina (PT-SP), seria eleita prefeita de São Paulo, em 1988.

Em julho de 1985, Cardoso anunciou o seu discurso de lançamento da candidatura à Prefeitura de São Paulo. Chama a atenção o destaque que o senador deu para a “consolidação da transição para a democracia”, e a sua convocação aos seus partidários à luta contra aqueles que, a partir do “desespero que a vitória de Tancredo e do PMDB provocou” tentavam “encontrar o cimento para alicerçar muralhas que impeçam a mudança de nossa sociedade, a moralização da política e da administração”. Em um momento, Cardoso também se dirigiu aos outros partidos, apelando que “em caso de perigo, não permitam que a desunião das forças progressistas enseje o retorno dos fantasmas de ontem e de ante-ontem”, pois “estes, quando encarnados no poder, mostram a sanha anti-povo que constitui sua verdadeira natureza política.<sup>63</sup> As falas de Cardoso sugerem a tônica que será tomada no decorrer da campanha: a de que Quadros representava um retorno ao passado, pois seria uma continuidade de Delfim Neto e Paulo Maluf, considerados ambos os responsáveis pela crise econômica que o governo Montoro teria herdado destes representantes civis da ditadura.

Outro uso comum da campanha de Cardoso foi a de investir na sua relação com Tancredo Neves, cuja morte em março ainda comovia a população brasileira. No seu material de propaganda foi produzido um folder com uma imagem de uma conversa de Cardoso e Tancredo, com a frase: “Se você chorou a morte de Tancredo, não faça Tancredo chorar o seu voto” e que pode ser vista abaixo na **Figura 1**.<sup>64</sup> Curiosamente, a busca por um vínculo com a imagem de Tancredo - o qual recebeu diversas críticas de Cardoso durante a redemocratização - era mais forte do que a com a então prefeitura do PMDB em São Paulo, de Mário Covas, um antigo aliado político de Cardoso. A razão era simples: Tancredo tornou-se um símbolo de uma democratização em curso, enquanto Covas simbolizava um prefeito contestado por um período de crise econômica, desemprego, protestos e muitas tensões na cidade de São Paulo.

---

<sup>63</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso por ocasião do lançamento de candidatura à Prefeitura de São Paulo**. [São Paulo, jul. 1985]. 5 p. Datilografado. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

<sup>64</sup> Santinho com imagem de Fernando Henrique Cardoso e Tancredo Neves, São Paulo (SP), 1985. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

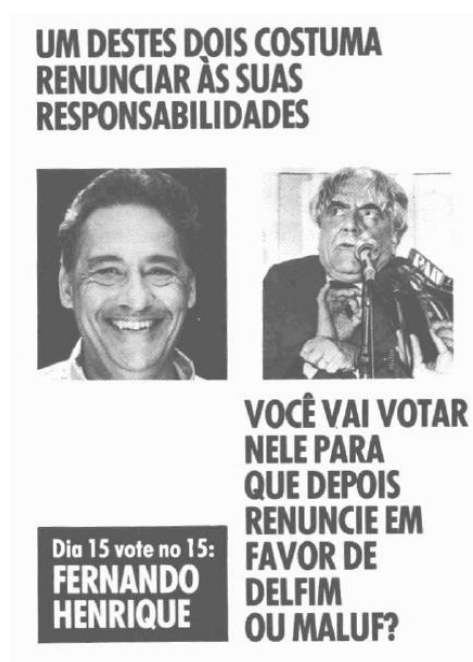
**Figura 1. Material publicitário de Fernando Henrique Cardoso com Tancredo Neves**



Uma fonte que possibilita abordar a disputa pela conquista de certos símbolos e representações durante a campanha é o material de propaganda dos candidatos. Os folders distribuídos pela campanha de Cardoso também atacavam o seu principal adversário na corrida eleitoral: Jânio Quadros. Como é possível ver abaixo, na **Figura 2**<sup>65</sup>, o material ataca de forma direta alguns aspectos morais e políticos de Quadros. Chama atenção para um dos momentos mais dramáticos do seu passado político - a renúncia à presidência de 1961 -, e relaciona o candidato do PTB com os seus principais apoiadores na política local: Maluf e Delfim Neto. Ademais, o trabalho de uso de imagens deve ser ressaltado. Cardoso é representado por meio de uma imagem feliz, com um largo sorriso, cabelos penteados, olhar focado para a câmera, e perfeitamente calculada para uma fotografia de campanha, enquanto a imagem de Quadros é apresentada em uma pose pitoresca, com sinais de angústia e desconforto, ombros e mãos retraídas, dando sinais de descontrole perante os microfones da imprensa. Em outros termos, a propaganda buscava vender Quadros como um estereótipo das faltas de virtudes que um gestor público deveria ter - as quais poderiam ser encontradas na retidão e responsabilidade de Cardoso. Texto e imagens dialogam para enviar uma mensagem em comum.

<sup>65</sup> Santinho com imagem de Fernando Henrique Cardoso e Jânio Quadros, São Paulo (SP), 1985. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

**Figura 2. Material publicitário de Fernando Henrique criticando Jânio Quadros**



A propaganda do PMDB buscou reforçar o jogo de imagens em que Cardoso seria apresentado como um perfil ideal de gestor público, enquanto Quadros seria o justo oposto. Novamente, mobilizando um diálogo entre imagens e textos com discursos fortes. No texto, são colocadas duas questões: “Se ambos fossem aviadores, qual deles você escolheria para piloto do seu avião? E para piloto da sua cidade?”.<sup>66</sup> As perguntas têm função retórica na propaganda, pois as imagens do panfleto já sugerem de forma direta as respostas. Quadros, mais uma vez, é apresentado como alguém descontrolado, sem equilíbrio emocional, incapaz de se pronunciar em público, o que é reiterado pela presença de microfones nas duas imagens.

**Figura 3. Material publicitário de Fernando Henrique Cardoso comparando-o com Jânio Quadros**

<sup>66</sup> Santinho com imagem de Fernando Henrique Cardoso e Jânio Quadros, São Paulo (SP), 1985. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso



Para além do material de campanha imagético dos folders, panfletos e santinhos, os candidatos também fizeram amplo uso de material audiovisual, veiculado na programação televisiva das principais emissoras do país no horário eleitoral gratuito. Com a extinção da Lei Falcão, o uso de estratégias diferenciadas de marketing eleitoral televisivo voltava a ser explorado pelos partidos políticos. Cada campanha buscou criar uma identidade audiovisual própria, com o fito de tentar transpor o seu discurso político para a linguagem televisiva.

Do ponto de vista da produção técnica, a propaganda que menos utilizou recursos foi a de Jânio Quadros. Com cortes simples, quase sempre transitando entre falas de apoiadores que enfatizavam o que compreendiam como virtudes do candidato: o combate à corrupção, a sua experiência em diversos cargos, como ex-vereador, ex-deputado, ex-prefeito, ex-governador e ex-presidente, além da sua promessa de melhorar a segurança pública. A edição do seu programa não apresentava usos criativos de cortes, enquadramentos ou transposições de imagem e som. Pelo contrário, os cortes eram secos e, de forma intencional ou não, a carência de recursos técnicos na sua produção audiovisual do ex-presidente parecia reforçar a busca incessante de Jânio de sempre se apresentar como um homem de modos simples e próximo do povo. Este último ponto é enfatizado em uma cena recortada de um discurso de Jânio, quando a sua esposa, Eloá Quadros, está segurando o seu microfone e o candidato elogia a sua cônjuge, destacando que a mesma nunca deixou de atender e agasalhar uma pessoa necessitada que foi à sua casa pedir comida e auxílio. Por fim, uma das estratégias mais hábeis do marketing eleitoral de Quadros foi explorar novamente o seu maior símbolo político: a vassourinha capaz



de varrer a corrupção. E a mesma foi bem explorada no seu jingle, que citava o objeto, bem como apontava as principais bandeiras do candidato conservador:

Chegou a hora a honestidade  
Do trabalho, da saúde, da educação  
O Jânio vai voltar com a vassoura para acabar com a corrupção  
O povo vive na intranquilidade  
Em São Paulo ninguém tem mais segurança  
Com tantos marginais andando à solta  
Jânio Quadros é a única esperança.<sup>67</sup>

Por sua vez, a campanha de Fernando Henrique Cardoso explorou muito bem os recursos de edição. Com cortes rápidos e dinâmicos, os vídeos da campanha costumavam utilizar linguagens diferenciadas. Ora, o vídeo contava com diversas inserções de apoiadores ilustres de Cardoso, como os atores Lima Duarte e Regina Duarte, então protagonistas da novela de maior audiência no período, *Roque Santeiro*. Outras celebridades que davam o seu apoio para Cardoso, eram o futebolista Sócrates e o artista Chico Buarque. A aparição deste último, inclusive, conta com um excelente trabalho de edição e transposição de imagens e a narração de Buarque, com este olhando para uma foto da campanha de 1978 de Cardoso e lembrando da escrita do *jingle*. A campanha também explorou a participação e o apoio das principais lideranças do PMDB, com falas de Ulisses Guimarães, Orestes Quércia, José Yunes, e o pernambucano Miguel Arraes. E, tal como explorado no folder previamente citado, na campanha televisiva também se fez o uso da imagem de Tancredo, sugerindo uma proximidade de Cardoso com o líder mineiro, na tentativa de utilizar a memória do ex-presidente a seu favor.<sup>68</sup>

Outros elementos presentes na campanha audiovisual buscaram destacar o passado de luta de Cardoso contra a ditadura, salientando a perseguição que sofreu, o exílio, a aposentadoria involuntária e a impossibilidade de lecionar na USP. Há outras cenas do senador caminhando em manifestações nas ruas de sua campanha, ou em fábricas, em diálogo com eleitores, com o objetivo de demonstrar sua proximidade com o povo. Entretanto, apesar de bem editado, nem sempre o conteúdo do material depunha a favor de Cardoso. Por exemplo, quando tenta explicar a sua política educacional, cita que irá construir creches, as quais “não vão ser (...) luxuosas, mas também não vamos soterrar crianças no metrô”, e ri em seguida.<sup>69</sup> Outra opção questionável da campanha foi a de utilizar longas explicações de Cardoso a

<sup>67</sup> Programa de propaganda partidária do Partido Trabalhista do Brasil, São Paulo (SP), 12/10/1985

<sup>68</sup> Programa de propaganda partidária do Partido Trabalhista do Brasil, São Paulo (SP), 12/10/1985 e 12/10/1985

<sup>69</sup> Idem, Ibidem

respeito de um tema em uma edição sem cortes, tornando-as excessivamente professorais e demasiadamente longas para o ritmo padrão da dinâmica televisiva. Por fim, outro aspecto interessante, e comum a todos os candidatos, foi o momento de apresentar a sua esposa, a antropóloga Ruth Cardoso, que narra como conheceu o marido durante um curso na USP. Se na cena de campanha de Quadros, o próprio prefeito fala por Eloá enquanto a mesma apenas segura um microfone, na campanha de Cardoso, Ruth é apresentada pela narração a partir de seus títulos acadêmicos, e tem voz ativa, mesmo que seja para apresentar como conheceu o marido.

Cabe também citar a campanha do candidato petista, Eduardo Suplicy. Possivelmente, foi a campanha que fez os usos mais criativos do ponto de vista estético e técnico das edições. Por exemplo, foi a única das três campanhas que contou com atores encenando situações do cotidiano e interagindo com o candidato, tal como com a sua esposa Marta Suplicy. Esta apareceu como protagonista em uma longa cena em que se apresentava junto de Eduardo para cidadãos comuns, interpretados pelos atores. Sendo assim, Suplicy também recorreu ao artifício de apresentar sua esposa, atendendo o perfil da família tradicional, de ser casado e um *homem de família*. Mas, o fez com a própria esposa sendo a protagonista na cena e apresentando a si mesma - não o próprio candidato.

Na sequência, um dos pontos altos da campanha audiovisual do candidato mostrou a participação do PT nas greves do ABC, nas *Diretas já*, o que foi seguido por um momento de duras críticas ao governo Sarney, apontando também a desilusão da eleição de Montoro, com uma narração sobreposta por uma cena muitíssimo violenta de quatro policiais militares brutalmente agredindo com cassetetes um trabalhador deitado no chão. A sequência de críticas aos governos do PMDB fazia muito sentido, pois Suplicy e Cardoso disputavam uma fatia semelhante do eleitorado urbano com tendências mais progressistas. O vídeo se encerra com críticas a Jânio Quadros, questionando o que o candidato teria feito nos últimos 20 anos, que não esteve defendendo o povo de São Paulo, e até mesmo promovendo uma espécie de difamação do candidato, sugerindo que o mesmo teria problemas com álcool. A campanha encerra com o slogan: “experimente o Suplicy, é diferente de tudo que tá aí”.<sup>70</sup>

Na semana da eleição, a *Revista Veja* cedeu um grande espaço para Fernando Henrique, que foi capa da revista, que contava apenas com uma foto do líder do PMDB, vestindo de terno branco, com um leve sorriso e a frase: “Fernando Henrique Cardoso: ideias para uma cidade

---

<sup>70</sup> Programa de propaganda partidária do Partido dos Trabalhadores, São Paulo (SP), 21/09/1985

nova”.<sup>71</sup> No sumário, a foto de Cardoso cumprimentando a população era a maior de todas, com a seguinte legenda ao lado: “um sociólogo e político profissional, Fernando Henrique Cardoso fala com amor e detalhes dos planos para administrar a capital, se sair vitorioso das urnas na próxima sexta-feira”.<sup>72</sup> A reportagem do jornalista Mário Sérgio Conti a respeito da candidatura de Cardoso tem o título de *Projetos para o futuro de São Paulo* e seu texto de apresentação coloca: “Fernando Henrique Cardoso, o candidato e prefeito pelo PMDB, quer atacar os problemas sociais da capital e também fazê-la mais bonita e aprazível”.<sup>73</sup>

A reportagem tem sete páginas, com textos, sub-textos, e diversas imagens apresentando tanto a campanha de Cardoso quanto a sua vida íntima (momentos de leitura ou escolhendo uma revista em uma banca de revistas). A propaganda política que a revista promoveu para o candidato foi tão laudatória que se torna difícil encontrar momentos com alguma tensão ou contraditório. Há citações diretas ao seu programa de campanha (ênfatizando-se mais de uma vez que o mesmo contém 96 páginas) e passagens em tons elogiosos ao fato de que Fernando Henrique “não se abala, e desfila uma bela e convincente tese sociológica” para provar um determinado argumento.<sup>74</sup> O candidato aposta no que chama de *belezismo*, uma defesa de intervenções arquitetônicas para embelezar a cidade, além do que promete “sair da prefeitura tendo deixado como herança para a cidade pelo menos meia dúzia de obras marcantes, voltadas para o lazer, à cultura”. A proposta é corroborada com a afirmação de que para viabilizar as suas reformas urbanísticas, Cardoso vai se inspirar em Juscelino Kubitschek, e se “cercar de arquitetos, urbanistas e paisagistas de renome”, com o texto da reportagem concluindo que “em matéria de charme, sorrisos e simpatia, rivaliza com Juscelino”.<sup>75</sup>

A respeito dos projetos de Cardoso, a reportagem destaca especialmente três deles: 1) a revitalização do Teatro Municipal a partir da criação da Sociedade de Amigos do Teatro Municipal, utilizando verbas da iniciativa privada para manter o espaço; 2) o espaço da área do Campo de Marte e das marginais do Rio Tietê seriam utilizados para criar espaços verdes, destinados ao lazer, esporte e cultura, sendo estes projetos inspirados nos modelos de revitalização dos arredores dos rios europeus em Paris e Londres; 3) por fim, o mais ambicioso seria o de levar a sede da Prefeitura para a região central da capital, mais especificamente para o tradicional Edifício Martinelli, com vistas de se recuperar o espaço urbano do centro.

---

<sup>71</sup> **Veja em São Paulo**, São Paulo, novembro de 11 a 17 de novembro, capa

<sup>72</sup> Projeto para o futuro de São Paulo. **Veja em São Paulo**, São Paulo, novembro de 11 a 17 de novembro, p.3

<sup>73</sup> Idem, ibidem, p.26

<sup>74</sup> Idem, Ibidem

<sup>75</sup> Idem, Ibidem, p.27

Entretanto, o próprio Cardoso admite suas dificuldades em levar essas pautas para o PMDB, admitindo ter escondido elas do partido antes do início da campanha, sugerindo que “certamente seria chamado de elitista que pensa que São Paulo é Paris e deixa o social no segundo plano, essas tolices que se dizem durante uma disputa eleitoral”.<sup>76</sup> Por fim, Cardoso ainda atesta que muitos destes projetos poderiam contar com a ajuda de investimentos diretos da elite econômica local, demonstrando sua abertura às propostas e investimentos provenientes da iniciativa privada. A confiança da reportagem com a campanha era tamanha que se afirmou que, “nas últimas pesquisas publicadas, o candidato do PMDB era o que estava mais bem situado para derrotar Jânio. Com a vitória, começa sua outra tarefa: mudar São Paulo”.<sup>77</sup>

No dia 15 de novembro de 1985, a *Folha de S. Paulo* circulava com uma de suas capas mais famosas. A foto principal era de Fernando Henrique Cardoso sentado na cadeira de Prefeito de São Paulo, demonstrando uma certa soberba e confiança exagerada na sua vitória. Em texto, Jânio Quadros demonstrou-se otimista de outra forma, afirmando que venceria as eleições por quinhentos mil votos.<sup>78</sup> O resultado final não corroborou totalmente nenhuma das narrativas. Cardoso não se sentou oficialmente na cadeira, pois perdeu o pleito para Quadros, que, por sua vez, venceu o peemedebista por uma diferença consideravelmente pequena, de 141 mil votos. O pleito teve fim com Jânio Quadros vencendo a eleição com 37,53% dos votos, seguido de Fernando Henrique, com 34,16%. e Eduardo Suplicy, que teve uma votação exitosa para o PT, com 19,75%, evidenciando uma conjuntura favorável ao crescimento da legenda nas eleições municipais seguintes - a qual seria vencida pelo partido, em 1988.

Se o 15 de novembro de 1985 ficou marcado como uma derrota amarga para Cardoso, o 15 de novembro de 1986 significou o justo oposto. O sociólogo foi eleito senador pelo Estado de São Paulo com 26,20% dos votos, e seu correligionário, Mário Covas, atingiu o índice de 32,78%. A vitória em São Paulo fez parte de uma das conquistas mais arrebadoras que um partido político teve em um pleito nacional. Em 1986, o PMDB elegeu 22 dos 23 governadores de Estado, 38 dos 49 senadores e 260 dos 487 deputados federais. Entre os governadores eleitos, o partido contou com as vitórias de Fernando Collor de Melo em Alagoas, Tasso Jereissati no Ceará, Moreira Franco no Rio de Janeiro, Pedro Simon no Rio Grande do Sul e Orestes Quércia em São Paulo.

---

<sup>76</sup> Idem, *Ibidem*, p.30

<sup>77</sup> Idem, *Ibidem*, p.28

<sup>78</sup> **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 de novembro de 1985, p.1

A razão para tal vitória se deu devido a uma dupla conjuntura: do ponto de vista político, após anos de ditadura militar, o PMDB nutria uma popularidade construída durante todo este período, e que tinha ganho ainda mais legitimidade a partir dos atos das *Diretas Já* e a eleição de Tancredo; do ponto de vista econômico, o governo tentava combater os índices inflacionários que permaneciam corroendo o poder de compra do trabalhador, lançando um novo plano econômico, o Plano Cruzado. A moeda mudou para o Cruzado, preços, salários e taxas de câmbio foram congelados. O salário mínimo foi reajustado para 15%, os salários receberam abono de 8%, com gatilhos pré-fixados de novos reajustes caso a inflação chegasse a 20%.<sup>79</sup>

Segundo Jorge Ferreira, o Plano Cruzado foi um sucesso, tendo como consequência uma “grande satisfação popular. A inflação desabou, enquanto aumentaram o crédito, o consumo e o emprego. O desemprego, que naquele momento, era de 10,5%, logo caiu para 2,5%. Em janeiro, a inflação foi de 14,98%, enquanto a de abril foi de 0,58%”.<sup>80</sup> O sucesso foi tamanho que um dos fenômenos mais curiosos da época foi a formação de um grupo autodenominado de *fiscais do Sarney* que fiscalizava nos estabelecimentos se a política de congelamento de preços estava sendo de fato seguida. Entretanto, tal política demonstrou-se arriscada, tendo como duas das suas principais respostas negativas: o aumento do déficit público de 11,22%, em 1985, para 31,89%, em 1986, além da contradição explícita de se ter um aumento considerável no consumo, mas carência de produtos nos mercados devido às dificuldades que o tabelamento de preços implicava para a produção.<sup>81</sup> Sarney manteve tal política até novembro, quando obteve o resultado eleitoral desejado, para, dias depois, anunciar o Plano Cruzado II. O novo plano aumentou em 60,16% o preço dos combustíveis, 120% o das tarifas telefônicas e energia elétrica, além de aumentar juros e algumas mercadorias em até 100%. De certo modo, o preço para Sarney vencer as eleições foi, posteriormente, perder boa parte do apoio popular e agravar a crise econômica.

Todavia, uma das missões do presidente estava garantida. Se a ideia era convocar uma Assembleia Constituinte para finalmente colocar em prática a antiga promessa do MDB de se promover uma nova Constituição, e superar de uma vez por todas os resquícios autoritários da Constituição de 1967 e demais legislações do período da ditadura, a estratégia foi eficaz em um sentido fundamental: o PMDB tinha ampla maioria no Congresso Nacional e poderia dar o tom

---

<sup>79</sup> FERREIRA, Jorge. O presidente acidental. José Sarney e a transição democrática In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano (vol.5). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p.46

<sup>80</sup> Idem, Ibidem, p.46-47.

<sup>81</sup> Idem, Ibidem, p.48

dos termos em que a nova Constituição seria desenvolvida. Entretanto, este PMDB não era o MDB da década de 1970, liderado por Pedrosa Horta e Ulisses Guimarães. A dialética da história e a Frente Liberal já o havia transformado em um novo partido, o qual conteria nas suas próprias contradições internas muitas das rupturas e permanências que serão tão presentes no texto constitucional.

### 5.3 A ÚLTIMA DANÇA: CONSTITUINTE E SAÍDA DO PMDB

Em polêmico ensaio publicado no ano de 1986, intitulado *Ai, que saudade do MDB!*, a cientista política e historiadora Maria Victória Benevides teceu duras críticas à política então praticada pelo PMDB durante o governo José Sarney, fazendo-se valer, logo no início do seu texto, de um alerta do então dissidente do partido e prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos (PSB-PE): “se o PMDB não se recicla, pode virar uma UDN moderna”. Na esteira da provocação e ao longo de seu texto, a autora defende a tese de que “a ruptura do PMDB com seus autênticos (...) e com os ideais populares e mudancistas do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foi fatal para a identidade do partido”.<sup>82</sup> Desenvolvendo sua hipótese interpretativa e por meio de exemplos, Benevides afirma que

no recuo da reforma agrária, na recusa de uma Constituinte livre e soberana, na inoperância diante do que o próprio denominou entulho autoritário, na insensibilidade diante do descrédito crescente do Legislativo, na incompetência para enfrentar a crise econômica e a corrupção administrativa, por exemplo, as desastrosas posições do PMDB completam um quadro lamentável de desagregação galopante. O grande risco dessa perda de identidade, voltando ao alerta de Jarbas Vasconcelos, seria a sedimentação na Aliança Democrática, cada vez mais sacramentada pela submissão aos militares (...), pela submissão à burocracia estatal e aos empresários.<sup>83</sup>

Ademais, um componente da argumentação da autora chama a atenção: a de que o prefeito Jarbas Vasconcelos “não falou no vazio” e que “várias lideranças, dentre as mais ilustres do PMDB histórico”, teriam externado “o seu inconformismo”, utilizando como indivíduo exemplar deste movimento o senador Fernando Henrique Cardoso, então líder do governo Sarney no Senado Federal, e que teria percebido “o risco de seu partido transformar-se em um vistoso Arenão”.<sup>84</sup> Por fim, a autora sugere que “para entender as críticas” dirigidas

---

<sup>82</sup> BENEVIDES, Maria Victória. *Ai, que saudade do MDB!*. **Lua Nova**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 27-34, Junho, 1986.

<sup>83</sup> *Idem*, *ibidem*. p.31

<sup>84</sup> *Idem*, *ibidem*. p.27

ao PMDB “seria preciso voltar às origens do MDB” e perceber as diferenças entre os dois partidos.<sup>85</sup> Seria a chave interpretativa oferecida por Benevides apropriada e/ou suficiente para se compreender o processo histórico em questão?

A trajetória de Cardoso durante o período da Assembleia Constituinte e os desafios relativos ao processo de atribuir parâmetros constitucionais para um governo democrático ainda muito novo são os principais temas deste último capítulo. À medida que tais processos caminhavam em âmbito nacional, ao observarmos a trajetória de Cardoso, é possível destacar um movimento dicotômico em que Cardoso passou a ser uma das principais lideranças do partido e do governo Sarney no Congresso, mas acumula frustrações e desgastes com os rumos econômicos e políticos do Executivo Federal e torna-se um dos principais críticos da gestão; e, este conjunto de revezes e tensões acabam influenciando na saída de Cardoso do partido, em 1988, para ser um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas, tendo como sua última contribuição como parlamentar do PMDB a sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, onde atuou como relator do regimento interno.

Ao justificar sua saída do PMDB, Cardoso proferiu uma interessante declaração que parece conter significados que vão além de um movimento visando dar sentido para uma mera troca de sigla partidária. Em uma reflexão com um interessante uso dos tempos verbais, em um primeiro momento, Cardoso se voltou para o futuro ao afirmar não crer “que o PMDB tenha condições para renovar, daqui para frente a vida política”, tendo o mesmo inchado “com a adesão de muitos que se beneficiaram dos votos populares, mas não se imbuíram dos objetivos partidários”. Já em um segundo momento, fez uso do pretérito perfeito ao asseverar os “excelentes serviços à luta democrática”, sendo “inegável que o PMDB foi o eixo da redemocratização”.<sup>86</sup> Ao construir uma memória do passado recente da redemocratização, Cardoso optou por silenciar a respeito da participação popular. As referências aos movimentos sociais e à revitalização da sociedade civil saíram de cena, para dar protagonismo ao PMDB como *eixo da redemocratização*. É a consolidação de uma ideia da redemocratização brasileira como uma redemocratização *para* o povo e não *pelo* povo. É também o abandono completo do projeto emedebista de um partido de massas, tendo sido transformado em um partido conservador. Tais fenômenos deram maiores condições para a construção de um partido de natureza reformista como o PSDB.

---

<sup>85</sup> Idem, *ibidem*. p.28

<sup>86</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Partido novo. In: Caderno Opinião. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 23/06/1988, p.2

O objetivo das reflexões deste subcapítulo não é o de promover uma história da Constituinte de 1987-1988 e do texto constitucional, pois este é um trabalho que necessitaria uma dedicação muitíssimo maior e focada nestes temas em si. Para os fins desta pesquisa, cabe salientar dois pontos fundamentais a respeito deste contexto da democratização brasileira que podem ser analisadas a partir de uma nova perspectiva se observada de uma escala reduzida, no caso, da trajetória de Fernando Henrique Cardoso. Os pontos são: 1) inserir o processo de negociações e disputas pela redação do texto constitucional como parte fundamental do nosso processo de democratização, constituindo balizas legais muitíssimo mais sólidas para a superação do arcabouço legal da ditadura em muitos aspectos - mesmo que algumas permanências do período ditatorial também sejam perceptíveis e ainda devam ser problematizadas; 2) entender as razões que fizeram com que uma parcela importante do PMDB - formada por lideranças como Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, André Franco Montoro, José Serra, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Tasso Jereissati, Ciro Gomes, entre outros - optou por romper com o partido e fundar o PSDB.

Aliás, os dois pontos ressaltados, podem muitas vezes ser analisados de forma conjunta e até mesmo indissociável. Afinal, uma mudança na composição social e política do PMDB após a formação da Aliança Democrática, em 1985, transformou o partido de forma considerável. Segundo a pesquisa de Rafael Machado Madeira, a respeito de ex-integrantes da ARENA e do MDB no sistema partidário posterior ao bipartidarismo, chama a atenção que dos parlamentares eleitos pelo PMDB na grande vitória nas eleições de 1986, 20% destes tinham histórico de terem sido filiados no passado à ARENA.<sup>87</sup> Retomando o texto de Benevides, a autora cita duas reflexões provocativas de alguns dos maiores intelectuais brasileiros no período: Raymundo Faoro e Hélio Jaguaribe. Faoro citou que o PMDB vivia uma tentação oligárquica, e que tal postura poderia gerar o que ele intitulou de *Estado Novo do PMDB*, tendo em vista o tamanho controle que o partido passou a exercer dentro da política institucional brasileira.<sup>88</sup> Por sua vez, Jaguaribe talvez tenha proposto a leitura mais fina a respeito de um dos riscos que sempre esteve presente no projeto de frente democrática do PMDB: o de abarcar tudo, inclusive até o que não é democrático. Nos seus termos:

O que é o PMDB? Quem são os verdadeiros representantes do partido? A resposta, em termos objetivos, é necessariamente múltipla. O PMDB é uma aspiração à social-democracia (Fernando Henrique, Waldir Pires). É uma aspiração ao capitalismo

---

<sup>87</sup> MADEIRA, Rafael Machado. A atuação de ex-arenistas e ex-emedebistas na Assembleia Nacional Constituinte. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.77, p.189-202, 2011

<sup>88</sup> BENEVIDES, op.cit., 1986, p.34



liberal (Gusmão, Hugo Castello Branco). É um sistema de clientelismo do poder (Quércia). O PMDB é tudo e não é nada.<sup>89</sup>

Uma das contribuições mais significativas para se compreender esta mudança não somente do PMDB, mas de uma parcela das elites políticas parlamentares no Brasil é o conceito de peemedebismo de Marcos Nobre. O autor salienta que, com o aumento das manifestações de rua e das demandas sociais por mudanças e democratização, durante o início da década de 1980, “do ponto de vista da elite no poder, passou a ser essencial pelo menos o controle da velocidade e da amplitude de diminuição das desigualdades, especialmente, em um primeiro momento, das desigualdades de renda, de poder”.<sup>90</sup>

De certa forma, a argumentação de Nobre caminha no sentido de que, principalmente a partir da formação da Aliança Democrática, durante o Colégio Eleitoral, o PMDB passou a adotar para si a tese de uma transição *lenta, gradual e segura* para a democracia, tão usualmente relacionada aos militares. Assim, o problema deste modelo de transição não era o seu ritmo lento e pautado por negociações palacianas e uma notável dose de rejeição às manifestações populares. Para as lideranças conservadoras do partido de oposição, o problema era que, o sistema político da ditadura impedia que o PMDB pudesse atribuir o andamento deste ritmo de democratização. E, nas palavras de Nobre, é a “blindagem do sistema político contra a sociedade, a que dou o nome de peemedebismo, em lembrança do partido que capitaneou a transição para a democracia”.<sup>91</sup> Por fim, ainda de acordo com o autor, foi para conter a mobilização e pressão popular do período da Constituinte que uma frente de partidos e lideranças mais conservadoras foram capazes de criar barreiras sólidas com vistas a evitar maiores conquistas durante a escrita da então nova Constituição.

Durante a gestão Sarney, o “progressismo” continuou a representar a ideologia oficial de uma transição morna para a democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista. A primeira crise enfrentada por essa blindagem se deu durante a Constituinte (março de 1987 a outubro de 1988), quando essa unidade forçada deu de cara com movimentos e organizações sociais, sindicatos e manifestações populares que não cabiam nos canais estreitos da abertura política. Sob o comando do chamado Centrão, bloco suprapartidário que contavam com maioria de parlamentares do PMDB, o sistema político encontrou uma maneira de neutralizá-los, apostando na ausência de um partido (ou frente de partidos) que canalizasse as aspirações mudancistas.<sup>92</sup>

---

<sup>89</sup> BENEVIDES, op.cit., 1986, p.33

<sup>90</sup> NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**. Companhia das Letras: São Paulo, 2013, p.9

<sup>91</sup> Idem, Ibidem

<sup>92</sup> Idem, Ibidem, p.27

A leitura de Nobre a respeito deste processo abre margem para importantes e necessários debates a respeito das características da democracia que estava sendo construída neste contexto, bem como das relações entre governo e sociedade. E mesmo que não exista aqui um objetivo de desenvolver um debate em torno da proposta conceitual de Nobre, cabe registrar dois questionamentos: 1) o quanto o dito *peemedebismo* seria de fato uma novidade histórica na história das democratizações brasileiras. Não seria possível identificar processos muito mais antigos de elites políticas promovendo a tentativa de se frear a ampliação da participação popular nos poderes políticos e econômicos?; 2) o texto de Nobre parece optar por expressões como sistema político e elites políticas, mas, não seria o caso de atribuir maior materialidade para as intenções dos sujeitos que mobilizam este sistema e, dentro de confrontos que ocorrem dentro de um modo de produção capitalista, debater interesses de classes sociais? O *peemedebismo* não seria uma das formas da classe dominante manter a sua hegemonia perante as classes populares a partir da concessão de alguns direitos e conquistas sociais que não colocam em xeque o próprio domínio de classe? De qualquer forma, Nobre é assertivo ao identificar que o período da Assembleia Nacional Constituinte foi de grande importância para a formação dos limites e enquadramentos que a democracia brasileira pós-ditadura teria nos anos seguintes.

A Assembleia Nacional Constituinte foi convocada a partir da Emenda Constitucional nº26, de 1985, e seus trabalhos foram realizados entre 1º de fevereiro de 1987 até 22 de setembro de 1988. Cabe registrar que a Constituinte não foi exclusiva, ou seja, as eleições de 1986 já definiram o que pode ser categorizado como um *Congresso Constituinte* - seriam os parlamentares eleitos que desempenhariam a dupla função de serem congressistas e constituintes. Como citado previamente, Cardoso desempenhou a função de relator do regimento interno da Constituinte, uma posição delicada, pois seu trabalho afetaria as diversas comissões da Constituinte. Logo, o senador paulista foi colocado no centro de várias das disputas políticas realizadas não somente entre os constituintes, mas de vários dos grupos de pressão externos que tentavam garantir melhores condições para si no novo texto constitucional, entre eles, as Forças Armadas.

Para Luís Felipe Miguel, “o principal ponto em que a Constituição não corresponde ao figurino de uma democracia liberal avançada é o que se refere às Forças Armadas”.<sup>93</sup> No decorrer dos trabalhos da Constituinte, os militares sempre atuaram como uma força de pressão, buscando garantir duas coisas: 1) legislações que impedissem qualquer tipo de contraste ou

---

<sup>93</sup> MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p.116

tensão em relação à Lei de Anistia, promulgada em 1979; 2) um espaço de influência, e, de certa forma, de tutela desta nova experiência democrática brasileira a partir do princípio de que estas seriam destinadas à defesa da lei e da ordem. Inclusive, o papel das Forças Armadas na defesa dos princípios de lei e ordem foi debatido durante a Constituinte, pois, há nessa premissa o entendimento de que há uma ordem social para além da ordem das leis. Por tal razão, debateu-se muito a necessidade de se manter a atuação das Forças Armadas vinculadas a alguns freios constitucionais, caso contrário, as mesmas poderiam dispensar as leis e buscar manter por via das suas armas a ordem social - seja lá o que possa ser entendido por tal.

Ainda segundo Miguel, os militares utilizaram de diversas estratégias para tentar influenciar o novo texto constitucional, como colocar “oficiais para atuar como lobistas, ofereceram viagens com mordomias a parlamentares, promoveram reuniões entre líderes políticos e os ministros militares”, além de advertências públicas em tom vago a respeito do que consideram admissível ou não de ser colocado na nova Constituição.<sup>94</sup> Cabe ressaltar que a presença dos militares não era exclusiva no Exército, mas o governo Sarney contava com seis ministérios com fortíssima presença das Forças Armadas, como o do Exército, da Aeronáutica, da Marinha, do Estado-Maior das Forças Armadas, Gabinete Militar da Presidência da República e Serviço Nacional de Informações.

A situação das Forças Armadas no texto constitucional chegou à relatoria de Cardoso. Na opinião do senador paulista, a questão militar deveria ser discutida na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, onde o tema estava presente na Constituição de 1967. Todavia, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, cedeu às pressões militares e recusou a sugestão de Cardoso, transferindo este debate para a Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições. Para Miguel,

Não se tratava de discussão abstrata. Na comissão e subcomissão que a ordenação de Fernando Henrique indicava, os relatores eram parlamentares da esquerda do PMDB. Da forma como foi determinada por Ulysses, a destinação das Forças Armadas ficou a cargo de comissão e subcomissão cujas relatorias estavam nas mãos de deputados conservadores, antigos apoiadores do regime militar. O que estava em jogo concretamente era a brecha constitucional para que as Forças Armadas intervissem em conflitos políticos internos.<sup>95</sup>

Após todos os debates, o texto constitucional aprovado redigiu o artigo 142 da Constituição, que definiu que as Forças Armadas são constituídas pela Marinha, pelo Exército

---

<sup>94</sup> Idem, ibidem, p.117

<sup>95</sup> Idem, ibidem, p.117

e pela Aeronáutica, sendo estas instituições nacionais permanentes e regulares, e organizadas com base na hierarquia e na disciplina. E um dos pontos fundamentais definidos é que elas deveriam responder “sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.<sup>96</sup> A defesa da lei e da ordem está presente, mas deveria respeitar a autoridade do presidente e dos demais poderes constitucionais.

A Constituição também significou avanços importantíssimos no campo dos direitos individuais e coletivos. Alguns desses direitos assegurados foram: a concepção de que o poder pode ser exercido a partir de representantes ou de forma direta - via plebiscitos, por exemplo; o direito da proposição de leis pela sociedade civil; liberdade de organização partidária; avanços na legislação trabalhista; penalidades mais rigorosas contra discriminações contra a população negra, mulheres e indígenas - os quais ganharam um espaço à parte no texto constitucional para promover uma maior defesa da sua segurança enquanto grupo, bem como garantir a legitimidade destes perante os seus territórios. A saúde, educação, alimentação, segurança, previdência e assistência social como direitos universais e, principalmente, deveres do Estado, foram conquistas significativas.<sup>97</sup> Entre as várias considerações possíveis a respeito do papel desempenhado pela Constituição durante os processos de democratização na década de 1980, são pertinentes as reflexões de Jorge Ferreira em relação ao uso do termo *década perdida* para designar este período. Em seus termos:

Os anos 1980, período em que a sociedade brasileira viveu a transição democrática, são definidos por economistas alinhados com os ventos liberais pós-ditadura como ‘a década perdida’. Para eles, perdeu-se a oportunidade de implementar reformas que, na década seguinte, ficaram conhecidas como neoliberais. Discordando da premissa, compreendo o inverso, que a década de 1980 foi de muitos ganhos. A sociedade brasileira se mobilizou e se organizou em movimentos políticos e sociais. O país retomou o caminho da democracia representativa com uma Constituição que dispunha de instrumentos para a implementação de democracia participativa, além de amplos direitos sociais aos trabalhadores (...). Os anos 1980, no prisma da transição democrática, não foram perdidos. Foram participativos.<sup>98</sup>

Um aspecto relevante para se analisar o processo de redação do texto constitucional é não limitar este fenômeno aos debates parlamentares e à instituição do Congresso. No primeiro dia de trabalho da Constituinte, 50 mil pessoas ocuparam os gramados de Brasília para fiscalizar

---

<sup>96</sup> BRASIL. Artigo 142. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

<sup>97</sup> FERREIRA, op.cit., 2018 p.60-61

<sup>98</sup> Idem, Ibidem. p.67

o trabalho dos constituintes e exercer pressão popular. A pesquisa de Lucas Coelho Brandão sobre a participação dos movimentos sociais na Assembleia Constituinte cita casos emblemáticos de uma participação popular heterogênea, nem sempre contínua, mas que promoveu pressões sociais de diferentes modos. Em agosto de 1987, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil promoveu a entrega de 1,7 milhão de assinaturas, coletadas em julho do mesmo ano, e referentes a quatro emendas populares que foram entregues para Ulysses Guimarães e Mário Covas que foram coletadas em julho do mesmo ano. Outros exemplos interessantes dizem respeito às formas distintas em que ocorreram a participação de grupos indígenas e ruralistas. A presença de cidadãos no Plenário foi permitida mediante a distribuição de senhas realizadas pelos deputados. No caso dos indígenas, estes passaram a utilizar a estratégia de “visitarem os gabinetes do deputado, mesmo que o mesmo não fosse favorável aos seus interesses, sentavam calados e só saíam quando recebiam senhas”.<sup>99</sup> Por outro lado, a União Democrática Ruralista se meteu em diferentes escândalos de corrupção, nos quais produziram convites falsos que buscavam imitar os originais, bem como promoveram a compra de senhas de trabalhadores do campo por 300 cruzados. A respeito do caso, o diretor nacional do movimento ruralista respondeu: “você acha que o camponês vai deixar de ganhar 300 cruzados, para ficar assistindo no plenário do Congresso a um *telecatch* promovido pelos comunistas?”.<sup>100</sup>

Foi durante o período da Constituinte que o grupo ligado à ala de Fernando Henrique Cardoso no PMDB construiu o seu caminho para a saída do partido e a fundação do PSDB. No dia 22 de junho de 1988, Cardoso proferiu o seu discurso de despedida do PMDB no Senado, no qual não se furtou a proferir críticas às transformações que o partido vinha sofrendo. Poucos aspectos passaram incólumes pelos seus ataques. Ao se referir ao presidente Sarney, comentou que a sua crítica não era voltada “ao ser humano cordial, mas ao político tradicional que não soube ver o papel que a História lhe reservava”, e afirmou que deixava o PMDB pois estava “convencido de que tanto as aspirações populares quanto o próprio clima de liberdade hoje existente (para cuja construção o PMDB foi indispensável) requerem partidos com maior nitidez e propósitos”.<sup>101</sup> Ainda destacou o seguinte a respeito do processo de desestruturação do partido:

---

<sup>99</sup> BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

<sup>100</sup> Idem, Ibidem, p.90-92

<sup>101</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. **Diário do Congresso Nacional.** Brasília, DF, 22 de junho de 1988, p.1802

Fui eu quem cunhou a expressão “partido omnibus”, partido de todos, para justificar o PMDB como um “Partido Frente”. Não reside aí a dificuldade. Ocorre, entretanto, que o grande objetivo da Frente Partidária à que, repito, me orgulho de ter pertencido, que foi o PMDB, esgotou-se. (...) Pois bem, hoje, dentro e nos arredores do PMDB, a conexão fundamental deixou de ser com a mudança das instituições. Pode até ser com a mudança de personagens (e nem isso, pois pouco a pouco os homens do passado se travestiram nos democratas do presente). Mas o compromisso do PMDB deixou de ser com a mudança no modo de fazer política (...).<sup>102</sup>

Torna-se visível na argumentação de Cardoso a sua insatisfação com os rumos do PMDB, compreendendo que este teria se desviado dos seus objetivos iniciais. O senador parece concordar com o diagnóstico realizado pelo texto de Benevides, de que o MDB *combativo* da década de 1970 seria distinto do PMDB dos acordos da Aliança Democrática. Em um dos momentos mais fortes do seu discurso, Cardoso relacionou a situação do PMDB após a vitória nas eleições de 1986 com a dos partidos republicanos do período da Primeira República e do sistema coronelista da política dos governadores.

Hoje, é doloroso reconhecer: o PMDB está se transformando num grande Partido Republicano, da República Velha, com uma cara diferente em cada Estado, conforme o rosto de seus governadores. Partido dos governadores, sobre os quais o Presidente da República exerce a “chefia natural”, como dizia Campos Salles, e que deveriam ser sustentados pelo Presidente e, reciprocamente sustentá-lo. O Presidente do Partido, na ausência de uma estrutura partidária real que conecte a militância com os órgãos decisórios, tem enorme poder, mas só aparente: deve, em movimento pendular, oscilar conforme as posições dos governadores, os quais, por sua vez, influenciam decisivamente suas Bancadas.<sup>103</sup>

O exemplo e a leitura de Cardoso da questão são interessantes, pois a escolha pela política de governadores de Campos Salles parece sugerir, em alguma medida, que a vitória acachapante nas eleições de 1986 pode ser analisada de forma crítica, pois acabou por tornar o partido cada vez mais próximo das negociações parlamentares para beneficiar políticos locais dos 22 estados em que o partido venceu as eleições para governador e montou grandes bancadas parlamentares. Há de se inferir que, para Cardoso, de certa forma, o PMDB tornou-se prisioneiro do seu próprio sucesso, o que acabou levando este a ficar distante da postura mais combativa de outrora. E ao concluir a respeito das suas razões para a saída do partido, Cardoso teceu as seguintes considerações.

Desligo-me (do PMDB) pela convicção que formei de que as raízes das deficiências do Partido são estruturais. O PMDB, infelizmente, foi tragado pela cultura política

---

<sup>102</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>103</sup> Idem, *Ibidem*

tradicional que fora reforçada pelos regimes autoritários. Isto não quer dizer que ele não tenha chances de ganhar eleições. Tem-nas e muitas. Mas quer dizer que, na minha visão, ao ganhá-las, reforçará a ordem conservadora-arcaica.<sup>104</sup>

Em discurso de despedida do PMDB, realizado no Senado, Cardoso recebeu diversos apartes no seu discurso, de opositores à correligionários, todos em tons elogiosos, tal como é habitual em tais solenidades. Entretanto, um dos apartes chamou a atenção pelo tom irônico, provocativo, e que tocava em pontos sensíveis da carreira de Cardoso e do PMDB. O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), uma das lideranças militares mais destacadas da ditadura no Congresso Nacional, definiu a proposta política do PMDB como um partido guarda-chuva, no qual, “estavam desde os camponeses até os exploradores dos camponeses”.<sup>105</sup> Ao responder o aparte de Passarinho, Cardoso desconversou, e ao adotar um tom cordial, comentou que apesar das diferenças políticas, ambos estavam com um terno da mesma cor, sendo a diferença a cor da gravata: a de Passarinho era marrom e vermelha. Mais uma vez, Passarinho provocou na resposta, afirmando que “o próprio vermelho de V. Ex<sup>a</sup> é um pouco esmaecido”.<sup>106</sup> Os comentários de Passarinho não eram somente jocosos e provocativos, eles tocavam em algumas das principais feridas da trajetória de Cardoso no PMDB. O princípio de frente democrática do PMDB era admirável e coerente com as necessidades eleitorais e políticas do combate à ditadura. Mas, ao se ampliar em demasia as suas alianças, há sempre o risco de tornar o projeto político elástico demais e distinto do seu sentido original. E neste processo, certamente os tons de vermelho, as posturas mais combativas, e a proximidade com setores mais à esquerda de Cardoso foram se esmaecendo. Ou o candidato ao Senado de 1978 se veria representado no senador de dez anos depois?

A fundação do PSDB, em 1988, serve como uma guisa de conclusão apropriada para os objetivos deste trabalho. Ao ser formado quase exclusivamente por lideranças parlamentares do PMDB que estavam descontentes com os caminhos do PMDB, o partido caracterizava como poucos uma proposta de democracia *para* o povo. No contexto de sua fundação, o partido poderia ser situado como um ocupante de um espaço não ocupado na centro-esquerda, tendo em vista que as posições políticas e econômicas do PT o colocavam mais à esquerda, enquanto o PMDB cada vez mais caminhava para o centro ou centro-direita. Ou seja, o PSDB era um partido de uma elite política parlamentar, sem base social, com lideranças de perfil mais técnico

---

<sup>104</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>105</sup> PASSARINHO, Jarbas; CARDOSO, Fernando Henrique. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, 22 de junho de 1988, p.1802

<sup>106</sup> Idem, *Ibidem*

e pouca representatividade no tecido social. Ao abordar a trajetória do partido e o seu perfil ideológico, Soraia Marcelino Vieira destaca:

É possível observar, no PSDB, a ausência de vínculo com movimentos trabalhistas e uma estrutura diferente da observada em partidos social-democratas. Estamos falando de um partido originado no parlamento, um partido de notáveis, o PSDB não está, nem nunca esteve vinculado a qualquer movimento trabalhista, uma importante característica da Social-Democracia europeia. Desse modo, o que observamos é um partido que se aproxima muito mais de um partido de quadros que de um partido de massas.<sup>107</sup>

Algumas considerações do próprio Cardoso ajudam a corroborar as constatações de Vieira. Em entrevista concedida para o pesquisador Marcos Antônio Beal, em 2013, Cardoso desenvolveu algumas considerações sobre a razão da opção pela social-democracia para ser o recorte ideológico do novo partido - ao menos, no que tange o nome da instituição. Sobre este tema, Cardoso colocou o seguinte:

Eu realmente não quis colocar a expressão socialdemocracia, porque nós não tínhamos sindicatos, porque aqui era uma outra realidade. Sabe por que ficou PSDB? Porque parecia PMDB. A razão política para isso foi: PMDB, quatro letras; PSDB, quatro letras. Eu, que estava do lado do Montoro naquela época, queria 'Partido Popular Democrático' ou algo assim. O Montoro não queria socialdemocracia por outra razão: porque ele tinha ligação com os partidos católicos da Europa, que eram contrários à socialdemocracia. Eu não tinha esta razão em mente. O meu argumento era o seguinte: — Olha, vocês vão criar um partido e vão botar esse nome. Eu sou sociólogo e vou ter que explicar como é que um partido sem sindicato vai se chamar socialdemocrata. Socialdemocrata acabou sendo o PT. Na época eles não queriam ser, tinham horror à socialdemocracia, que não era revolucionária, era reformista. No meu caso não foi isso não. Eu dizia: — Olha, não tem correspondência. A situação brasileira é outra. Aqui nós precisamos é fincar uma democracia que tenha conotação popular. Não democracia popular a lá comunismo, mas uma democracia popular, sem o protagonismo dos sindicatos, que atinja o conjunto da população, o povo.<sup>108</sup>

Há uma contradição explícita na argumentação de Cardoso: o fato de o PSDB ter sido um partido formado nas redes de sociabilidades das elites políticas parlamentares e o seu entendimento de que o Brasil precisaria de uma democracia com conotação popular. Em suma, o que estava sendo moldado internamente no PSDB era uma democracia projetada e calculada *para* o povo, e, preferencialmente, sem o protagonismo dos sindicatos, dando a entender que

<sup>107</sup> VIEIRA, Soraia Marcelino. **O Partido da Social-Democracia Brasileira: trajetória e ideologia**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p.16-17

<sup>108</sup> Entrevista de Fernando Henrique Cardoso, concedida para Marcos Antônio Beal em 23 de setembro de 2013. Cf: BEAL, Marcos Antônio. **Fernando Henrique Cardoso e o pensamento político brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2015, p.175.



estes poderiam atrapalhar a construção de uma verdadeira democracia - a qual o significado, aparentemente, seria definido internamente nas reuniões dos diretórios das lideranças *tucanas*. Curiosamente, o tema da possibilidade da construção de uma social-democracia no Brasil já tinha sido objeto das reflexões de Cardoso em um dos seus textos para a obra *O novo socialismo francês*, de 1983, que reuniu diversos autores para refletir a respeito dos significados da eleição de François Mitterrand para a presidência na França.

Em maio de 1981, François Mitterrand, candidato do Partido Socialista Francês (PS), derrotou o então presidente Giscard d'Estaing, do partido centrista da União pela Democracia Francesa. A vitória de Mitterrand no segundo turno somente foi possível devido a aliança entre o PS e o Partido Comunista Francês (PCF), o qual defendia bandeiras eurocomunistas. A dimensão da vitória foi ampliada quando nas eleições legislativas de junho do mesmo ano, os partidos de esquerda somados obtiveram 333 (67,82%) dos 491 assentos disponíveis no Parlamento.

Os sólidos resultados eleitorais da esquerda francesa levaram diversos intelectuais a refletir sobre esta porta que se abria para uma experiência socialista e democrática. Entre estes, um sociólogo brasileiro que, ao observar os rumos do *novo socialismo francês*, refletia sobre a situação latino-americana: “caberá esta via [francesa] como modelo político (ou, se não, ao menos como fonte inspiradora) para os países de um continente [América Latina] que, sendo, como é, desdobramento da velha Europa, é também América e, ainda por cima, parte (em parte) do Terceiro Mundo”?<sup>109</sup> Na parte introdutória do seu capítulo, Cardoso levantava um duplo questionamento: 1) seria a experiência francesa replicável em solo latino-americano?; 2) seria a mesma uma fonte de inspiração possível?

Para o primeiro questionamento, Cardoso oferecia uma resposta enfática: “seria ingênuo imaginar que a fórmula social-democrata poderia ter êxito à esquerda, onde a fórmula bolchevique fracassou: ambas são variantes de um mesmo mundo, que não é o mundo latino-americano”.<sup>110</sup> Para Cardoso, tanto a variante social democrata quanto a bolchevique seriam fruto de uma outra realidade histórico-estrutural e um dos principais impeditivos para a sua construção na América Latina se dava pela falta de força política, organização e autonomia das classes trabalhadoras frente ao Estado e às classes dominantes. Na esteira desta reflexão, o sociólogo argumentava que as transições democráticas abriam as portas para o retorno dos

---

<sup>109</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. A América Latina e a questão do socialismo na década de 80 In: CARDOSO, Fernando Henrique; TRINDADE, Héliogio (orgs.). **O novo socialismo francês e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.16

<sup>110</sup> Idem, *Ibidem*, p.25

partidos de massas atuarem de forma competitiva e com graus elevados de liberdade no Cone Sul, mas a fragilidade histórica destes no subcontinente os distanciava da experiência histórica europeia, de partidos com bases ideológicas e sociais bem definidas. Nesta linha de raciocínio, não seria possível replicar o modelo partidário europeu em solo latino-americano:

a forma-partido clássica, tanto a dos partidos comunistas como a dos partidos social-democratas, de vanguarda revolucionária ou democrática de massas (...), encontra resistência não na crosta ideológica, mas em realidades estruturais latino-americanas. Ela existiu como realidade e persiste como possibilidade nos países cujas economias se organizaram capitalisticamente e se urbanizaram sob o modelo do capitalismo competitivo.<sup>111</sup>

A respeito desta interpretação de Cardoso, cabe uma crítica acerca das dificuldades da implementação de partidos políticos com graus elevados de representatividade popular na América Latina. A despeito dos fatores histórico-estruturais serem indispensáveis para a análise do fenômeno em questão, é estranho que o sociólogo não desenvolva nenhum comentário sobre como, ao menos em países do Cone Sul, houve um elevado crescimento na representatividade política nas realidades nacionais no período pré-golpe. No Brasil, PTB, UDN e PSD eram partidos que constantemente ampliaram a sua capilaridade de influência nacional; na Argentina, peronistas e radicais também possuíam eleitorados de abrangência nacional; no Chile, a Unidade Popular conseguiu o feito de solidificar laços com sindicatos e movimentos sociais, estreitando assim a distância entre democracia representativa e direta; enquanto que, no Uruguai, o sistema político partidário gozava de longas décadas de estabilidade política, com os partidos Blanco (posteriormente Partido Nacional) e Colorado tendo afincado sólidas bases na história política do país.

Mesmo considerando que o *novo socialismo francês* seria algo como uma *ideia fora de lugar* na sociedade latino-americana da década de 1980, Cardoso tinha uma opinião mais positiva em relação à possibilidade deste servir não como um modelo a ser copiado, mas uma fonte de inspiração para a luta política na região. Em seu texto, vê de forma muito positiva algumas características do processo de construção da vitória dos socialistas e comunistas franceses e que poderiam renovar práticas de luta na América Latina, tais como: a capacidade, em especial do PS, de dialogar com frentes para além do operariado industrial, tendo em vista o declínio deste grupo na formação da força de trabalho com a ampliação do setor de serviços; uma maior gestão da sociedade civil nas decisões de poder do Estado; diversos movimentos

---

<sup>111</sup> Idem, *Ibidem*, p.24.

sociais apoiaram Mitterrand, mas não fizeram parte do governo, visando não perder sua autonomia. Baseado nestas observações sobre a experiência francesa, o sociólogo conclui seu argumento da seguinte forma:

Nesse sentido, nosso socialismo será ainda mais heterodoxo do que o francês: ele se batizará para buscar nas comunidades eclesiais de base e no movimento social do campo a seiva necessária para ser popular e se racionalizará para atrair o povo dos setores que sabem fazer funcionar o mundo produtivo moderno e o Estado.<sup>112</sup>

Se o ano de 1978 simbolizou um dos momentos de maior proximidade de Cardoso com uma democracia *pele povo*, dez anos depois, temos quase que um pleno abandono do princípio de democracia como poder popular, e a adoção praticamente integral do ideal liberal de representatividade democrática. Nos anos posteriores a 1988, pode-se verificar como Cardoso foi cada vez mais convicto da adesão a uma perspectiva de democracia onde os representantes eleitos e as instituições republicanas como o Parlamento são os principais sujeitos dos processos de democratização.

Em certo momento deste capítulo, citou-se a análise de Benevides de que o MDB da década de 1970 e o PMDB da década de 1980 seriam (ou pareceriam ser) dois partidos distintos. Tendo a discordar desta máxima. A meu ver, tomá-la por verdadeira faz com que se perca o entendimento de que as lideranças do MDB - mesmo as ditas autênticas - sempre tenderam a ter ressalvas quanto a radicalizar a concepção de democracia do partido, preferindo o caminho das disputas e acordos pelas vias institucionais. Logo, ao se falar de dois partidos distintos, perde-se o aspecto dialético e processual que ajuda a compreender não somente a trajetória deste partido, mas das possibilidades e limites do nosso processo de redemocratização, feito tanto pelos interesses dos milhões de manifestantes nas ruas durante os movimentos dos motins e das *Diretas* quanto pelos parlamentares que recusaram a Emenda Dante de Oliveira e formaram a Aliança Democrática. Feito também pelos interesses de 50 mil indivíduos que pressionavam a Assembleia Constituinte no Congresso Nacional quanto pelos acordos e negociações dos constituintes e suas comissões. Feito tanto pelo jovem sociólogo que, ao retornar do seu exílio político, entrou para o MDB com vistas de radicalizar o conceito de democracia do partido quanto pelo senador que abandonou o projeto emedebista para adotar o reformismo conservador do PSDB como a alternativa possível para se mudar a realidade.

---

<sup>112</sup> Idem, *Ibidem*, p.29



## CONSIDERAÇÕES FINAIS: AINDA A DEMOCRACIA HISTÓRICA

Termino a redação desta tese em um contexto muito conturbado da história política brasileira. Nas eleições nacionais de 2022, os projetos políticos que dividem o Brasil são: o de uma extrema-direita liderada pelo candidato, e atual presidente, Jair Bolsonaro, e sua perspectiva de radicalização social via uma proposta de utopia ultra-conservadora e profundamente anti-democrática - vide as suas constantes ameaças de golpe à estabilidade das instituições da democracia representativa e aos seus desafetos políticos; e o de uma tentativa de frente democrática, liderada pelo candidato, e ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, e que conta com o apoio de diversas outras lideranças políticas, inclusive a de Fernando Henrique Cardoso. Ao manifestar via rede social o seu apoio a Lula no segundo turno do pleito eleitoral, Cardoso publicou duas fotos muito semelhantes de dois encontros dos líderes políticos. Uma de um encontro mais recente de ambos e a outra durante o período ditatorial, e adicionou a seguinte legenda: “neste segundo turno voto por uma história de luta pela democracia e inclusão social. Voto em Luiz Inácio Lula da Silva”.<sup>1</sup>

O apoio de Cardoso a Lula pode ter chamado a atenção de alguns, ou mesmo surpreendido outros, vide a histórica rivalidade eleitoral entre ambos. Entretanto, o que é mais significativo neste evento é a necessidade das frentes democráticas brasileiras precisarem recorrer a duas lideranças simbólicas da redemocratização brasileira - cabe enfatizar que, neste momento, Lula e Fernando Henrique têm, respectivamente, 76 e 91 anos - para enfrentar a notória ameaça à democracia e aos princípios dos direitos humanos que é a campanha de Jair Bolsonaro. Cito este evento para colocar em perspectiva que, no ano de 2022, quase 40 anos após o fim da ditadura militar, estes dois indivíduos seguem como símbolos do que consideramos ser a democracia brasileira. E se a natureza da democracia histórica é dialética, cabe questionar: por qual razão estes dois indivíduos conseguiram se manter nesta posição simbólica no que tange a luta pela democracia? Por qual razão a dialética da democracia histórica não promoveu mudanças mais significativas e maiores rupturas, renovando nossos símbolos de luta?

Tais questionamentos suscitam debates tão profundos que as perguntas passam a beirar o nível retórico. Entretanto, duas considerações podem ser feitas com o fito de propor apenas uma abertura inicial para que outros pesquisadores possam promover reflexões mais densas. A

---

<sup>1</sup> A declaração foi postada no dia 5 de outubro de 2022 no Twitter: [https://twitter.com/FHC/status/1577720536515448832?s=20&t=tC7\\_UNRqLOZY6nro8-R6qQ](https://twitter.com/FHC/status/1577720536515448832?s=20&t=tC7_UNRqLOZY6nro8-R6qQ)

primeira consideração cabível é de que tais indivíduos seguem como símbolos democráticos, pois as suas histórias remetem à luta por redemocratização contra a ditadura, e, a despeito de todos os pesos e contra-pesos possíveis que podem ser colocados na balança da análise a respeito deste fenômeno histórico, ele ainda segue sendo verdadeiramente notável e inspirador. Levadas em consideração todas as críticas cabíveis e apropriadas, a nossa redemocratização foi a possível de ser feita nas condições materiais dadas pela sociedade brasileira naquele contexto histórico. Além disso, o caminho construído por ela também permitiu que, em diferentes graus, e mesmo que de forma tímida, a democracia fosse democratizada durante o governo reformista-conservador com contornos liberais do PSDB, bem como do reformismo com ares um pouco mais desenvolvimentistas e inclusivos do PT.

A segunda consideração lança foco na materialidade da construção social destas lideranças políticas. Como apresentado e debatido por diversas vezes nesta pesquisa, Cardoso e Lula são frutos do contexto histórico de um país com processos de industrialização e urbanização em curso, e que, justamente por ampliar cada vez mais o número de operários e de bairros operários, na mesma medida que promovia marginalização socioespacial, a intensificação da exploração do trabalho em tempos de níveis inflacionários elevados e arrocho salarial acabava por fornecer condições de se politizar o cotidiano e permitir o surgimento do que Eder Sader intitulou de sujeito coletivo nas periferias urbanas de São Paulo.<sup>2</sup>

As contradições do desenvolvimento capitalista-industrial da ditadura, as quais permitiram o surgimento desta classe trabalhadora urbana com características específicas e que contribuíram enormemente para movimentos coletivos de lutas contra a precarização das suas condições de vida, maiores direitos, enfrentamento da exploração promovida pelo capital, bem como o combate contra os arbítrios da ditadura militar. Em outros termos, os movimentos sociais da década de 1970, as vitórias eleitorais do MDB, as greves do ABC, os motins de 1983, e as passeatas das *Diretas* não surgiram em um vazio histórico, mas foram possíveis devido às condições materiais que permitiram a politização da sociedade brasileira, em especial dos trabalhadores e trabalhadoras, em um sentido democratizante. A questão que fica em aberto no presente é: existem condições materiais para a politização da sociedade brasileira em um sentido democratizante no presente?

---

<sup>2</sup> SADER, Eder, *op.cit.*, 1988

Os resultados do primeiro turno no Estado de São Paulo indicaram uma votação de 47,71% para Jair Bolsonaro contra 40,89% para Lula.<sup>3</sup> Embora este dado de forma isolada não seja suficiente para se realizar qualquer tipo de afirmação sobre o nível de democratização ou falta de democratização de uma sociedade, ele ao menos permite questionar como um movimento como o bolsonarismo conseguiu se difundir em uma região que vivenciou momentos marcantes de intensa participação popular na luta contra a ditadura. Um dado importante de ser registrado aqui é de que, mesmo no considerado auge econômico e social dos governos petistas, o IBGE registrou que: em 2003, 31,8% dos trabalhadores formais da cidade de São Paulo estavam empregados no setor industrial, historicamente responsável por pagar os melhores salários devido a necessidade de capacitação técnica dos profissionais; em 2014, o número caiu para 24% na capital paulista.<sup>4</sup> Estaria essa frustração da classe trabalhadora urbana paulista com a precarização do trabalho e da vida sendo cooptada pela extrema-direita?

Em um ensaio muitíssimo apurado nas reflexões a respeito da vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA em 2016, Nancy Fraser sugeriu que a ascensão da extrema-direita no referido país era uma resposta à precarização da vida dos trabalhadores em sociedades no centro do capitalismo, que sofrem com as consequências da hegemonia neoliberal, como os processos de desindustrialização, a ampliação de trabalhos precarizados no setor de serviços, encolhimento do poder de compra do salário, índices elevados de desemprego, políticas de austeridade fiscal e desestruturação de serviços públicos essenciais.<sup>5</sup> Nesse sentido, Fraser chama a atenção da eficiência com que a extrema-direita vem cooptando uma parcela considerável de uma frustrada classe trabalhadora que, muitas vezes, não encontra nas esquerdas ou, mesmo nos políticos mais tradicionais, as soluções ou a radicalidade desejada para resolver suas demandas urgentes.

O princípio elementar do conceito de democracia histórica é o de compreender que as democracias são fenômenos históricos e dialéticos. E que, dentro de uma ordem capitalista, o sucesso das democracias representativas está diretamente relacionado com a capacidade destes sistemas de governo atenderem às demandas dos trabalhadores. Afinal, se a democracia pode ser fortalecida e consolidada, como observado e analisado durante o período da

---

<sup>3</sup> Os dados podem ser conferidos em: [Apuração da Eleição 2022 por estado para Presidente | São Paulo | g1 \(especiaisg1.globo\)](#)

<sup>4</sup> Fonte: IBGE. Indicadores IBGE. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (2003-2014). Brasília: IBGE, 2014

<sup>5</sup> FRASER, Nancy. The end of progressive neoliberalism. **Dissent**, Philadelphia, Pennsylvania. 2 de janeiro de 2017. Disponível em: [https://www.dissentmagazine.org/online\\_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser](https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser)

redemocratização, ela também pode ser enfraquecida, desacreditada, combatida e até mesmo golpeada. O crescimento exponencial das extremas-direitas no século XXI parece nos alertar de que mesmo as democracias mais sólidas correm o risco de se desmancharem no ar.

Entre as conclusões possíveis em relação a esta pesquisa, há de se constatar que entre as tensões, contradições e conflitos da redemocratização brasileira, consideráveis avanços foram conquistados. Teria sido possível obter avanços ainda maiores caso a democratização tivesse sido realizada ainda mais *pelo* povo do que *para* ele? O questionamento é válido para elocubrações no campo da retórica, porém, é válido lembrar que as suposições ocupam um lugar perigoso, e na maioria das vezes inapropriado no campo da pesquisa histórica. O que pode ser afirmado a partir do *corpus documental* levantado é que muitas das frustrações de Cardoso em torno do processo de redemocratização se deram a partir da constatação pessoal de que a sociedade brasileira não teria capacidade de avançar em projetos de democratização mais radicais. Enquanto pesquisador, cabe realizar o contraponto e questionar se do outro lado desta mesma moeda não estaria a incapacidade - ou a falta de vontade? - do próprio PMDB construir alternativas mais ousadas de forma conjunta com esta mesma sociedade.

O maior erro ao se acreditar em demasia em uma democracia feita *para* o povo é o de se esquecer que o fator original da concepção de democracia é que o próprio povo precisa acreditar neste sistema para defendê-lo. Instituições são importantes construções sociojurídicas, mas elas não têm pernas para caminhar em passeatas como as das *Diretas*, nem braços para entregar panfletos durante as manifestações das greves do ABC, nem garganta para pressionar o trabalho dos constituintes no Plenário do Congresso Nacional por meio de gritos de *abaixo à ditadura*. E para que a sociedade tenha este entendimento não basta apenas desejar que ela tenha uma espécie de vontade democrática. Esta confiança na democracia precisa ser paulatinamente construída por meio de uma sólida base cultural, política e material. Uma democracia que não é vista como atrativa para os trabalhadores é apenas um sistema de governo que pode vir a despertar apatia ou mesmo rejeição. A necessidade de constantemente lutar pela democratização das democracias se dá justamente para que elas sigam inspirando confiança na população. E se a democracia histórica é um fenômeno em movimento e disputa, cabe a nós seguirmos aprofundando as suas potencialidades, convencendo a classe trabalhadora que não há caminho promissor fora da democracia, mas há muito o que se fazer dentro dela, aprofundando-a cada vez mais.



## REFERÊNCIAS

### 1. Fontes

#### 1.1 Arquivos

Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

Acervo digital da Biblioteca da Central Intelligence Agency

Acervo Digital da Folha de S. Paulo

Acervo digital do Estao de São Paulo

Acervo do Banco de Dados Memórias Reveladas do Ministério da Justiça

Anais do Senado Federal

Hemeroteca Digital

#### 1.2 Publicações produzidas por Fernando Henrique Cardoso em periódicos

CARDOSO, Fernando Henrique. A democracia do professor Huntington. **Opinião**, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. A difícil democracia In: Opinião. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 07/04/1983. p.2

CARDOSO, Fernando Henrique. A emergência de um novo poder mundial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 set. 1974. Novas utopias, p. 6-7

CARDOSO, Fernando Henrique. A oposição tem que dar as cartas In: Folhetim. **Folha de São Paulo**. Entrevistador: Jefferson del Rios. São Paulo. 26/11/1978. p.4

CARDOSO, Fernando Henrique. A responsabilidade da vitória. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 de novembro de 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. A saída civil In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 10/09/1978. p.3.

CARDOSO, Fernando Henrique. Ainda a greve In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 07/05/1980. p.3

CARDOSO, Fernando Henrique. As concessões temerárias. **Opinião**, Rio de Janeiro, 29 de janeiro a 5 de fevereiro de 1973

CARDOSO, Fernando Henrique. As diretas pedem passagem. **Diário de Bauru**, Bauru, 20 jan. 1984

CARDOSO, Fernando Henrique. As diretas-já são um fato consumado. **Manchete**, Rio de Janeiro, p. 11-13, 21 abr. 1984

CARDOSO, Fernando Henrique. Brasília sitiada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1984. Opinião, p. 2

CARDOSO, Fernando Henrique. Diretas-já. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 abr. 1984. Opinião, p. 2

CARDOSO, Fernando Henrique. E se surgir um socialismo democrático?. Entrevista concedida a José Augusto Guilhon Albuquerque e Hermínia Brandão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Folhetim, p.5 e 6, 12 de junho de 1981

CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique: diretas não são remédio para tudo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 set. 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique. Indiretas levam à crise política. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jan. 1984

CARDOSO, Fernando Henrique. O diálogo e a constituinte In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 01/12/1977. p.3

CARDOSO, Fernando Henrique. O partidão do Sr. Freire. **Opinião**, Rio de Janeiro, 20 a 27 de novembro de 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. O petróleo. **Tribuna estudantil**, ano I, nr. 1, Abril de 1948

CARDOSO, Fernando Henrique. Os mitos da oposição II. **Opinião**, Rio de Janeiro, 2 a 9 de abril de 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique. Os trabalhadores e a democracia In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 28/05/1978. p.3

CARDOSO, Fernando Henrique. Para senador, Tancredo representa só a longo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 jul. 1984

CARDOSO, Fernando Henrique. Partido dos Trabalhadores. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29/1/1979

CARDOSO, Fernando Henrique. Partido novo. In: Caderno Opinião. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 23/06/1988

CARDOSO, Fernando Henrique. Por que São Bernardo? In: Folhetim. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 11/05/1980. p.11-15

CARDOSO, Fernando Henrique. Vamos voltar à luta pelas diretas já, o Colégio Eleitoral está morto. **Folha de S. Paulo**, 28 abr.1984. p. 6

CARDOSO, Fernando Henrique. Violência e reação In: In: Tendências/Debates. Primeiro Caderno. **Folha de S.Paulo**. São Paulo. 22/06/1980. p.3.

### **1.3 Publicações produzidas por Fernando Henrique Cardoso em livros e artigos acadêmicos**

CARDOSO, Fernando Henrique. **A democracia necessária**. Campinas: PAPIRUS, [1985];

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003 [1962]

CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1978;

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967

CARDOSO, Fernando Henrique. *Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática* In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

CARDOSO, Fernando Henrique. **El empresario industrial em America Latina: 2. Brasil**. Mar del Plata, Argentina: Naciones

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Santiago de Chile: Escuela Latinoamericana de Sociologia (ELAS); Instituto Coordinador de Investigaciones Sociales (ICIS) de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), n. 4, p. 3-31, dic. 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. Perspectivas: **Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política**. São Paulo: Paz e Terra, 1983

CARDOSO, Fernando Henrique. The industrial elite In: LIPSET, Seymour; SOLARI, Aldo. **Elites in Latin America**. New York: Oxford University Press, 1967

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor de mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: São Paulo Editora S/A, 1960

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolivar (orgs.). Introdução In: Os partidos e as eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 23, 1979

CARDOSO, Fernando Henrique; TRINDADE, Hélió (orgs.). **O novo socialismo francês e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

#### 1.4 Discursos no Senado Federal

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, 24 de março de 1983

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, 6 de abril de 1983

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, 9 de abril, de 1983

CARDOSO, Fernando Henrique; CHIARELLI, Carlos. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, 24 de abril de 1985

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, DF, 22 de junho de 1988.

#### 1.5 Vídeos

CARDOSO, Fernando Henrique. **Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014**. Acessado em 12/09/2021. Disponível em: [Depoimento de Fernando Henrique Cardoso - São Paulo - 26/11/2014 - YouTube](#)

#### 1.6 Outras fontes do Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso por ocasião do lançamento de candidatura à Prefeitura de São Paulo**. [São Paulo, jul. 1985]. 5 p. Datilografado. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

Carta de Fernando Henrique Cardoso para Florestan Fernandes. 23 de setembro de 1964, Santiago (Chile). Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

Carta de Theotônio dos Santos para Fernando Henrique Cardoso, presumida de 1960 a 1969. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

Carta de Vânia Bambirra para Fernando Henrique Cardoso, presumida de março de 1968. Acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

#### Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira In: ABREU, Alzira Alves de (org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006;

ADAIR, Jennifer. Democratic Utopias: The Argentine Transition to Democracy through Letters, 1983–1989. **The Americas**, v. 72, n. 2, abril 2015

ASSIS, Charleston José de Sousa. **Experiências cruzadas: a participação popular no Plano Cruzado em perspectiva histórica**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2012

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização - uma crítica às teorias da transição para a democracia. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais: RBCS**, junho de 1995

BEAL, Marcos Antônio. **Fernando Henrique Cardoso e o pensamento político brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2015

BENAKOUCHE, Rabah. **Bazar da dívida externa brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2013

BENEVIDES, Maria Victória. Ai, que saudade do MDB!. **Lua Nova**, São Paulo , v. 3, n. 1, p. 27-34, Junho, 1986

BENTO, Cláudio Moreira. Raízes familiares no Exército do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Ano 162, n. 410, p. 101-119, jan./mar. 2001

BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. **Política e Sociedade**, 9(16): 177-203, abr. 2009, p.188

BITAR, Sérgio; LOWENTHAL, Abraham F (org.). **Transições democráticas: ensinamentos dos líderes políticos**. São Paulo: Contexto, 2019

BOBBIO, Norberto. Democracia [1986] In: BOBBIO, Norberto. **Norberto Bobbio: o filósofo e a política: Antologia**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2003,

BOBBIO, Norberto. Democracia In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, vol.1. Brasília: Ed. UNB, 1998, p.320.

BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

CAMARGO, Candido P. [et. al]. **São Paulo, 1975: crescimento e pobreza**. São Paulo: Ed. Loyola, 1981 [1976]

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982

CARVALHO, Alessandra. Democracia e desenvolvimento versus Segurança e desenvolvimento: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p.555-572: jul/dez 2012

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2008

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. Democracia e Forças Armadas no Brasil da Nova República: balanço de uma pesquisa In: ABREU, Alzira Alves de (org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980

CROZIER, Michel J.; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. **The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission**. New York: New York University Press, 1975

DEBRAY, Régis. **Revolução na Revolução**. Havana: Casa de las Américas, 1967

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mocca, 1942-1973**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental. José Sarney e a transição democrática In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano (vol.5). O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014

FORCHERI, Miguel Serna. **Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul: trajetórias e desafios na Argentina, Brasil e Uruguai**. Bauru, SP: EDUSC, 2004

FRASER, Nancy. The end of progressive neoliberalism. **Dissent**, Philadelphia, Pennsylvania. 2 de janeiro de 2017

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009

JACOBY, Russel. **The last intellectuals: american culture in the age of academe**. New York: Basic Book, 2000 [1986], p.31

JUVENCIO SOBRINHO, Maria. **O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973-1992): autoritarismo e democratização**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003

KEMP-WELCH, Anthony. **The birth of Solidarity: the Gdansk negotiations, 1980**. London: Macmillian Press Ltd, 1983

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB**. São Paulo: Idesp/Vértice, 1988

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet file: a declassified dossier on atrocity and accountability**. New York: The New Press, 2003

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-RJ, 2006

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento In: **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003

LEVI, Giovanni. Usos da biografia In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006

LIPSET, Seymour; SOLARI, Aldo. **Elites in Latin America**. New York: Oxford University Press, 1967

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: o papel da imprensa no processo de redemocratização – a *Folha de São Paulo* em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n.10, jul./dez. 2013. p.72-107

MADEIRA, Rafael Machado. A atuação de ex-arenistas e ex-emedebistas na Assembleia Nacional Constituinte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.77, p.189-202

MARINI, Ruy Mauro. As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a F.H. Cardoso e J. Serra) [1979] In: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética de la dependencia**. Ciudad de México: Serie Popular Era, 1981 [1973]

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papyrus, 1995.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014

MONDAINI, Marco. **Do stalinismo à democracia: Palmiro Togliatti e a construção da via italiana ao socialismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011

- MOULIAN, Tomás. **Chile actual: anatomía de un mito**. Santiago: LOM, 2002
- MUNHOZ, Sidnei J.; ROLLO, José Henrique. Détente e détetes na época da Guerra Fria (décadas de 1960 e 1970). **Revista Esboços**, Florianópolis, v.21, n.32, p.138-158, out. 2015
- MUNHOZ, Sidnei José. **A ordem do “caos” contra o ocaso da ordem**: saques e quebra-quebras em São Paulo, 1983. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1989
- NAPOLITANO, Marcos. O protesto de rua nos oitenta e a crise do regime militar. **Revista de sociologia e política**, nº4/5, 1995.
- NETTO, David Antonio de Castro. **Propaganda e legitimação da ditadura civil-militar brasileira** (1968-1977). Maringá. Dissertação – Universidade Estadual de Maringá, 2011
- NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**. Companhia das Letras: São Paulo, 2013
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. **Transitions from Authoritarian Rule: Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about uncertain democracies**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v.15, nº45, set/dez, 2010
- SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, jul/dez, 2005
- SANTOS, Theotônio dos. La teoría de la dependencia un balance histórico y teórico In: SEGRERA, Francisco López. **Los retos de la globalización. Ensayo y homenaje a Theotônio dos Santos**. Caracas: UNESCO, 1998
- SANTOS, Theotônio. The theoretical foundations of the Cardoso government: a new stage of the dependency-theory debate. **Latin American Perspectives**, Vol. 25, No. 1, The Brazilian Left and Neoliberalism (Jan., 1998)
- SASSON, Donald. **One hundred years of socialism: the west European left in the twentieth century**. Londres: I.B. Tauris, 2010 [1996]
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política In: **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008 [1970].
- SCHWARZ, Roberto. Sobre a leitura de Marx no Brasil In: SCHWARZ, Roberto [et. al]. **Nós que amávamos tanto O Capital: leituras de Marx no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2017



SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 8 de outubro de 1995. Caderno “Mais!”

SEABRA, Rafael. Do *dependentismo* à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 34, n.1, Janeiro/Abril, 2019

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia, SP: Atêlie Editorial, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano (vol.4). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007

SILVA, Juremir Machado da. **1964. Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 5ª edição, 2014

SKIDMORE, Thomas. **De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1989

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995

VIEIRA, Soraia Marcelino. **O Partido da Social-Democracia Brasileira: trajetória e ideologia**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012

WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical capitalism with Capitalist civilization**. London/New York: Verso, 1996 [1983]

WASSERMAN, Cláudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2017

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 10. ed. São Paulo: Pioneira, 1996

WHITE, Brian. **Britain, Détente, and Changing East-West Relations**. London/New York: Routledge, 1992

WOOD, Ellen M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1995]

WOOD, Ellen M. **Peasant-citizen and slave: the foundation of Athenian democracy**. London/New York: Verso, 2015 [1988]